

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

LETÍCIA ROSA MARQUES

**O MAESTRO JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA: MÚSICA, DEVOÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL
NA TRAJETÓRIA DE UM PARDO NO BRASIL OITOCENTISTA**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LETÍCIA ROSA MARQUES

**O MAESTRO JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA: MÚSICA, DEVOÇÃO E
MOBILIDADE SOCIAL NA TRAJETÓRIA DE UM PARDO NO BRASIL
OITOCENTISTA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

Porto Alegre
2017

Ficha Catalográfica

M357m Marques, Letícia Rosa

O maestro Joaquim José de Mendanha : música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista / Letícia Rosa Marques .
– 2017.

251 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

1. Joaquim José de Mendanha. 2. Pardo. 3. Trajetória. 4. Música. 5. Mobilidade.
I. Gertz, René Ernaini. II. Moreira, Paulo Roberto Staudt. III. Título.

LETÍCIA ROSA MARQUES

**O MAESTRO JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA: MÚSICA, DEVOÇÃO E
MOBILIDADE SOCIAL NA TRAJETÓRIA DE UM PARDO NO BRASIL
OITOCENTISTA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 27 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador) - PUCRS

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos - PUCRS

Profa. Dra. Sandra Olivero Guidobono - US

Profa. Dra. Margaret Marchiori Bakos - UEL

Prof. Dr. José Iran Ribeiro - UFSM

Porto Alegre
2017

Dedico esta tese aos meus pais, Luiz e Marileni, por me inspirarem e me fortalecerem ao longo de cada palavra colocada neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Foram 4 anos, alguns desafios e muita dedicação para que este trabalho de doutorado fosse construído. Poder agradecer a quem, de alguma forma, participou comigo desse processo, ainda que não alcance a dimensão de toda a minha gratidão, registra nestas páginas, que um trabalho tem a força de todas as pessoas que, em diferentes momentos, acreditaram nele e em sua realização.

Assim, gostaria de agradecer ao CNPq, pela bolsa integral de pesquisa concedida ao longo do doutorado e a Capes, pela bolsa Sanduíche, no ano de 2015. Estes financiamentos foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como para o meu crescimento enquanto profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, seus professores e funcionários, em especial, à Carla e Henriët, pela ajuda e atenção durante todos esses anos. Pertencer à mesma instituição em que profissionais como vocês fazem parte, tornaram esse período mais leve e tranquilo.

Aos professores com quem tive o privilégio de trabalhar neste doutorado e que foram tão solícitos e acolhedores com a proposta desta tese, dos quais destaco:

À Profa. Margaret Marchiori Bakos, por ter me dado a honra de ter sido sua orientanda no mestrado e também no primeiro ano do doutorado, acreditando neste trabalho desde o seu início.

Ao Prof. Flavio Heinz e aos colegas do LabConeSul, a quem tenho grande admiração e respeito, e que sempre lembrarei pelo carinho com que me receberam neste grupo.

À Profa. Sandra Guidobono, por todos os ensinamentos durante o estágio na Universidad de Sevilla, colaborando para que essa experiência tenha sido tão importante na minha trajetória acadêmica e pessoal, e aos colegas do Seminario Permanente Familias y Redes Sociales: Etnicidad y Movilidad en el Mundo Atlántico, pelo conhecimento compartilhado ao longo desses meses.

À Profa. Maria Cristina dos Santos e ao Prof. José Iran Ribeiro, pelo gentil aceite em participarem de minha banca, pelo diálogo e pela leitura atenta desde a qualificação desta tese.

Aos meus orientadores, Prof. René Gertz, pela atenção e disponibilidade nos momentos mais necessários, e Prof. Paulo Staudt Moreira, pela acolhida e generosidade ao longo desses anos de trabalho, se tornando parte fundamental para a construção desta tese.

Agradeço também, aos locais em que pesquisei e seus funcionários, dentre eles ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e à Escuela de Estudios Hispano-Americanos (Sevilla).

À Profa. Maria Medianeira Padoin, de quem fui aluna e orientanda durante a graduação, pelos ensinamentos e palavras de incentivo que ainda ecoam em minha trajetória.

Aos amigos historiadores, José Augusto Miranda, Luciana de Oliveira, Lidiane Friderichs, Helen Ortiz, Camila Silva, Luisa Brasil, Marcelo Vianna, Jonas Vargas, Monia Wazlawoski, Thiago de Moraes, Ana Paula Korndörfer, Cristiano de Brum, Amanda Both, Caroline von Mühlen, Débora Karpowicz, Leonardo Conedera, Natália Pinto e Jefferson Teles, sou muito grata por conviver com pessoas tão especiais como vocês.

À Carolina Becker, Dunia Nunes, Marcos Luft, Gislaine Borba e à pequena Valentina, pelos laços de amizade e companheirismo que nos unem.

Ao Neemias da Rosa e Edson Thomas, pela amizade de tantos anos, e à Thais Paz, por me presentear durante o doutorado com o meu afilhado Bento, uma criança que irradia luz e amor por onde passa.

À Luiza Maffini, pelo seu coração que não cabe no peito, por Sevilla, “por nuestro piso” e por ter sido minha família em território estrangeiro.

À Danielle Viegas, amiga de todas as horas, pelo telefone sempre pronto a me atender e me entender.

À Tassiana Saccol, pelos dez anos de amizade, pelo período de mestrado e agora de doutorado que vivenciamos sempre juntas. Pelas xícaras de café e os sonhos compartilhados. Por tudo e por tanto, que só uma irmandade como a nossa pode compreender.

À minha irmã Lisi e meu cunhado Wojtek, por me motivarem a realizar este doutorado, por estarem comigo seja em qual lado do oceano for, por serem minha família, meus melhores amigos e meus irmãos.

E, principalmente, aos meus pais, Luiz e Marileni. Por incentivarem meus estudos, por entenderem as minhas ausências e me fortalecerem nos momentos mais necessários. Pelos conselhos tão certos, pelos abraços tão únicos, pela nossa casa e por todo o amor que existe nela: obrigada!

- *Somos de outra raça?* – perguntei um dia. Meu pai respondeu:
- *Ninguém é de uma raça. As raças - disse ele - são fardas que vestimos.*

Talvez Silvestre tivesse razão. Mas eu aprendi, tarde demais, que essa farda se cola, às vezes, à alma dos homens.

(Mia Couto, *Antes de nascer o mundo*, 2009, p. 13).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar alguns dos limites e das possibilidades de manutenção e ascensão social para os considerados *homens de cor* no Brasil do século XIX. Para isso, a trajetória do maestro, *pardo*, Joaquim José de Mendanha tornou-se o eixo principal deste trabalho. Acompanhando seu deslocamento espacial ao longo do Império, bem como os diversos contextos (sociais, políticos, raciais, culturais) em que se encontrava imerso, buscamos, através deste maestro, uma incursão por caminhos como o da música, da carreira militar e do associativismo religioso, analisando alguns dos possíveis espaços de sociabilidade para *pardos* e *mulatos* neste período. Dessa forma, ao longo dos capítulos, destacaremos os elementos que levaram esse personagem a se tornar uma importante referência no cenário musical rio-grandense, problematizando o que significava/representava a *cor*, enquanto não apenas referência cromática, mas como *lugar social* e quais características/elementos precisariam ser acionados para uma possível mobilidade no período oitocentista.

Palavras-Chave: Joaquim José de Mendanha; pardo; trajetória; música; mobilidade.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze some of the limitations and possibilities of preservation and social ascension for the considered men of color in the nineteenth century in Brazil. As such, the trajectory of the mulatto teacher, Joaquim José de Mendanha, has become the main axis of this work. Following his spatial displacement throughout the Empire, as well as the different contexts (social, political, racial, cultural) in which he was immersed. Through this teacher, we seek an incursion through the ways of music, military careers and religious associations, analyzing some of the possible social spaces for mulattos of this period. Thus, through out the chapters, we will highlight the elements that led to this character to become an important reference in the music scene of Rio Grande do Sul State, inquiring what color meant/ represented, not just as a chromatic reference, but as a social place where such characteristics /elements would be necessary to be activated for a possible mobility in the period of the nineteenth century.

Keywords: Joaquim José de Mendanha; mulatto; trajectory; music; mobility.

RESUMEN

Esta tesis tiene el objetivo de analizar algunos de los límites y posibilidades de mantenimiento y ascención social para los considerados hombres de color en el Brasil del siglo XIX. Para tal, la trayectoria del maestro, pardo, Joaquim José de Mendanha, se ha vuelto el eje principal de este trabajo. Acompañando su desplazamiento espacial a lo largo del Imperio, así como los diferentes contextos (sociales, políticos, raciales, culturales) en los cuales estaba inmerso. Buscamos, a través de este maestro, una incursión por los caminos como el de la música, de la carrera militar y el asociativismo religioso, analizando algunos de los posibles espacios de sociabilidad para pardos y mulatos de este período. Así siendo, en el decorrer de los capítulos, destacaremos los elementos que condujeron a este personaje a convertirse en importante referencia en el escenario musical Riograndense, problematizando lo que significaba/representaba el color, no apenas como referencia cromática, mas como lugar social donde tales características/elementos serian necesarios para ser accionados para una posible movilidad en el período del siglo XIX.

Palavras-llave: Joaquim José de Mendanha; pardo; trayectoria; música; movilidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa - Evolução da divisão dos municípios - Rio Grande do Sul (1809-1872)	35
Figura 2: Joaquim José de Mendanha.....	44
Figura 3: Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial	72
Figura 4: Família de Joaquim José de Mendanha.....	78
Figura 5: Demonstração dos empregados do arsenal da guerra da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (1867)	140
Figura 6: Núcleo familiar de Felicidade e João	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Integrantes da banda do 2º batalhão de caçadores em 1837.....	45
Quadro 2: Lista dos cidadãos que no 1º Distrito de Piratini obtiveram a maioria de votos para Deputados da Assembleia Geral Constituinte, no dia 1º de setembro de 1842.....	60
Quadro 3: Estatística populacional - Minas Gerais, 1786-1821.....	69
Quadro 4: Escravos constados no inventário de Eufrásia Maria de Jesus.....	74
Quadro 5: Inventário de Joaquim Gouvea de Mendanha - bens destinados a Joaquim José de Mendanha	76
Quadro 6: Inventário de Miguel Gouvea de Mendanha - bens destinados a Joaquim Gouvea de Mendanha	77
Quadro 7: 2º Batalhão de Caçadores de 1º Linha - Relação da mostra dos vencimentos e alterações das praças da mesma desde 10 a 30 de novembro de 1837.....	120
Quadro 8: Hierarquia de oficiais, oficiais inferiores e praças no exército imperial brasileiro	123
Quadro 9: Hierarquia entre os músicos segundo instrumentos	124
Quadro 10: Eleitores qualificados da Freguesia das Dores, Porto Alegre (1859).....	158
Quadro 12: Avaliação dos bens de Joaquim José de Mendanha	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ANRJ - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro/RJ

AHCMPTA - Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

APM - Arquivo Público Mineiro

BN - Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro/RJ

CV - Coleção Varela

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 MÚSICA E GUERRA CIVIL: UM MESTRE NO CONFLITO FARROUPILHA	32
2.1 A BATALHA DE RIO PARDO	34
2.2 ENTRE IMPERIAIS E FARROUPILHAS – O DESPONTAR DE UM COMBATENTE	39
2.3 A “INCIDÊNCIA DE SUA COR” – OS “PARDOS E “MULATOS” NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE.....	49
3 UMA “MINAS” MESTIÇA: AS ORIGENS DO MAESTRO	67
3.1 UM CERTO JOAQUIM.....	67
3.2 O PARDO MENDANHA	81
3.3 MAIS QUE UMA ARTE, UM OFÍCIO: A MÚSICA NA SOCIEDADE MINEIRA	92
4 UM MÚSICO EM ARMAS: A MUDANÇA PARA A CORTE	103
4.1 A MÚSICA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	104
4.2 MESTRE DE BANDA: JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA E O 2º BATALHÃO DE CAÇADORES	115
5 A CONSOLIDAÇÃO DE UM MAESTRO – ASPECTOS DE UMA PORTO ALEGRE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	132
5.1 DE COMBATENTE A PROFESSOR: MENDANHA E OS ANOS INICIAIS DO PÓS-FARROUPILHA	134
5.2 IRMANDADES COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E PROTEÇÃO	150
5.3 “OS QUE SE DEDICAM A ARTE MUSICAL CELEBRAM HOJE A FESTA DE SUA PADROEIRA”: A IRMANDADE DA VIRGEM E MÁRTIR DE SANTA CECÍLIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE.....	158
6 UM MAESTRO, UM HINO, UMA HERANÇA IMATERIAL.....	170
6.1 O MAESTRO MENDANHA E AS COMUNIDADES NEGRAS LOCAIS	171
6.2 A ORQUESTRA MENDANHA	179
6.3 A OFICIALIZAÇÃO DO HINO RIO-GRANDENSE	193

6.4 O (RE)LEMBRAR DA HISTORIOGRAFIA: MENDANHA E AS PÁGINAS QUE (NÃO) FORAM ESCRITAS.....	202
7 CONCLUSÃO.....	213
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICE A- Lista dos Irmãos da Irmandade de Santa Cecília no ano de 1856	238
ANEXO A- Termo de Compromisso da Irmandade da Virgem e Mártir Santa Cecília, na cidade de Porto Alegre	243

1 INTRODUÇÃO

P: São os habitantes do Brasil de puro sangue portuguez, ou teem elles mistura de sangue índio?

R: Uma grande parte procede da raça indígena, e ainda mais da raça africana. Conheço membros da camara dos deputados que teem mais que uma leve tintura desse sangue. O homem mais eloquente e um dos melhores letrados do Brasil é um verdadeiro mulato e a sua mulher é quasi preta; e a ambos vi eu admittidos na melhor sociedade.¹

Publicada no jornal *Rio-Grandense* do dia 27 de abril de 1850, a resposta do Lord Howdens, Ministro Britânico que residiu no Brasil no século XIX, durante uma entrevista concedida a este jornal, se apresenta como um dos indícios presentes em fontes documentais e que trazem informações sobre a atuação de *homens de cor* em distintos espaços sociais durante o período oitocentista.² Tendo como contexto um Brasil mestiço, onde diferentes taxonomias eram utilizadas para caracterizar e definir a população que o habitava e onde lugares considerados de destaque social eram privilégio de poucos, a leitura de Howdens pode ser considerada fruto de uma sociedade que, embora profundamente hierarquizada, possibilitava pequenos espaços de transição, mesmo para indivíduos que pudessem ter atrelado a sua “cor” ou “qualidade”, o fato de ser *mulato*.³

Assim, a presente tese, ao investigar esses espaços de manutenção e ascensão social no Brasil Imperial, traz como tema principal o estudo da trajetória de um *pardo*,⁴ compositor da

¹ Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – BN. Jornal *Rio-Grandense*, sábado - 27 de abril de 1850, edição nº 604, p. 2. Nesta tese, escolhemos manter a grafia original encontrada nos documentos, não sendo feita nenhuma adaptação ou correção ortográfica.

² Importante destacar que o Brasil, ao longo dos séculos, se caracterizou por também ser um espaço de mestiços. Para Larissa Viana (2007), a mestiçagem é um processo com poderosas conotações sociais, pois não se trata apenas de uma “mistura física ou cultural. Trata-se, antes, de um movimento hierárquico perpassado por relações de poder capazes de influenciar as relações cotidianas de indivíduos que viveram em sociedades escravistas nas quais esse movimento hierárquico ganhou alguma expressão em esferas da vida social” (VIANA, 2007, p. 42).

³ Embora fazendo referência à participação de *mulatos* em diferentes cargos no Brasil oitocentista, este trabalho em nenhum momento afirma que existiu uma intensa ou fácil ascensão social por parte desses indivíduos no século XIX, até mesmo porque, considerando as regras sociais vigentes, durante um longo período foi a eles designado um lugar subalterno nessa sociedade. O que apontamos é a presença de pequenos, mas possíveis, espaços de circulação, onde *poucos* personagens conseguiram se beneficiar, utilizando e acionando diferentes recursos para estarem em lugares vistos como intermediários ou até mesmo em altos postos para a época. Assim, ao apresentar elementos de uma sociedade extremamente hierarquizada, buscaremos analisar algumas das saídas individuais encontradas, nas quais a trajetória do maestro Mendanha e daqueles que o cercavam se tornam importantes objetos de análise.

⁴ A opção por grifar categorias como: *pardo*, *mulato* e *negro* ao longo desta tese, tem como objetivo enfatizar que estas não se apresentam como definições universais, mas que são terminologias históricas, podendo variar os seus usos e significados de acordo com o contexto e espaço em que forem utilizadas.

música do Hino Rio-Grandense⁵ e um dos principais expoentes da música no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, o maestro Joaquim José de Mendanha.

Nascido em 1800, em Minas Gerais, filho de Joaquim Gouvea Mendanha e de Eufrásia Maria de Jesus, Joaquim José de Mendanha teve a sua história definitivamente entrelaçada com a da música, quando o mesmo transferiu-se para o Rio de Janeiro, ao alistar-se em um corpo de infantaria do Império, estabelecendo-se inicialmente como músico militar. Marchando com o 2º Batalhão de Caçadores, em 1837, para a Província do Rio Grande de São Pedro, acabou se envolvendo nos conflitos existentes nessa região, onde permaneceu até seu falecimento, em 1885. Tendo sua memória vinculada àquilo que pode ser considerado um dos símbolos institucionais de um Estado, a composição do Hino Rio-Grandense, o maestro Mendanha encontrou, através de espaços como o da música e da carreira militar, novas e importantes formas de mobilidade.⁶

Com o olhar atento para o seu envolvimento com a Farroupilha (1835-1845), mas incorporando a pluralidade de contextos que compõem sua trajetória, é importante destacar que o referido maestro ainda participou ativamente como irmão e músico nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e da Nossa Senhora Madre de Deus (Catedral), fundou a Irmandade de Santa Cecília,⁷ composta, inicialmente, por professores e membros da sociedade de música de Porto Alegre, no ano de 1856, além de integrar o grupo do Partenon Literário, na década de 70.⁸ Deste modo, o fato do personagem em questão ser responsável pela autoria da música do Hino Rio-Grandense é apenas um dos muitos elementos que permeiam e enriquecem sua trajetória. Para além do compositor, existe o Joaquim José de Mendanha, *homem de cor*, que por muito tempo teve as suas origens invisibilizadas por um estado cuja identidade regional foi calcada nas *raízes europeias*⁹ e que, assim como tantos outros *negros, pardos e mulatos* do período, também compõem o Rio Grande do Sul e o Brasil no Oitocentos.

⁵ Com música de Joaquim José de Mendanha, o *Hino Rio-Grandense* tem as suas origens no ‘Hino dos Farrapos’, também conhecido como o ‘Hino oficial da República Rio-Grandense’, composto por Mendanha, logo após o combate de Rio Pardo, durante a Guerra Civil Farroupilha. Esta produção foi adotada anos depois como o Hino do Estado do Rio Grande do Sul e oficializada como um dos seus símbolos em 7 de janeiro de 1966, através de publicação do *Diário Oficial* deste Estado.

⁶ O fato de Joaquim José de Mendanha transitar também por espaços como Pernambuco e Rio de Janeiro, podem reforçar a ideia de como indivíduos considerados *negros, pardos e mulatos* encontraram nos conflitos bélicos e na insegurança do período regencial, uma abertura de espaço para a participação na instalação do Brasil recém-independente.

⁷ Santa Cecília é conhecida por ser a Santa Padroeira dos músicos e da música sacra.

⁸ Criado em 18 de junho de 1868, foi uma associação literária brasileira, considerada a principal agremiação cultural do Rio Grande do Sul no século XIX.

⁹ Ver: OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, Vozes, 1992.

Buscando compreender os caminhos que levaram esse personagem a se colocar socialmente em meio a elite rio-grandense,¹⁰ problematizamos, através de sua história, quem eram os indivíduos que poderiam ser considerados *pardos* e *mulatos* no período Imperial, e o que significava/representava a *cor*, enquanto não apenas referência cromática, mas como *lugar social*; qual o papel das atividades de militar-músico e músico no campo de possibilidades para indivíduos *não-brancos* na sociedade oitocentista; e quais características/elementos precisariam ser acionados para uma possível manutenção ou ascensão social.

Destacando a importância do uso de trajetórias para a compreensão de um grupo e dos contextos em que este se encontra inserido, mas sem esquecer as peculiaridades que lhes são próprias, a história do maestro Mendanha se apresentará, ao longo desta tese, como um “fio condutor”, trazendo aspectos importantes da organização política e social de sua época, bem como da sua reação e de seu posicionamento frente a ela.¹¹ Estabelecendo-se em espaços privilegiados ao longo do século XIX, Joaquim José de Mendanha, ao circular por diferentes regiões do Império, teve sua história vinculada com a música, a carreira militar e o associativismo religioso no Oitocentos, encontrando-se em uma situação um tanto favorável para uma sociedade que constantemente buscou limitar o acesso a pessoas de *cor*.

Ciente da impossibilidade de construir uma trajetória contínua, uma vez que os personagens são incoerentes, imprevisíveis, cujas atitudes podem ter explicações ou não, seria uma ilusão, como lembra Pierre Bourdieu, acreditar que exista apenas um deslocamento linear, cronológico e unidirecional. “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 1986, p. 185). É necessário compreender os indivíduos, como personagens que se encontram imersos em um jogo de incertezas e “de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir” (REVEL, 2000, p. 27). Destacando a presença de uma racionalidade que é seletiva e limitada, Giovanni Levi também afirma que o estudo de

¹⁰ A análise do patrimônio material acumulado pelo maestro Mendanha e mesmo a sua pouco expressiva participação político-partidária nos faz refletir - neste momento da pesquisa - que ele não era propriamente membro das elites sulinas. Ele foi aceito em momentos muito importantes de sociabilidade destas elites, com as quais manteve contato próximo, e assim pôde acumular um determinado prestígio social. Mesmo que tenha tido uma trajetória de destaque, acreditamos que a sua inserção social foi entre os setores intermediários urbanos.

¹¹ Ao apresentarmos o maestro Mendanha nos seus múltiplos contextos, nos apropriamos de Thompson (2001), quando este afirma que “a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (THOMPSON, 2001, p. 243).

trajetórias deve ser analisado como sendo “fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrictão” (LEVI, 2000, p. 46).

Encarar o desafio de adentrar em uma história que carrega junto com ela características e fragmentos importantes de uma sociedade, é aceitar que compreensões e incertezas acompanharão sempre a análise. Que hipóteses podem ser levantadas e comprovadas, mas que muitas perguntas poderão continuar indecifráveis, apresentando nenhuma ou diferentes respostas. Dessa forma, entendemos que a escolha neste trabalho pelo uso da micro-história e junto com ela da redução de escala de observação, possibilitará redimensionar a visão sobre o objeto de pesquisa e iluminar aspectos até então não revelados em uma estrutura macro.¹²

Ao lembrar que “esse é procedimento que toma o particular como seu ponto de partida e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico” (LEVI, 1992, p. 154), a abordagem proporcionada pela micro-história permite uma nova forma de acesso ao conhecimento do passado e um mapeamento através de seus indícios.¹³ Portanto, esta, segundo Revel (2000):

Não constituiu absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina, ao contrário do que por vezes tentou-se fazer dela: uma opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e certezas. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos (REVEL, 2000, p. 8).

Impulsionando diferentes trabalhos nos últimos anos, que comungam, assim como esta tese, do desejo de estudar o social “não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação” (REVEL, 2000, p. 17), a micro-história, ao trazer o interesse por destinos específicos, possibilita analisar o indivíduo em sua ambiguidade, suas ações e reações, cabendo ao historiador tentar localizá-las e compreendê-las. Deste modo, apontamos a importância do

¹² Vale lembrar que a partir da inserção da micro-história no Brasil e da tão apreciada redução de escala de análise, as trajetórias individuais tem se apresentado como um objeto bastante recorrente, impulsionando novas pesquisas no âmbito da história social. Apontando a fragilidade dos arquivos e da falta de documentação que dificultam o rastreamento dos indivíduos em todas as suas relações, João Fragoso afirma que teríamos no Brasil uma micro-história feia, tapuia, diferenciando-se assim da italiana, mas que vem sendo muito utilizada, trazendo colaborações significativas para uma análise do processo histórico (FRAGOSO, 2002).

¹³ Segundo Revel (2000, p.15), “a micro-história nasceu das trocas de um pequeno grupo de historiadores italianos reunidos em torno de uma revista, *Quaderni Storici*, que retomaram em 1970 e transformaram, em dos palcos centrais do debate historiográfico”. Na França, destaque para autores como Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi.

paradigma indiciário para um rastreamento dos sinais, uma vez que “o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1990, p. 152). Assim, este se torna um importante instrumento ao longo da pesquisa, onde “entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 1990, p. 179).

Ao apresentar Joaquim José de Mendanha como um indivíduo fruto do seu tempo, mas assim como outros, capaz de encontrar saídas individuais para situações que lhe eram impostas, buscamos, através de sua trajetória, e das mais diferentes “pistas” coletadas em fontes diversas, compreender aspectos de um Brasil no período imperial e dos espaços e vínculos sociais existentes. Trazendo a discussão da mestiçagem como importante elemento contextual, influenciando as divisões sociais então estabelecidas, também nos propomos a analisar algumas das terminologias empregadas para indivíduos considerados como “homens de cor”, em especial os significados que teriam os termos *pardo* e *mulato* nesta época.

Compreendendo que embora existam regras sociais, estas poderiam ser manipuladas de acordo com determinadas situações, não almejamos apresentar uma definição única e completa, mas pelo contrário, mapear alguns dos diferentes usos que uma mesma palavra/categoria poderia ter, bem como os empecilhos e oportunidades que elas acarretariam.

Apropriando-se de uma historiografia específica, que já vem problematizando estas questões, pesquisas como as de Hebe Mattos, Silvia Lara, Eduardo Paiva e Roberto Guedes serão incorporadas ao longo desta tese, ao possibilitarem uma reflexão sobre os espaços sociais de *pardos* e *mulatos* entre o XVIII e o XIX.¹⁴

Hebe Mattos (1998), em seu trabalho intitulado *Das cores do silêncio – Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*, ao basear-se na coleção de processos civis e criminais, lembra que:

Na qualificação dos réus e testemunhas, nestes documentos, a “cor” era informação sempre presente até meados do século XIX. Neles, todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Deste modo, ao contrário do que usualmente se pensa, o termo me parece que não era utilizado (no período colonial e mesmo no século XIX, pelo menos para as áreas em questão) apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava

¹⁴ Ainda como referências importantes para esta tese, destacamos autores como Russell-Wood (2005), que, ao discorrer sobre os *negros* e *mulatos* livres na América Portuguesa e seus espaços no Brasil Colonial, evidencia uma sociedade extremamente hierárquica, envolta por leis discriminativas a pessoas de ascendência africana. Sobre este tema, nos fundamentaremos ainda em: VIANA, Larissa. **O Idioma da mestiçagem**: as irmandades na América Portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007; BARROS, José D’Assunção. **A construção social da cor**: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2009; ANDREWS. George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

preferencialmente o significante mulato. A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não (MATTOS, 1998, p.30).

Partindo daquilo que a autora denomina de uma “inserção intermediária”, o qualificativo *pardo* sintetizava “a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista” (MATTOS, 1998, p. 30), desta forma “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas” (MATTOS, 1998, p.98).

Silvia Lara (2007) também traz contribuições a esse tema, ao destacar em seu trabalho *Fragmentos setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, à relação entre cor e condição, afirmando que estas “não caminhavam de modo direto, mas transversal” (2007, p. 131), podendo se confundir ou se afastar em alguns momentos. Naquilo que diz respeito aos mestiços, entre eles o *pardo* e o *mulato*, Lara ainda aponta como o primeiro ganhou uma conotação mais positiva neste período, enquanto o termo mulato tinha um uso mais pejorativo.

Outro autor que vai ser somar a essas pesquisas é Eduardo França Paiva. Dedicando-se a um estudo histórico do uso dos vocábulos e de uma linguagem das mestiçagens entre os séculos XVI e XVIII, Paiva (2012) se torna uma importante referência nesta tese ao apresentar reflexões a respeito da questão do uso do termo “qualidades” como categoria social, que, segundo o autor, “diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir da origem e/ou do fenótipo e/ou da ascendência deles” (PAIVA, 2012, p. 20). Diferentemente do significado de *cor*, cujas percepções seriam definidas em seu contexto, e em comparação a outras tonalidades e referências, sendo “histórica, produzida no tempo e no espaço” (PAIVA, 2012, p. 170).

Paiva (2012) ainda irá enfatizar que a categoria *mulato* foi bastante empregada na história, sendo usada na Península Ibérica antes do século XV: “Foi uma das categorias de mestiçagem mais presentes na documentação em geral, mas, ao mesmo tempo, uma das menos claramente definidas e que mais variações sofreu, sendo, inclusive, confundida com outras, como ‘pardo’, ‘zambo’, ‘zambaigo’ e até mesmo ‘branco’” (PAIVA, 2012, p. 31). Considerando a existência de um léxico compartilhado, presente desde o período colonial e que se fez presente, com adaptações ao longo do século XIX, nesta tese iremos ao encontro deste autor, quando o mesmo enfatiza que “as mestiçagens ibero-americanas e o universo

mestiço, biológica e culturalmente, foram expressões dessa história construída coletivamente, ainda que os grupos sociais não tivessem os mesmos poderes e as mesmas oportunidades de exercê-los” (PAIVA, 2012, p. 242).

A trajetória de Joaquim José de Mendanha ao longo do período Imperial nos permite refletir sobre esse processo de identificação social, onde os termos *pardo* e *mulato* aparecem como referências feitas ao maestro, associando-o a determinados grupos e experiências. Mas quais seriam de fato os limites e as possibilidades aos “homens de cor” neste período? Poderia existir um uso mais *maleável* destas categorias, variáveis segundo a situação em que são usadas e ao aspecto relacional em que emergem?¹⁵

Roberto Guedes (2007) desenvolve o argumento de que “as relações pessoais podiam definir sua cor/condição social, que, de modo algum era fixa, mas variável de acordo com as circunstâncias sociais” (GUEDES, 2007, p. 350), desta forma, ela poderia sim levar a uma mudança da cor. Considerando que também existiriam pessoas que nunca passariam por essa mudança (sendo inúmeros os exemplos disso), tais transformações estariam fortemente conectadas com a condição social, onde a cor era fluída, sendo reatualizada, negociada. Guedes (2008), ao fazer referência à relação entre os termos pardos e mulatos em seu livro *Egressos do cativo – Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*, ainda alerta que

no decorrer do século XVIII, afirmar-se pardo podia ser uma auto-identificação da condição de nascido na colônia, uma maneira de se distanciar de africanos, mas também de mulatos, considerados arrogantes e desordeiros. O mulatismo guardava uma conotação de desonra e era carregado de impedimentos na própria legislação, e a isso se contrapunham os egressos do cativo pardos, organizando-se em irmandades cujos estatutos preferencialmente usavam o termo pardo, e não mulato (GUEDES, 2008, p. 90).

Ao destacarmos ao longo deste trabalho, através do maestro Mendanha e da sociedade em que este se encontra, algumas das diferentes interpretações e usos que esses termos tiveram no século XIX, compreendemos que “cor” e “qualidade” estiveram diretamente relacionadas a questões situacionais, com seu espaço de “elasticidade”. Assim, analisaremos, no decorrer desta tese, como as hierarquias, os laços, as redes, o prestígio, somados ao “olhar”

¹⁵ Gabriel Aladrén, em trabalho intitulado *Pretos e pardos no sul da América Portuguesa: categorias de cor e hierarquias sociais no Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do período colonial*, destaca a presença de um certo caráter “oficial” do designativo pardo. “Nas cartas de alforria, escritas ou ditadas pelos senhores, o comum era referir-se aos escravos como mulatos. Já no cabeçalho, redigido pelo escrivão ou pelo tabelião de notas, no livro de registro das cartas de alforria, esses escravos designados mulatos por seus senhores foram classificados como pardos. Portanto, esse fato sugere que o designativo mulato era, no Rio Grande de São Pedro, intercambiável com o termo mulato. O primeiro teria um uso mais generalizado no cotidiano, enquanto o segundo teria esse caráter ‘oficial’” (ALADRÉN, 2010, p. 135).

de quem observa (classifica) e à posição que este ocupa no grupo, podem influenciar e ajudar a compor esta construção social.¹⁶

Optando por um recorte temporal relativamente longo, ao acompanhar a história de Joaquim José de Mendanha até o ano de sua morte, em 1885, a escolha por esta delimitação nos traz a oportunidade de trabalharmos com um período bastante denso, em termos de marcos cronológicos e referências estruturais, fato que se apresentará como um ganho ao longo desta pesquisa. Propondo um diálogo com contextos variados e com uma pluralidade que é inerente ao estudo das trajetórias, buscamos, neste trabalho, apresentar o referido maestro como um indivíduo paradoxal, que se *diferencia* pelos espaços em que circulou e pelas redes em que se encontra inserido, ao mesmo tempo em que se *assemelha* a outros tantos, por não conseguir se descolar por completo das “regras sociais” que o rodeiam.

E assim, em meio a esta busca contínua e intensa, é que testamos Joaquim José de Mendanha e sua relação com a sociedade oitocentista. Trazendo para junto de sua história, personagens, fatos e ações que ajudam a pensar aspectos do Brasil no século XIX, o maestro Mendanha pode ser relacionado com outros importantes trabalhos que encontraram no uso de trajetórias a abertura necessária para uma problematização das construções políticas e sociais vigentes no período.

Conversando nesta tese com os estudos de Elciene de Azevedo (1999), Keila Grinberg (2002), Paulo Staudt Moreira (2014), Antonio José Augusto (2014), entre outros, evidenciamos, através de suas pesquisas, personagens que podem se distanciar em um primeiro momento pela particularidade dos caminhos percorridos, mas que se aproximam do maestro Mendanha, ao terem vivenciado a sociedade oitocentista e encontrado diferentes maneiras de se colocar socialmente como homens não brancos.¹⁷

Como referência importante para este trabalho, encontramos na narrativa de Elciene Azevedo (1999) a trajetória de Luiz Gama, um indivíduo que passou pela experiência da

¹⁶ Entendemos neste trabalho que o prestígio social está baseado em algo que podemos associar com um “capital imaterial”, que, segundo Giovanni Levi (2000), estaria vinculado a uma relação com serviços prestados à comunidade, respeito, dependência e fidelidade, e/ou a um “capital relacional”, que, de acordo com José Maria Imízcoz (2001), seria fruto de uma inserção, composição e manutenção de redes de relacionamentos. Como veremos ao longo desta tese, o maestro Mendanha encontrou nas suas habilidades musicais um dos elementos que colaboraram para um acesso privilegiado a vários momentos importantes daquela sociedade oitocentista como os desfiles e as comemorações militares, manifestações civis, atividades religiosas e fúnebres.

¹⁷ Destacam-se ainda trabalhos como o de Junia Furtado (2003) em *Chica da Silva e o contratador dos Diamantes – o outro lado do mito*, ao trazer a trajetória de uma mulata e da sociedade mineira no século XVIII; João José Reis (2008), em *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, com a história de um africano liberto que viveu na Bahia no século XIX, transitando por diversos meios sociais e culturais, e incorporando diferentes identidades, ao conviver tanto com o mundo dos “pretos” quanto com o dos “brancos”; Regina Xavier (2002), com o trabalho intitulado *Tito de Camargo Andrade: Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, destacando a partir de um liberto a sociedade campineira e a vivência dos conflitos sociais desta época.

escravidão (sendo vendido aos 10 anos como escravo pelo próprio pai), e que consegue, através de sua história, apresentar partes das “fissuras” presentes nesta sociedade. Atenta aos elementos que colaboraram para o grande prestígio alcançado por Gama, bem como as dificuldades encontradas ao se aproximar do “mundo branco e letrado”¹⁸ (AZEVEDO, 1999, p. 31), a referida autora possibilita uma imersão por alguns dos caminhos percorridos por este homem *negro* no século XIX.

A pesquisa de Keila Grinberg (2002), ao estudar o *mulato* Antonio Pereira Rebouças, também se soma aos estudos de trajetórias, apresentando, assim como Azevedo (1999), um indivíduo que conseguiu alargar os parâmetros do seu tempo, fornecendo preciosas contribuições para uma análise sobre a cidadania, o fim da escravidão no Brasil e a constituição de direitos civis para africanos e seus descendentes no período imperial. Colocando-se socialmente devido àquilo que muitos homens do seu período atribuíram como “mérito”, “*apesar da origem social, apesar da cor*”, Grinberg (2002) destaca um Rebouças que precisou demonstrar continuamente que dispunha de direitos civis, mesmo já estando em uma situação social mais favorável do que muitos outros homens *mulatos* do seu tempo.¹⁹

Outro personagem a ser referenciado ainda nesta tese é o tipógrafo, burocrata e abolicionista Aurélio Viríssimo Bittencourt. Natural de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, Aurélio foi objeto de estudo de Paulo Moreira (2014), através da análise de suas inserções associativas e profissionais, onde o autor buscou iluminar, através das redes sociais e políticas, os elementos que permitiram prestígio e ascensão social para um indivíduo “não branco”. Constituindo desde cedo uma autorrepresentação etno-racial de *pardo*, o referido personagem, ao se encontrar afastado do cativo, como também do mundo dos brancos, é apresentado por Moreira (2014, p. 91) como um mediador cultural ou étnico, circulando entre diferentes culturas e etnicidades.

Na área da música, Henrique Mesquita se junta às trajetórias acima mencionadas, e aproxima-se do maestro Mendanha, ao dialogar, através da sua história, com a grande complexidade cultural da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Trompetista, compositor, maestro e *negro*, é tema de trabalho de Antonio José Augusto (2014), que analisou como se deu a construção da imagem desse músico em um artista talentoso e dotado de virtudes, evidenciando importantes fragmentos de um campo musical em desenvolvimento neste período.

¹⁸ Dentre as muitas faces de Luiz Gama destaca-se o poeta, republicano, abolicionista, advogado e escritor.

¹⁹ Rebouças diferente de Luiz Gama, embora tenha ascendido socialmente, não teve a mesma preocupação para com os seus pares, ou “não da forma que estes gostariam de vê-lo fazer” (GRINBERG, 2002, p. 152).

Desta forma, em regiões distintas, ocupando cargos variados, os nomes e as histórias que vem sendo recentemente trabalhados e “recuperados” pela historiografia são exemplos de que trajetórias individuais podem se apresentar como uma interessante porta de acesso para o estudo dos mais diferentes e plurais contextos.

Portanto, acompanhando Joaquim José de Mendanha entre Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, em meio a *negros, brancos, pardos e mulatos* do Brasil Império, fomos traçando alguns caminhos de possibilidades e construindo assim a presente tese. E para isso um uso recorrente de diversas fontes bibliográficas e documentais se fez necessário.

Destacando o uso de correspondências, jornais, documentos eclesiásticos, documentos militares, entre outras fontes, fomos mapeando alguns dos vários “eus” que habitam uma trajetória e que a vinculam a outras histórias e personagens. A possibilidade do cruzamento de fontes, e de conversar com diversos contextos, se apresenta como um ganho ao longo desta pesquisa, que, através do maestro Mendanha, se propõe a testar o indivíduo em diferentes tempos e situações, evidenciando como o mesmo interfere e reage ao que o circunda.

As correspondências da Coleção Varela, que integram o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, conhecida por ser uma das documentações mais ricas referente à Guerra dos Farrapos²⁰, nos forneceu uma quantidade considerável de dados sobre os acontecimentos que antecederam a eclosão da Batalha de Rio Pardo (1838)²¹, e os desdobramentos de um movimento que reuniu indivíduos dos mais diferentes cantos do Império.²² Desvelando os laços estabelecidos entre alguns dos farrapos que lutaram na guerra, suas redes e hierarquias, conseguimos rastrear a participação do maestro Mendanha e de outros *homens de cor* no conflito.

²⁰ Este conjunto documental começou a ser reunido pelo ministro farroupilha Domingos José de Almeida, com a intenção de elaborar uma versão *farroupilha* da guerra civil, depois passando para o historiador positivista, membro do Partido Republicano Rio-Grandense e funcionário público Alfredo Varela. Finalmente, durante as comemorações do centenário do conflito com o Império, este acervo foi comprado pelo governo estadual, em 1936. Atualmente, a coleção Varela é composta por cerca de 13.000 documentos, é custodiada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, acessível em parte, também, pela sua publicação em Anais.

²¹ Batalha que ocorreu em 30 de abril de 1838, sendo considerada um dos grandes conflitos da Guerra de 35, causando um número elevado de mortes e de prisioneiros, como foi o caso de Mendanha.

²² Sobre recrutamento militar no século XIX e a circulação de agentes no Brasil Império, ver: MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010; MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. **Homens e Armas: Recrutamento militar no Brasil – Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011; RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: Os Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005; KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra de Independência na Bahia (1822-1823). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.22, n. 43, 2002. p. 109-126.

Cientes de que, além da Coleção Varela, existe uma importante documentação espalhada por arquivos pelo país, consultamos ainda no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Fundo Bernardo Pires e o Fundo Apolinário Porto-Alegre.²³ Tais acervos se caracterizam por também conterem correspondências ativas e passivas de farroupilhas, dentre eles as de Domingos José de Almeida e Bernardo Pires, que são conhecidos, além dos cargos de destaque que ocuparam na guerra²⁴, pela preocupação em reunir documentos que relatassem os quase 10 anos de confronto com os Imperiais.²⁵

Exemplos de “escritas de si”, já que se referem a “diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida por exemplo” (GOMES, 2004, p. 7), as correspondências serão incorporadas a este trabalho como uma forma de acesso a um determinado tempo e a sua memória, atentando para os fatos registrados e os mecanismos que influenciaram tais seleções. Considerando que “o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2013, p. 195), caberá ao historiador “selecionar momentos significativos, as conexões que dão a coerência à vida de uma pessoa e, assim, construir uma continuidade de atos que são descontínuos, justapostos, imprevistos e aleatórios” (MALATIAN, 2013, p. 201).

Destacando o importante uso das missivas também como “uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p. 19), fazer uma análise de quem se comunica através destas correspondências, com que frequência, sobre que assunto, nos permite, neste trabalho, identificar laços existentes, e como redes de sociabilidade eram alimentadas através das trocas de cartas. Tendo como objeto a

²³ O Fundo Bernardo Pires tem como abrangência o período de 1798 a 1923, com os documentos distribuídos em 20 pastas. A temática esta direcionada principalmente à participação deste personagem na Revolução Farroupilha e nas revoluções platinas, compõem esse acervo correspondências, e alguns documentos sobre a sua trajetória profissional, bem como fontes. Já o Fundo Apolinário José Gomes Porto Alegre tem como datas limite 1831-1887, reunindo 64 pastas, sendo que apenas parte delas integra o Dossiê Revolução Farroupilha (os outros documentos referem-se a dados pessoais, sua produção intelectual). Tais informações podem ser consultadas através do Guia publicado pelo Instituto Histórico de Geográfico do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, sobre os seu arquivos pessoais e coleções.

²⁴ Domingos José de Almeida (1797-1871), mineiro, foi um importante líder Farroupilha, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda e do Interior no período da Guerra dos Farrapos; Bernardo Pires (1790-1891), Rio-Grandense, foi Chefe Geral da Polícia, sendo responsável por desenhar um dos símbolos da então “República”: a sua bandeira. Sobre Domingos José de Almeida ver: MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos** (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²⁵ Tal preocupação poderá ser evidenciada através das correspondências trocadas, que serão abordadas no capítulo 5 desta tese.

trajetória do maestro Mendanha, mas também das pessoas conectadas a ele, conseguimos rastrear e interligar histórias e personagens através deste tipo de documentação.

Ainda no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tivemos acesso ao livro de Atas do Partenon Literário, que, além de reunir nomes de importantes personalidades da elite rio-grandense, evidencia a presença de Mendanha como um dos seus membros, no final do século XIX. Concentrando informações preciosas sobre uma das associações culturais mais importantes da região nesta época, o acesso a essa fonte colaborou para localizar mais um dos espaços em que o maestro se fez presente.

Acompanhando Joaquim José de Mendanha desde o seu nascimento, documentos coletados em arquivos de Minas Gerais,²⁶ foram fundamentais para localizar a família deste personagem, e reconstruir seus primeiros vínculos em sua cidade natal. Conseguindo, através dos registros paroquiais, dados referentes à sua origem, “cor”, filiação, essas informações somadas a inventários de alguns familiares, iluminam uma parte importante e necessária para esta pesquisa.

Os arquivos do Rio de Janeiro, somam-se aos documentos que forneceram indícios tanto para o papel da música quanto da carreira militar na trajetória do maestro Mendanha. Na Biblioteca Nacional, foram coletados alguns manuscritos, e no Arquivo Nacional foram levantadas fontes sobre recrutamento de “homens de cor”, bandas militares, Capela Imperial e o impacto da música na sociedade oitocentista.

A Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ocupa um importante espaço neste trabalho, ao fornecer grande parte dos periódicos usados nesta tese,²⁷ que, juntamente com exemplares do acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS) e de um periódico eclesiástico de posse do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, integram as fontes impressas analisadas. Localizando relatos desde a primeira vez em que a música do Hino dos Farrapos foi entoada, durante a República Rio-Grandense, até os anúncios e matérias da Orquestra Mendanha, que ficou bastante conhecida por participar dos mais distintos eventos, celebrações, missas, cultos fúnebres na segunda metade do século XIX, conseguimos, através dos jornais, identificar a presença do maestro em igrejas e teatros,

²⁶ Documentação coletada pelo Professor Doutor Paulo Staudt Moreira, e gentilmente compartilhada para esta pesquisa.

²⁷ Os jornais encontram-se on-line digitalizados para consulta no site da Hemeroteca digital (vinculado ao acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

coletando evidências de um Mendanha que esteve junto a uma elite rio-grandense, compartilhando tanto de momentos festivos, quanto também pesarosos.²⁸

Ainda no Arquivo Histórico da Cúria de Porto Alegre, localizamos os livros de receitas e despesas, de matrícula e de ingresso de irmãos de algumas Irmandades de Porto Alegre, na qual Mendanha atuou como músico em celebrações, e também como irmão, integrando a mesa-diretora.²⁹ Nesse acervo, também foram encontradas informações sobre a irmandade de Santa Cecília, fundada pelo maestro em 1856, e que reuniu grande número de músicos de Porto Alegre, permitindo um mapeamento desses nomes, e a identificação de outros personagens, que, assim como Mendanha, tinham na música a sua arte e ofício.³⁰

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, tivemos acesso ao inventário e testamento do então maestro. Estas fontes, que são, nas palavras de Junia Furtado (2013), um “testemunho sobre a vida”, colaboram para uma compreensão de como Mendanha encontrava-se social e economicamente nos anos que antecederam sua morte, ao expor sua vontade e os bens que seriam compartilhados. Considerados documentos oficiais, e, por isso, como todas as outras fontes, necessitam de uma leitura cautelosa, os inventários e testamento usados neste trabalho são importantes portas de acesso à sociedade e cultura do século XIX.

Com o objetivo de agregar o maior número de informações e fontes possíveis para um melhor entendimento e questionamento do recorte temporal escolhido para esta tese, nos apropriamos ainda neste trabalho de Leandro Karnal e Flávia Tatsch, ao considerarmos que “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 24). Desta forma, por se tratar de estudos de trajetórias, coletamos e usamos diferentes tipos de fontes que nos permitem recuperar aspectos importantes e necessários para uma compreensão de Joaquim José de Mendanha e do universo que o rodeia. Cientes de que “atrás de cada documento conservado, há milhares destruídos” (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 24), e que toda a documentação passa por alguns “filtros” antes de ser analisada³¹, não nos comprometeremos a elucidar todos os aspectos da vida deste personagem, que, como já alertamos, são

²⁸ Como veremos nesta tese, a música possibilitou que Mendanha conseguisse estar em diferentes momentos da vida da comunidade que integrava, alimentando e reforçando o que poderemos compreender como “laços de solidariedade”.

²⁹ Nesse arquivo ainda consta uma pasta de documentos avulsos, como recortes de impressos e manuscritos que serão utilizados também neste trabalho.

³⁰ Sobre as irmandades, temos também o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no fundo Autoridades Religiosas, composto de correspondências destas associações para a Presidência da Província.

³¹ Questão levantada e desenvolvida em GINZBURG, Carlo. **Historia Nocturna**. Barcelona: Península, [1991] 2003.

imensuráveis e impossíveis de serem reunidos e transcritos, mas sim de descobrir, testar, problematizar cada novo ou “velho” documento encontrado³², cada fonte cruzada, que guarda ou “esconde” fragmentos importantes de uma trajetória e de uma sociedade que aos poucos esperamos ajudar a “revelar”.

Assim, a presente tese se apresenta dividida em cinco partes. Na primeira, destacamos a Guerra Civil Farroupilha e alguns indivíduos que tiveram sua história vinculada com a deste embate. Trazendo como tema inicial a Batalha de Rio Pardo (1838), buscamos, através do referido evento, conectar histórias e personagens, para introduzir uma reflexão sobre *pardos* e *mulatos* no Rio Grande do Sul do século XIX. Amparado por uma trajetória principal protagonizada pelo maestro Joaquim José de Mendanha, e por trajetórias auxiliares, compostas por *homens de cor* que também vivenciaram o cenário da guerra, iniciamos a análise dos conjuntos de atributos sociais necessários para a existência de mobilidades, bem como algumas de suas formas de acesso. Apresentando essas histórias como exemplos de saídas individuais, mas representativas de grupos específicos de pertencimento, abordamos, nesta primeira parte, questões relacionadas à honra, ao prestígio e à manutenção social, tendo como “fio condutor” o maestro Mendanha e a sua relação com o Brasil Oitocentista.

Em um segundo momento, recuaremos um pouco em nosso recorte temporal, para compreendermos as origens de Joaquim José de Mendanha. Com base primeiramente em fontes paroquiais, será dado destaque à família, aos primeiros anos de vida deste personagem, e a alguns dos laços estabelecidos nesta região. Com o contexto de Minas Gerais no período colonial, analisaremos ainda o reflexo da mestiçagem nesta sociedade, determinados “vocabulários” da cor presentes no período, bem como uma conexão destes termos com a Ibero-América (seus usos e impactos). Destacando a arte musical como ofício e a tradição mineira nesta área, aprofundaremos a relação entre os músicos *negros* e a elite da época, identificando as primeiras influências neste cenário, e os primeiros espaços ocupados pelo maestro Mendanha.

A terceira parte é dedicada à presença do maestro Mendanha no Rio de Janeiro e sua relação com a carreira militar. Integrando bandas militares, e fazendo parte da Capela Imperial, buscaremos, através de sua atuação, uma compreensão dos postos/cargos ocupados por *pardos* no século XIX, qual a importância da música como forma de ascensão social. Sendo enviado para a região sul como mestre de música, foi através do 2º Batalhão de

³² Quando utilizamos o termo “velho”, fazemos referência a documentos que em algum momento foram utilizados por outros historiadores, mas que integram este trabalho ao empregarmos uma nova leitura e abordagem, uma vez que a pesquisa, como nos lembra Ruggiero Romano (2002), “no se trata solamente de encontrar otros documentos, otros textos, sino sobre todo de aprender a (re) leer los viejos” (2002, p. 32).

Caçadores que Mendanha teve sua história conectada com a da Guerra dos Farrapos. Assim, esta parte da tese versará sobre a organização das bandas militares, habilidades e hierarquias, destacando o exército também como um espaço de aperfeiçoamento musical e ascensão social.

Tendo como contexto o pós-farroupilha, a quarta parte deste trabalho abordará a atuação do maestro Mendanha no período posterior ao conflito. Estabelecendo-se no sul do país após a guerra, participou ativamente como músico e membro da mesa-diretora nas Irmandades do Rosário, Conceição e Catedral, sendo o fundador da Irmandade de Santa Cecília, no ano de 1856, juntamente com os membros da sociedade de música de Porto Alegre e outros cavalheiros. Apresentando as Irmandades não apenas como um espaço exclusivamente religioso, oportuno para o emprego de músicos, mas como um espaço de sociabilidades, analisaremos algumas das relações estabelecidas por Mendanha, e como elas puderam influenciar na construção de um prestígio social e na formação de suas redes.

Como capítulo final, a presente tese destaca, após perpassar diferentes momentos da trajetória de Joaquim José de Mendanha, os aspectos que foram lembrados e rememorados pela historiografia. Tema de alguns trabalhos, discorreremos sobre qual foi o “legado” do maestro e como este se estabeleceu como uma *herança imaterial* para a sociedade, ao longo dos anos, sobre os indivíduos escravizados que foram de sua posse, durante a segunda metade do século XIX, sobre a orquestra que foi por ele dirigida e sobre o processo de oficialização do Hino Rio-Grandense. Observando os jornais posteriores ao falecimento do maestro, evidenciamos a menção ao seu nome por discípulos músicos (sendo alguns *homens de cor*, como o mestre), fato que configura que seu prestígio não acabou quando de sua morte. Assim, para além da trajetória individual de Mendanha, objetiva-se analisar uma memória histórica da sua atuação, “cor” e música para um Rio Grande do Sul e um Brasil em formação.

2 MÚSICA E GUERRA CIVIL: UM MESTRE NO CONFLITO FARROUPILHA

Era uma região inóspita e solene. As solidões do pampa deixavam melancólicos os soldados legalistas. Não imaginavam que no mundo houvesse um lugar tão remoto, de tanto frio, tão deserto e tão plano. O frio rachava os lábios, as mãos e os pés, quebrava o couro das botas. Os campos amanheciam cobertos de geada. Se chovesse, a água empoçada transformava-se em gelo durante a noite. [...] A banda chegava em má hora. Os revolucionários preparavam-se para atacar a cidade, e a única forma de a banda chegar à guarnição era pelo rio. A cidade estava cercada pelos melhores comandantes rebeldes (BRASIL, 2006, p. 155).

O fim do ano de 1835 se aproximava para o Brasil Imperial, e com ele o prenúncio de uma das mais longas guerras civis enfrentadas por esta sociedade.³³ Em uma conjuntura de construção de um Estado Nacional, onde a escravidão se fazia presente e hierarquias eram rigidamente estabelecidas, conflitos se espalhavam pelos quatro cantos do Império, anunciando o descontentamento existente por parte das elites locais com o direcionamento das questões políticas e econômicas do período.³⁴ Em um grande jogo de interesses particulares, revestidos por uma preocupação “coletiva”, a primeira metade do século XIX foi de grande instabilidade para o governo imperial, que precisou lidar com a presença de novos projetos políticos articulados por movimentos como o da Farroupilha (1835-1845), no sul do Império.³⁵

Liderado em sua maioria por charqueadores, estancieiros, militares, comerciantes e sacerdotes que tiveram os seus negócios afetados pelas novas medidas adotadas pelo governo, a Guerra Civil Farroupilha se apresentou como um espaço de disputa de poder entre elites, fazendo com que os farrapos, como ficariam conhecidos os revoltosos que lutaram na Guerra de 35, proclamassem a República Rio-Grandense (1836), e estendessem o conflito por quase

³³ 20 de setembro de 1835 é a data que anuncia o início da Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, uma guerra civil interna enfrentada pelo Brasil, no período imperial, e que foi instaurada “oficialmente” pelas forças rebeldes, com o afastamento do Governador e do Comandante de Armas da Província de Rio Grande de São Pedro.

³⁴ A primeira metade do século XIX foi marcado pelos processos de Independência da América Latina e pela emergência de novos projetos políticos. No Brasil, revoltas se espalhavam questionando a proposta centralizadora atrelada ao processo de construção do Estado Nacional brasileiro, como a Cabanagem (1835 a 1840 – Província do Grão-Pará), a Balaiada (1838 a 1841 – Província do Maranhão), a Sabinada (1837 a 1838 – Província da Bahia), a Revolta dos Malês (1835 – Salvador/Província da Bahia) e a Farroupilha (1835 a 1845 – Província de Rio Grande de São Pedro).

³⁵ Conforme vários autores já abordaram, o segundo reinado é um período caracterizado por uma tensão ocasionada pelos conflitos existentes entre vários projetos políticos concomitantes, que geraram demandas de autonomia local. Ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais, Campanha da Princesa, 1799-1850. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

dez anos³⁶, encerrando-se no ano de 1845, com um “acordo”, firmado através do Tratado de Ponche Verde.

Refletindo características fundamentais desta época, a Farroupilha tornou-se não só um jogo de forças políticas e palco de efervescência de ideias, mas também um espaço de circulação de indivíduos, que se uniram tanto ao grupo dos legalistas, quanto dos republicanos, conectando os mais longínquos pontos do Império. E são essas trajetórias individuais que, em um primeiro momento, podem parecer pequenas e pouco expressivas, que, ao serem mapeadas, apresentam fragmentos importantes do século XIX, até então não recuperados por uma historiografia que se consolidou ao estudar este período.³⁷

Desta forma, envolvendo diferentes histórias e personagens de um Brasil oitocentista de estrutura agrária e escravista, a presente tese, ao dar destaque, neste capítulo, a uma das batalhas de maior impacto da referida guerra, a Batalha de Rio Pardo, ocorrida em 30 de abril de 1838, busca, além de iluminar pontos importantes de um dos episódios que marcaram a história do Brasil Imperial, apresentar Joaquim José de Mendanha, músico, maestro, *homem de cor* e combatente pelas forças Imperiais naquele conflito de 35.

Como um exemplo de indivíduo do seu tempo, que, apesar de ser fruto da sociedade em que estava envolto, era também capaz de articular-se e encontrar mecanismos próprios de ascensão e manutenção social, o maestro Mendanha ganhará as páginas deste trabalho, ao viabilizar, através de sua história, uma imersão sobre as possibilidades de atuação e circulação social para *pardos* e *mulatos* deste período, partindo de espaços como o da música, da carreira militar e do associativismo religioso. Congregando junto a sua caminhada a história de outros homens que não se enquadrariam naquilo que a historiografia por muitos anos denominou

³⁶ A Farroupilha foi tema de diversos trabalhos que vão desde os clássicos como Alfredo Varela (1933) *História da Grande Revolução*, Dante de Laytano (1936) *História da República Rio-Grandense*, e Walter Spalding (1939) *A Revolução Farroupilha*, passando ainda por trabalhos da década de 1980, como os de Spencer Leitman (1979), Moacyr Flores (1984), Helga Piccolo (1985), Sandra Pesavento (1985), e se mantendo como assunto de pesquisas mais recentes, onde se destacam autores como Carla Menegat (2009), Carla Barbosa (2009), Daniela Vallandro de Carvalho (2013). Ver ainda: GUAZZELI, César. **O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998; RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a honra nacional”**: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2009; FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

³⁷ Nesta tese, ao fazermos uso da micro-história, e direcionarmos nosso olhar para alguns dos sujeitos que integram a sociedade do Brasil oitocentista, lembramos, através de Jacques Revel (2010), aquilo que o autor aponta como uma verdade simples, essencial, mas tão esquecida: “as grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ação que deles fazem parte” (REVEL, 2010, p. 444).

como uma “elite branca” que liderou a Farroupilha, mas de indivíduos que se fizeram presentes no movimento e tiveram suas histórias vinculadas a este evento, adentramos, a partir deste capítulo, no século XIX, no Brasil Imperial, na Província de Rio Grande de São Pedro, onde, dentre os diferentes sons que poderiam ser escutados ao longo dos embates, o de um músico também se fez presente.

2.1 A BATALHA DE RIO PARDO

Dois invernos já haviam se passado desde o 20 de setembro de 1835, data considerada como marco do início da Farroupilha. Embora uma elite sulina já desse indícios de que este confronto seria estabelecido (reflexo do processo de descolonização que vinha sendo vivenciado no século XIX, e dos novos interesses que envolviam os grupos locais)³⁸, foi com a tomada de Porto Alegre e com a proclamação da República Rio-Grandense, que ocorreria um ano depois, em 1836, que os imperiais começaram a ter maiores dimensões dos problemas que a guerra civil instaurada traria ao governo e a atenção que precisariam direcionar para esta região.³⁹

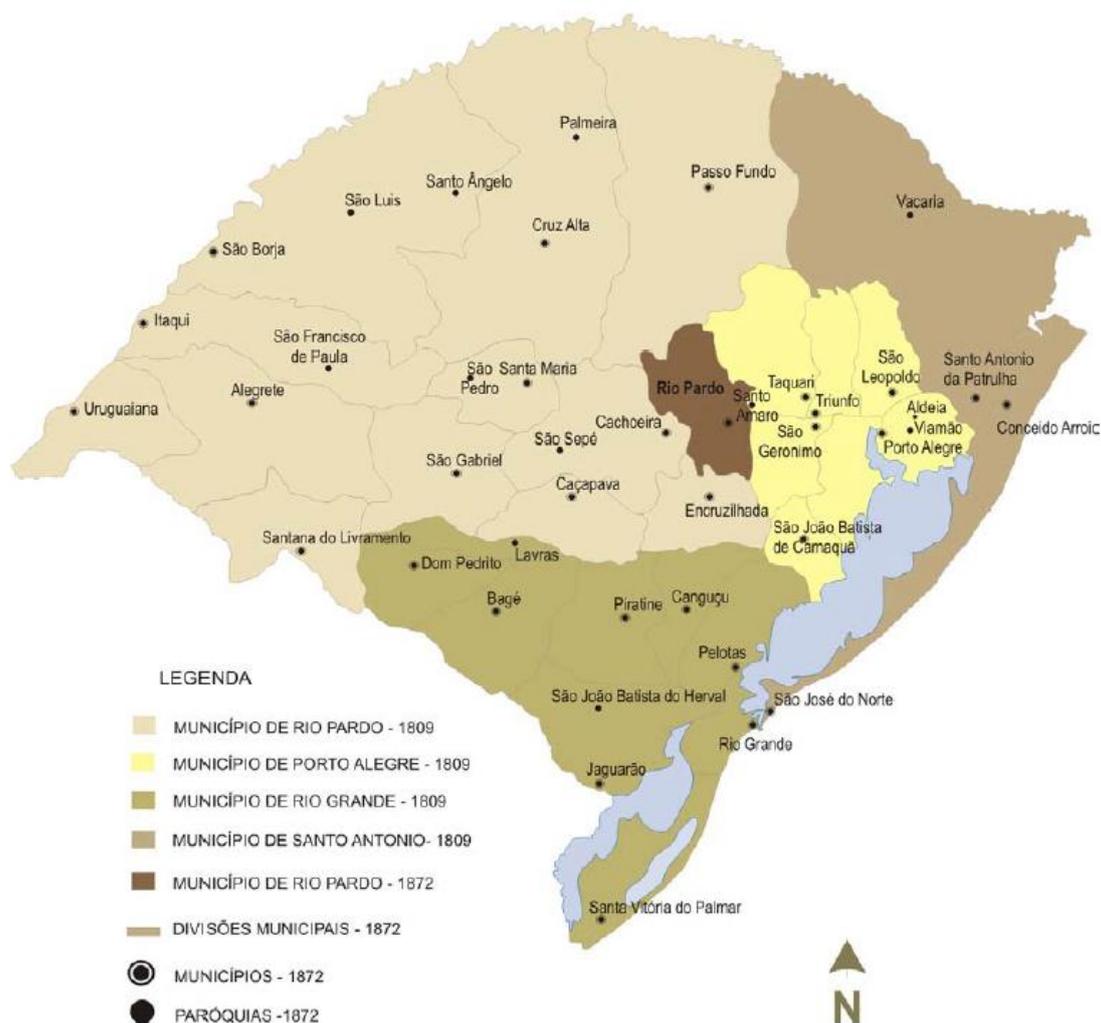
Cientes de alguns dos danos e investimentos que mais um confronto poderia ocasionar neste período, já que o Império encontrava-se passando por diversos conflitos, os legalistas, também conhecidos como imperiais, se prepararam, dentro do possível, analisando as melhores e mais eficientes formas de conter as forças farroupilhas. Só que em nenhuma dessas previsões estava incluído o evento de 1838. Foi neste ano, mais precisamente no dia 30 de abril, nas imediações de Rio Pardo, que o Império Brasileiro conheceu e sentiu, através de uma amarga derrota, um pouco mais da força de combate dos então rebeldes. Considerado “como o reduto invencível das armas brasileiras” (ANTUNES, 1933, p. 14), Rio Pardo, desde o século XVIII, ocupava um espaço importante na região, ao centralizar, em algumas ocasiões, a administração do continente de São Pedro. Para autores como De Paranhos Antunes, “Rio Pardo estava fadado pela sua importância em 35, a ocupar papel saliente na

³⁸ Segundo Sandra Pesavento (1985), em nível de política econômica-financeira, os interesses das elites locais passaram a divergir do centro do Império, onde “os senhores de terra do café, detentores do poder central, se sobreponham as preferências dos estancieiros/charqueadores do Rio Grande” (PESAVENTO, 1985, p. 12).

³⁹ Vale lembrar que na primeira metade do século XIX “as tensões se acumulavam, não só no Rio Grande do Sul como em outras regiões do país de economia subsidiária, dando margem à eclosão de uma série de rebeliões provinciais, marcadas pela presença de ideias federativas e republicanas e demonstrando que as oligarquias regionais estavam insatisfeitas” (PESAVENTO, 1985, p. 15-16).

sangrenta revolução dos farrapos, pois era um dos principais centros do Rio Grande, naquela época” (ANTUNES, 1933, p. 24). Nesse período, “a então Vila de Rio Pardo, acolhia em sua sociedade a elite do povo rio-grandense e suas ruas viviam cheias do mais intenso movimento como entreposto que era entre a capital e as localidades da fronteira” (ANTUNES, 1933, p. 24).

Figura 1: Mapa - Evolução da divisão dos municípios - Rio Grande do Sul (1809-1872)



Fonte: Costa, Miguel Ângelo Silva da, 2006, p. 92.⁴⁰

Tendo como localização, “por terra, dista da Capital da Província, pouco mais ou menos, 28 legoas, e seguindo o curso do Rio Jacuy, hum tanto sinuoso, excede muito a 30”⁴¹,

⁴⁰ Adaptação feita por Costa (2006) dos mapas dos limites municipais de 1809 e 1872.

Rio Pardo era apontado, em estatística de 1814, como o mais populoso dos municípios da Província, com 10.445 habitantes, seguindo de Porto Alegre, com 6.111, e Rio Grande, com 3.590 habitantes (ANTUNES, 1933, p. 24).⁴² Foi neste cenário que os farroupilhas conseguiram impor uma vitória aos imperiais, que, ao não preverem a força do exército dos adversários, se encontraram cercados e derrotados pelos mesmos. Na leitura dos farrapos, “o Imperio desaparece. O canhão de Rio Pardo tocou a sua agonia. O prestígio que o rodeava o abandona. O sangue que para se soste he obrigado a derramar lhe tira a opinião. A Republica vai ganhando o terreno que elle perde [...]”.⁴³ Embora tendenciosos e ainda muito contagiados pelo feito de 30 de abril, os farrapos não estavam totalmente equívocados. Os revoltosos encontraram na batalha vencida o espaço e o fôlego necessário para fortalecer o movimento. Em poucos dias, a notícia já se espalhava. Alguns dados eram desconhecidos, os números de mortos e presos ainda desconhecidos, mas a sensação de que aquilo que acontecera em Rio Pardo teria um peso para os novos desdobramentos e a manutenção da guerra, essas eram informações certas.

No Rio de Janeiro, ainda incrédulos com a derrota, relatos começavam a ganhar as páginas dos jornais na Corte, fazendo com que o Império não pudesse ignorar (embora desejasse) as “novidades” vindas do Sul.

Quando com a velocidade de uma má noticia, chegaram-nos aqui as primeiras notícias da derrota do Rio Pardo, não lhe demos credito, esperávamos que fosse menor o desastre do que se contava, esperávamos que o terror houvesse ennegrecido suas circunstancias, nosso patriotismo recuava ante tão dolorosas narrações; ellas porem se confirmam, tudo foi real, não podemos, embora o queiramos, deixar de dar-lhes credito: as armas brasileiras foram sofridas, mas não soffreram dezar!⁴⁴

Segundo os textos que se espalhavam pela época, os imperiais teriam sido “surpreendidos” por Bento Manoel⁴⁵, que fizera a cavalaria do Marechal Sebastião Barreto, Comandante de Armas da Província, ser derrotada ao cair em uma cilada em região perigosa como a de Rio Pardo, aparentando ter uma pequena força de combate.⁴⁶ Desde o dia 25 de

⁴¹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Correio official* – terça-feira 7 de agosto de 1838, p. 122.

⁴² O Alvará de 27 de abril de 1809 subdividiu o território do Rio Grande do Sul em quatro vilas (Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha) configurando-se a primeira estrutura administrativa territorial do Estado. Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS/Ministério Público do RS/CORAG, 2000. (Série História Administrativa do RGS).

⁴³ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O povo* – sábado, 8 de setembro de 1838, p. 12.

⁴⁴ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O chronista*, nº 189 – quinta-feira 7 de junho de 1838, p. 755.

⁴⁵ Em jornais que circularam na Corte, muito se questionou sobre o fato de Sebastião Barreto não ter previsto os danos desses confronto e a capacidade de ataque de Bento Manoel, indicando que o ataque de 30 de abril de 1838 não seria uma surpresa, mas sim uma tragédia anunciada.

⁴⁶ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Diário do Rio de Janeiro* – segunda-feira, 21 de maio de 1838.

abril de 1838, os farrapos, com uma estratégia definida, foram “entretendo a força com tiroteios em diversas direcções, e occupando diversas passagens, como a do Passo do Coito, e outras”, fazendo com que pela falta de planejamento ou habilidade por parte dos imperiais, os farroupilhas aos poucos se colocassem como “senhor de todas as avenidas”.⁴⁷

Ainda de acordo com comunicado publicado no *Diário do Rio de Janeiro*:

Todas as folhas d’esta corte tem consignado em suas columnas o acontecimento fatal do Rio Pardo; todas ellas o tem lamentado; mas divergem algum tanto as opiniões a respeito da autoridade, sobre quem deva recair a enorme culpa d’esse tremendo revez, que a causa da legalidade recebeu ultimamente na província do Rio Grande do Sul. Uns dizem que o criminoso é o marechal Elisiario por ter dividido as forças, e deixado em Rio pardo uma divisão incapaz de resistir ás forças rebeldes, que de todos os pontos se reúnem alli; sustentão porem outros que é sobre o marechal Sebastião Barreto que deve somente recair a culpa, por saber que o inimigo era muito superior em forças, por ter mesmo sido avisado que elle traçava planos de surpresa, e tẽr sem arte, ou sem tactica alguma determinado, e dado o ataque, e isto conta a opinião dos mais hábeis officiaes de sua duvusão que elle tinha chamado ao conselho; por quanto, tendo o inimigo no dia 25 se apossado da cavallada, foi Barreto admoestado para que fizesse retirada em tempo, e não aventurasse acção alguma contra os rebeldes, os quaes tinham em seo favor o numero, e as posições que occupavão, quando ao contrario as forças imperiaes, alem de serem em metade do numero do inimigo, demais a mais não estavam em posições vantajosas o que não obstante, o marechal Barreto aceitou com summa imprudencia o combate, do qual resultou essa derrota completa por muitos agoirada, e por todos nós sentida e lamentada pela extincção de tantos bravos, que preferirão a morte á fuga, e a escravidão.⁴⁸

A força de ataque, atribuída ao exército farroupilha, era, conforme evidenciam os jornais do período, três vezes maior que a dos legalistas. Avaliada em 3.400 homens, segundo alguns, e 3.600, segundo outros, os farrapos eram em número muito superior ao da coluna do Marechal Barreto, que teria “900 homens de infantaria, 200 de artilharia, e 500 de cavallaria”. Ainda em prejuízo dos imperiais, havia também como adversário o exército comandado por Antonio de Souza Netto, “o primeiro, o mais hábil, ou mais feliz, e o mais valente dos chefes da rebelião”. E enquanto o Marechal Barreto descansava “a somno alto”, e separava suas forças de combate, com pequenos grupos espalhados ao longo de diferentes pontos, estes se tornavam alvo do ataque Farroupilha, que ainda tinha como reforço em suas fileiras os chefes Bento Manuel, David Canabarro, José Marianno, Onofre Pires, entre outros.⁴⁹

⁴⁷ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, nº126 – quarta-feira, 6 de junho de 1838.

⁴⁸ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, nº 129 – sábado, 9 de junho de 1838.

⁴⁹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, nº 125, terça-feira, 5 de junho de 1838.

Conforme ordem do dia expedida do Quartel General na Villa do Rio Pardo em 2 de maio de 1838, assinada por Antonio de Souza Netto e publicada também no jornal *Diário do Rio de Janeiro*,

os subalternos nada deixarão a invejar, secundando os esforços de seus dignos chefes; o mesmo se observou nos valentes soldados e cidadãos, carregando ao inimigo com tal energia, que, mediando para mais de vinte quadras de sua primeira á ultima posição, no curto espaço de setenta minutos, jazia por terra o baluarte da agonizante realza segundo a confissão de seu próprio chefe, sacrificando mortos no campo acima de trezentos, inclusive o coronel Guilherme José Lisboa, major Epifanio, muitos capitães, tenentes e alferes; e 700 e tantos prisioneiros, inclusive o coronel Cabral, gravemente ferido, e o mesmo major Lopo, tenente coronel Antonio de Melo e mais de 40 subalternos; uma banda de musica completa caiu em nosso poder, oito bocas de fogo de campanha com todos os seus reparos, mil e tantos armamentos de infantaria e cavalaria, mui grande porção de munições assim de artilheria, como de mosquete; muita fazenda, algum dinheiro, e mil outros objectos bellicos por ter o inimigo fornecido seu commissariado e thesouraria das tropas. Por mar se fez preza de muitas embarcações carregadas com armamentos, munições, arreios, e muita fazenda inclusive 2 grandes barcas de passar cavallos; e uma boca de fogo a seu bordo. Finalmente, sem exagerar-se, bem se pode avaliar o prejuizo realista em 3 milhões de cruzados.⁵⁰

O valor da conta era alto e o prejuízo que teria que ser “digerido” pelos imperiais, mesmo que não calculado antes, faria parte dos saldos negativos de quem está vivenciando uma guerra. E nela diferentes personagens, histórias, interesses se enfrentavam. Na batalha de 1838, que também ficou conhecida como a Batalha do Barro Vermelho, nomes como Domingos José de Almeida, José Marianno de Mattos, Bernardo Pires, como veremos ainda neste capítulo, já eram conhecidos nesta República, saindo junto com os demais farrapos “vitoriosos” deste confronto.⁵¹ Do outro lado, combatentes Imperiais foram feitos prisioneiros, dentre eles, como aponta Antonio de Souza Netto, “uma banda de música completa”, que tinha como seu Mestre Joaquim José de Mendanha.

Cientes de que episódios como esses eram marcados por interesses, ideologias, mas também e principalmente por pessoas, que embora tão plurais em suas histórias, se conectavam e se enfrentavam em conflitos como no caso de Rio Pardo, entendemos que não haverá relato completo, nem compreensão total do que aconteceu na madrugada de 1838, uma vez que muitos foram os personagens e “olhares” envolvidos.⁵² Mas aquilo que se pode

⁵⁰ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, nº 125, terça-feira, 5 de junho de 1838.

⁵¹ Importante enfatizar que em uma guerra como foi a dos Farrapos, o prejuízo também encontrava-se do lado “vencedor” de uma batalha, onde além de dinheiro investido, tinha-se a perda de vários combatentes.

⁵² Ao fazermos referência a Batalha de Rio Pardo e os múltiplos personagens e olhares que a envolveram, vamos ao encontro de Sabina Loriga (2011), quando a mesma lembra que “mais do que reconstituir as mil circunstâncias, pequenas, mais ou menos banais, que forjaram o acontecimento, torna-se importante fazer

afirmar é que esta interferiu e sofreu interferência de indivíduos comuns, que não ocuparam cargos/postos distintos junto à elite do período, e que mesmo não se encontrando em posições de liderança, não se fizeram menos presentes, pelo contrário, trazem consigo, através de um ponto de vista particular, aspectos por vezes ignorados ou esquecidos de uma época, bem como suas dimensões sociais, e que são extremamente necessários para uma nova leitura do Brasil no XIX.⁵³

O maestro Joaquim José de Mendanha se apresenta como um desses indivíduos. Feito prisioneiro, assim como tantos outros ao longo da Farroupilha, é um dos exemplos da circulação promovida pelos confrontos, onde homens e mulheres de diversas províncias transitaram pela região sul do país.⁵⁴ Mas diferente dos demais, o maestro Mendanha conseguiria ganhar as páginas de alguns jornais do período, e ter a sua assinatura em uma composição de grande importância para os farrapos: a música do seu Hino.

2.2 ENTRE IMPERIAIS E FARROUPILHAS – O DESPONTAR DE UM COMBATENTE

Nascido no ano de 1800, em Itabira do Campo, Minas Gerais, mas vivendo no Rio de Janeiro, onde integrou o 2º batalhão de caçadores, o maestro Mendanha, assim como outros músicos, foi destinado a reforçar as fileiras imperiais, com o objetivo de ajudar a conter as revoltas que ocorriam na primeira metade do século XIX. Embora alguns combatentes se destacassem pela dedicação com que desempenhavam as tarefas a que estavam submetidos e a forma como atuavam nas guerras, nem todos ganhariam “notoriedade”, como o referido maestro. Em tempos em que a hierarquia era rigidamente mantida e a comoção por números de soldados mortos existisse, mas não de forma tão forte quanto a dos oficiais que comandavam os exércitos, a morte do Coronel Guilherme Lisboa, no conflito de Rio Pardo, ganhou espaço entre as publicações do período, e juntamente com ela a atuação do maestro Mendanha.

compreender que elas são mil, pequenas, mais ou menos banais e que bastava faltar uma para que um fato não se produzisse” (LORIGA, 2011, p. 210).

⁵³ Conforme Jacques Revel, “o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 2010, p. 438).

⁵⁴ Fato bastante comum para uma sociedade que se encontrava em estado de guerra, onde militares eram designados a prestar seus serviços em diferentes partes do Império, sendo estes, em alguns casos, acompanhados também de suas famílias.

Tendo grande parte de seus companheiros mortos, feridos ou aprisionados no combate de Rio Pardo, o maestro, mesmo sendo feito prisioneiro pelos farroupilhas, lembrou de solicitar uma sepultura ao seu comandante, o Coronel Lisboa. Em relato trazido pelo jornal *Correio Official*, de 1840, este episódio é destacado, sendo o então maestro apresentado como o “honrado Mendanha”:

O honrado Mendanha, mestre da musica do 2º batalhão de caçadores, apesar da differença que havia de graduação entre elle e o seu Coronel, se achava a este ligado pela mais estreita e sincera amizade; e isto de muitos annos. Testemunha do heroísmo com que acabou seus dias aquelle commandante no infausto ataque do Rio Pardo, no meio do terror e carniçaria que desalmadamente fazião os rebeldes, Mendanha, esquecido de si e do mal que lhe poderia resultar, se dirigio aos chefes anarchistas, pedindo-lhe permissão para dar sepultura ao seu amigo e commandante; e sendo-lhe concedida, o foi sepultar no cemitério da Igreja do Senhor dos Passos. Ainda não satisfeito (tanto póde a saudade em corações bem formados!) e antevendo o dia em que seria resgatado do domínio rebelde, impetrou rehver as caras cinzas, e as conservava em hum pequeno caixote que comsigo conduzia para onde quer que fosse! Afinal recobrando sua liberdade naquella sortida, aqui se apresentou com os illustres desposjos! Tão depressa a officialidade da guarnição foi sciente de tão saudoso deposito, que por meio de uma subscrição aberta entre todos os officiaes e empregados militares (na qual também o Exmo. Sr. Presidente generosamente subscreveo), se tratou de fazer com o maior apparato possivel o funeral do extincto Coronel, [...].⁵⁵

Os motivos que fizeram com que o maestro Mendanha tivesse esta atitude podem ser justificados levando em consideração os valores internalizados pela sociedade oitocentista, na qual respeito e lealdade aos seus superiores eram características fundamentais, e que deveriam se fazer presentes em todo bom subalterno. Embora na prática isso pudesse não ocorrer da forma que os superiores desejavam, visto os diferentes motivos que levavam cada soldado a ingressar nas filas do Exército, era de conhecimento de todos, que um bom desempenho na guerra poderia trazer benefícios e premiações, fazendo com que um indivíduo conseguisse ocupar espaços importantes, antes não acessados.

Mesmo sendo uma decisão arriscada (já que poderia ocasionar danos físicos e mesmo a morte), o alistamento em momentos de conflitos bélicos poderia ser potencializado pelos indivíduos como estratégia de ascensão social. Os embates armados eram momentos importantes de acumulação de capitais simbólicos (ligados à coragem pessoal e ao desprendimento, por exemplo) e relacionais (com a construção ou o reforço de boas relações entre os *camaradas de farda*, bem como entre os localizados horizontal ou verticalmente nas hierarquias militares).

⁵⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Correio official*, sexta feira, 24 de janeiro de 1840, p. 71.

Mas o caso de Mendanha iria além. Em um contexto de guerra, vários foram os cadáveres de oficiais abandonados nos campos de batalha, uma vez que raramente alguém teria a audácia de, em condições de inferioridade, tentar negociar com as forças inimigas.

O ato que muitos consideraram como de coragem do maestro Mendanha pode também estar fundamentado nos laços de amizade, compromisso e “honra” que embasavam as relações e a troca de favores no XIX. Considerado um valor que ressoava entre todas as elites da época⁵⁶, fossem imperiais ou farroupilhas⁵⁷, Mendanha encontrou na “moeda comum”, a honra, a fórmula que o ajudou a manter boas relações, entre os dois lados, durante uma parte da guerra. Importante capital simbólico, como nos lembra Pierre Bourdieu (1977), o indivíduo considerado honrado, é detentor de muitos benefícios, fato que possibilita, entre outras coisas, uma inserção e ampliação de rede de contatos.

Desta forma, o vínculo estabelecido entre o maestro Mendanha e o Coronel Guilherme Lisboa, a quem estava subordinado, se perpetuava, fazendo com que até mesmo a morte não dissolvesse tal compromisso. Essas relações, em seus diferentes níveis, eram comuns e valorizadas na sociedade deste período, e o maestro Mendanha, ao se mostrar fiel a ela e aos laços que o ligavam ao seu comandante, passou a ser visto como um indivíduo honrado e leal pelas pessoas e relações que o cercavam. Talvez, naquele momento, o maestro Mendanha não tivesse a total dimensão daquilo que a sua atitude poderia causar, já que “a história humana não é determinada pela ação de grandes causas necessárias, exclusivas e previsíveis, nem sequer é dirigida pela Razão, por um desígnio racional, mas é coberta por mil fardos concomitantes: cada indivíduo se encontra sempre no coração de uma série móvel de fatos” (LORIGA, 2011, p. 191). Mas certamente, espalhava-se entre os demais soldados e oficiais a repercussão deste feito, a ponto de Caxias afirmar que “sua conduta civil e militar, seus atos de valor em todas as ocasiões de perigo, e seus longos serviços de campanha, unido a um talento pouco vulgar para composições de músicas, tem se tornado digno da estimação de todo o Exército”.⁵⁸

⁵⁶ Sobre honra no Rio Grande do Sul do XIX ver: MONSMA, Karl. O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra entre as elites do Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: HEINZ, Flavio M. [org.] **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 178-195; REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de honra**: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

⁵⁷ Segundo Monsma, “a honra é uma avaliação pública da confiabilidade do indivíduo e, portanto, de seu valor como parceiro em vários tipos de trocas, mas a maneira de avaliar a honra difere conforme o grupo social em que cada indivíduo se insere, porque a natureza das redes de relações e das trocas varia entre grupos” (MONSMA, 2009, p. 193).

⁵⁸ Biblioteca Nacional - BN, seção de manuscritos, C-0755, 049.

Ainda ao elencar alguns fatos da vida do maestro, Caxias também enfatiza sua atuação em Rio Pardo, no ano de 1838:

Remetendo a V. Exa. o requerimento do Inspetor Geral de todo o instrumental do Exército Joaquim José de Mendanha, cumpre-me informar a V. Exa. para levar ao conhecimento de Vossa Majestade o Imperador, que é verdade tudo quanto alega o Suplicante, e que alguns fatos de sua vida militar que o tornam muito recomendável, ele deixou por modéstia de mencionar, sendo um deles o que praticou este insigne Mestre de Música no dia 30 de Abril de 1837. No desastroso combate de Rio Pardo em que elle abandonando os instrumentos de sua profissão, logo que principiou o combate, armou a todos os seus companheiros, e com elles combateo ao lado do seu digno chefe o Coronel Guilherme Jose Lisboa até que tendo sucumbido o dito Coronel e decidindo-se a Victoria por parte dos rebeldes, quando os officiaes e soldados tinham acabado de entregar as suas armas e que estavam sendo inaltados pelos rebeldes os cadáveres dos officiaes do Exercito Imperial que jazião sobre o campo do combate, elle teve a audácia de se dirigir, diretamente ao General rebelde e de lhe pedir licença para enterrar o seu chefe, com todas as honras fúnebres, que correspondião a sua patente e valor, e foi tal o desembaraço, que isto praticou que os mesmos rebeldes consentirão, e elle com a sua banda de musica, e a sua custa, fez o enterro de seu chefe com todas as formalidades da Igreja, e conservando-se ainda por mais de um anno prisioneiro, sem que nunca quisesse, como os mais, tomar o serviço rebelde, teve a constância de desenterrar os ossos de seu chefe e deles se não esquecer no momento em que foi resgatado pelas forças imperiais, na mesma vila do Rio Pardo.⁵⁹

Em outro documento enviado do Quartel do Comando de Brigada em Porto Alegre, em 1º de dezembro de 1839, com assinatura de João Dias de Castro e tendo como destinatário Thomás Jozé da Silva, Marechal Comandante da Guarnição e Felipe Nery de Oliveira, Brigadeiro Comandante de Brigada, a participação do maestro Mendanha também é narrada, junto ao episódio que marcaria o recebimento dos ossos do “heróico Irmão de Armas, Coronel Lisboa”.⁶⁰ Segundo consta no relato, durante muito tempo, “o leal Mendanha, Mestre da Música, não se separava deles, associando-os sempre a seus projetos de fuga; teve afinal esta satisfação, esse bom Brasileiro, digno de todo louvor, por seu aferro à Santa Causa das Leis, e a subordinação [3v] que soube conservar na banda de Música e Cornetas que dirigia.”⁶¹

Constatando este apego do maestro Mendanha aos ossos do seu superior, o coronel Guilherme José Lisboa, podemos considerá-lo como uma forma de manifestação de sentimentos fúnebres típica do Oitocentos. Como veremos nos próximos capítulos, o maestro Mendanha demonstrou ao longo de sua vida uma forte devoção religiosa, participando assiduamente (tanto pessoal, como profissionalmente) das principais manifestações católicas,

⁵⁹ BN, seção de manuscritos, C-0755, 049. No documento o ano do Combate de Rio Pardo encontra-se equivocado, sendo a data correta: 30 de abril de 1838.

⁶⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - ANRJ - Maço IG¹ 174, doc. número 244.

⁶¹ ANRJ - Maço IG¹ 174, doc .número 244.

inclusive sendo presença constante no associativismo representado pelas irmandades locais. Aqueles eram tempos nos quais os mortos e os cultos a eles voltados estavam no centro das sociabilidades dos vivos. Segundo João José Reis:

Na religião das Irmandades [...] vivos, mortos e santos participavam de uma família ritual que devia permanecer unida. Essa visão mais orgânica do espaço sagrado era parte de uma visão de mundo e do sobrenatural em que os mortos tinham algo de divino. Nas capelas das Irmandades se rezava tanto pelos mortos como para os mortos. Os mortos participavam da resolução dos problemas dos vivos tanto quando Deus e os santos, mesmo se com pesos e medidas diferentes. E, assim como na relação com os santos, os vivos deviam zelar por seus mortos para fortalecê-los. Isto significava, entre outras coisas, garantir-lhes um lugar ritualmente próximo dos seres divinos. Zelar pelos mortos também significava zelar pelo próprio destino dos vivos. A sepultura eclesiástica era, se não uma garantia, pelo menos uma condição de salvação [...] (REIS, 1991, p. 60).⁶²

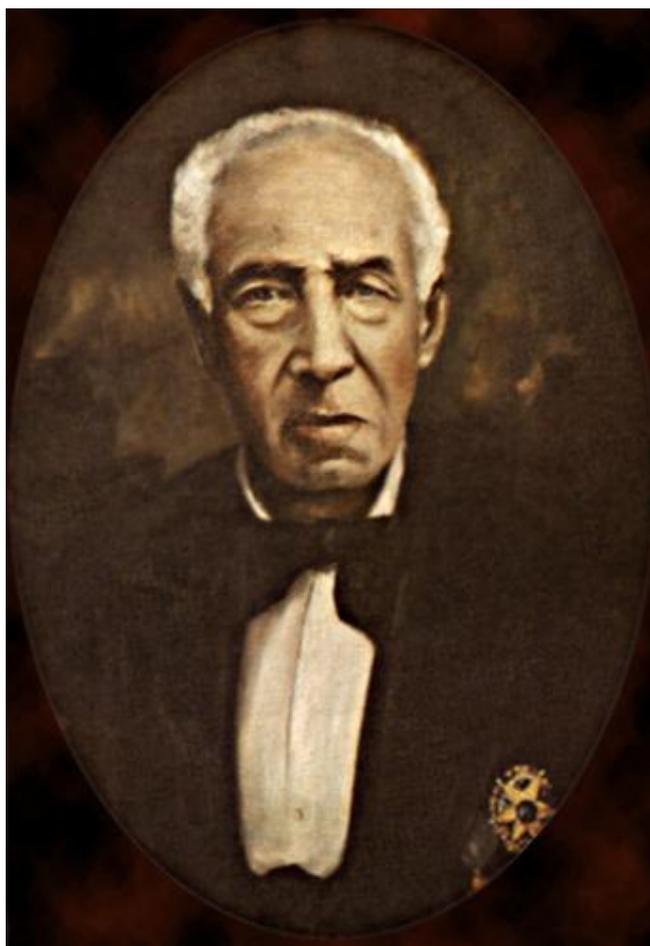
Zelar pelos mortos, entre outras coisas, significa dar-lhes respeitável sepultura, não deixando seus cadáveres expostos, sozinhos e sem rituais que os encaminhassem ao *descanso eterno*. Na sociedade hierarquizada do Oitocentos, o espetáculo fúnebre servia como manifestação simbólica de coletividades específicas, sendo assim a festa fúnebre que garantia em primeira instância a salvação da alma do defunto, também serviria para reforçar alianças terrenas. Não sabemos se o maestro Mendanha demonstrou solidariedade com os outros inúmeros cadáveres legalistas produzidos na batalha de Rio Pardo, mas a preocupação apresentada com o destino dos ossos do seu Comandante foi certamente recebida pelos seus superiores como um apego à causa imperial⁶³. Sendo assim, não se pode negar a existência de

⁶² Sobre o associativismo fúnebre, ver: CATROGA, Fernando. **O céu da memória**. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. 1756-1911; e SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). 2004. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Sobre a *boa morte*, ver: ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014; Kühn, Fábio. **O Projeto Reformador da Diocese do Rio de Janeiro**: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780- 1815). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997; NASCIMENTO, Mara Regina do. **As Irmandades no Meio Urbano**: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos Porto Alegre (1780-1850). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

⁶³ Não foram poucas às vezes em que os rituais fúnebres (ou a falta deles) foram usados como instrumentos de disputa. Apenas para citar um caso, em 25 de agosto de 1837, foi assassinado na saída de um baile o general farroupilha João Manoel de Lima e Silva, um dos principais promotores do recrutamento de escravos e libertos para as fileiras rebeldes. Morto pelo índio Roque Faustino, seu cadáver foi abandonado, nu e insepulto, conspurcando o falecido, mas também as hostes de seus companheiros de fardas. Encontrado pelos farroupilhas, seu cadáver foi respeitadamente sepultado, em Caçapava. Em 1840, quando esta cidade foi tomada pelas tropas imperiais, seu túmulo foi *arrasado* e os seus restos mortais arrastados e espalhados pelo campo. Ver:

uma generosidade e mesmo coragem relacionada a este ato, certamente movido pela devoção católica e pelo afeto a um amigo de farda falecido, mas é necessário também destacar que esta atitude dialogava com um Estado que procurava fortalecer-se, e que não hesitou em premiar, posteriormente, o seu promotor com uma comenda imperial.⁶⁴

Figura 2: Joaquim José de Mendanha



Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre/RS.

A banda, também feita prisioneira, integrava junto com o maestro Mendanha o 2º Batalhão de Caçadores, onde alguns nomes foram apontados por Fernando Binder (2006), em sua dissertação intitulada *As Bandas Militares no Brasil: organização e difusão entre 1808-*

MOREIRA, Paulo R. S.; PENNA, Rejane, CARDOSO, Raul Róis Schefer (org.). **Os Soldados Libertos são os mais valentes**: Documentos sobre a Revolução Farroupilha. São Leopoldo: Oikos, 2014.

⁶⁴ Na imagem do acervo do Museu Júlio de Castilhos, Joaquim José de Mendanha aparece portando a condecoração da Ordem do Rosa, outorgada por iniciativa do Duque de Caxias no ano de 1877, assunto que abordaremos no capítulo 4 desta tese.

1889. Nesta listagem (ver quadro a seguir), consta junto ao nome do maestro, a identificação de mais 18 músicos que provavelmente participaram da Batalha de 1838.⁶⁵

Quadro 1: Integrantes da banda do 2º batalhão de caçadores em 1837

Nome	Graduação
Joaquim Jose de Mendanha	Mestre de Música
Francisco da Motta	1. ^a classe
Elizario José	1. ^a classe
Luiz José da Cunha	1. ^a classe
João Ferreira Lima	2. ^a classe
Domingos José da Costa Pereira	2. ^a classe
Felicio de Mendanha Ferreira	2. ^a classe
Floriano Miguel Linio	2. ^a classe
Manoel Pereira Leite	2. ^a classe
Lucio José da Gloria	2. ^a classe
Manoel Felipe	2. ^a classe
João Serafim dos Anjos	2. ^a classe
Antonio [Fernandez?] Porto	2. ^a classe
João Carlos de Andrade	2. ^a classe
Antonio Joaquim de Souza	2. ^a classe
Alberto Luiz	2. ^a classe
Candido Jesuíno	3. ^a classe
Manoel Frz ^a de Santanna	3. ^a classe
José Antonio dos Santos	3. ^a classe

Fonte: BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. Vol. 1. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006, p. 70.

Segundo Binder (2006), “o aprisionamento da banda parece ter sido motivo de grande alegria para os revolucionários farroupilhas, que, aparentemente, não contavam com conjunto musical” (BINDER, 2006, p. 70). Considerado por autores como Dante de Laytano como sendo “todo o ciclo musical dos farrapos” (LAYTANO, 1983, p. 361), os rebeldes encontraram no maestro Mendanha a oportunidade para a composição da música que

⁶⁵ A listagem apresentada por Fernando Binder, refere-se a relação de mostra de vencimentos do 2º Batalhão de Caçadores, de 01 de outubro á 9 de novembro de 1837.

acompanharia as principais festividades e os eventos mais solenes da então proclamada República: o Hino dos Farrapos.

Essa “encomenda” solicitada ao maestro se apresentou como mais um passo social dado por esse mineiro em terras distantes, colaborando para o seu estabelecimento no sul do Império, e para a formação de laços nesta região. Em publicação do jornal *O Povo* de 1839, o maestro Mendanha é anunciado acompanhando as forças farroupilhas, iniciando uma participação que seria constante ao longo dos anos, em eventos importantes para aquela sociedade.

A marcha de numeroso comboy foi magestosa e tranquila, o tempo favoreceu, e nada veio disturbar a boa harmonia que sempre existe entre homens animados de hum mesmo principio, de huma mesma opinião: expostos aos mesmos perigos, e que dividem o mesmo pão e os mesmos trabalhos. [...]

No dia 24 e as 5 horas da tarde o Exmo Presidente, acompanhado do seu Estado Major, e das Autoridade locais, foi reunir-se ao Governo para assim fazer sua entrada solemne na Vila, o que efetuou depois de ter cumprimentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda, os Magistrados, e mais empregados de todas as repartições. Vinha escoltando o Trem da Guerra e o material das officinas publicas, huma força das três armas commandada pelo valeroso Tenente Coronel Moraes; a banda militar dirigida pelo hábil Professor Mendanha a precedia tocando o hino nacional.⁶⁶

Embora se saiba que no período da Farroupilha, nem todos os Rio-Grandenses faziam parte do grupo dos farrapos, uma poderosa e influente elite desta província liderava a guerra, e o maestro Mendanha, como compositor do Hino que “simbolizava” a então República, passou também a acompanhar esses indivíduos. Um indicativo disto é que, no período de trocas de capitais farroupilhas, onde o governo teve a sua sede transferida de Piratini para Caçapava, o referido maestro e sua música já se faziam presentes.⁶⁷

Sendo uma passagem repleta de formalidades e comemorações, na qual a música cada vez mais se tornava um elemento fundamental, o maestro Mendanha foi, aos poucos, despontando naquela sociedade, ao ter o seu nome anunciado junto ao de autoridades do período. Mesmo não integrando aquilo que chamamos de uma “elite”⁶⁸ do movimento, o personagem em questão estava em contato direto com ela, compartilhando dos mesmos lugares (ainda que em posições distintas), integrando um seleto grupo, fato que se mostrou

⁶⁶ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O povo*, n.45, sábado, 2 de fevereiro de 1839, p.2.

⁶⁷ Em publicação do jornal *O Povo* de 1839, a escolha da 2ª Capital Farroupilha, é anunciado: “Caçapava foi preferida. Sua posição central; a salubridade de seu clima; a lealdade de seus habitantes, e a decidida e franca cooperação que sempre eles prestarão a santa causa da Patria, lhe merecia tamanha honra”.

⁶⁸ Utiliza-se a definição de Flávio Heinz ao se referir ao conceito de elite, uma vez que se trata “de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 2006, p. 7).

favorável a que o maestro conhecesse e fosse reconhecido por essas pessoas, conseguindo, dentro do possível, conquistar além de admiradores, novos laços de amizade.

Em um impresso de 1887, tal fato é lembrado por João Gabriel Teixeira, ao publicar uma justificativa sobre a música do Hino:

Esse hymno foi composto por Joaquim José de Mendanha, logo depois do combate de 30 de abril de 1838, em que o exercito republicano derrotou o legal, nesta então villa de Rio Pardo, pois que Mendanha com toda a banda de musica, de que era Mestre, ficou prisioneiro. Foi cantado pela primeira vez em um baile oferecido a officialidade republicana, no dia 6 ou 7 de maio daquele ano. Passado dias, seguiu Mendanha, com a banda, para Piratiny, capital da Republica, e ali deu a musica do novo hymno que composera, já então passado para piano e canto, a muitas pessoas, tornando-se dahi em diante muito conhecido, pois que não só era cantado em salões, como era tocado ou cantado nos actos officiaes da Republica rio-grandense.⁶⁹

Outro importante espaço em que o maestro Mendanha se fez presente foram os locais religiosos⁷⁰, participando de missas ou festividades, nas quais encontrava uma recepção favorável à sua arte. Em publicação do jornal *O Povo* de 2 de fevereiro de 1839, a execução da música do maestro Mendanha é enaltecida, ao ser referenciada como uma melodia “penetrante e religiosa”:

Acabadas estas importantes formalidades, o Ilmo. Snr. Presidente da Camara pronunciou huma allocução que transcrevemos, e depois o Exmo. Snr. Presidente acompanhado de dous Ministros, do Presidente e Vereadores da mesma Camara dirigio-se à Igreja para ouvir a Missa e o Te Deum em acção de graças ao Altissimo pelo muito que protege a causa Rio-Grandense. ... Orou a Missa o Reverendissimo Padre Vigario da Vara Fidencio José Ortiz da Silva, servindo de acollito o Reverendo Padre Antonio Homem de Oliveira; e o Snr. Mendanha a rendeu mais devota com huma melodia tão penetrante e religiosa que nosso coração cheio de fé, e arrebatado em hum estasi celestial se lançava no futuro, e via o cumprimento da vontade de Deos: A nossa Patria livre, grande e poderosa.⁷¹

E assim, aos poucos, o maestro Mendanha, antes destacado pela sua atuação em combate, também passava a ser conhecido pela sua música no sul do Império. De acordo com Antonio T. Corte Real (1976), em publicação intitulada *Em torno da Música do Hino Rio-Grandense*, após o combate de Rio Pardo, os farroupilhas teriam sido “complacentes para

⁶⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS – Fundo Bernardo Pires BP 458 – Impresso/ Rio Pardo, 12 de novembro de 1887 – João Gabriel Teixeira.

⁷⁰ Na segunda metade do XIX, o maestro Mendanha passa a ter uma atuação significativa junto as Irmandades de Porto Alegre, tema que exploraremos no capítulo 5 desta tese.

⁷¹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O povo*, sábado, 2 de fevereiro de 1839.

com Mendanha e seus músicos, por não possuírem banda de música em seu grupo” (CORTE REAL, 1976, p. 14), fazendo com que o referido maestro, poucos dias após o combate, criasse a música do Hino, conhecido também por “Hino da Nação, Hino Nacional, Hino de 35 e, ainda, Hino Farroupilha” (CORTE REAL, 1976, p. 17).⁷²

Ainda segundo Corte Real,

poucas horas após sua capitulação desfrutavam os referidos prisioneiros plena liberdade, dispensando-lhes os vencedores particular deferência. Esta ambiência favoreceu psicologicamente a criação da música do Hino Republicano Rio-Grandense, composta por Joaquim José de Mendanha, em maio de 1838, ou seja, poucos dias depois do Combate de Rio Pardo. Este fato comprova Mendanha haver anuído de boa vontade à situação emergente de servir os Farrapos, embora conservasse interiormente sua propensão para o regime monárquico então vigente. (CORTE REAL, 1976, p. 14).

Se esta situação favoreceu o maestro Mendanha para a realização da composição, e se o mesmo encontrava-se “anuído de uma boa vontade”, são afirmações feitas pelo autor, que podem, em parte, ser questionadas, visto que um contexto de guerra sempre deixa marcas nos indivíduos que nela lutaram, e com Mendanha não seria diferente. Mas é notável que a música do maestro, seja ela por falta de outros compositores que pudessem ter cumprido a solicitação dos Farrapos, ou realmente pelo seu talento e pela qualidade, fez com que o mesmo conseguisse se articular entre as duas forças⁷³ e manter uma condição favorável neste período.⁷⁴ Assim, a participação do maestro Mendanha na guerra civil farroupilha se apresentou como uma porta de entrada para a sociedade sulina, através da qual ele conseguiu – de forma um tanto que surpreendente – conquistar a simpatia de farroupilhas e legalistas.

Como veremos ao longo desta tese, a “manutenção social” exigiria tantos esforços quanto uma ascensão, fazendo com que os espaços ocupados pelos indivíduos fossem cuidadosamente preservados, já que para um “homem de cor”, como era o caso do maestro Mendanha, conseguir estreitar os laços com agentes importantes da sociedade do XIX se

⁷² Segundo Corte Real “Proclamada a 15 de novembro de 1889 a República Brasileira, o aludido hino, por simbolizar, sua música e sua letra, o idealismo da epopeia farroupilha, passou a ser o hino do Estado do Rio Grande do Sul, denominado então Hino Rio-Grandense, por anuência popular” (CORTE REAL, 1976, p. 17).

⁷³ Tal colocação ganha fundamentação se analisarmos a folha de pagamento do Império, onde é solicitado que “Joaquim José de Mendanha, Mestre de Musica do 2º Batalhão de Caçadores de 1º Linha, em quanto achar-se na expedição que marchou para a Província de S. Pedro do Sul, seja contemplado na Folha daquella Capela com o ordenado que percebia pelo emprego que nella occupava” (jornal *Correio Official*, 1837).

⁷⁴ O maestro Mendanha também aparece em correspondência da Coleção Varela, em aviso referente ao pagamento pelos seus serviços enquanto músico: “Ao Inspetor Geral Interino do Tesouro ordenando-lhe em nome do Exmo. Senhor Presidente haja de expedir ordem para a José Joaquim de Mendanha, Mestre da Música, mandar dar a quantia de 60 patações prata para o mesmo distribuir por todos os músicos” AHRs, CV- 891, Vol. 4, p. 255, 18 de abril de 1839 – copiadador de Domingos José de Almeida.

apresentava como uma tarefa laboriosa, que requeria diferentes atributos e/ou estratégias, não sendo acessível a todos. Desta forma, em um período no qual alguns homens livres tentavam gradativamente se afirmar em um espaço social intermediário, o ofício musical se estabeleceu como um dos caminhos encontrados por indivíduos “não brancos” para se colocar na sociedade do Brasil Imperial.

Porém não foi apenas através da música que *pardos* e *mulatos* se fizeram presentes nos conflitos do XIX. Engrossando as fileiras tanto da Infantaria, quanto da Cavalaria, durante a guerra civil, “homens de cor” lutaram no mesmo confronto, podendo ocupar postos subalternos, como foi o caso da maioria, e em algumas situações também cargos de comando.⁷⁵ Mas quem seriam esses indivíduos com quem o maestro Mendanha estaria em contato na Farroupilha, e que poderiam ter em comum, entre outros elementos, a “cor”? Colhendo indícios através de jornais e correspondências da primeira metade do século XIX, buscamos mapear alguns casos em que os termos *pardo*, *mulato* e *negro* foram usados na então República dos Farrapos, e de que forma estes refletiam as hierarquias existentes.⁷⁶

2.3 A “INCIDÊNCIA DE SUA COR” – OS “PARDOS E “MULATOS” NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

O Brasil oitocentista traz em sua história algumas construções sociais que foram se enraizando ao longo do referido século, designando os espaços que cada indivíduo deveria ocupar naquela sociedade. Envolto por uma profunda miscigenação, fruto do período colonial, onde pessoas com epidermes diferentes se multiplicavam e categorias eram usadas para classificar e organizar hierarquicamente a população, nomenclaturas como *pardos*, *mulatos*, *morenos*, *negros*, entre outras, se fizeram presentes em documentações desta época, evidenciando a existência de múltiplas denominações, que, por vezes, diferenciavam

⁷⁵ Em trabalho de Conclusão de Curso de Letícia Marques (2010), intitulado *Entre Soldados e Ministros: A participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)*, foram feitas algumas reflexões iniciais sobre essa participação tanto no grupo dos Lanceiros Negros, como também junto aos Ministérios da então República Rio-Grandense. Sobre este assunto ver ainda: CARVALHO, Daniela Vallandro. **Fronteiras da Liberdade**: “Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁷⁶ De acordo com Imízcoz: “Partiendo de los actores sociales es posible percibir la relación íntima y efectiva entre dimensiones que, de outro modo, aparecen dissociadas y que relacionamos de forma sobrevenida, mediante supuestas cadenas de dependência o determinación” (IMÍZCOZ, 2004, p.4).

personagens, por outras os associavam, indicando como a barreira que separava esses termos poderia ser sólida em alguns momentos, mas fluída em outros.⁷⁷

Gabriel Aladrén (2010), ao analisar as categorias de cor e hierarquias sociais no Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do período colonial, evidencia a presença dos “designativos de cor como indicadores não apenas da tez e da naturalidade, mas também da própria condição social” (ALADRÉN, 2010, p. 134). Ainda segundo Aladrén:

Em uma sociedade que se estruturava na escravidão e que associava preferencialmente a condição cativa à cor negra e a liberdade à cor branca, a existência de indivíduos e grupos sociais que mesclavam atributos a princípios típicos exclusivos de um ou outro extremo da hierarquia social (cor da pele negra e liberdade) engendrava a criação de lugares sociais mestiços (ALADRÉN, 2010, p. 128).

O autor, ao fundamentar-se nos Mapas de população na Capitania do Rio Grande de São Pedro, datados de 1798, 1802, 1807 e 1809, alerta que estes se apresentam como uma “linguagem oficial” do período, onde o espectro de designativos usados por esta sociedade poderia ser muito mais amplo dos encontrados nesse tipo de documentação, apresentando um número maior de novas variáveis.⁷⁸ Essa diversidade apontada por Aladrén, por sua vez, pode ser encontrada através de fontes como as correspondências da primeira metade do século XIX.

Partindo de Sabina Loriga, quando esta enfatiza que é preciso pensar *a partir* da documentação, sendo que “a ideia de que os fragmentos do passado sobreviveram em virtude de seu valor e de sua significação é uma ilusão, uma vez que os próprios processos de conservação são extremamente aleatórios” (LORIGA, 2011, p. 101), as missivas conservadas do período imperial se tornam extremamente importantes para este tipo de análise, por serem uma fonte que permite observar além dos usos das terminologias, a forma como os agentes

⁷⁷ Embora alguns indivíduos tenham permanecido com a mesma classificação ao longo da vida, poderia haver em alguns casos, dependendo do lugar social ocupado por determinado agente (ou pelo observador que registrava os documentos), uma modificação nesta classificação, onde indivíduos que em um primeiro momento eram registrados como *negros*, aparecem posteriormente como *brancos*. Em outras situações, poderia ocorrer o inverso, de um indivíduo *parda*, poder ser visto como *mulato* ou *negro*. O trânsito e a fluidez com que essas terminologias eram alteradas são reflexos da sociedade oitocentista que embora extremamente hierárquica, continha alguns espaços de transição. Roberto Guedes (2008) faz referência a algumas dessas transformações ao analisar os mapas e listas de populações em Porto Feliz, São Paulo no início do XIX.

⁷⁸ Segundo Gabriel Aladrén (2010, p. 128), em fins do período colonial, a classificação da população no Rio Grande de São Pedro era composta pelas categorias de brancos, índios, pardos forros, pretos forros, pardos cativos e pretos cativos.

evidenciam “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas” (GOMES, 2004, p. 11).⁷⁹

Para o Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, as correspondências que integram a Coleção Varela se apresentam como um dos mais importantes conjuntos de fontes documentais sobre a Guerra Civil dos Farrapos. Preservada inicialmente pelo farroupilha Domingos José de Almeida e recebida, anos mais tarde, pelo historiador Alfredo Varela, essa documentação passou a integrar o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ainda na primeira metade do século XX, e divulgada, aos poucos, em publicações dos Anais do Arquivo Histórico desta instituição.⁸⁰ Contendo importantes informações da época em que o maestro Mendanha passou a ter contato com a Província de Rio Grande de São Pedro, encontramos, neste material, evidências de indivíduos, que, assim como o maestro, não integravam o grupo dos “homens brancos”, mas que se fizeram presentes ao longo da República Rio-Grandense, bem como algumas das nomenclaturas e taxonomias usadas nesta época.⁸¹

Em correspondência datada de 1839, enviada ao Ilmo. e Exmo Sr. Marechal Antonio Elzeário de Miranda e Brito – Presidente da Província e Comandante das Armas da mesma, pelo Major Francisco Pedro de Abreu, o mesmo ao narrar uma das suas ações na guerra, indica algumas das várias denominações que poderiam se fazer presentes:

E seguindo à vila do Triunfo e observando as instruções de V. Ex.^a, desembarquei às quatro horas da madrugada no porto chamado do Carvalho, com quarenta homens de cavalaria, seguindo as mais forças embarcadas a cercar a vila do Triunfo da parte do mar; seguindo eu repentinamente por terra encontrei uma partida rebelde comandada por um Tenente-coronel Moraes; foi pelos legais derrotada, escapando-se o dito comandante, deixando cavalo arreado, mala e roupa; ficaram prisioneiros um cirurgião, um mulato e dois negros, e penso um ser cativo.⁸²

⁷⁹ Importante enfatizar que a partir da segunda metade do século XIX, há uma alteração nas construções sociais estabelecidas no que se refere à relação branco/ livre e preto (ou negro) /escravo. Segundo Hebe Mattos (1998, p.94) o crescimento de população mestiça, bem como o fim do tráfico de escravos (1850) não permitia mais com que os não-brancos livres fossem percebidos como exceções controladas. Desta forma para a autora “o sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos” (MATTOS, 1998, p. 99).

⁸⁰ As correspondências da Coleção Varela reúnem um conjunto variado de documentos que mesclam desde questões públicas, a assuntos privados. Sobre a Coleção e a história deste acervo ver: ARCE, Ana Ines. **“Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”**: Uma história arquivística da Coleção Varela. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

⁸¹ Neste item não temos como objetivo apresentar todas as variáveis existentes que poderiam envolver os “homens de cor” na República Rio-Grandense, mas sim, através de alguns casos, indicar a existência de determinadas nomenclaturas, contextualizando o espaço e a sociedade encontrados pelo maestro Mendanha.

⁸² AHRS, CV – 51, v. 2, p. 46. Porto Alegre 1º de março de 1839.

O Major Abreu ao mencionar os prisioneiros e descrever que entre eles se achavam um *mulato* e dois *negros*, sendo um cativo (escravo), indica que esses indivíduos, embora subalternos, diferenciam-se entre si e por isso não eram classificados da mesma forma.⁸³ Estas categorias, por sua vez, poderiam em alguma ocasião se “associar” a outras, como a dos *morenos*. Em documento de Domingos José de Almeida ao Ilmo Sr. Inácio José de Oliveira Guimarães⁸⁴, este solicita o recrutamento de todos os *morenos* que se façam presentes no departamento:

Nesta inteligência pois, e para os fins apontados, manda o governo que V. S.^a confidencialmente de acordo com os comandantes parciais de polícia do departamento de sua jurisdição, e com os juizes de paz e inspetores de quarteirão dele, em dia marcado, proceda o recrutamento geral de todas as pessoas nas circunstâncias da lei; bem como de todos os *morenos*, que existam no mesmo departamento, cujos senhores não mostrarem documento de compra, ou não justificarem não ter o *moreno*, sobre quem se disputa a posse, pertencido a inimigos da república, e por isso não incurso nas disposições dos Decretos de 11 de novembro de 1836 e 5 de abril de 1837.⁸⁵

Os *morenos*, cujos senhores não apresentam documento de compra, são os escravos, também classificados como *negros* nesta época (visto a relação deste termo com quem pertencia ao cativo).⁸⁶ Esses espaços de fluidez e de referências variadas não são particulares da Província de Rio Grande de São Pedro, mas reflexo da sociedade oitocentista, que, na primeira metade do século XIX, ainda lidava com uma “memória colonial” e uma multiplicação de indivíduos que necessitavam se reconhecer e serem reconhecidos pelos demais agentes deste período.

Segundo Eduardo Paiva (2012), um léxico compartilhado era uma das formas mais eficazes de se garantir a fruição das relações sociais, permitindo a compreensão ou identificação um do outro, ao longo dos séculos XVI e XVIII, “caso contrário, imensas confusões e muitos desentendimentos certamente aconteceriam, algo potencialmente perigoso em sociedades nas quais a forte desigualdade jurídica e política e a diferença cultural entre os

⁸³ Sobre as hierarquias internas nas senzalas no sul do Império, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2012.

⁸⁴ Chefe Geral de polícia – Departamento do Boqueirão.

⁸⁵ AHRs, CV – 329, v.2, p. 254. Secretaria da Fazenda encarregada do expediente da Guerra em Caçapava, 31 de agosto de 1839.

⁸⁶ Rodrigo Weimer (2013), em sua tese de doutorado intitulada *A Gente da Felisberta – Consciência, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*, apresenta o termo *moreno* como contraposto de *branco*, podendo também constar como uma categoria genérica da qual *preto* ou *negro* apareceriam como subcategorias cromáticas.

habitantes eram características marcantes” (PAIVA, 2012, p. 24). De acordo com o autor, era necessário o compartilhamento do maior conjunto possível de nomes e significados respectivos. Esse léxico compartilhado oscilava conforme a situação (contexto) e o aspecto relacional entre os que produziam os documentos e as pessoas que eram descritas neles. Neste sentido, a questão cromática (*a cor da pele*) poderia ser secundária, prevalecendo em alguns casos, uma opinião comunitária a respeito dos indivíduos e de seus lugares sociais.

E ao falar de *pardos, mulatos e negros* no Brasil na primeira metade do século XIX, na República Rio-Grandense, se faz necessário destacar também a atuação dos Lanceiros Negros, grupo de soldados que ficou conhecido ao lutar na Farroupilha, tendo como uma de suas principais armas, a lança.

Formado em 12 de setembro de 1836, o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, teve um papel fundamental na Batalha do Seival, considerado como um dos conflitos militares mais decisivos na Farroupilha – propiciando a Proclamação da República Rio-Grandense, fazendo com que alguns anos mais tarde, mais precisamente em 31 de agosto de 1838, fosse criado o 2º Corpo de Lanceiros Negros (MARQUES, 2010, p. 33). Segundo Daniela Vallandro de Carvalho (2013), que estudou, em sua tese, as experiências escravas e o seu recrutamento, durante os anos de guerra civil farroupilha, os soldados mais ágeis e habilidosos eram destinados para a Cavalaria e os demais para a infantaria, onde a autora ainda salienta que

certa desatenção pairou sobre a ampla historiografia que se deteve nesta questão, ignorando os escravos recrutados como portadores de importância e habilidades suficientes para romper, ao menos temporariamente - durante a guerra, com um *ethos* guerreiro cavalariano sulino - branco e livre - que foi afetado pela conjuntura de guerra, quando escravos qualificados puderam servir nessas posições, até então vedadas a eles. Se escravos armados sempre foram acionados e utilizados por senhores de escravos para fins diversos, a presença de escravos cavalarianos não foi uma constante. Ao menos para o sul do Império, a existência de escravos em tropas a cavalo pode ser vista como um traço específico do conflito em que nos detemos, em um misto da necessidade imposta pela guerra e o aproveitamento de escravos hábeis nesta prática, no mundo rural sulino nos oitocentos (CARVALHO, 2013, p. 65).

Spencer Leitman (1985), ao fazer referência a este grupo em seu trabalho *Negros Farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX*, destaca que na batalha de Taquari, segundo Giuseppe Garibaldi, “apresentou-se uma floresta de lanceiros, composta de escravos libertados pela República, escolhidos entre os melhores treinadores de cavalos da

Província, todos eles negros, até mesmo os oficiais superiores⁸⁷” (GARIBALDI, 1859, apud LEITMAN, 1985, p. 65). Para o autor, Garibaldi teria relatado fielmente o heroísmo dos lanceiros, mas teria se equivocado em relação à graduação, uma vez que “foram os oficiais brancos que treinaram e comandaram os Lanceiros, ainda que postos mais inferiores fossem ocupados por negros” (LEITMAN, 1985, p. 65-66). A afirmação de Leitman se torna questionável, se levarmos em consideração um documento da Coleção Varela que traz como tema principal o “esclarecimento” de alguns pontos sobre o episódio de 14 de novembro de 1844, também conhecido como a “Traição de Porongos”.⁸⁸

Ocorrido nas proximidades do Cerro de Porongos, em Pinheiro Machado, na época distrito de Piratini, o ataque ficou marcado não só como um massacre dos soldados rebeldes, mas também como um dos episódios mais polêmicos da Guerra dos Farrapos. De acordo com Carvalho (2013), na madrugada de 14 de novembro de 1844, “um grupo de escravos/soldados foi desarmado previamente e brutalmente dizimado em um combate forjado entre forças imperiais e farroupilhas com o fim de facilitar os rumos e acordos daquela guerra” (Carvalho, 2013, p. 21).

Segundo correspondência que integra a Coleção Varela, e que traz um pequeno relato do acontecido em 1844,

o reservadíssimo dirigido ao Sr. Barão de Jacuí a 9 de novembro de 184[?], interceptado e dado a conhecer pouco depois do acontecimento pelo finado Manuel Rodrigues Barbosa, combinado com referência da ordem expedida a 28 do antecedente e esta com a carta da mesma data à J.R.R (*) na qual disse Caxias que naquela data (sic) a inviolabilidade do cirurgião ou boticário e a sua bagagem que era a do Sr. Canabarro, recomendada nesse reservadíssimo; a mortandade de pretos somente entrando nesse numero dois oficiais que pela cor pouco diferenciavam.⁸⁹

Embora o documento seja bastante emblemático ao se referir à mortandade de *pretos*, que foi significativa neste episódio, ele ainda descreve a presença de dois oficiais que, pela cor, pouco se diferenciariam, podendo ser mais um exemplo dos espaços em que atuaram indivíduos que não eram vistos como *brancos*. A diferença entre eles e os demais soldados estava no lugar ocupado e não da epiderme (esta que segundo o documento, não os distinguia).

⁸⁷ Livro citado por Leitman: Giuseppe Garibaldi, **The Life of General Garibaldi Written by Himself**, trans. por Theodore Dwight. New York, 1859, p. 86-87.

⁸⁸ Segundo Raul Carrion (2005), após terem sido desarmados por Canabarro e separados do resto da tropa, soldados farroupilhas foram atacados por tropas imperiais lideradas pelo Coronel Francisco Pedro de Abreu (Moringue), onde o alvo principal era o Corpo de Lanceiros Negros. Nesse episódio, cerca de 100 soldados (negros e mulatos) foram mortos, e muitos outros, feitos prisioneiros.

⁸⁹ AHRS, CV – 2177, v. 3, p. 647.

Mas ao mesmo tempo que Leitman ignora o fato de poder haver *pardos e mulatos* em cargos de comando, é ele um dos autores que destaca a cor de Domingos José de Almeida, quando escreve que “o inteligente e ativo mulato havia se tornado um dos principais charqueadores num espaço relativamente curto de tempo” (1985, p. 68).⁹⁰ Walter Spalding também levantou essa questão em relação a Almeida: “Dizem que era escravo, o que, entretanto, não ficou provado, e tanto mais que não era preto, nem mulato, mas apenas moreno claro, tipo comum no Brasil e em Portugal, até mesmo entre gente da mais pura cepa lusitana” (1987, p. 64).

Ministro da Fazenda e do Interior da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida foi considerado por autores como Dante de Laytano (1983) como uma “figura de equilíbrio, de cultura e de honestidade” (1983, p. 263). Ainda que sua vida, antes de sua presença na Província de Rio Grande de São Pedro, seja pouco referenciada pela historiografia, sabe-se que Almeida era natural de Minas Gerais, e passou a ter contato com o Sul do Império em 1819, estabelecendo-se na Vila de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas – RS, onde integrou uma das famílias mais tradicionais da localidade, e estabeleceu-se como importante charqueador da região. Tema da dissertação de Carla Menegat (2009), que buscou estudar a rede social do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, bem como as estratégias familiares, políticas e econômicas acionadas que possibilitaram sua reprodução social, a autora, entretanto, não se detém em discorrer sobre as origens do personagem, destacando apenas que este era “filho de um português com uma natural da Freguesia do Tijuco, nas Minas Gerais” (MENEGAT, 2009, p. 50).⁹¹

As divergências em relação à *cor* de Domingos José de Almeida se assemelham às que são levantadas em relação ao rio-grandense Bernardo Pires, outro combatente farroupilha. Em 1837, uma publicação ganhou destaque no jornal *O Campeão da Legalidade*, ao direcionar críticas diretas a um “Mulato pintor, Major de Milícias”:

Tem por aqui corrido a desagradável noticia, de que a peste de –conceder Habeas Corpus em crimes de rebelião – que na Corte do Rio de Janeiro atacou mortalmente ao Juiz Municipal Justino José Tavares, se communicára a esta Cidade, e que já fizera seus estragos, em hum Juiz Municipal, que tomando por fundamento a pouca prova da pronuncia, havia concedido huma Ordem de Habeas Corpus a hum Mulato Pintor, Major de Milicias, Socio do Menino Diabo, e factor das bandeiras –

⁹⁰ Raul Carrion (2005, p. 14), e Juremir Machado da Silva (2010, p. 17) são outros autores que também fizeram referência a questão da “cor” de Domingos José de Almeida, apontando este como sendo *mulato*.

⁹¹ Ver também: BARBOSA, Carla. **A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 – 1845)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

REPUBLICANAS – em Rio Pardo, que se achava pronunciado e prezo pelo Juiz de Paz do Terceiro Districto desta Cidade por crime de – REBELIÃO.⁹²

Esse *mulato* citado no fragmento acima foi, por alguns autores, associado ao Major Bernardo Pires. Informando ainda que este seria um “famoso rebelde”, a publicação passou a ser usada por algumas pesquisas como a de Geraldo Hosse e Guilherme Kolling (2006), que consideraram o então farrapo, o alvo das críticas.

Segundo os autores,

em 4 de fevereiro de 1837, o jornal porto-alegrense *O campeão da Legalidade* registra o boato de concessão de habeas corpus a um mulato pinto, major de milícias, criador da bandeira republicana. Tratava-se do major Bernardo Pires, rico estancieiro que ocupou o posto de chefe geral de polícia em Piratini, primeira capital da República Riograndense (HOSSE; KOLLING, 2006, p. 83).

Mas seria o *mulato* o Major Bernardo Pires?⁹³ Em correspondência que integra o fundo das Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, José Marianno de Mattos, militar e um dos líderes do movimento farrapo, destaca o seu afastamento do Corpo que integrava em Rio Pardo, e faz referências às vezes em que teve a prisão relaxada em virtude da ordem de um Habeas Corpus:

Acuso recebido o officio de V. S. datado de hoje, em que me transmite copia de S. Exa. o Sr. Presidente da Provincia em que se me ordena, que visto ter se concluído os trabalhos da Assembleia Provincial, do qual sou Deputado, me retire o quanto antes ao meu Corpo. Com quanto segundo a marcha, que tenho sempre seguido, não hesitei em um só momento cumprir esta, ou qualquer ordem legal emanada de Authoridade competente. Julgo contudo do meu dever ponderar a V. S. que achando-me pronunciado em uma celebre devassa, a que se procedeo em Rio Pardo, e tendo sido por consequencia disso duas vezes preso nesta cidade, e por outras tantas veses relaxado da prisão em virtude de ordem de Habeas-Corpus, como é publico, me parece e creio que é de Lei que estou inteiramente desligado do Serviço do Corpo enquanto durarem os effeitos da pronuncia; e isso impossibilitado de Comanda-lo, e de ter nelle a menor ingerência.⁹⁴

Natural do Rio de Janeiro, Mattos esteve na região sul nos anos que antecederam a Farroupilha, vinculado às forças imperiais, assim como o maestro Mendanha. Mas diferente

⁹² Hemeroteca digital da BN. Jornal *O Campeão da Legalidade*, sábado, 4 de fevereiro de 1837.

⁹³ Moacyr Flores ao citar Bernardo Pires, também faz referência a sua ‘cor’ quando destaca que: “mesmo sendo mulato, Bernardo Pires, o chefe de polícia de Piratini e rico estancieiro, procurou conservar a negra Maria como escrava” (FLORES, 2004, p. 35).

⁹⁴ AHRS, Fundo de Autoridades Militares, José Marianno de Mattos, nº 106, AHRGS.

do maestro, adotou a bandeira republicana antes da eclosão da guerra, já que, quando ainda Major, foi enviado a servir em Rio Pardo para assumir o Comando do 1º Corpo de Artilharia a cavalo. Em contato com a região sul e participando das primeiras manifestações ao lado dos farrapos, passou a ser considerado um dos propulsores do movimento, ocupando, posteriormente, cargos como o de Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente e Presidente da República Rio-Grandense em substituição a Bento Gonçalves (em algumas passagens entre 1839 a 1841). Citado diversas vezes pelo também líder farroupilha, Antonio Vicente da Fontoura em suas correspondências como *mulato*⁹⁵, Mattos foi alvo de vários ataques políticos, onde seus inimigos encontravam na sua “cor”, uma forma de inferiorizá-lo e enfraquecê-lo socialmente.⁹⁶

Poderia o Ministro José Marianno de Mattos, ser o *mulato* do jornal *O Campeão da Legalidade*? Ou teriam esses dois personagens, além da autoria da Bandeira dos farrapos⁹⁷, a “cor” em comum? A resposta para esses casos apresenta uma dificuldade maior para ser esclarecida, visto que por muito tempo existiu um silenciamento da participação de indivíduos “não brancos” em cargos/postos de comando, sendo apenas recentemente destacado e problematizado por novos trabalhos.

Pires, assim como Mattos, ocupava um lugar de destaque para este período, integrando, como afirma o Tenente Coronel Manoel Lucas de Oliveira – Comandante da 1ª Brigada da Guarda Nacional, o grupo dos cidadãos ilustres do Distrito:

Meu ilustre amigo e snr. Bernardo Pires.

⁹⁵ José Marianno de Mattos e a sua atuação na Farroupilha foram tema de dissertação de Mestrado. Ver MARQUES, Leticia Rosa. **José Marianno de Mattos: Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

⁹⁶ Reunindo um conjunto de correspondências enviadas a sua esposa Clarinda entre os anos de 1844 e 1845, Antonio Fontoura menciona diversas vezes a “cor” de Mattos como forma de diminuir sua força política, bem como inferiorizá-lo socialmente. Essas correspondências foram publicadas inicialmente no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul por Alfredo Rodrigues nos anos 1910, 1911 e 1912, ganhando novas versões no ano de 1934, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e em 1984, foi lançada em sua íntegra, como livro em parceria pelas editoras EDUCS, Sulina e Martins. Cabe mencionar que Antônio Vicente da Fontoura foi acompanhado e protegido durante a guerra civil farroupilha por seu fiel ex-escravo Zeferino Martinho da Cunha, de quem se tornou compadre ao batizar a filha do mesmo, Idalina, em 27 de dezembro de 1846. Quando foi assassinato dentro da Igreja Matriz de Cachoeira, em 8 de setembro de 1860, Antonio Vicente tinha por perto o amigo, compadre e ex-escravo Zeferino Martinho da Cunha, que anos depois ainda tentava vingar-se dos assassinos de seu amigo de tantos anos. Ver: FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. "Ele réu é pobre e negro, mas não se vende por dinheiro": Alforria, trabalho, irmandades e a arte da resistência (Cachoeira, RS, 1813/1860). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis. 2015.

⁹⁷ Bernardo Pires e José Marianno de Mattos foram vinculados à autoria da Bandeira dos farrapos.

Tendo sido encarregado pelo Exmo. Snr. Prezidente da Provincia de organizar a Guarda Nacional desta Comarca, e desejando ouvir sobre tal organização os Cidadãos mais ilustrados dos Districtos, eu vos convido a comparecer nesta Villa em minha residencia/ as duas oras da tarde/ o dia 25 do corrente, para dar-me algum esclarecimento de que carêso no melhor desempenho de minha árdua e melindorza missão: ao que espero vos não negueis, pelo bem que d’ahi rezulta ao serviso Nacional. Deus vos guarde e vos felicite, como deseja. O Vosso amigo e fiel camarada Manoel Lucas de Oliveira.⁹⁸

Desta forma, se Bernardo Pires, assim como o maestro Joaquim José de Mendanha, foi referenciado como sendo um “homem de cor”, poderia afirmar-se que os principais símbolos da República Rio-Grandense estariam vinculados a trajetórias de indivíduos que não eram *brancos*? A Província do Rio Grande de São Pedro e a Guerra dos Farrapos têm em sua história muitos fragmentos soltos, contradições explícitas, mas até então não problematizadas. E assim como o Major Pires e o maestro Mendanha, outros personagens encontram-se nas entrelinhas de correspondências do século XIX.

Um exemplo pode ser destacado em uma carta assinada pelo tenente-coronel Antonio de Melo e Albuquerque, onde o termo *pardo* é utilizado, quando o mesmo faz o seguinte aviso: “Segue em diligência as bandas de Rio Pardo, Fortunato, pardo que foi camarada do Coronel Agostinho; as autoridades legais a quem esta for apresentada lhe não porão embaraço algum, porque interessa à causa legal sua ida abaixo da Serra”.⁹⁹ Neste fragmento, estão presentes poucas referências sobre quem era o *pardo* Fortunato, porém a informação “mais relevante” é que este era camarada do Coronel Agostinho, se torna, para o momento, um dos elementos principais a serem enfatizados na correspondência, indicando a rede e os contatos desse indivíduo, bem como o distinguindo dos demais.¹⁰⁰

Outro indivíduo *pardo*¹⁰¹ encontrado nas correspondências que integram a coleção Varela é o Capitão Joaquim da Costa Braga, que foi uma das testemunhas de Domingos José de Almeida, em um processo a que este respondeu em 1843, sobre o número de escravos que possuía antes e depois do 20 de setembro de 1835, no qual Braga é apresentado como administrador da charqueada de Almeida, sendo um “homem pardo, casado, morador em Pelotas”.¹⁰² Braga aparece também em outras correspondências da Farroupilha, mas nessas não são encontrados indicativos referentes à sua cor, mas sim aos postos que ocupa, onde o

⁹⁸ IHGRGS – Fundo Bernardo Pires BP052 – correspondência Passiva 1846-56/ Piratini, 21 de abril de 1847.

⁹⁹ AHRS, CV-104, vol. 2, p. 93. Quartel na Cruz Alta, 14 de dezembro de 1839.

¹⁰⁰ “La red social, representa un conjunto complejo de interrelaciones en un grupo definido de personas” (MATEO, 2001, p. 42).

¹⁰¹ Aladrén aponta, que em alguns casos o “designativo mulato era, no Rio Grande de São Pedro, intercambiável com o termo pardo” (2010, p. 135).

¹⁰² AHRS, CV629/6 Fls. 5, vol. 3, p. 69.

mesmo é descrito em 1838 como sendo 2º Tenente do Corpo de Artilharia¹⁰³, e em 1843, em um documento que traz a relação dos oficiais dos deferentes corpos que receberam gêneros a custa dos seus vencimentos, como Capitão do Corpo de Artilheiros.¹⁰⁴ Em contato com os principais nomes que lideraram a Farroupilha, Joaquim da Costa Braga é um dos indivíduos que estiveram se correspondendo e circulando entre espaços privilegiados, apoiado pelas amizades com pessoas importantes desta sociedade como a de Domingos José de Almeida.

O fato de personagens como Braga não serem estudados, fez com que por muito tempo, não fossem questionados os indicativos referentes à sua cor e relacionados com os cargos por este ocupado, reforçando a ideia de que uma participação de *negros*, *pardos*, e *mulatos* pudessem ocorrer apenas como soldados ou em espaços inferiores, não atentando para a atuação de homens livres, que não eram *brancos*, e que transitavam em espaços importantes junto a autoridades do período.

Essa participação pode ser encontrada também através de outras histórias, como a trajetória do *pardo* José Carlos Pinto, cirurgião-mor do Exército, que em correspondência a Domingos José de Almeida, menciona o único elemento que, segundo ele, poderia não o “emparelhar” a alguns indivíduos nessa sociedade:

Prezado Amigo e Sr. Domingos José d’Almeida.
Alegrete, 21 de Março 1841.

As Pessoas que existem no Governo e tem existido, estão convictas, por factos, que por abrigar em meu coração sentimentos Republicanos deixei minha Patria e vim estabelecer-me no Rio Grande do Sul; sabem que com elles cooperei para o memoravel 20 de Setembro, e que em toda a época da revolução tenho servido como soldado, como amigo e Companheiro em toda a classe de emprego para que me julgavão a propozito, nunca dando a mais pequena escusa por nenhum pretexto: sempre trabalhando com vontade e empenho, não deixava de conhecer em mim pouca ou nenhuma inteligência, para o que não hera Cirurgia: enfim, achei-me no meu elemento, e com ufania digo, meus serviços como Cirurgião do Exercito, ninguem as poderá riscar da memoria de meus Companheiros que tem tido a infelicidade de experimentarem o ferro do inimigo, quando estou a seu lado. Razões poderosas e indignas de apresentar-se a quantos me honrão com o titulo de amigo e Companheiro me fizerão retirar do Exercito, e se não demitido, foi pelo motivo de achar-se nessa época o Exmo. Sr. General em Chefe autorizado pelo Governo para dar demissão aos que se tornassem indignos de pertencerem ao quadro do Exercito, e eu não querer, por precipitado, levar uma nódoa tão negra, por companheira fiel de meus justos pesares; assim, limitei-me a uma licença de 4 meses. Não devo fazer falta porque S. Exa. asseverou na Setembrina (quando pedi demissão) que a não exigiria se ali estivesse o Dr. Bocquer: ora, eu conheço melhor que S. Exa. o quanto excede a mim o Io medico do Governo em conhecimentos medicos e Cirurgicos, mas como Republicano, nego; nem S. Exa, com todos os sacrificios e prejuizos que tem tido pode exceder-me em honradez, firmeza de character, Republicanismo e desinteresse: e se não respondão os que nos conhecerão, e hoje nos observão. Se elle

¹⁰³ AHRs, CV-7186, vol. 16, p. 110-111, 30 de março de 1838.

¹⁰⁴ AHRs, CV 7657, vol. 17, p. 211, 9 de fevereiro de 1843.

he bom militar, eu como Cirurgião mereço algum [lv] apreço; enfim, estamos parelhos, só não posso emparelhar-me com S. Exa. em uma coiza, mas nem eu tive parte em nascer com a cor parda, menos S. Exa. de ser de sangue puro e limpo. Altos Juízos de Deos !! Amigo e Sr. Almeida; eis os motivos que houverão para eu dar hum passo tão acertado e prudente: creio me fará justiça acreditando que em qualquer parte que os Imperiaes encontrem os Republicanos em massa, ao lado destes estará o seu amigo, como Cirurgião Civil, e mais assim que Republicano sempre serei enquanto exista, e por isso conte com a constante amizade do seu amigo e companheiro velho [a] José Carlos Pinto.¹⁰⁵

Importante destacar que o José Carlos Pinto que nesta carta afirma não ter culpa em ter nascido com a “*cor parda*”, é o mesmo indivíduo que em 1º de setembro de 1842, aparece em uma listagem dos cidadãos que obtiveram no 1º Distrito do Piratini a maioria de votos para Deputados da Assembleia Geral Constituinte, com uma votação bastante significativa nesta localidade, superando nomes como o do General Bento Gonçalves da Silva, José Marianno de Mattos e Antonio de Souza Netto:

Quadro 2: Lista dos cidadãos que no 1º Distrito de Piratini obtiveram a maioria de votos para Deputados da Assembleia Geral Constituinte, no dia 1º de setembro de 1842¹⁰⁶

1. Francisco de Sá e Brito	224 (votos)
2. Vigário Apostólico	223
3. Antonio Vicente da Fontoura	221
4. Antonio Manoel Correia da Câmara	221
5. Jozé Gomez Jardim	220
6. Manoel Lucas de Oliveira	220
7. Padre Hildebrando de Freitas Pedrozo	219
8. Serafim dos Anjos França	213
9. Jozé Pedrozo de Albuquerque	212
10. Domingos Jozé de Almeida	208
11. Silvanno Jozé Monteiro	208
12. Luis Boticário	208
13. Manoel Gonçalves Rodrigues	206
14. Joaquim Pedro Soares	202
15. João Antonio da Silveira	200
16. Sebastião Xavier do Amaral	200
17. Jozé Carlos Pinto	200
18. Bento Gonçalves da Silva	197
19. Severino Antonio da Silveira	195

¹⁰⁵ AHRs, CV 7345, v. 16, p. 273-274.

¹⁰⁶ AHRs – CV -7416, vol.17, p. 49. Grifos nossos.

20. Jozé Marianno de Mattos	195
21. Padre João de Santa Bárbara	190
22. Manoel Martins da Silveira Lemos	186
23. Antonio Martins Coelho	186
24. Joaquim Francisco dos Santos Abreu	182
25. Serafim Joaquim de Alencastre	182
26. Ignácio Jozé de Oliveira Guimarães	179
27. Marcos Alvez Pereira Salgado	178
28. Antonio Francisco dos Santos Abreu	178
29. Vicente Lucas de Oliveira	177
30. Oliverio Orthis	170
31. Antonio Neto	169
32. Manoel José Gomes de Freitas	167
33. Francisco Antonio Alvez	159
34. João Lucas de Oliveira	154
35. Ulhoa Cintra	146
36. Joaquim Gonçalves da Silva	102

Em meio a uma listagem em que aparecem os nomes de lideranças Farroupilhas, José Carlos Pinto destaca-se pelo número expressivo de votos, 24 a menos que Francisco de Sá e Brito¹⁰⁷, candidato mais votado para Piratini. No Distrito de Bagé foi o 8º candidato mais votado, com 101 votos¹⁰⁸, sendo um dos indicativos do respaldo que o cirurgião *pardo* José Carlos Pinto encontrava nesta sociedade, resultando na sua eleição como um dos Deputados da Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado Rio Grandense.¹⁰⁹ Se estas listas fossem analisadas isoladamente alguns anos atrás, nenhum questionamento seria feito em relação à cor desses personagens, uma vez que ainda se reiterava a ideia de uma elite branca, ocupando cargos políticos. Mas a declaração feita em carta a Domingos José de Almeida, indica o quanto essas antigas concepções devem ser reformuladas.

Consciente de sua distinção em relação aos demais “homens brancos”, José Carlos Pinto e a sua “cor”, são evidências dos diferentes espaços que poderiam ser ocupados por mestiços neste período. Lugares esses não acessados com facilidade, sendo fruto de estratégias¹¹⁰ e relações estabelecidas ao longo do XIX. Vale destacar que embora estas

¹⁰⁷ Francisco de Sá Brito aparece na lista de Deputados da Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado Rio Grandense, tendo como ocupação: Juiz de Direito.

¹⁰⁸ AHRs, CV- 2361, vol. 4, p. 160.

¹⁰⁹ AHRs, CV- 2344, vol. 4, p. 136.

¹¹⁰ De acordo com Revel (2010), o termo estratégia deve ser usado com cautela: “A ideia não significa aqui entender os atores sociais do passado como capazes de comandar de forma soberana seu destino, o que equivaleria a aplicar ao passado concepções de uma ideologia contemporânea que acredito ser, entretanto, profundamente falaciosa. [...] Ele é, mais simples e concretamente, o seguinte: como nós mesmos hoje, os atores

ajudassem a alavancar determinados indivíduos e inseri-los em meios antes não transitados, não eram capazes de excluir a “cor” de alguém, ainda que pudessem, em situações específicas, serem alteradas, “esquecidas” ou não mencionadas, mas jamais eram apagadas, sendo usadas principalmente como forma de ataque político e inferiorização, assim como eram para José Marianno de Mattos e outros agentes do período, sempre que fosse conveniente.

Contudo, entre os extremos da sociedade, entre combatentes e líderes políticos, um grupo intermediário foi se estabelecendo neste período composto por indivíduos mestiços, que não haviam sido escravizados, mas que também não ocupavam altos cargos na sociedade. Eram personagens que conseguiram, dentro daquilo que lhes era permitido, estabelecer-se em condições bem mais favoráveis do que outros indivíduos que teriam a epiderme semelhante a sua. Isso porque a “cor” e a “qualidade”, na primeira metade do século XIX, poderiam envolver questões bem maiores do que o “tom de pele”.¹¹¹ Desta forma, não estamos querendo dizer que a *cor* conformou grupos específicos e que estes agiram de acordo com uma agenda comum pautada por demandas étnico-raciais. Estamos salientando a participação de indivíduos *negros, pardos e mulatos* em diferentes níveis hierárquicos da estrutura de poder¹¹² farroupilha, certamente contando com o uso estratégico das oportunidades

do passado dispunham de certo número de recursos, cuja natureza e volume variavam e eram submetidos a pressões igualmente desiguais no seio de uma configuração social dada. A partir destes, eles deviam orientar-se no mundo social, em primeiro lugar para sobreviver, eventualmente para reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças etc. Eles eram levados a efetuar escolhas entre um número limitado de possibilidades, em função da posição que ocupavam no mundo social e também a partir da representação do mundo social que lhes era acessível lá onde estavam. Eles não eram, então, ‘livres’ para fazer o que quisessem, mas certamente tinham o sentimento de se verem constantemente confrontados com alternativas” (REVEL, 2010, p. 440).

¹¹¹ Ao trabalhar com a trajetória do Alferes Joaquim Barbosa Neves, Roberto Guedes (2007, p. 361) menciona que o mesmo era forro, e quase sempre visto socialmente como *pardo*, o que não teria se apresentado como um impedimento para que este personagem tivesse suas qualidades reconhecidas pelas elites locais. O fato de Joaquim Neves não ter “embranquecido”, embora tenha encontrado um alto nível de ascensão social, sendo um homem de “abundosos bens”, poderia estar vinculado, segundo Guedes, ao fato de ser a primeira geração livre na família. Embora o autor traga importantes colaborações para pensar a fluidez da cor no XIX, este argumento referente ao Alferes, pode ser questionado, visto que o acesso a cargos no XIX e a presença de uma mobilidade social não precisaria estar necessariamente vinculado a um “embranquecimento” do indivíduo, mesmo em gerações posteriores. Ao investigar a trajetória do *pardo* Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Paulo Moreira percebe que enquanto politicamente a *invisibilidade* da cor poderia trazer vantagens para a ascensão de um indivíduo negro em uma sociedade altamente racializada, isto pouco nos diz sobre as auto-representações destes agentes. Este autor evidencia que em várias das experiências de vida do personagem abordado, este se via como não-branco, tendo consciência plena de sua posição étnico-racial naquele mundo mestiço e racializado. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt - burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio (Org.). **Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)** ed. Rio de Janeiro : Selo Negro, 2010, p. 83-108; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**. v. 40, 2014, p.85-127.

¹¹² Para Jacques Revel “a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. Novamente, o poder (ou certas formas de poder) é a

engendradas por este conflito bélico. O lugar social privilegiado ocupado por estes indivíduos fez com a *cor* dos mesmos fosse, na maioria dos casos, invisibilizada, sendo acionada ou exteriorizada em momentos de conflito, como item depreciativo.

O maestro Mendanha, mesmo vivendo em uma sociedade que dificultava o acesso para aqueles que não eram considerados *brancos*, encontrou outros homens que, assim como ele, compartilhavam desse espaço intermediário que cada vez mais se consolidava nesta época. O que não quer demonstrar o total enfraquecimento do sistema, nem uma grande flexibilização das hierarquias, estas ainda estavam presentes e eram constantemente reforçadas. A “incidência da cor” sempre se fazia presente, mesmo que na maioria dos relatos, como os que são feitos do maestro Mendanha, ela não apareça, certamente esse personagem precisou, em diferentes momentos, recorrer a seus atributos sociais, para que estes fossem maiores e mais preponderantes que a sua origem.¹¹³

Em um fragmento de carta de Domingos José de Almeida ao Barão de Caxias, em 21 de abril de 1860, o mesmo, ao relatar alguns episódios que ocorreram durante a Guerra de 35, recorda de um período em que encontrou-se preso em Bagé, em 13 de março de 1844, e de um sargento que o acompanhava para fazer sua guarda. Segundo palavras de Almeida, ao narrar o acontecido,

respondeu V. Ex^a. Que apesar da veracidade e importância de tudo quanto eu relatava, e de que já era sabedor, não podia soltar-me sem ordem do Exmo. Sr. Barão de Caxias a quem escreveria nesse sentido detendo-me em Canguçu até resposta a respeito, e deu-me um sargento para acompanhar-me no enquanto que escrevesse a alguém e arranjasse meus negócios para seguir na força ao escurecer. É isto o que me lembra se passara, e que espero de V. Ex^a confirmação ou retificação das alterações que encontrar.

Regressando a esse acontecimento relevará V. Ex^a que comemore a honradez desse sargento cujo nome sempre ignorei, e de quem nunca mais tive notícias, para, caso ainda exista, V. Ex^a recomendá-lo á estima pública e às graças do Monarca.

Para dar-me escapula, que eu julgava facilíma pela disposição de toda a população exceto da rabujenta velha que mostrou meu paradoro, lhe ofereci o posto de tenente em qualquer dos corpos do exército republicano, como também mil patações em prata; e o comércio dois mil mais, como depois soube, e a nada se dobrou, acompanhando-me com redobrada vigilância e acatamento.

Isso em um jovem desprezado pela **incidência de sua cor** por nossa orgulhosa aristocracia de ontem é um fenômeno notável, e mais digno de ornar uma das páginas de nossa história [grifo nosso].¹¹⁴

recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambiguidades e das tensões que caracterizam o jogo social” (REVEL, 2000, p. 33).

¹¹³ Segundo Imízcoz (2004) “Los actores se relacionan con sus atributos y posiciones económicas, jerárquicas, institucionales y culturales. La organización social, la desigual distribución de los recursos económicos, culturales, institucionales y simbólicos – esto es, los “atributos” de los actores sociales – condicionan las “posiciones” sociales y el tipo de relaciones de unos y otros en la escala social” (IMÍZCOZ, 2004, p. 15).

¹¹⁴ AHRs, CV – 720, v. 3, p. 182.

Almeida, ao fazer referência ao sargento, cujo nome não sabia, mas que o acompanhou durante o período em que se encontrou preso, relata mais um caso de “honradez”, quando o mesmo não se deixou induzir pelo cargo e pelas ofertas feitas, que poderiam ser tentadoras a qualquer indivíduo, ainda mais ele sendo um “jovem desprezado pela incidência de sua cor”. Almeida, ao fazer esse pequeno relato, traz em sua narrativa elementos importantes, e que constitui a sociedade por eles vivenciada.

A questão da honra, como foi elencada anteriormente, aparecendo como um dos elementos que diferenciava os homens da época, sendo característica sempre enaltecida e se apresentando como um dos atributos que poderiam dar acesso a melhores lugares nesta sociedade. O oferecimento de cargos e a possibilidade do sargento ocupar o posto de Tenente no exército republicano, indicando o quanto a ocupação destes cargos estava atrelada às relações que determinado agente tinha nesta sociedade, já que a possibilidade de ascensão se dava de diferentes maneiras, por tempo de serviço prestado, premiações e por “mérito”, no qual homens como Almeida o reconheciam e tinham o poder de torná-lo acessível na República Rio-Grandense para os seus escolhidos, mesmo se esses fossem *negros, pardos* ou *mulatos*.

A recusa por parte do sargento, que por um momento é incompreendida por Almeida, uma vez que, como poderia alguém que estaria designado por uma sociedade tão aristocrática a ocupar lugares subalternos neste período, não ambicionar as ofertas que lhe eram feitas, é justificada na correspondência, segundo Almeida, pela postura do sargento de homem correto e coerente frente em relação à tarefa que havia sido designado. Mas também pode evidenciar outras questões, como os diferentes anseios de personagens naquele período.

Nem todos os homens poderiam vislumbrar o posto de tenente e nem tinham como meta grandes riquezas, ou não a qualquer custo. Manter o seu lugar, desempenhar bem a função que lhe fora atribuída e estar em uma situação “confortável” para o período, poderia ser a sua grande ambição, até mesmo porque este não era um desejo simples, e poucos conseguiriam realizar.

O personagem que para Almeida deveria “ornar uma das páginas de nossa história” era mais um dos muitos homens que tiveram sua história vinculada com a Farroupilha.

Indivíduos que não ocupavam as senzalas espalhadas pela Província nesta época, mas também não integravam a pequena elite que se formava nesta região.¹¹⁵

Poderia o sargento ser admirado por não ter se corrompido? Sim. Mas o que para Almeida representaria uma excepcionalidade, se comparada com casos como o do maestro Mendanha e a sua atitude para com o seu Comandante, se torna mais um exemplo de indivíduo que, pretensiosamente ou não, se destacou pela sua postura e pela sua honra, reforçando alguns dos valores presentes nesta época. Casos como o do sargento e do maestro evidenciam homens que encontraram a grande “moeda” que lhes traria reconhecimento, uma moeda que em alguns casos poderia ser mais influente que sua “cor”, e que possibilitava uma forma de ascensão, que não estaria necessariamente vinculada à acumulação de pecúlio, mas de outro elemento fundamental e tão ou mais valoroso nesta sociedade: o prestígio social.

E assim, as nomenclaturas e os sujeitos envolvidos ao longo dos anos na República Rio-Grandense nada mais são do que o reflexo de uma sociedade do XIX, de um Brasil em formação buscando se *adaptar*, ao estabelecer os lugares para cada indivíduo ao mesmo tempo em que era *adaptado* por estes personagens. Embora cada trajetória, ao ter a sua particularidade e trazer consigo diferentes aspectos de um Brasil Imperial, quando estudadas, permitam compreensões sobre as regras sociais que imperavam na sociedade oitocentista, encontramos na história do maestro Mendanha elementos que possibilitam dialogar com três questões que serão preponderantes ao longo desta tese: a música, a carreira militar e o associativismo religioso.

Perpassando também por outras temáticas e questionamentos, uma vez que uma trajetória não se enquadra, nem se delimita, pelo contrário, ela ilumina através de diferentes caminhos, novas leituras e análises sociais, compreender o maestro Mendanha, principalmente através desses três espaços, nos desafia a passear pelo século XIX, a transitar por “ruas” até então não conhecidas, por encontrar os seus desdobramentos e travessas, bem como os outros personagens com quem o maestro se relacionou neste período, e puderam, ocupar um lugar intermediário nesta sociedade.

O maestro Mendanha, o combatente do 2º batalhão de caçadores, o Mestre de música, o prisioneiro “honrado” de Rio Pardo, o compositor da música do Hino Rio-Grandense são apenas algumas das muitas faces desse personagem reveladas na Guerra de 1835. Antes disso,

¹¹⁵ Histórias como a do sargento mencionado na correspondência de Domingos José de Almeida, encontram-se espalhadas nas documentações do século XIX, mas ainda “esquecidas” através da “pouca” influência de seus personagens. E quando lembrados, algumas vezes passam a ser descolados de sua história. Para Lilia Schwarcz essa atitude torna-se reflexo de uma busca em “conferir evidência a sujeitos que em seu contexto possuíram pouco destaque, como se a importância de uma pesquisa estivesse limitada ao registro e constatação da proeminência do objeto selecionado” (SCHWARZ, 2013, p. 52).

um Joaquim José de Mendanha, “homem de cor”, encontrava o seu primeiro espaço de atuação, bem longe da região Sul, mais especificamente na Capitania de Minas Gerais.

3 UMA “MINAS” MESTIÇA: AS ORIGENS DO MAESTRO

- *Na França revolucionária todos eram cidadãos. No Brasil todos são súditos. Só os cidadãos são livres. Sabe o que é ser livre?*
 - *É não ser escravo. Meu avô era escravo.*
 - *Não. É muito mais* (BRASIL, 2006, p. 42).

Uma sociedade hierárquica, escravocrata, mestiça¹¹⁶. Um Brasil heterogêneo, de muitas faces e de diferentes vozes. O período Imperial poderia, ser em parte definido, como um espaço de domínio de pequenos grupos, detentores de força política, econômica e social, que, por muito tempo, buscou reforçar desigualdades e engessar posições. E é nesse contexto, nos mais variados pontos deste território, que trajetórias impactaram e foram sendo impactadas por essa sociedade, e que agentes, assim como Joaquim José de Mendanha, por vezes, buscaram medidas alternativas que possibilitassem melhores condições de vida e alguns espaços de mobilidade.

Mas onde encontrar às origens de Mendanha? Em que momento esse indivíduo passou a ter contato com a música, adquirindo habilidades que se apresentaram como instrumentos facilitadores de circulação e de prestígio social ao longo de sua história? Neste capítulo, ao recuarmos um pouco em nosso recorte temporal, buscaremos, na então Capitania de Minas Gerais, elementos da família de Joaquim José de Mendanha. Estabelecendo um diálogo com as questões sociais e raciais deste período, ainda nos propomos, através deste personagem, a pensar a pluralidade cultural desta região, que envolveu indivíduos de diferentes “cores” e taxonomias, bem como articular processos históricos com geografias distintas, mas que, quando analisados, nos permitem uma leitura conectada de seus contextos locais, regionais e mundiais.

3.1 UM CERTO JOAQUIM...

¹¹⁶ Importante frisar que, ao trabalharmos com o conceito de mestiço e de mestiçagem, precisamos levar em consideração a amplitude destes termos e a forma como eles foram sendo apropriados e reapropriados de acordo com a sociedade e o período. Segundo Rangel Cerceau Netto, “o grande problema do conceito de mestiçagem para os seus críticos assenta-se no caráter que associa a mistura biológica entre os seres com a ideologia racial de inferioridade e superioridade, largamente difundida no século XIX. Desse modo, é importante pensar que a mestiçagem é um conceito muito antigo e sua existência foi social e política, antes de se tornar racial. De fato, reduzir a definição de mestiçagem às visões raciais do século XIX é minimizar a sua complexidade de sentidos e formas” (CERCEAU NETTO, 2010, p. 168).

Joaquim José de Mendanha, assim como outros homens do seu tempo, construiu sua história em cada “pedaço de terra” pela qual passou, deslocando-se entre diferentes partes do Império, até encontrar no Sul do Brasil o espaço que escolheu para morar e permanecer até os anos finais de sua vida. Mas embora em alguns momentos sua trajetória tenha tido um caráter um tanto itinerante, uma vez que Mendanha já havia passado por Pernambuco, pela Bahia e pelo Rio de Janeiro¹¹⁷, antes de chegar ao Rio Grande do Sul, é em Minas Gerais que as raízes desse personagem se encontram, e é nessa região que coletamos indícios da origem de Mendanha e de outros membros de sua família.

Conhecida pelas grandes riquezas provenientes de seu território, Minas Gerais viveu ao longo do século XVIII uma fase de grande exploração de ouro e diamante, que impactou fortemente a economia do Brasil colonial, favorecendo o desenvolvimento de uma classe intermediária, integrada por comerciantes, artesãos, militares, músicos (muitos deles *negros*, *mulatos* e *pardos*), que diversificaram e tencionaram as hierarquias sócio-raciais existentes. De acordo com Eduardo Paiva, em *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – estratégias de resistência através dos testamentos*, esse interesse em torno da região mineradora teria influenciado e atraído também indivíduos de outras capitanias, uma vez que “o fluxo migratório de forros do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, dentre outras regiões, estabeleceu-se muito cedo e este fator concorreu para a existência, em Minas, desde os primeiros momentos da ocupação, de expressivo núcleo de escravos” (PAIVA, 1995, p. 69).

Em fins do século XVIII, início do século XIX, Minas Gerais veria essa realidade, aos poucos, ser transformada pelo enfraquecimento do “ciclo do ouro” e do efeito causado por uma sociedade cuja economia foi baseada quase exclusivamente na mineração.¹¹⁸ Após uma crise que se espalharia nessa região, gerando um processo de ruralização e uma economia voltada para o mercado interno, Minas Gerais sofreria mudanças significativas, mas, ainda assim, continuaria sendo espaço de grande efervescência social e cultural, para sua época.

¹¹⁷ Como veremos ao longo do próximo capítulo, Joaquim José de Mendanha ao fazer parte das forças Imperiais, esteve presente em diversos conflitos do início do século XIX, época em que as lutas de Independência se espalhavam em diferentes partes do Brasil.

¹¹⁸ Sobre a sociedade mineira do século XVIII e XIX ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª Ed. 2008; PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 21ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980; FURTADO, Junia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **História da historiografia**, nº 2, Março/2009; FURTADO, Junia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed., 1986; PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

Segundo Junia Furtado, em *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, “a sociedade mineira apresentou uma diversidade e uma miscigenação muito maiores do que as demonstradas pelas sociedades escravistas do litoral brasileiro, do Caribe e do Sul dos Estados Unidos” (FURTADO, 2009, p. 22). Tendo como uma de suas características a pluralidade de sua população, integrada por grande quantidade de *homens de cor*, a sociedade mineira e os seus espaços de circulação e mobilidade se tornam, desta forma, um interessante objeto de estudo, permitindo analisar a composição social deste período, seus múltiplos agentes e um pouco de suas histórias.

Apresentando um número elevado de *negros* e *mulatos*, Minas Gerais, no ano de 1821, contava, de acordo com estatística populacional, com 152.921 *mulatos* livres e 22.788 na condição de *mulatos* escravizados (ver tabela abaixo). Um número suficientemente representativo para interferir nas práticas sociais deste período, no emprego de determinados ofícios/ocupações e nas redes de relações e solidariedades que foram se tecendo nesse início de século XIX.

Quadro 3: Estatística populacional - Minas Gerais, 1786-1821.

	1786	1805	1808	1821
Branços	65.664	78.035	106.684	136.693
Mulatos livres	80.309	92.049	129.656	152.921
Negros livres	42.739	48.139	47.937	53.719
Mulatos escravos	20.736	24.997	15.737	22.788
Negros escravos	153.759	163.784	133.035	148.416
Total	362.847	407.004	433.049	514.537

Fonte: Russel-Wood, 2005, p. 80.

De acordo com os dados trazidos por Russel-Wood, em *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, a estimativa de *não-brancos* na sociedade mineira alcançava o número de 377.844, ou seja, mais que o dobro de indivíduos *brancos* apontados na Estatística populacional. Lembrando sempre a necessidade de se levar em consideração a subjetividade que envolve a construção das estatísticas nesta época, já que, como argumenta Russel-Wood, “a cor da pele de alguém estava nos olhos do observador, mas o status social e econômico do observador e sua cor também desempenhavam seu papel em qualquer dessas atribuições, assim como a época e a região” (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 297), salientamos, neste trabalho, a necessidade de contextualizar no tempo e no espaço o uso de determinados conceitos. Com empregos

distintos, visto que estes podem ser elaborados e adaptados de formas múltiplas, determinadas terminologias, como as usadas para classificar indivíduos tanto no período Colonial, quanto Imperial, apresentam variações que quando observadas nos fornecem interessantes elementos para pensarmos as construções sociais das épocas estudadas.

Para Russel-Wood,

as descrições e avaliações dos indivíduos de ascendência africana pelos brancos – seu número, sua pigmentação e suas qualidades morais, comportamentos e atitudes com base em gradações de cor e dependendo de a pessoa ser mulata, parda ou negra, assim, como a associação entre negritude e escravidão – baseavam-se amplamente em concepções e impressões (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 296).

Mas por mais que nomenclaturas variassem para identificar aqueles que eram vistos como *não-brancos*, a presença de uma sociedade mestiça e cada vez mais plural impactava o Brasil do século XVIII e XIX, fazendo com que Minas Gerais se tornasse um dos centros onde essa diversidade se apresentava de uma forma mais evidente.¹¹⁹ E é em meio a essa conjuntura e a essa população multifacetada, que Joaquim de Gouvea e Eufrásia Maria de Jesus deram origem, assim como tantos outros indivíduos, a uma família¹²⁰, “oficialmente” iniciada no ano de 1797, na Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem da Itabira. Dessa união, resultaram oito filhos, sendo um deles, *um certo* Joaquim José de Mendanha.

No registro de batismo de um dos filhos do casal¹²¹, Francisco, em 17 de março de 1798¹²², coletado no Arquivo Histórico de Ouro Preto/MG, pode-se evidenciar uma referência à condição de Joaquim e Eufrásia, que aparecem nessa documentação como sendo *pardos forros*.¹²³ Considerando ainda os números trazidos por Russel-Wood para Minas Gerais, onde,

¹¹⁹ Segundo pesquisa de Russel-Wood, “o aumento numérico da população livre de cor foi um fenômeno social predominante do século XVIII. Este aumento foi atribuível em grande parte a dois principais fatores. O primeiro foi a descoberta de jazidas minerais e a diversidade resultante de oportunidades econômicas abertas ao escravo, na agricultura, no comércio ou na própria mineração, para comprar a sua liberdade. O segundo fator foi o aumento da urbanização e a criação de oportunidades econômicas e sociais que antes não estavam presentes numa sociedade rural e patriarcal” (RUSSEL-WOOD, p. 58)

¹²⁰ Vale lembrar que de acordo com Cerceau Netto, “a história da família em Minas Gerais colonial inseriu-se na perspectiva do trânsito, da mobilidade e das trocas entre pessoas, mercadorias e saberes de diferentes regiões do planeta. Práticas culturais e materiais intensificaram-se no lócus americano, formando grupos sociais mestiçados e oriundos das diferentes regiões da África, Europa e da própria América Portuguesa” (CERCEAU NETTO, 2010, p. 96).

¹²¹ Casa do Pilar – Arquivo Histórico, Museu da Inconfidência em Ouro Preto/MG. Livro de batismos de Itabira – 1798/1799, folha 1.

¹²² O batismo foi realizado no mesmo local em que Joaquim e Eufrásia contraíram matrimônio, na Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira.

¹²³ Naquilo que diz respeito à condição de forro, é importante ressaltar que “nem sempre a obtenção da liberdade implicava uma vida melhor para os ex-escravos, principalmente quando não dominavam algum ofício. Após alforriarem-se, as mulheres viam juntar-se o estigma do sexo ao da cor e da condição. A situação marginal a que ficavam relegadas era pior do que aquelas a que estavam submetidos alguns tipos de escravos, como os domésticos” (FURTADO, 2009, p. 111).

entre *negros* e *mulatos livres*, somava-se um total de 206.640 indivíduos, número visivelmente superior aos considerados *brancos* (que alcançavam o total de 136.693 indivíduos), os *pardos forros*, nesta estatística, possivelmente apareciam entre os *negros* e *mulatos*, já que faziam parte dos considerados *homens de cor* deste período.¹²⁴

Ainda nas informações coletadas através do livro de batismo, consta que foram escolhidos para padrinhos de Francisco: o capitão Manoel Alves Carneiro, viúvo, e sua filha Dona Maria Rosa Carneiro, solteira, ambos da mesma freguesia. Não obtivemos ainda maiores informações dessa família de padrinhos e das relações que ela tinha com os Mendanha, apenas cabe destacar que o designativo *capitão* indica prestígio político e comunitário, mostrando a engenharia social da família de *pardos forros* na construção de relações verticais.

Esta documentação coletada em Minas Gerais se torna bastante oportuna para esta tese, visto que a historiografia por muito tempo silenciou esse passado vinculado a escravidão da família do maestro Mendanha, e as poucas vezes em que o abordou foi através de informações bastante limitadas, sem nenhum embasamento documental para isso. Embora não tenhamos localizado o registro de batismo de Joaquim José de Mendanha, as fontes coletadas nesta pesquisa nos indicam que o mesmo tenha nascido, provavelmente, por volta de 1800, em Itabira do Campo¹²⁵, localidade onde encontramos mais informações sobre outros membros de sua família.

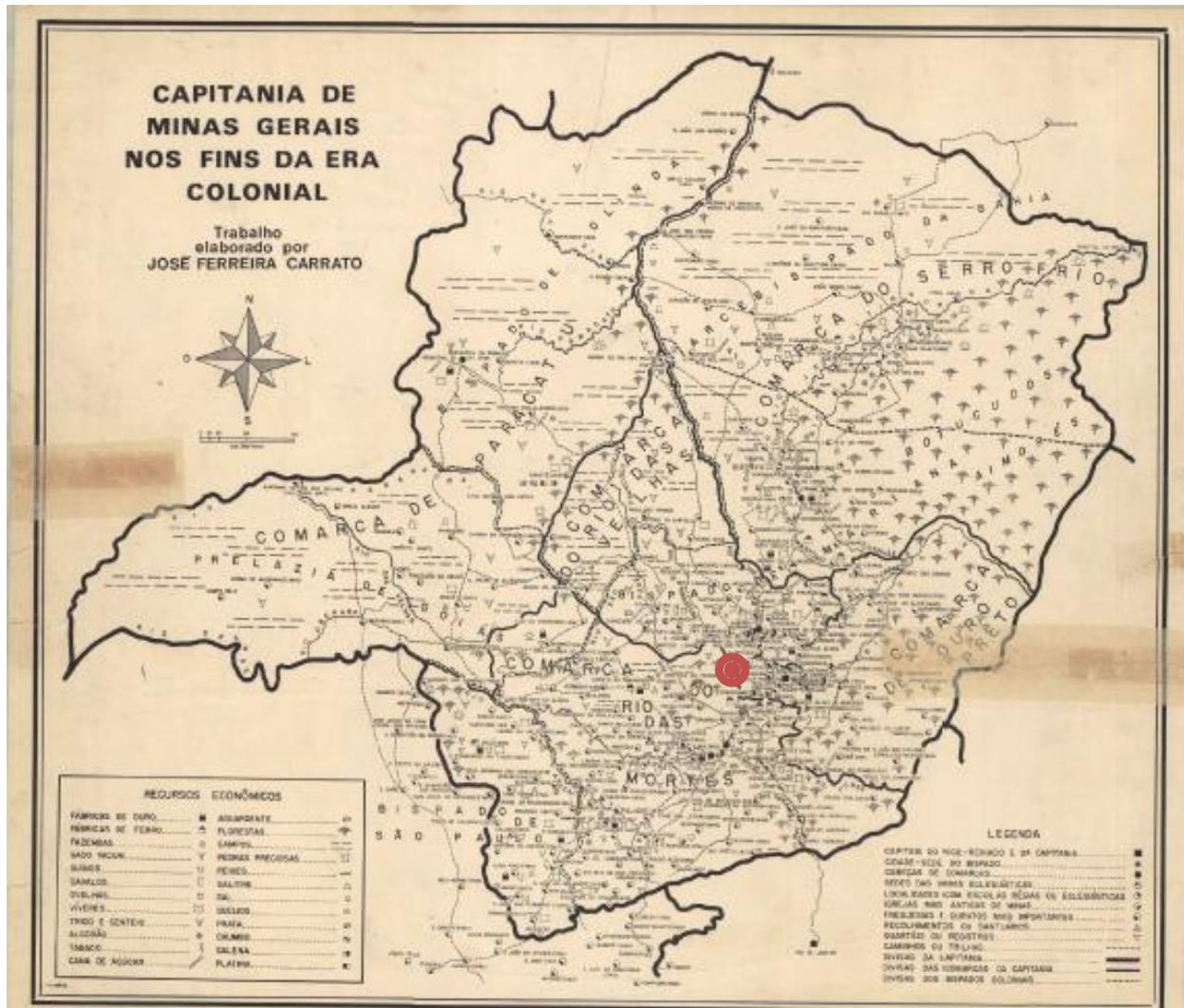
No Mapa Nominal dos habitantes da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, do ano de 1831, consta o número de 1.155 habitantes (218 fogos), sendo a estimativa de livres 853 (nessa categoria estão os indivíduos brancos e *pardos* – que aparecem em maior número) e 302 cativos.¹²⁶

¹²⁴ Vale destacar que embora os pais de Joaquim José de Mendanha tenham sido apontados como *pardos forros* no registro de batismo de seu irmão Francisco, nas demais documentações coletadas evidenciamos que esta família foi aos poucos se dissociando (dentro do possível) do passado escravista. Este argumento ganha força se analisarmos os Mapas de População de Itabira do Campo, que integram o acervo do Arquivo Público Mineiro. Nestes Mapas, localizamos, na primeira metade do século XIX, alguns indivíduos com o mesmo sobrenome Mendanha, e todos eles constam como livres. Esta fonte está disponível para consulta digital no site do Arquivo Público Mineiro APM – Mapas de População – Itabira do Campo (anos 1831, 1838, 1839 e 1867). Fonte: MP – CX.01 – DOC.04; MP-CX01 – DOC.13; MP-CX.07 – DOC.31; MP-CX.13-DOC.03.

¹²⁵ Conhecida nos dias de hoje como Itabirito, Itabira foi no início Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, e manteve o nome de Itabira do Campo até o ano de 1924, quando foi elevado ao município de Itabirito. No mapa, em vermelho, a localização de Itabira do Campo.

¹²⁶ APM – Mapas de População – MP 000015.

Figura 3: Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial



Fonte: Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro – Imagens Cartográficas – APM 015 (em vermelho: Itabira do Campo).

O registro de casamento dos pais do maestro Mendanha, juntamente com o registro de batismo de um dos seus irmãos, ambos realizados na localidade de Itabira do Campo, se apresentam como uma *chave* inicial para começarmos a rastrear a origem dessa família e tentar localizá-la socialmente, através de diferentes *portas*. Estas que, por sua vez, possuem “segredos” (leia-se documentos) diferentes, para o acesso a novas informações. Esse é um dos grandes desafios de se trabalhar com trajetórias. E também um dos elementos que devem mais instigar o historiador, que se depara sempre com a necessidade de recorrer às mais diversas e variadas fontes, com o objetivo de reunir pequenas peças de um quebra-cabeça incompleto, que envolve cada indivíduo juntamente com sua história.

Dentre as *peças* que fomos coletando em relação a Joaquim José de Mendanha, o inventário *post-mortem* de Eufrásia Maria de Jesus, mãe do maestro, se apresentou como uma importante fonte capaz de fornecer maiores indícios sobre este núcleo familiar, bem como a situação de alguns dos seus membros.¹²⁷ Como inventariante nesse processo, que data do ano de 1817, aparece o nome do então viúvo Joaquim de Gouveia Mendanha, e como herdeiros:

- Joaquim (18 anos);
- Francisco (16 anos)¹²⁸;
- Vicente (14 anos);
- Ana (11 anos);
- Domingos (8 anos);
- Gabriel (5 anos);
- Felícia (3 anos);
- Mariana (1 ano).

Dos bens inventariados, consta que no auto da partilha, o monte-mor seria de 425\$020 réis, sendo de 212\$210 réis a meação do viúvo e 212\$210 a meação da testadora. A Joaquim, como herdeiro, coube o valor de 26\$563 réis, onde 15\$313 seriam pagos por seu pai, e o restante incluiria uma parte na morada de casas no arraial (7\$500) e uma parte na chácara (3\$750).¹²⁹

Nos bens arrolados ainda neste inventário, alguns elementos devem ser destacados, com a presença, entre os móveis, de um tear de madeira branca aparelhado no valor de 4\$000 réis, que pode ter sido manuseado pela própria mãe do maestro, além disso, entram no inventário outros móveis, totalizando o valor final de 25\$920 réis, e também peças de ferro (9\$400), cobre (1\$500), animais cavalares (36\$800), gado vacum (13\$000), bens de raiz (uma morada de casas por 60\$000 e uma chácara por 30\$000) e a presença de alguns escravos, conforme o quadro abaixo:

¹²⁷ Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 13, auto 128, 2º ofício. Órfãos, Defunta Eufrásia Maria de Jesus (Itabira do Campo). Inventariante: Joaquim de Gouveia Mendanha (viúvo). Escrivão Pinheiro.

¹²⁸ Acreditamos que aquele Francisco nascido em 1798, que consta no registro de batismo como filho de Joaquim Gouveia e Eufrásia Maria de Jesus, tenha falecido, e seus pais tenham dado o mesmo nome, alguns anos depois, a outro filho, situação que justificaria o fato de Joaquim de José de Mendanha constar nos inventários como o primogênito.

¹²⁹ Ver ainda: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

Quadro 4: Escravos constados no inventário de Eufrásia Maria de Jesus

- João, pardo, 23 anos, “se acha fugido a 8 meses e por isso não se dá valor, o que se fará quando aparecer”	
- Maria, parda, 18 anos, “ao presente sem moléstia alguma”	130\$000
- Cipriano, pardo, filho da Maria acima, 7 meses, “ao presente sem moléstia alguma”	38\$400
- Arcanjo, crioulo, 30 anos, “ao presente padece moléstia de tísica e cego de um olho e com uma fonte em um braço”	20\$000
- José, crioulo, 24 anos, “ao presente sem moléstia alguma”	120\$000

Fonte: Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 13, auto 128, 2º officio. Órfãos, Defunta Eufrásia Maria de Jesus (Itabira do Campo). Inventariante: Joaquim de Gouveia Mendanha (viúvo). Escrivão Pinheiro.

Ao analisarmos este inventário, evidenciamos que a pequena criação de animais, assim como a agricultura familiar (com o auxílio de alguns trabalhadores escravizados), deveria ser uma das atividades desempenhadas na família de Mendanha. Se considerarmos essa família *parda* como pertencente às camadas intermediárias da sociedade mineira, perceberemos que sua manutenção social exigia criatividade e grande esforço, com a montagem de uma unidade pluriocupacional. A existência de um imóvel urbano e um rural sugere uma pequena produção agropecuária, mesclada com atividades urbanas. O valor do tear nos parece indicar que era usado (provavelmente pelas mulheres da casa) para a produção de peças não exclusivamente dirigidas ao consumo familiar, mas para o mercado urbano, onde, provavelmente, também se dirigia a produção da chácara.

Constatamos que a família *parda* dos Mendanha investiu parte de seus recursos na obtenção de escravos, o que aponta um entendimento de que a posse de cativos poderia apresentar-se como um reforço para o reconhecimento comunitário da precária liberdade de indivíduos não-brancos. A cor *parda* e o passado escravizado compunham as experiências sociais dessa família, localizando-a na liminar e porosa fronteira entre escravidão e liberdade. A constituição de um médio patrimônio (composto também por indivíduos escravizados) e o entrelaçamento social com famílias que gozavam de prestígio social (como o apadrinhamento

do capitão Carneiro) integravam estratégias de mobilidade e manutenção social de não fácil execução.¹³⁰

Após a realização deste inventário, conseguimos novas informações sobre seus membros, passados mais de cinco anos, com a realização do inventário de Joaquim de Gouveia Mendanha, em 1823.¹³¹ Neste processo, aparece como inventariante um de seus filhos, Vicente Ferreira Mendanha, e como herdeiros:

- Joaquim (24 anos);
- Francisco (22 anos);
- Vicente (20 anos);
- Ana (17 anos);
- Gabriel (11 anos);
- Felícia (9 anos) ;
- Mariana (7 anos).

Notamos que a distribuição de bens realizada em 1817 não prejudicou o casal, que agora possuía um patrimônio cujo monte-mor foi avaliado em 472\$800 réis, cabendo a cada herdeiro o valor de 67\$542 réis. Segundo consta nessa documentação, em 15 de fevereiro de 1825 o Juiz de Fora e Órfãos Cornélio Ferreira Franca expediu um mandado ordenando que o inventário fosse feito. Com isso, o escrivão João Dias de Almeida se desloca a Itabira, onde neste período residia a família Mendanha, e intima o tutor, “nas suas próprias pessoas”: Francisco, Vicente e Ana. Não encontrando o futuro maestro Mendanha, o escrivão anexa o seguinte relato: “declaro que não citei ao herdeiro Joaquim por este se achar na cidade de Olinda, para onde foi com praça de soldado, segundo informações que tive dos parentes do mesmo”. Como veremos no próximo capítulo, o maestro Mendanha encontrou no exército, um importante espaço para se inserir socialmente, ascendendo de soldado a mestre de banda, conseguindo novas e melhores oportunidades, mas sobre isso falaremos mais à frente.

Continuando um pouco mais na análise do inventário, detectamos que Joaquim José de Mendanha, que no inventário de sua mãe (em 1817) recebeu 26\$563 réis, teve como legado, em 1825, a quantia de 67\$542 réis, com o valor que a ele seria destinado após a realização do

¹³⁰ Nesta pesquisa, estamos cientes de que é um tanto limitado o dado de que ex-escravos optaram por ter cativos, sendo necessário, sobretudo, analisar as microrrelações entre estes senhores *pardos* e seus trabalhadores compulsórios. No entanto, esse não é o escopo da presente investigação.

¹³¹ Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 22, auto 235, 2º ofício. Órfãos, Defunto Joaquim de Gouveia Mendanha (sem testamento), inventariante: seu filho Vicente Ferreira Mendanha (Itabira do Campo). 1823. Escrivão Pinheiro.

inventário de seu pai. Este montante que a ele competia estava distribuído nos seguintes bens¹³²:

Quadro 5: Inventário de Joaquim Gouvea de Mendanha - bens destinados a Joaquim José de Mendanha

- 1 catre de madeira branca	3\$000
- em uma tenda de latoeiro	10\$000
- em um moinho	5\$142
- em uma rocinha	6\$000
- em uma morada de casas	8\$571
- em o escravo José	20\$000
- em a escrava Maria	14\$829

Fonte: Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 22, auto 235, 2º ofício. Órfãos, Defunto Joaquim de Gouveia Mendanha (sem testamento), inventariante: seu filho Vicente Ferreira Mendanha (Itabira do Campo). 1823. Escrivão Pinheiro.

Joaquim José de Mendanha, como indicaremos no decorrer desta tese, manterá escravos ao longo de sua vida, inclusive durante o período em que irá residir no Rio Grande do Sul. De acordo com as informações coletadas nos inventários, o maestro Mendanha não será o primeiro a ser “proprietário”¹³³ na sua família, já que seu pai era dono de alguns escravos, assim como seu avô. Podemos pensar na posse escrava nesses casos analisados como uma espécie de *herança familiar*, que apontava a estratégia da propriedade de trabalhadores compulsórios como uma forma de afirmação comunitária da precária liberdade de indivíduos negros numa sociedade escravista.

No inventário de Miguel Gouvea de Mendanha, de 1793,¹³⁴ Joaquim de Gouvea Mendanha (o pai do maestro Mendanha) aparece juntamente com mais nove herdeiros. Como

¹³² Importante enfatizar que tanto os inventários quanto os testamentos são documentos oficiais, e mesmo que teoricamente a legislação obrigue a listagem de todos os bens “conforme o interesse dos herdeiros, muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados” (FURTADO, 2013, p. 106).

¹³³ Consideramos Mendanha um pequeno proprietário de escravos, fazendo parte do grupo de indivíduos que mesmo trazendo alguma marca da escravidão, se adaptava ao sistema e o reproduzia.

¹³⁴ Miguel Gouvea de Mendanha consta como sendo avô do maestro Mendanha. Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 39, auto 444, 2º ofício. Órfãos, Defunto Miguel de Gouvea Mendanha (Itabira do Campo). Inventariante: Maria de Andrade Silva (sua mulher). 1793.

pagamento, Joaquim (pai) receberia como credor do casal e herdeiro o valor de 223\$109 réis. Na descrição dos bens que a ele estariam destinados, estava:

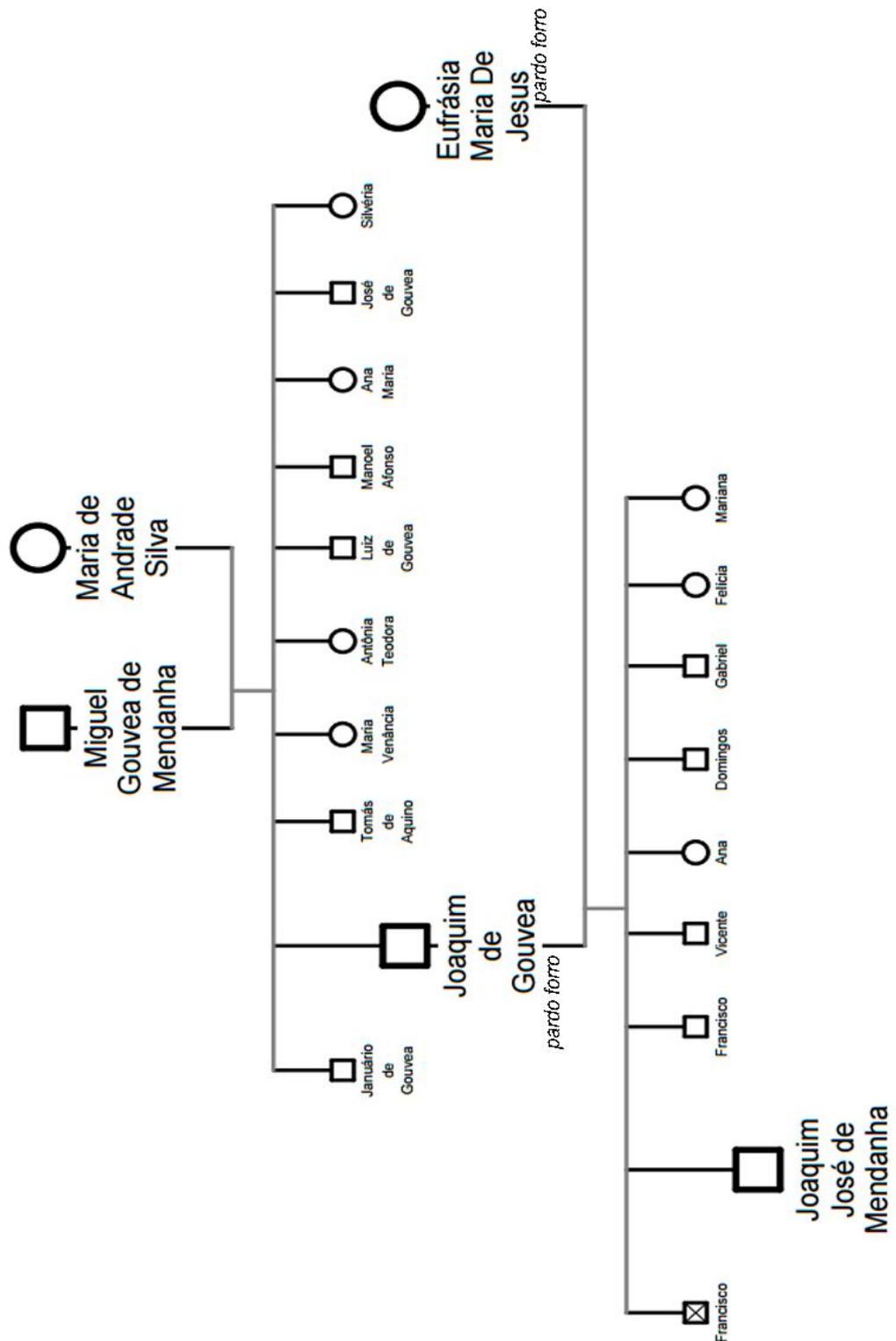
Quadro 6: Inventário de Miguel Gouvea de Mendanha - bens destinados a Joaquim Gouvea de Mendanha

- 3 enxadas sem uso (9 libras)	1\$012 ½
- 2 almocafrez sem uso algum (4 libras)	\$450
- 1 foice em uso	\$450
- 1 par de tribeiras de ferro em bom uso	1\$200
- roda de ralar mandioca, em uso bastante	2\$400
- 1 alavanca grande de ferro em bom uso	3\$000
- espingarda de fogo desconsertada	2\$400
- tear de tecer algodão fiado	3\$600
- João , mulato, de 12 anos	75\$
- Maria , mulata, 6 anos	60\$
- despesa que devia à herança	10\$200
- Prudente , mulato, 8 anos	\$396 ½ do valor avaliado
- Uma roça de cultura com casas de vivenda, sitas na Margarida, Freguesia da Cachoeira do Campo, com todos os seus pertences	60\$000
- metade das datas de terras citas no Ribeirão, no Arraial do Itabira, chamado o Portugal (sociedade com Isidoro Ferreira dos Santos)	3\$000

Fonte: Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 39, auto 444, 2º officio. Órfãos, Defunto Miguel de Gouvea Mendanha (Itabira do Campo). Inventariante: Maria de Andrade Silva (sua mulher). 1793.

A presença de escravos nessa família, mesmo com o indicativo de que o maestro Mendanha e seus pais seriam *pardos*, sugere a reprodução do sistema de uma sociedade que era alicerçada nesse tipo de mão de obra. Segundo Laura de Mello e Souza, “na sociedade mineradora - como, de resto, nas outras partes da colônia -, eram privilegiados os elementos que tivessem maior número de escravos” (SOUZA, 1986, p. 27). Embora a família de Mendanha não apresentasse um número expressivo de escravos sob sua posse, fato que poderia colocá-los próximo a grupos de grandes proprietários, eles conseguiam estar pelo menos em uma situação mais favorável que muitos outros homens considerados *pardos*, no seu período.

Figura 4: Família de Joaquim José de Mendanha



Fonte: Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 13, auto 128; Códice 22, auto 235; Códice 39, auto 444.

Tivemos dificuldades em encontrar maiores informações a respeito dos outros membros dessa família, para além das indicadas nos inventários. No Mapa Nominal dos Habitantes da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, do ano de 1831, que citamos anteriormente neste capítulo, não localizamos o maestro Mendanha, até pelo fato de o mesmo não residir mais nessa localidade, na referida data. Aquilo que encontramos foram os nomes de alguns dos irmãos: Gabriel (18), Ana (24) e Mariana (15), que constam como livres (*pardos*), nesta listagem.

Sobre os demais membros da família, continuamos com algumas lacunas, sem saber ao certo quais foram os caminhos por eles trilhados, individual ou coletivamente, se continuaram suas histórias em Minas Gerais, ou se como o maestro Mendanha, buscaram em outros lugares do Brasil novas oportunidades de vida. O fato é que assim como ocorreria em muitos casos neste período, a realização do inventário e a divisão dos poucos bens entre os muitos herdeiros, fez com o patrimônio dessa família se dissolvesse entre as diferentes partes a serem contempladas, e, assim, a articulação de algumas estratégias sociais fossem necessárias como forma de evitar um retrocesso na condição de vida desses indivíduos, visto que mesmo que pudessem não ter um crescimento econômico ou social significativo, o mais importante, para agentes de uma sociedade como a do Brasil no início do século XIX, era manter o status e o lugar social já conquistado. A manutenção social era um desafio constante, que exigia desde redes de solidariedade, prestígio, cargos, podendo estar relacionada (ou não) com um crescimento econômico e um acúmulo de riquezas.

Através dos dados que integram a documentação coletada em Minas Gerais, podemos supor que os “Mendanha”, embora com uma condição financeira pequena para este contexto, situavam-se em uma posição intermediária, nessa sociedade, se compararmos com os outros tantos *negros*, *pardos* e *mulatos* desse período, já que conseguiam garantir seu sustento, e tinham como um de seus principais bens algo ainda bastante almejado: o acesso à liberdade.

Mas liberdade esta, vale lembrar, que escondia as suas limitações. Afinal, que era ser livre nesse período? Das muitas dúvidas, uma certeza: a de que não era apenas não ser escravizado (embora isso tivesse um peso muito importante neste período). O indivíduo no Brasil Imperial negociava e renegociava sua liberdade diariamente, visto que em uma sociedade que se pretendia limitadora, ser livre era de um preço altíssimo, e que não era de fácil alcance para todos.¹³⁵ De acordo com Laura de Mello e Souza, “a liberdade pouco valia

¹³⁵ Segundo Laura de Mello e Souza em *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*: “a camada dos desclassificados ocupou todo o ‘vácuo imenso’ que se abriu entre os extremos da escala social, categorias ‘nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização’. Ao contrário dos senhores e dos

para o indivíduo pobre que o mundo da produção e os aparelhos de poder esmagavam sem trégua e, no entanto, ele era um homem livre numa sociedade escravista” (SOUZA, 1986, p. 222). Mendanha, assim como seus familiares, tinham a tarefa de, diariamente, tentar se colocar e localizar nessa sociedade que se apresentava fluída, em alguns momentos, mas restritiva em muitos outros.

Segundo Souza, é importante também avaliar que,

enquanto seres livres, os homens pobres desprovidos de consciência de grupo procuraram, a cada momento, estabelecer liames com a camada dominante, buscando traçar as fronteiras que os separavam dos cativos – daí o forro dono de escravos, daí o liberto que não carregava peso; entretanto, múltiplas situações acabavam atirando esses homens livres de encontro aos cativos: nas tavernas, no garimpo, nos roubos, acabavam por se irmanar, iguados na transgressão (SOUZA, 1986, p. 218).

Ainda sobre essa relação entre *pardos forros* constando como proprietários de escravos, Eduardo França Paiva enfatiza o desejo presente neste grupo de maiores oportunidades de ascender socialmente, buscando, aos poucos, de diferentes formas, melhores condições sociais. Para Paiva,

tão flagrante importância da “condição” – livre, forro ou cativo – e da “qualidade” – branco, negro, mulato, pardo, cabra etc. como forma de distinção social dos indivíduos (embora a qualidade não definisse as classes), não impediu a formação de grupos compostos pelos três elementos e, principalmente, por livres pobres e forros. Estas duas últimas categorias, muitas vezes proprietárias dos meios de produção, tiveram igual acesso a bens de consumo, foram senhores de pequenos plantéis de cativos e almejavam ascensão social de forma semelhante, uma vez que os cargos mais importantes estavam reservados aos brancos ricos (PAIVA, 1995, p. 25-26).

A sociedade que se apresentava no início do século XIX, no Brasil, e mais especificamente em Minas Gerais, foi espaço para a constituição de arranjos e memórias familiares de muitos outros *Joaquins*, que poderiam ser *pardos*, *mulatos*, *negros*, mas que ao carregarem de alguma forma o estigma da escravidão, seja na sua condição social ou na sua questão fenotípica, precisavam acionar diferentes recursos para uma possível mobilidade e/ou ascensão social. Partindo do pressuposto de que nenhum caso é totalmente excepcional ou totalmente normal¹³⁶, entendemos que a família de Mendanha é uma das tantas famílias que

escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório” (SOUZA, 1986, p. 63).

¹³⁶ “Excepcional normal” é um conceito apresentando por Edoardo Grendi. De acordo com Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), essa construção teria dois significados, podendo referir-se ao documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social; e o documento que é, por si, excepcional, o fato que pode dar conta de uma norma do cotidiano social.

buscaram adaptar-se à nova realidade mineira e Joaquim, provavelmente um dos muitos indivíduos *pardos* que transitavam nessa sociedade mestiça, e que buscaram, através dos espaços pelos quais circularam, reforçar o direito de ocupar novos lugares, terem acesso a novos bens e de estarem cada vez mais próximos de alguns dos múltiplos significados que poderiam envolver a palavra liberdade.

Os Mendanha podem ser considerados, neste contexto, como mais uma das tantas famílias que vivenciaram o período de transição econômica de Minas Gerais, que, ao ser acompanhada por uma grande crise nos seus meios de produção, fez com que partes dessa população tentassem alternativas de enfrentamento e de sobrevivência.¹³⁷ Dessa forma, esses personagens se apresentam como mais alguns dos muitos *homens de cor* que, frutos de uma sociedade mestiça, impactaram essa região tencionando as hierarquias sócio-raciais vigentes, ampliando o número de *pardos e mulatos* presentes nos estratos médios da sociedade mineira colonial e imperial. Essas famílias buscaram alguns atalhos, seja através do estreitamento de laços e fortalecimento de pequenas redes, seja na sua relação com algum ofício e as suas possíveis formas de inserção social.¹³⁸

Mas como compreender algumas das regras sociais que nortearam Minas Gerais nesse período de transição do século XVIII para o XIX? Como interpretar as diferentes denominações utilizadas para identificar os agentes que habitaram esta região ao longo desses anos, levando em consideração as permanências, adaptações e rupturas de alguns conceitos?

Sobre essa e outras sociedades, sobre ser *pardo*, sobre um certo Joaquim, continuaremos ainda nossa reflexão...

3.2 O PARDO MENDANHA

Impossível para o maestro Mendanha “fechar os olhos” àquilo que transcenderia a um ato de apenas ver, mas que reuni o ouvir, sentir e perceber diariamente, os reflexos de se viver

¹³⁷ Com o esgotamento das minas de ouro, a economia dessa região passa a se voltar para agricultura visando a uma recuperação dos seus meios de produção e uma saída para crise que se instalava.

¹³⁸ Embora alguns ofícios tenham possibilitado alguma mobilidade social em Minas Gerais, se torna sempre oportuno lembrar que não existiria um elemento único que, quando acionado, sozinho, permitisse esse deslocamento social. O que buscamos indicar ao longo desta tese é a união de diferentes características/atributos que em alguns momentos poderiam levar ou não a alguma ascensão social (de pequena a grande porte), dependendo do contexto social vivido.

em um país fruto de uma forte mestiçagem¹³⁹ e de um sistema escravista que se manteve presente praticamente por todo o século XIX. Certamente, não podemos afirmar, mesmo configurando um período de grande exclusão social para determinados agentes, dentre eles os tidos *pardos* e *mulatos*, que todos vivenciaram essa sociedade racializada da mesma forma e com a mesma intensidade. Mas, sim, devemos argumentar que eles foram, por algum momento, de alguma maneira, impactados por esse Brasil e pela sua política, que dificultou o acesso a homens e mulheres que não eram considerados *brancos*, a melhores cargos e posições neste período.

Nos acervos consultados durante a construção desta tese, não encontramos documentos que registrassem, diretamente, como Joaquim José de Mendanha compreendeu essa sociedade. Mas esse testemunho pode ser coletado, em partes, tanto acompanhando sua trajetória, que teve início na então Capitania e depois Província de Minas Gerais¹⁴⁰, como também analisando alguns elementos que compõem esse quadro social onde o mesmo se encontrava inserido.

Mendanha, assim como tantos outros indivíduos que vivenciaram o Brasil ao longo do século XIX, fizeram parte de uma sociedade que, embora bastante fragilizada em alguns aspectos pelos processos políticos pelos quais passava, buscou consolidar e limitar os espaços sociais de determinados agentes, fortalecendo elites locais e regionais, resultando em um Brasil fortemente hierarquizado, em termos sócio-raciais, mas extremamente heterogêneo, que se apresentava rígido em alguns momentos e poroso em tantos outros.

Assim, ao pensar nesses espaços sociais e nos indivíduos que, assim como o maestro Mendanha, não integravam o topo do poder, mas encontravam-se em condições mais favoráveis que muitos homens que possuíam a mesma “cor”, se torna oportuno e necessário fazer alguns questionamentos a respeito deste Brasil e das construções sociais que o envolveram. Dentre eles, como dimensionar o uso e impacto que os termos *pardo* e *mulato* poderiam ter neste contexto? Como compreender a presença de uma sociedade mestiça neste período, que não se limitaria ao recorte geográfico do então Império, e que se construiu e sofreu algumas influências de elementos oriundos da Ibero-América?

¹³⁹ De acordo com Cerceau Netto, “a mestiçagem pode ser considerada mecanismo, processo ou fenômeno mutante que permite analisar as sucessões, permanências ou mudanças de elementos biológicos, físicos e culturais. Esse fenômeno está vinculado à pluralidade e à mobilidade desses elementos no tempo e no meio. Assim, a noção do processo de mestiçagem está relacionada com um espaço de possibilidades e significados em transformação, ora lenta e/ou rápida, ora permeável e/ou impermeável” (CERCEAU NETTO, 2010, p. 168-169).

¹⁴⁰ Em 1822, Minas Gerais deixa de ser Capitania e passa a ser reconhecida como Província de Minas Gerais.

Certos da importância e dos ganhos que o estudo de uma história conectada vem proporcionando a novas pesquisas, possibilitando uma circulação entre o micro e o macro, bem como a análise desses vínculos, buscaremos, ao longo deste capítulo, estar ainda mais atentos a estas relações, que, embora tão necessárias para historiografia, por vezes, acabam sendo negligenciadas¹⁴¹.

Sanjay Subrahmanyam, autor que propôs inicialmente este conceito, em *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*,¹⁴² considera, em seu trabalho, que “we cannot attempt a 'macrohistory' of the problem without muddying our boots in the bogs of 'micro-history'”¹⁴³ (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 750). Desta forma, “for the historian who is willing to scratch below the surface of his sources, nothing turns out to be quite what it seems to be in terms of fixity and local rootedness”¹⁴⁴ (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 745). Este é o grande desafio. O trabalho do historiador não pode nem deve ser limitado apenas por conjunturas isoladas. Assim, Subrahmanyam defende que,

let me end, therefore, with the plea, once more, that we not only compare from within our boxes, but spend some time and effort to transcend them, not by comparison alone but by seeking out the at times fragile threads that connected the globe, even as the globe came to be defined as such. (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 761-762).¹⁴⁵

Serge Gruzinski, em *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories*, reitera este discurso, ao enfatizar que cabe ao historiador o papel de indicar essas conexões, que, em alguns casos, são minimizadas ou até mesmo excluídas das análises (2001, p. 177). De acordo com Gruzinski,

¹⁴¹ Essas relações se tornam válidas quando o objetivo não é comparar sociedades, visto que estaríamos sujeitos a cair em um grande anacronismo. Mas, sim, esta abordagem se torna pertinente ao entendermos que algumas características comuns podem ser analisadas e problematizadas, visto que a história também é feita de permanências. Sobre história conectada ver: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. **Modern Asian Studies**. Special Issue: The Eurasian Context the Early Modern History of Mainland South East Ásia, 1400-1800. Vol. 31, N° 3 (Jul., 1997). USA: Cambridge University Press, 1997. p. 735-762. ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (Eds.). **The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

¹⁴² ‘Modern Asian Studies’, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. (Jul., 1997), p. 735-762.

¹⁴³ “Não podemos tentar uma ‘macro-história’ do problema sem turvar as nossas botas nos pântanos de ‘micro-história’” [Tradução da autora].

¹⁴⁴ “Para o historiador que está disposto a arranhar abaixo da superfície de suas fontes, nada acaba por ser exatamente o que parece ser, em termos de fixidez e enraizamento local” [Tradução da autora].

¹⁴⁵ “Deixe-me terminar, portanto, com o fundamento, uma vez mais, que não só comparar a partir de dentro de nossas caixas, mas gastar algum tempo e esforço para transcendê-los, não por comparação sozinho, mas, buscando, por vezes frágeis fios que ligavam o globo, assim como o globo passou a ser definido como tal” [Tradução da autora].

parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras (GRUZINSKI, 2001, p. 176).

Pensar a questão da mestiçagem,¹⁴⁶ dos termos e nas classificações que foram sendo apropriados e depois reformulados por determinadas sociedades, ao longo dos séculos, bem como a presença de intercâmbios e similitudes entre alguns estudos, vem nos ajudando a compreender o objeto desta tese não como um caso isolado, único, mas, assim como outras variáveis, reflexo dos contextos relacionais, sociais, regionais, nacionais e internacionais aos quais pertenceram, revelando sociedades muitas vezes dinâmicas e permeáveis. Para além do Brasil, ao longo do período colonial, *negros, pardos, mulatos, mestiços* e outras tantas nomenclaturas que foram sendo construídas e reformuladas de acordo com as demandas sociais, se apresentaram como agentes que nem sempre se submeteram às restrições impostas por uma sociedade que, ao longo do tempo, insistiu em classificá-los como impuros, fruto da ilegitimidade ou como uma ameaça em potencial.¹⁴⁷

Aléxia Ibarra Dávila, em seu trabalho intitulado *Estrategias del mestizaje Quito a finales del siglo XVIII*¹⁴⁸, ao aprofundar essas relações frutos da mestiçagem, mesmo em um recorte temporal e geográfico diferente do proposto nesta tese, aponta que, para os

¹⁴⁶ Dentro desta discussão sobre mestiçagens, Eduardo Paiva apresenta aquilo que ele classificou como *dinâmicas de mestiçagem*, “um conceito que acentua a importância da mobilidade e do trânsito de pessoas, culturas, objetos, fauna, flora, maneiras de viver e formas de pensar, o que produziu mesclas biológicas e culturais, assim como superposições, interseções, discursos e representações de pureza e de impermeabilidade também. Dinâmicas de mestiçagem sublinham a complexidade e o movimento das misturas e de seus produtos em oposição a somatória de raças, cujo resultado e a fusão das partes em uma outra e única raça, equação quase matemática, que tradicionalmente lastreou-se na evolução rumo ao branqueamento e a civilização” (2012, p. 210). Sobre esta temática, ver ainda: PAIVA, Eduardo Franca. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo Franca; IVO, Isnara Pereira (Orgs.) **Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 13-25.

¹⁴⁷ Sobre terminologias e vocabulários empregados neste período, Florencia Guzmán, aponta que, ao longo dos anos “mientras los vocablos ‘mestizo’ e ‘ilegítimo’ se convirtieron (casi) en sinónimos, los de ‘mulato’ y ‘negro’ sumarán al estigma de la esclavitud, el de la ilegitimidad y la ‘impureza’ de sangre. Las diferentes taxonomías se explicaban por la calidad que abarcaba una serie de atributos vinculada, particularmente, con el color y la ascendencia: pero también con la ocupación, el lenguaje, la vestimenta, la filiación, el lugar de residencia y la religión” (GUZMÁN, 2013, p. 60).

¹⁴⁸ Para a autora Aléxia Dávila “en el caso del grupo de mestizos, cabe señalar que durante el proceso colonial, se configuró como una importante categoría social, particularmente en Quito, cuyo origen fu el resultante de la unión entre blancos e indias y vice-versa” (DÁVILA, 2002, p.15-16)

denominados mestiços, “a pesar de los estereotipos negativos que pesaban en su contra, supo desarrollar varias estrategias que superaron la naturaleza biológica de su nacimiento, pudiendo generar mecanismos culturales que le permitieron moverse al interior de la sociedad” (DÁVILA, 2002, p. 129).

Embora o conceito seja histórico e fruto de determinados grupos sociais, fato que nos impede, por exemplo, de comparar o termo “mestiço” usado no decorrer da pesquisa de Dávila, com o “mestiço” presente em alguns documentos do Brasil Imperial, o trabalho desta autora, ainda assim, permite interessantes conexões, quando a mesma evidencia o movimento de agentes socialmente excluídos no período colonial, buscando, se não um rompimento, o desvio das aparentes barreiras limitadoras que eram impostas nesta sociedade. Este foi um processo presente em diferentes partes do mundo, e o anseio, bem como a presença, de alguma forma de resistência a condições então impostas, podem também ser encontradas no estudo de outros indivíduos em realidades e épocas distintas.¹⁴⁹

Para Dina V. Picott, que abordou em seu trabalho a presença africana no Rio da Prata, essas inserções sociais poderiam ser facilitadas através do agenciamento de determinados espaços. Segundo a autora:

Por ejemplo en la Argentina compartieron los modos propios de organización que pudieron darse en toda América en la situación esclava y durante el largo proceso de liberación hasta el presente. Aunque con rasgos propios de nuestra zona e historia; las confradías religiosas, las naciones y las sociedades de ayuda mutua, tres etapas de organización que correspondieron a las relaciones que se fueron dando entre la población negra de esclavos y libertos y la sociedad más amplia (PICOTT, 2011, p.72)

Como veremos ao longo do capítulo 5 desta tese, as irmandades foram importantes lugares de atuação para esses indivíduos, onde encontraram, para além do espaço religioso, um espaço para articulação de vínculos, de inserção em uma rede de sociabilidade, que

¹⁴⁹ Ver ainda: BERNAND, Carmen. **Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas**. Madrid: Fundacion História Tavera, 2001; FABREGAT, Esteva C. **El mestizaje en Iberoamérica**. Madrid: Alhambra; BOTTCHEER, Nikolaus; HAUSBERGER, Bernd; TORRES, Max S. Hering. **El peso de la sangre**. Limpios, mestizos y nobles en el mundo hispánico. México: El colegio de México, 2011; RUFER, Mario. **Histórias negadas**. Esclavitud, violencia y relaciones de poder en Córdoba a finales del siglo XVIII. 2005; MOLINERO, Baltasar Fra. **Ser mulato en España y América**. Discursos legales y otros discursos literarios. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2000. BOCCARA, Guillaume (Org.). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas siglos XVI- XX**. IFEA: (Lima – Peru) Ediciones Bya – yala (Quito – Ecuador), 2002; GUIDOBONO, Sandra Olivero. “Matrimonio en Indias. Relaciones interétnicas en Buenos Aires (siglo XVIII)” In: BERNAL, Manuela Cristina García Bernal; GUIDOBONO, Sandra Olivero (coords.). **El municipio indiano: relaciones interétnicas, económicas y sociales**. Homenaje a Luis Navarro García. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009, p. 564-579.

poderia ser acionada em diferentes momentos, colaborando em um processo de identificação e colocação social.¹⁵⁰

Lea Geler em *Afrodescendientes y esfera pública en el Buenos Aires de fines del siglo XIX*, também traz importantes colaborações neste sentido, ao lembrar que “ ‘negros y mulatos’ de Buenos Aires tuvieron en general, por lo menos en el siglo XIX, posibilidades de desarrollo personal en distintas instancias del cotidiano social” (2011, p. 316), mas que segundo ela, teria sido na carreira militar o espaço onde os afroportenhos teriam alcançado um reconhecimento maior.

Semelhante ao maestro Mendanha, que encontrou na música, na carreira militar e no associativismo religioso oportunidades de se mover e manter socialmente, outros personagens, em diferentes períodos, também vislumbraram em espaços como esses, caminhos que se refletiriam diretamente no acesso a novas oportunidades e na identificação social, visto que entre o ser considerado *negro, blanco, pardo e mulato*, existia um conjunto de atributos que, necessariamente, não estariam vinculados somente a questões fenotípicas.

Beatriz Bixio em *Mestizaje y configuración social. Córdoba (XVI y XVII)*¹⁵¹, faz este alerta para séculos anteriores, destacando que,

Los grupos socioétnicos que tradicionalmente reconoce la bibliografía – europeos, indígenas y africanos – se desdibujan notablemente cuando la investigación se enfoca en las prácticas, redes e interacciones sociales, bienes materiales y sensibilidades. El lugar social pasible de ser ocupado por cada uno dependerá de factores que muchas veces trascienden la variable étnica, tales como las redes que se hayan podido construir, la configuración cultural, el vestido, la inserción en el mercado de trabajo y de bienes, etc. El mencionado es un proceso complejo que admite diferentes perspectivas de análisis y que debe ser historizado y cronologizado (2013, p. 8).

Essa “variedade” anunciada por Bixio indica, desde os períodos coloniais, que o modelo engessado, e por vezes rotulado para classificar determinados agentes de um grupo, poderia sofrer interferência de outros elementos, que não estivessem relacionados à cor, ou a

¹⁵⁰ O termo *pardo* foi preferido nas irmandades ao qualificativo mulato - muito usado na legislação- em um movimento sutil que guarda, a meu ver, significados importantes naquilo que tange à valorização da mestiçagem como um dado positivo. Melhor dizendo, o qualificativo mulato era muito frequentemente associado à noção de “impureza” de sangue e a atributos como preguiça, desonestidade, astúcia, arrogância e falta de confiabilidade (VIANA, 2007, p. 37).

¹⁵¹ Para a autora, “el mestizo como categoría teórica refiere a la mixturación del contacto que afecta a todos los ámbitos de la vida y permite dar cuenta del complejo proceso de creación de nuevas formas de intercambio social y cultural, de la multiculturalidad de la colonia y de los efectos del contacto interétnico en términos dinámicos y flexibles: como encuentro pacífico e creativo, pero también como generador de miedos, violencias, discriminaciones y puesta en práctica de estrategias destinadas a la distinción”. (BIXIO, 2013, p.21).

determinado traço físico, mas a conjunturas sociais, a redes de relações acionadas, a espaços ocupados, que, por vezes, poderiam vir a ter uma classificação mais forte e dominante.

Eduardo França Paiva, pesquisador que se dedicou a investigar essas questões a partir de uma perspectiva da história comparada para o Brasil no período colonial, afirma que,

estas sociedades americanas coloniales y esclavistas crearon, además, posibilidades de ascenso económico y social para decenas de miles de mestizos y, también, de criollos (en el Brasil, nacidos en la América portuguesa, hijos de madre y padre africanos). Inclusive algunos negros experimentaron ese ascenso, sobre todo en áreas más urbanizadas, donde el repertorio de alternativas y de posibilidades era más extenso, mas dinámico y donde los resultados – positivos y negativos – circularon intensamente en redes de conveniencia, igualmente adaptadas a las características sociales y culturales (PAIVA, 2011, p.126).

Nesta tese, ao encontrarmos em textos e documentações referências aos termos *pardos* e *mulatos* como denominações que se fizeram presentes e eram de uso comum pela população no Brasil Imperial, evidenciamos que não existe apenas uma única definição que possa conceituar e distinguir esses dois termos. Indivíduos poderiam transitar por nomenclaturas étnico-raciais diversas, assim como poderiam jamais terem a mesma alterada ou terem a sua ancestralidade mestiça invisibilizada em alguns momentos e anunciada em outros.¹⁵²

De acordo com o padre D. Rafael Bluteau, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, o termo *pardo* aparece como “adj. De cor entre branco, e preto, como a do pardal. Homem pardo, mulato” (BLUTEAU, 1789, p. 159), enquanto o termo *mulato* consta como “f.m. mulata f.filho, ou filha de preto com branca, ou as avellas, ou de mulato com branca, até certo grau” (BLUTEAU, 1789, p. 102). A relação entre esses termos, e a dificuldade em diferenciá-los, visto que em Bluteau se apresentam quase como sinônimos, é uma constante ao longo dos séculos, podendo ter empregos variados de acordo com a conjuntura em que são usados, mas sempre mantendo definições que mais os aproximavam, do que afastavam.

¹⁵² Estudos de trajetórias de *homens de cor* no Brasil do século XIX vêm nos permitindo compreender essas diferentes mobilidades/alterações que poderiam ocorrer de acordo com os espaços sociais transitados por determinados indivíduos. Sobre este tema ver: GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 85-127, 2014. KABENGELE, Daniela do Carmo. **A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Segundo George Reid Andrews que, em seu estudo sobre a América Afro-Latina 1800-2000, faz uma síntese comparativa da história de afro-descendentes nesta região, deve-se considerar que,

o status racial “pardo” foi criado precisamente para barrar, dos benefícios plenos da brancura, os indivíduos que pudessem afirmar ascendência europeia. Como a negritude, a categoria “pardo” foi assim claramente diferenciada da brancura e impôs importantes desvantagens sociais a seus membros. Além disso, em razão do avanço da mestiçagem na região com o decorrer do tempo, ser pardo ou mulato, mais que ser negro, tornou-se o principal marcador de ascendência africana e status racial não-branco (ANDREWS, 2014, p. 32).

Andrews ainda enfatiza que “em toda a América espanhola e no Brasil, as suposições raciais herdadas do período colonial permaneceram em vigor” (2014, p. 123), onde uma classe média branca buscou ampliar a desigualdade, dificultando qualquer política de integração racial, legitimando, muitas vezes, características conservadoras e autoritárias, em prol da manutenção de seus privilégios.

Embora com grandes empecilhos, tanto no período colonial quanto no imperial, no Brasil e em outras partes da América, é forte o indicativo de que a mobilidade se fez presente – mesmo que de forma desigual – também entre os “homens de cor”. Essas evidências vêm a reforçar aquilo que viemos argumentando deste o início deste trabalho: que embora pequeno, o acesso desses indivíduos a melhores cargos ou lugares sociais era possível, trilhar um caminho com alguns momentos de ascensão social. Mobilidade social esta que poderia ser caracterizada não só pela propriedade de bens materiais, mas, como no caso de Joaquim José de Mendanha, no acúmulo de capitais relacionais e simbólicos que tinham um forte impacto na sociedade oitocentista.

Florencia Guzmán em *Performatividad social de las (sub) categorías coloniales. Mulatos, pardos, mestizos y criollos en tiempos de cambios, guerra y politica, en el interior de la Argentina*, explica que,

en cuanto nacia una persona se la relacionaba con alguna de las clasificaciones establecidas a través de la inscripción en los diferentes registros eclesiásticos. Esta adscripción no era fija, con el paso del tiempo podía variar, e incluso, un individuo podía tener simultáneamente más de un estatus socioétnico-racial (GUZMÁN, 2013, p. 60).

Ainda de acordo com Guzmán, o termo *mulato* é o que maior variedade encontrou ao longo dos séculos, se apresentando como um dos mais amplos e polissêmicos. Segundo ela,

de todas las taxonomías utilizadas para designar a los mestizos de africanos el término “mulato” es el que mayores significaciones presenta. A diferencia de los “pardos” que aparecen en la documentación tardíamente, y crecen sobre todo a partir de la segunda mitad del siglo XVIII, los “mulatos” atravesarán la vida colonial y estarán presentes desde las primeras crónicas de los conquistadores, hasta en los escritos privados, religiosos y públicos del siglo XIX (GUZMÁN, 2013, p.73).

A autora traz como exemplo um caso de 1795 em que uma descendente de mulato (escravo) e *mestiza libre* podia, naquele contexto, de acordo com os interesses envolvidos, ser considerada como escrava para alguns, mulata para outros, ou *mestiza* para o sacerdote. Questões como estas refletem o quanto subjetivas e complexas poderiam ser estas denominações, impedindo classificações únicas e definidas.

Indícios como os arrolados por Guzmán, corroboram argumentos trazidos por autores como Carmen Bernand (2000, p. 149), que em seus estudos, ao destacar essa grande diversidade cultural e social da população negra na Hispanoamérica, e as poucas pesquisas que envolvem essa temática, alerta sobre o equívoco de se tratar aquilo que ela denomina como “gente de color” como um conjunto homogêneo. O número elevado de mesclas entre espanhóis, índios e africanos produzem, segundo Bernand, indivíduos híbridos, ambíguos e inclassificáveis, que teriam, algumas vezes, formas distintas de sociabilidade e de reivindicações identitárias próprias.

Ann Twinam (2009, p.53), outra conceituada pesquisadora das sociedades hispanoamericanas, também aponta que “el reconocimiento de posiciones intermedias entre los extremos de blanco y negro, o de legítimo y bastardo, revelaba la presencia de una flexibilidad racial y social significativa y creaba también el potencial para ella”. Desta forma, categorias eram modificadas e adaptadas, de acordo com as diferentes conjunturas que cada sociedade apresentava.

Para o Brasil, no período em que acompanhamos a trajetória do maestro Mendanha, algumas características, como as que já foram elencadas anteriormente por outros estudos, poderiam (apesar de suas particularidades) fazer-se presentes nessa sociedade, onde os termos *pardo* e *mulato* estavam relacionados e eram reconhecidos, de acordo com aquilo que os circundava. Desta forma, ser considerado *pardo* ou *mulato*, estava muito além de uma representação física e visual. Este pode ser um dos fatores que expliquem o fato de algumas fontes documentais indicarem Mendanha como sendo *pardo*, enquanto alguns trabalhos da historiografia rio-grandense o classificam como *mulato*. A imprecisão é natural, e se torna consequência de uma classificação que é, muitas vezes, subjetiva, momentânea, temporal, que

pode variar de acordo com os documentos consultados e o período em que determinado indivíduo é analisado.

Assim, a questão das nomenclaturas ou das terminologias nos permitem entender que embora variáveis, múltiplas e passíveis de transformação, elas eram suscetíveis de sofrer ou não alterações, fato que pode vir a justificar a dificuldade em estudar a mobilidade social de “homens de cor” no Brasil Imperial, visto que, em alguns casos, dependendo do lugar social ocupado pelo agente, aquilo que era atribuído como sua “cor” poderia constar na documentação, ou ser silenciado. Embora esses casos ainda não sejam muito abordados pela historiografia, eles ocorreram, e se apresentam como um fator importante a ser explorado, por sinalizarem traços de uma configuração social que aos poucos se construía.

Vale ainda ressaltar que, ao mesmo tempo em que afirmamos que um indivíduo, em alguns casos, teria como transitar entre termos como *mulato*, *pardo*, ou *branco*, seria um equívoco acreditar que esta seria uma mudança completa. Ela poderia servir para determinados grupos em que estes agentes circulavam, para alguns documentos que incorporariam essa alteração, e, principalmente, para possibilitar o acesso a novos lugares de atuação. Mas esta não seria uma informação que seria acatada por todos. Enfatizando novamente a presença da subjetividade existente nesta classificação, é plausível que, para alguns, o “passado” não fosse um “detalhe” a ser esquecido por definitivo. Sendo assim, embora um indivíduo que antes fosse considerado como *pardo* tivesse o seu status mudado e passasse a ser “visto” como *branco*, haveria sempre um olhar diferente, de quem não aceitaria esta transição, e que, muitas vezes, poderia recorrer à antiga terminologia, como forma de depreciação, se assim fosse conveniente.

Em meio a tantas incertezas e possíveis oscilações, podemos identificar no Brasil do século XIX, mais precisamente na Capitania de Minas Gerais, essa diversidade que marcou a formação social do Brasil, e que exigiu, independentemente de coerências ou não, a presença de um vocabulário e de um léxico compartilhado. Eduardo França Paiva, em *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)* um dos estudos mais recentes sobre a temática, evidencia a importância de um léxico comum, como forma de permitir uma fruição das relações sociais.

Para Paiva, “a história da formação do léxico das mestiçagens associadas às formas de trabalho foi resultado de dinâmicas sociais similares e, muitas vezes, únicas, que se espalharam pela extensa área sob os domínios lusitanos e castelhanos nas Américas” (2012, p. 10), sendo assim, para este autor:

Os usos dos conceitos/categorias, que foram se alterando e agregando novos significados ao longo dos séculos, conformaram a dinâmica lingüística no mundo iberoamericano (como ocorreu em outras realidades) e expressaram as novas sociedades aí organizadas, os povos e culturas que se desenvolveram e as dinâmicas de mestiçagens biológicas e culturais processadas. Novos vocabulários conformaram-se, ecoando as novas realidades surgidas do contato entre tantas e tão distintas culturas, ocorridos em meio a conflitos, negociações, acordos, conveniências, prazeres, contingências e acasos também (PAIVA, 2012, p. 153).

Analisando a questão da percepção das cores, Paiva menciona que, além de ser definida em cada contexto e em comparação a outras tonalidades e referências, a construção deste léxico teria sido resultado de antigas e novas categorias de classificação das populações ibero-americanas, ou seja, “em outras palavras, ele não resultou apenas de imposições de conquistadores e dos administradores dos reis, mas foi constituído e fomentado por operações compartilhadas entre todos os grupos sociais existentes, enquadrados em distintas “qualidades” e “condições” (PAIVA, 2012, p. 243). Entretanto, também é preciso considerar o caráter relacional e situacional dessas construções. Para Rangel Cerceau Netto (2010), assim como para Paiva, além de serem operações das quais comungavam os diferentes grupos, os “valores culturais e biológicos eram manipulados, atribuídos, mascarados ou ocultados de acordo com interesses diversos de quem os imputava, ou daqueles que recebiam as identificações para a construção de suas identidades” (CERCEAU NETTO, 2010, p. 97).

Esse exercício de olhar para além do espaço geográfico que circunda o objeto de trabalho desta tese, nos permite entender que as fronteiras que o separam de outros territórios e sociedades, são muito mais fluídas e conectadas do que imaginávamos. Desta forma, tentar aprisionar em algumas poucas páginas uma discussão bastante densa, que vem ultrapassando séculos e oceanos, seria no mínimo pretensioso. Aquilo que buscamos é lembrar a existência e a importância do intercâmbio entre os estudos, a necessidade de se promover o diálogo e do alcance que estas abordagens podem vir a ter para uma maior e melhor compreensão das pesquisas que vem sendo realizadas.

Joaquim José de Mendanha, assim como outros personagens (em sua maioria, ainda “desconhecidos” pela historiografia), descobriram, nas “entrelinhas sociais”, pequenos espaços de movimentação. Dentre eles, o ofício de músico, que acompanhou nosso personagem até os anos finais de sua vida, e o levou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, e, finalmente, ao Rio Grande do Sul. Foi, através de homens *negros*, *mulatos* e *pardos* como Mendanha que o cenário musical mineiro ganhou força neste período, ultrapassando, com os sons de seus instrumentos, espaços até então exclusivos de uma elite branca, que, embora

aparentemente distante hierarquicamente, na maioria das vezes, contemplava, solenemente, cada nota por eles emitida.

3.3 MAIS QUE UMA ARTE, UM OFÍCIO: A MÚSICA NA SOCIEDADE MINEIRA

Srs. Redactores.

Lendo no n. 114 da sua estimável folha a discrição da Solemne Festividade celebrada na Capela de N. S. do Monte do Carmo desta Imperial Cidade em o dia do passado mez, notei com pesar, que VV.. não mencionassem a generosa cooperação dos Professores de Musica, os quaes se prestarão todos gratuitamente; e sendo que elles de sua parte praticarão quanto lhes foi possível para o maior brilho da mesma Solemnidade pela escolha, e execução das Peças de Musica Religiosa. Portanto Srs. Redactores se não acharem fora de propósito esta minha nota, e couber em algum N. VV.. obrigarão muito com a publicação della ao seu Leitor.¹⁵³

Era a sua edição nº 117, de 8 de outubro de 1824, e o jornal *Abelha do Itacumuly*, de Minas Gerais, recebia de um leitor uma correspondência cujo assunto versava sobre a publicação impressa no exemplar de nº 114. Ao relatar uma festividade celebrada na Capela de N. S. do Monte do Carmo, o jornal não teria dado o devido espaço à participação dos Professores de Música, que estiveram diretamente envolvidos neste ato e que teriam colaborado “para o maior brilho da mesma solemnidade”. Tal reivindicação foi publicada e “respondida”, brevemente na edição de nº 119, onde, ao recuperar a narrativa sobre a referida festividade, a redação do jornal dedicou algumas linhas para “enriquecer” o seu relato:

Os Camarotes estão guarnecidos de senhoras, que se esmerarão nos seus tocados, e enfeites, e na Plateia estão todos os cidadãos. Apareceu o Ex.mo Presidente, e o Ex.mo Marechal no Camarote do Governo, e no immediato à direita o Corpo Municipal: na Orchestra rompeo huma bem executada Symphonia; e na escolha das Peças de Musicas bem manifestarão os hábeis, e briosos Professores desta Arte encantadora o seu zelo, e a sua devoção ao Alto Objecto da nossa alegria; sendo que todos gratuitamente se havião offerecido para coadjuvarem de sua parte com quanto pudessem.¹⁵⁴

Recebida de forma ímpar nos mais solenes momentos, a música, ao longo do século XIX, esteve presente em diversos eventos, acompanhando desde festividades religiosas, como

¹⁵³ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Abelha do Itaculumy*, 8 de outubro de 1824. p. 467.

¹⁵⁴ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Abelha do Itaculumy*. 13 de outubro de 1824. p. 474.

a mencionada no fragmento acima, como também em eventos militares. Estes últimos enfatizavam que “o som dessa música bellica que abre a marcha do exército toca em todas as fibras dos corações amigos da Nação, e parece convidar ainda os braços mais fracos a pegar em armas”.¹⁵⁵

No período após a vinda da Família Real para o Brasil, a música passou a ter um destaque ainda maior, sendo utilizada para os eventos oficiais do período com o intuito de torná-los mais marcantes e à altura do recebimento de uma corte¹⁵⁶. Exemplo disso é o relato de uma das festividades relacionadas ao Natalício do S. M. o Imperador, publicada no jornal mineiro *O Universal*, do ano de 1826:

Este dia sempre memorável nos Fastos do Brasil foi hoje anunciado ao romper da aurora com a salva Imperial de 101 litros de artilharia. As 9 horas da manha se reunirão na Praça os Corpos da 1ª e 2ª Linha; as 10 e trez quartos se dirigirão para a Capella de N. S. do carmo os Il.mos e Ex.mos Srs. Presidente e Governador das Armas, a Camara com todas as pessoas distinctas desta Cidade; e ahi assistirão a hum solemne TE DEUM em ação de graças; a musica excelente, o asseio, e decência, de todos os circunstantes, e a summa alegria, que se divisava em todos os semblantes, fazião este acto tão respeitável, como aprazível [...].¹⁵⁷

Usada com diferentes pretextos, mas sendo capaz de agregar os mais variados agentes quando executada, a música no Brasil do século XIX, mais especificamente em Minas Gerais, foi ganhando espaço e fazendo escola para muitos músicos deste período, se tornando um centro de referência para época. E é em meio a essa sociedade que o maestro Mendanha iniciou sua caminhada como mais um entre tantos outros homens pobres, livres e *pardos* do seu tempo.¹⁵⁸

Acompanhar a trajetória deste personagem nos faz perceber que apesar dela ser composta por diferentes momentos e espaços, a música foi aquilo que de mais constante se apresentou na história deste maestro, e que provavelmente se fez presente, direta ou indiretamente, desde os anos iniciais de sua vida. A música, de certa forma, amalgamou-se ao personagem, distinguindo-o sempre que mencionado como *Maestro*. Ele assim era identificado e reconhecido socialmente (mesmo postumamente), e *ser músico* devia fazer parte essencial de seus preceitos afetivo-psicológicos de auto percepção.

¹⁵⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *Abelha do Itaculumy*. 25 de abril de 1825. p. 195.

¹⁵⁶ No Rio de Janeiro, após a chegada da família real em 1808, destaque para da criação da Casa da Ópera e da Capela Real, ambas destinadas a execução de música erudita.

¹⁵⁷ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O Universal*, nº 19, Ouro Preto, 12 de outubro de 1826.

¹⁵⁸ Sobre esta cultura do espetáculo, na qual a música tem papel privilegiado, ver: REIS, J. J. **A Morte é uma Festa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991; JANCSÓ, István; KANTOR, Iris, (Orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001. 2v

Mas qual seria a relação entre Minas Gerais, lugar onde Mendanha nasceu e passou a sua infância, com o desempenho do ofício de músico por *homens de cor* neste período?

Bruno Kiefer, em *História da Música Brasileira – Dos primórdios ao início do século XX*, questiona de onde viriam os músicos profissionais presentes em Minas. Segundo o autor, se torna inviável a teoria de que, por geração espontânea, no sertão, existisse uma escola de músicos com rebuscada arte criadora e eficiência profissional, ou que a origem dos músicos estivesse vinculada a São Paulo ou ao Rio de Janeiro, visto o pequeno desenvolvimento cultural dessas regiões, neste período. Para Kiefer, a resposta estaria na presença dos músicos *mulatos*, que, buscando uma possível ascensão, dedicavam-se “aos ofícios, às artes e, principalmente, à música” (KIEFER, 1997, p. 31).

Destacando a importância do espaço religioso para o desenvolvimento musical nesta região, Kiefer reforça o papel deste, na sociedade mineira, lembrando sua presença no culto, nas procissões, nos casamentos e também nos enterros. Nas palavras do autor, “a música religiosa estava sujeita sempre a contrato, seja por uma das numerosas Irmandades (em rivalidades constantes), seja por parte do Estado, isto é, do Senado da Câmara. Os próprios músicos pertenciam, aliás, frequentemente, a Irmandades e também a uma corporação profissional” (KIEFER, 1997, p. 35).

Sobre o papel das Irmandades na trajetória do maestro Mendanha, discorreremos de forma mais detalhada ao longo do capítulo 5 desta tese, mas se torna oportuno lembrar que desde o período colonial o espaço religioso, assim como o espaço militar, se apresentou como um dos principais meios pelos quais a maioria dos músicos iniciou sua atuação fato que os possibilitou maior conhecimento e refinamento de sua prática.¹⁵⁹

Curt Lange, musicólogo e um dos grandes pesquisadores do cenário musical desta época, buscou destacar, em sua produção, a intensa participação de *homens de cor* desempenhando o ofício de músico em Minas Gerais. De acordo com ele:

Los músicos que actuaban en las iglesias eran “homens pardos e ordinariamente viciosos” y que su queja ante El Rei se concentrara principalmente en un “mulato que se mostra cheio de orgulhos e enredos”, sin duca un músico de significación. Y el Desembargador Teixeira Coelho, que recorrió Minas Gerais en viaje de inspección, informo indignado a la Corono, em 1780, “que aqueles mulatos que se fazem abosulamente ociosos, se empregam no ofício de músicos, os quais são tantos na Capitania de Minas, que certamente asceden o numero dos que ha em todo o Reino”. Esta constatación confirma ampliamente que al poco tiempo de haberse

¹⁵⁹ De acordo com os apontamentos de Kiefer (1997, p. 35), “já no começo da colonização as músicas militares, ou bandas, como diríamos hoje, cultivavam instrumentos de sopro diversos, em geral a cargos de negros escravos. Estes atuavam, também, frequentemente, nas Casas Grandes. A história destas atividades musicais explica, certamente, a origem do gosto tradicional do brasileiro pelos instrumentos de sopro”.

estabilizado las ciudades, el ejercicio de la música pasó por entero a manos de negros y mulatos (LANGE, 1951, s/p).

Lange ainda deixará registrado seu grande estranhamento pelo fato de a historiografia da música brasileira ignorar aquilo que ele considera o extraordinário desenvolvimento musical presente em Minas Gerais, e, mais ainda, por essa arte ser desempenhada por homens *negros e mulatos*, uma vez que “de esa legión de interpretes hayan surgido compositores cuyo lenguaje y técnica obdecian por entero a las tendencias europeas de su tiempo” (LANGE, 1951, s/p).

Este autor considera que a atividade dos músicos em Minas Gerais passou por três fases diferentes, desde o período de sua formação no início do século XVIII, passando por uma fase de transição, até sua consolidação em fins do XVIII, início do XIX, o aprimoramento desta arte foi, na maioria das vezes, feito através da relação entre mestre e discípulo, reforçada tanto pelo talento individual, quanto pela prática incessante do seu trabalho.

Segundo Domingos Sávio Lins Brandão e Raissa Anastásia de Souza Melo, em *A formação do campo musical na Minas Barroca*, “na Europa, na mesma ocasião, principalmente no terceiro quartel do século XVIII e particularmente em Viena, na Áustria - o grande centro produtor e irradiador de música da época - a posição social do músico estava distante das liberdades que seus colegas mineiros desfrutavam” (BRANDÃO; MELO, 2010, p. 23). Desta forma, os autores indicam que, diferentes dos músicos europeus que ocupariam uma posição social correspondente a dos servos, onde “seus papéis eram de servir às necessidades de diversão de seus senhores” (BRANDÃO; MELO, 2010, p. 23), os músicos em Minas encontravam uma relativa autonomia da estética musical europeia contemporânea, fato que, a nosso ver, não os limitava a um determinado padrão, mas também não fazia com que o papel de “servir” estivesse totalmente dissociado de suas funções, naquele tempo.

Para além da música, Minas Gerais, no período colonial, também ficaria conhecida pela grandiosidade de sua arte nas mais diferentes esferas. Famosa pelo barroco mineiro entre o século XVIII e XIX¹⁶⁰, Minas se viu imersa em uma explosão cultural envolvendo tanto a arquitetura, quanto a escultura e a pintura, que receberam influências de outras partes da colônia (Rio de Janeiro e São Paulo), e também da Europa. De acordo com Brandão e Melo, “não foram transplantados apenas modelos de uma arte sacra barroca e pré-clássica. Mas,

¹⁶⁰ Destaque para Antonio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), homem *pardo*, e um dos grandes nomes da arquitetura e escultura no Brasil Colonial.

além disso, modelos que remontam ao arcaico moteto renascentista e à construção de uma concepção mineira ao gosto da tradição de cantilenas religiosas, [...], e obras que revelam ‘não-observâncias’ aos cânones musicais setecentistas europeus” (BRANDÃO; MELO, 2010, p. 10).

Marcada pelo caráter de integração, estimulando redes de solidariedade e aproximações de diferentes grupos, a música se apresentará em Minas Gerais como uma arte “livre”, dentro daquilo que lhe era possível, onde “as companhias de músicos, os regentes compositores e seus companheiros, ou mesmo um músico individualmente, como no caso dos organistas, desempenhavam seus ofícios de acordo com as flutuações e necessidades sociais”. (BRANDÃO; MELO, 2010, p. 14).¹⁶¹ Aldo Luiz Leoni, em sua dissertação de mestrado intitulada *Os que vivem da arte da música- Vila Rica, século XVIII*, ao buscar acompanhar a presença de músicos *pardos* em alguns lugares afastados da escravidão, enfatiza que,

a música agregada aos ofícios litúrgicos era de longe o principal meio de sobrevivência do profissional. Além da utilização religiosa, nas vilas e cidades coloniais (a exemplo da Europa) a música servia para abrilhantar as cerimônias, festas procissões, entradas triunfantes, publicação de bandos e notícias, deslocamentos e evoluções militares [...]. Como artifício estético era onerosa; inclusive em funerais [...]. Nas comemorações vultuosas também se contratavam músicos para peças teatrais ao ar livre ou em recintos fechados (LEONI, 2007, p.11).

O envolvimento de *pardos* e *mulatos* com a música no Brasil do século XIX, embora sendo abordado na maioria das vezes de uma forma mais genérica pela historiografia, passaria a ganhar maior evidência, através dos historiadores, após o estudo de algumas trajetórias, como a do mineiro José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita e de José Mauricio Nunes Garcia. Este último, mesmo não sendo oriundo de Minas, mas natural do Rio de Janeiro, foi uma importante referência de músico e de ascensão social para um homem que foi apontado como *mulato* na sociedade Oitocentista.

Com pontos que se assemelham à trajetória do maestro Joaquim José de Mendanha, a história de José Emerico Lobo de Mesquita ilustra, em alguns aspectos, a sociedade mineira e os lugares que poderiam ser destinados a *homens de cor*, neste período. Nascido em 1746, em Vila do Príncipe, Lobo Mesquita tinha como pais “o português Joseph Lobo de Mesquita e a escrava Joaquina Emerenciana, liberta no batismo” (KIEFER, 1997, p. 39). Organista,

¹⁶¹ Sobre os usos do barroco, ver ainda: BÉHAGUE, Gerard. Música “barrôca” mineira: problemas de fontes e estilística. *Universitas*, Salvador, n.2, p.133-158, jan./abr. 1969; BRANDÃO, Domingos Sávio Lins; MELO, Raissa Anastácia de Souza. A formação do campo artístico – musical em Minas Barroca. *Revista Modus* – ano V. nº7. Belo Horizonte: novembro de 2010.

compositor e professor em várias irmandades, este personagem, mais do que ser dotado de talento, encontrou um contexto favorável para o desenvolvimento de sua arte.

Edson Figueiredo, ao estudar alguns músicos brasileiros do período colonial, o cita, enfatizando que,

a época certamente foi um fator decisivo na ascensão musical de Lobo de Mesquita. O compositor viveu em um período em que era permitido o ofício de músico aos mulatos e em uma região que estava prosperando culturalmente. Mesquita compôs música sacra, que era muito bem-vinda na sociedade, principalmente em uma região com grande número de igrejas (FIGUEIREDO, 2008/2009, p. 34).

Vale também lembrar as palavras de Larissa Vianna (2007), quando argumenta que a fama é relativa e socialmente construída, e a trajetória de músicos como Lobo Mesquita nos indica a necessária relação entre contexto, espaço e oportunidade que poderiam ser encontrados por diferentes agentes, proporcionando um melhor posicionamento social. Portanto, não é o real talento deste músico que estamos questionando, mas se ele seria valorizado da mesma forma em uma sociedade em que não fosse tolerado o envolvimento de *negros, pardos e mulatos* no âmbito musical.

O fato de Minas Gerais do século XVIII e XIX “considerar” a participação de *homens de cor* desempenhando o ofício de músico e possibilitar aos mesmos, através desta arte, o trânsito por diferentes e ilustres espaços do período, pode ter sido um fator de estímulo para alguns indivíduos desta época.¹⁶² Mas Minas não era um caso isolado. Muitos agentes deste período poderiam também ter sido influenciados, ou encontrado em uma região mais longínqua, como no Rio de Janeiro e na história do renomado padre José Maurício Nunes Garcia, traços que lhes fossem familiares.¹⁶³

Tema de pesquisa de Cleofe Person de Mattos, que buscou traçar sua biografia, bem como fazer um levantamento de suas principais obras, José Maurício teria nascido em 22 de setembro de 1767. Neto de duas escravas e filho de um *pardo forro*, o referido padre carregou ao longo de sua vida, resquícios desse seu passado vinculado à escravidão. Segundo Mattos, “o contraste de luz e sombra vai acompanhá-lo por toda a vida. Será visível esse conflito entre a condição natural de mestiço, que é a sua, e a força latente e luminosa que decorre dos múltiplos talentos de que é dotado” (MATTOS, 1997, p.23).

Construindo sua história junto à vida sacerdotal, o padre José Maurício ficou também conhecido por ter seu nome vinculado à fundação da Irmandade de Santa Cecília, da qual foi

¹⁶² Importante enfatizar que o nível de “aceitação” social dos indivíduos de ascendência africana pela comunidade branca era relativo, e poderia variar entre as classe e regiões (RUSSEL WOOD, p. 123).

¹⁶³ Sobre a trajetória do Padre José Maurício Nunes Garcia ver ainda: TAUNAY, Visconde de. **Uma grande glória brasileira**: José Mauricio Nunes Garcia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1930.

membro até o final de sua vida. Outra peculiaridade é que, após ser ordenado padre em 1792, foi nomeado, anos mais tarde, Mestre da Capela da Catedral e Sé do Rio de Janeiro. Tal trajetória ainda ganharia novos contornos com a vinda da Família Real para o Brasil, uma vez que José Mauricio passou a ocupar o posto de Mestre da Capela Real, o que influenciou significativamente sua produção enquanto músico, já que este contato com a Corte proporcionou maiores interferências através dos gostos musicais vindos da Europa.

Ainda de acordo com Cleofe Mattos (1997, p. 194), o impacto da música do padre José Maurício se expandiria por diferentes partes do Brasil, chegando ao sul pelas mãos do maestro Mendanha, que ocupava o posto de mestre de capela da catedral. Ainda de acordo com a autora, Mendanha teria organizado um arquivo com músicas do padre, que se espalharam entre seus alunos após a morte do maestro, sendo um deles o discípulo Adão Salvador.

Sobre o acervo que daria origem ao Arquivo Mendanha, não conseguimos maiores informações sobre sua real existência, e o que de fato seriam os documentos que o integrariam, mas a evidência de que este personagem teria sido um dos difusores da obra do padre José Maurício, estimulando em Porto Alegre, principalmente junto a catedral e a outras cidades, como Rio Pardo, a “vida musical” no sul do Brasil, buscaremos evidenciar ao longo desta tese.

Para além desses personagens, alguns outros músicos foram temas de trabalhos que objetivaram, através do estudo de determinadas trajetórias, compreender aspectos do Brasil do século XIX e os espaços sociais que a música poderia possibilitar nesta época. Dentre estes estudos, nomes como o do músico Luís Alves Pinto devem ser destacados.

Embora, assim como o padre José Maurício Nunes Garcia, não tenha suas origens em Minas Gerais, já que era natural de Recife (1719), Luis Alvares Pinto foi o primeiro brasileiro a receber uma formação musical na Europa, seguindo os cânones eruditos, integrando um grupo de homens pobres, livres e mestiços que conseguiram circular através da música por diferentes meios sociais.

Segundo Carla Mary S. Oliveira, em *Música e primeiras letras no Recife Colonial: Luís Alvares Pinto, mulato, músico e professor régio*,

outra face importantíssima da trajetória de Álvares Pinto e que sempre caminhou paralelamente à sua atuação como músico e professor de técnica musical e primeiras letras, ao menos depois de seu retorno à Capitania de Pernambuco, foi a de militar engajado no Regimento de Milícias de Homens Pardos do Recife onde, ao que parece, seguiu a trajetória paterna, além de influenciar seu próprio filho. A junção das atividades artísticas com as militares, aliás, não era incomum na colônia, muito

menos na Vila do Recife, onde estava intrinsecamente ligada tanto às sociabilidades das associações religiosas leigas como também à atuação de profissionais no campo das artes, onde se incluía não só a música, mas também a pintura, a talha, a escultura e a construção civil (OLIVEIRA, 2011)¹⁶⁴.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, tanto no Brasil quanto mais especificamente em Minas, indivíduos *pardos e mulatos*, ao passarem a ter um maior envolvimento com a música (como compositores e/ou instrumentistas), foram ampliando, aos poucos, os seus espaços de atuação, seja através de eventos e festividades das quais participavam, seja como professores, angariando, para além de um capital econômico, reconhecimento e prestígio social. A importância da música naquele teatro do espetáculo possibilitava aos músicos não só espaço profissional, mas também um campo onde podiam reforçar suas relações com plurais camadas sociais, muitas das quais privilegiadas. Nas procissões e missas das irmandades, por exemplo, as barreiras sociais não se extinguíam, mas o talento musical se manifestava e era reconhecido, num ambiente marcado pelo forte apelo ao sentimento devocional.¹⁶⁵

Segundo Eduardo Lara Coelho, em sua dissertação intitulada: *Coalhadas e rapaduras: estratégias de inserção social e sociabilidades de músicos negros – São João del-Rei, século XIX*, “o manejo do trabalho e, no caso, de um trabalho especializado, como a música, no Antigo Regime se transformava num elemento de negociação por parte dos pardos com os senhores, carentes desse serviço” (COELHO, 2011, p. 37). A oportunidade encontrada neste espaço foi utilizada por alguns indivíduos que viram na música, se não uma forma muito eficaz de acumulação de pecúlio, no mínimo uma forma de colocação social.

Coelho ainda discorrerá sobre a questão do prestígio e do reconhecimento do músico nesta época, argumentando que,

A atividade musical pareceu se tornar uma via que conferia prestígio aos melhores executores e, principalmente, aos compositores. Isso não quer dizer que necessariamente essas pessoas passassem a auferir uma renda que as fizessem ricas, mas, uma vez possuidoras de talento para uma atividade valorizada por essa sociedade, passavam a ter uma inserção social que seria mais difícil a descendentes

¹⁶⁴ O maestro Mendanha, assim como o músico Alvares Pinto, indicam, através de suas trajetórias, a forte relação entre música, associativismo religioso e carreira militar, na passagem do século XVIII para o XIX, evidenciando como estes espaços poderiam ser ocupados de forma paralela, fato que ampliaria os lugares de atuação desses indivíduos enquanto músicos, e proporcionaria um aumento em suas redes de contatos.

¹⁶⁵ De acordo com Claudio Remião, em *Música e Brasil – Uma interpretação histórica dos primeiros usos do barroco*, “as irmandades e confrarias, como se sabe, proporcionaram aos antigos músicos mineiros todo um campo para que eles desempenhassem suas atividades, seu ‘profissionalismo musical’. Fundadas e administradas por leigos, já que por proibição da Coroa não poderia haver ordens religiosas regulares no território mineiro, as irmandades eram um misto de associação religiosa e assistencial, lidavam com amplos recursos materiais e financeiros, provindos da contribuição de seus associados, e, através desses, contratavam músicos para seus cultos e festejos anuais” (REMIÃO, 2004, p. 44).

de escravos que não exercessem atividades com uma carga valorativa tão diferenciada como a música para a sociedade do século XIX em Minas (COELHO, 2011, p. 33).

Dessa forma, pode-se constatar que a sociedade deste período, embora rígida, estava de alguma forma aberta para a ascensão e o alcance de prestígio de *negros, pardos e mulatos*, que, segundo o referido autor, poderia se apresentar como uma ferramenta de manutenção das hierarquias sociais, onde a mobilidade seria um elemento importante e usado a favor da reprodução deste sistema, como moeda de negociação entre classes.

Outra trajetória que deve ser lembrada nesta tese é a do músico Henrique Alves de Mesquita, tema de pesquisa de Antonio J. Augusto, em *Henrique Alves de Mesquita: da peróla mais luminosa à poeira do esquecimento*. Esse autor, ao abordar os caminhos trilhados por esse personagem, o traz como mais um integrante dos “homens livres pobres” que integraram a sociedade do XIX.

Negro, filho de pais separados, nascido no Rio de Janeiro, Mesquita era instrumentista e compositor, tendo sua atuação ligada a diversos teatros da cidade e também a algumas irmandades religiosas. Além disso, o referido músico frequentou o Conservatório de Música, onde foi premiado, em 1856, com a grande medalha de ouro.

Em uma rígida sociedade senhorial escravista, como a estabelecida nesse período, à trajetória social de Mesquita poderia ter limites quase intransponíveis, não fossem seu talento musical e sua incrível competência na criação de redes de relacionamento que garantiram sua sobrevivência e seu reconhecimento como artista de valor. Este reconhecimento foi construído em uma série de negociações que envolviam opções artísticas, associações profissionais e embates ocasionados pelas rígidas normas de conduta então vigentes (AUGUSTO, 2014, p. 17).

Mesmo com a presença de outros músicos que alcançaram determinado nível de mobilidade em diferentes partes do Brasil, Minas Gerais, certamente, foi, para muitos *homens de cor* do Brasil colonial e imperial, um dos centros que mais “facilitou” essas articulações de redes, ao possibilitar, através da música, que indivíduos frutos de uma mestiçagem transitassem entre a elite do período. Embora grandes eixos como São Paulo, e, principalmente, o Rio de Janeiro, pudessem proporcionar, em alguns casos, uma vivência cultural mais intensa, com uma maior incorporação das influências européias, após a vinda da Família Real em 1808, foi em Minas Gerais que conseguimos evidenciar essa relação entre *pardos e mulatos* e o exercício da música, de forma mais intrínseca.

Provavelmente, o maestro Mendanha teria sido um dos indivíduos que se envolveram desde muito cedo com a atividade musical. Embora os inventários não tragam informações que nos remetam à relação entre sua família e o ofício de músico, em um primeiro momento, podemos supor que foi durante sua infância que este personagem passou a ter contanto com o cenário cultural, a desenvolver habilidades com instrumentos como o clarinete (o qual iria aperfeiçoar quando músico militar), e a ter uma maior compreensão dessa arte e do impacto que ela poderia vir a ter na sociedade.

Autores como Corte Real (1976, p. 13) que buscaram realizar um exercício biográfico em torno da história deste maestro, apresentam informações muito limitadas em relação aos primeiros anos da vida de Mendanha em Minas Gerais. Mencionando apenas sua filiação, Corte Real irá indicar que este personagem, “ainda em quadra juvenil, ao beirar 21 anos de idade”, teria se transferido para o Rio de Janeiro, onde se alistaria como músico em um corpo de infantaria de um regimento imperial.¹⁶⁶ O alistamento por parte de Mendanha, como veremos no próximo capítulo, se torna reflexo não apenas do contexto vivido pelo Brasil neste período (com as Guerras de Independência e o grande recrutamento e alistamento de soldados), mas também pela crise que impactou Minas Gerais. No século XIX, mudanças significativas atingiriam essa região, proporcionadas, em grande parte, pela estagnação da atividade mineradora, fato que fez com que muitos indivíduos, dentre eles músicos que estavam à procura de melhores condições, deslocassem-se ao Rio de Janeiro, na busca de novas oportunidades.

A carreira militar, como veremos nesta tese, traria a possibilidade de atingir um aperfeiçoamento musical junto a uma instituição que permitia promoções para *pardos* e *mulatos*, dependendo dos cargos ocupados. Mendanha, assim, se arriscaria como músico e combatente no Rio de Janeiro, a explorar aquilo que para ele poderia se apresentar como uma saída não tão desconhecida assim, visto que, em documentação anexa ao inventário de sua mãe Eufrásia Maria de Jesus, consta um atestado do Cirurgião Militar do 2º Regimento de Cavalaria Miliciana, João Climaco da Silva, referindo-se ao pai de Mendanha como o sargento Joaquim Gouvea de Mendanha:

João Climaco da Silva, Cirurgião M. do 2º Regimento de Cavalaria Miliciana.
Attesto de baixo do juramento, do meu carrego, q. sendo chamado a Casa do sargento, Joaquim de Gouvea Mendanha para ver, e a sistir huma sua escrava, de

¹⁶⁶ Corte Real, ao fazer referência à filiação de Mendanha, não faz menção à sua cor, ou cor de seus pais, diferente de outros autores da historiografia rio-grandense, como Walter Spalding, que, em sua obra intitulada *Revolução Farrroupilha*, ao trazer aquilo que considera as principais biografias dos envolvidos na Guerra dos Farrapos, traz o perfil de Joaquim José de Mendanha como sendo filho de escravos (SPALDING, 1987, p. 144).

nome Maria, parda, a achey gravemente inferma de hum absesso interno do q. me motivou irrimidiavelmente, abrir entre as duas costellas mendozas de onde emanou grande efusão de pus, e como se acha nos últimos porusimos de vida, e esta me ser pedida a pasei pelo meu próprio punho. Itabira, 30 de janeiro de 1818. João Climaco da Silva.¹⁶⁷

O indício de que seu pai, um *pardos forro*, pequeno proprietário de escravos, também teria sido um sargento nos leva a pensar que Mendanha, desde cedo, poderia saber quais caminhos percorrer como homem *pardos*, no Brasil do século XIX. Mas lembrando aquilo que já mencionamos nesta tese, de que o indivíduo é dotado de uma racionalidade seletiva e limitada, o maestro Mendanha talvez pudesse, simplesmente, ter sido surpreendido pelas circunstâncias da vida, pelo contexto de crise que se alastrava em Minas Gerais e ter visto sua história vinculada ao Rio de Janeiro e ao Exército, sem um grande planejamento prévio. As hipóteses não são únicas, até porque os motivos que o levaram a esse deslocamento certamente foram variados, mas à proporção que a música e a carreira militar fizeram parte de sua história, e da de tantos outros homens *pardos* do século XIX, pode ser um pouco mais mensurada se analisarmos o papel desta instituição, o contexto do Rio de Janeiro no Brasil Oitocentista e a presença de músicos-militares nesses espaços¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Casa do Pilar - Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 13, auto 128, 2º ofício. Órfãos, Defunta Eufrásia Maria de Jesus (Itabira do Campo). Inventariante: Joaquim de Gouveia Mendanha (viúvo). Escrivão Pinheiro.

¹⁶⁸ Sobre trajetórias e pesquisa em História militar ver: RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Uma História em escalas: A microanálise e a historiografia Latino-America**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

4 UM MÚSICO EM ARMAS: A MUDANÇA PARA A CORTE

- *Posso, sim, alistar você. Mas previno-o que a época não é das melhores. Estamos em guerra no Sul. Quem vai para o Sul vai sempre ao encontro de uma guerra* (BRASIL, 2006, p. 148).

Joaquim José de Mendanha não mudaria apenas de endereço, ao deixar Minas Gerais e migrar para o Rio de Janeiro. Mudaria de vida e das diferentes oportunidades que poderia esperar dela. Com uma realidade distinta da encontrada na Província em que nasceu e passou sua infância, o então músico migrou à procura de outros espaços de atuação, e se depararia com uma cidade que se tornará referência política e cultural para todo o Império, um dos maiores portos escravistas das Américas.¹⁶⁹ Somado a isso, a possibilidade de integrar os batalhões imperiais durante as guerras de Independência, fizeram com que Mendanha, para além de aprimorar seu ofício, ao ocupar o posto de mestre de banda, participasse de alguns conflitos, como aqueles que ocorreram na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.¹⁷⁰ Foi seguindo os passos de seu pai, que também encontrou na carreira militar uma forma de obter uma melhor condição social para o período, que o músico mineiro passou a pertencer a um “universo” que já lhe era um tanto que familiar.¹⁷¹

Assim, nesta parte da tese, nos propomos a explorar um pouco do contexto do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, onde indivíduos, assim como Mendanha, exerceram sua arte, e receberam influências musicais e artísticas, como também destacar outros personagens que encontraram na música espaços de circulação e de mobilidade.

A respeito da participação de Mendanha junto ao 2º Batalhão de Caçadores do Império e sua relação enquanto músico-militar, se buscará identificar alguns postos/cargos que puderam ser ocupados por *homens de cor*, no período em que o mesmo esteve vinculado ao exército, bem como analisar qual a importância da música como forma de ascensão neste

¹⁶⁹ Ver: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo, Cia. das Letras; SOARES, Luis Carlos. **O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 1997.

¹⁷⁰ Em um contexto de guerras devido ao processo de Independência do Brasil (1822), e mais tarde as revoltas geradas pelo período das regências (1831-1840), uma grande instabilidade política e um forte descontentamento social se espalharam pelo império, fazendo com que elites locais insatisfeitas em terem seu poder enfraquecido, assim como uma população pobre que passava por más condições de vida, se envolvessem e liderassem diferentes conflitos, como os ocorridos em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Tal quadro de consolidação do processo de independência gerou demandas imperiais por quadros militares, o que foi aproveitado por indivíduos diversos – incluindo mestiços de várias matizes –, nas suas estratégias de mobilidade social. Esses momentos certamente são potencializadores de ascensões profissionais na carreira das armas, mesmo para indivíduos negros.

¹⁷¹ Como mencionamos no capítulo anterior, seu pai, Joaquim Gouvea de Mendanha, também teria seguido carreira militar. O mesmo foi referenciado em documentação, como ocupando o posto de sargento.

grupo. Apresentando os nomes dos integrantes do referido batalhão, no ano de 1837, discorreremos sobre um período que antecederá a Guerra Civil Farroupilha, na qual Mendanha alcançará uma das suas primeiras ascensões sociais junto às forças Imperiais, como mestre da banda, encontrando no seu ofício uma maior e melhor forma de circulação social.

4.1 A MÚSICA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Dentre uma das muitas características que integram a trajetória de Joaquim José de Mendanha, seu trânsito por diferentes regiões do Império ganha destaque, entre elas. Natural de Minas Gerais, Mendanha não permaneceria nesta província por muito tempo. As dificuldades emergentes com as transformações econômicas e o declínio da produtividade da mineração fizeram com que indivíduos, incluindo músicos *pardos* e *mulatos*, se deslocassem para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, onde encontrariam uma situação mais favorável para o desempenho do seu ofício.

De acordo com Cleofe Person de Mattos, uma das principais pesquisadoras sobre música na história do Brasil, ao referir-se aos músicos, destaca que esse grupo, “classe ativa – instrumentistas, professores, copistas –, integrou-se na sociedade carioca reforçando a infraestrutura especializada, absorvida pelos teatros e pelas numerosas irmandades” (MATTOS, 1997, p. 28-29). Com o anseio de conseguir uma melhor inserção social, Mendanha se estabelecerá na Corte, por alguns anos, evidenciando através de sua movimentação nesta sociedade quais poderiam ser os caminhos trilhados também por outros indivíduos *pardos* do seu tempo.¹⁷²

Embora Minas Gerais fosse um importante centro de referência para músicos no período colonial, o Rio de Janeiro, com a vinda da Família Real para o Brasil¹⁷³, floresceria culturalmente, onde artistas buscariam, dentro daquilo que era possível, explorar estes novos

¹⁷² Vários trabalhos indicam a participação ativa de *negros* no campo da música, desde o período colonial. Ver, por exemplo: NOGUEIRA, Oracy. **Negro Político, Político Negro**: a vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, Parlamentar da “República Velha”. São Paulo: Edusp, 1992.

¹⁷³ Embora com destaque para o cenário musical no início do século XIX, o Rio de Janeiro não foi inexpressivo quanto ao desenvolvimento desta arte durante o período colonial. Sobre este período, ver: MALERBA, Jurandir. **A corte e o exílio** – civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência (1808). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

espaços.¹⁷⁴ Lino Cardoso, ao tecer alguns comentários sobre essa época, em trabalho intitulado *O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-Abdicação (1831-1843) e de seus descendentes*, menciona que não houve um apuramento no gosto musical, mas sim em sua prática em geral, que poderia ser notada “pelo provável crescimento da oferta de instrumentos musicais e partituras, pela presença mais constante de artistas de nacionalidades diversas, que traziam para cá suas experiências diferenciadas, suas técnicas de execução talvez desconhecidas” (CARDOSO, 2006, p. 131-132), e, principalmente, também pela demanda de um público pagante que passaria a frequentar os espetáculos.

Naquilo que tange aos músicos mais especificamente nessa cidade, a formação de uma espécie de rede de proteção e sociabilidade ganhava força com a irmandade de Santa Cecília¹⁷⁵, criada no final do século XVIII. O padre José Maurício Nunes Garcia, figura que já salientamos no capítulo anterior, foi um dos principais promotores e fundadores desta irmandade no Rio de Janeiro, reforçando também através deste espaço sua importância para o período. Com o objetivo de ordenar a vida dos irmãos e zelar pela sua vida profissional, a irmandade de Santa Cecília pode ser descrita, de acordo com Cleofe de Mattos, como

órgão regulador da vida profissional dos músicos sob a invocação da Padroeira da Música, sua criação representa o reconhecimento social da importância de uma classe numerosa que abrangia cantores, instrumentistas, diretores de música, copistas e compositores numa cidade onde a música fazia-se sempre presente nas comemorações oficiais. Caberá a Irmandade de Santa Cecília, a partir de 1784, zelar pela infra-estrutura musical da cidade, os professores de música, seu preparo profissional, e controlá-los (MATTOS, 1996, p. 34).

Ayres Andrade, que trabalhou com o cenário musical do Rio de Janeiro no século XIX, lembra que “os indivíduos da mesma classe profissional, quando se fazem numerosos, tendem a agrupar-se em corporações. Vem de longe esse hábito. O Brasil herdou-o de Portugal” (ANDRADE, 1967, p. 77, vol. 1) e a irmandade de Santa Cecília seria um grande exemplo disto. O autor, ao reproduzir na íntegra o termo de Compromisso desta confraria, que

¹⁷⁴ Uma referência sobre este florescimento do Rio de Janeiro, política, econômica e culturalmente, pode ser encontrado na seguinte pesquisa: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa até Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

¹⁷⁵ Virgem e mártir romana, conhecida como protetora dos músicos, por ter tido em vida grande habilidade musical, a Santa Cecília foi homenageada ao longo do século XVI, tornando-se orago das primeiras associações de classe musical em Roma e Paris, e, posteriormente, seu reconhecimento espalhou-se pela Europa. Em Portugal, a Irmandade de Santa Cecília foi fundada em 1603. Suas festas organizadas em homenagem à Santa fizeram como que esta associação ganhasse força, a ponto de no século XVIII fosse considerada um dos eventos artísticos mais importantes de Lisboa. Ver: AHCMPA. *Jornal A Estrela do Sul*, domingo, 23 de novembro de 1862.

teria sido assinado por seus membros em 3 de novembro de 1784, traz alguns indícios de como se dava a sua organização:

Capítulo primeiro – Que todo o professor de música há de ser Irmão e como haja de ser admitido na Irmandade.

Toda pessoa que quiser exercitar a Profissão de Músico, ou seja Cantor ou Instrumentista, será obrigado a entrar nesta Confraria e para ser admitido por Confrade representará à Mesa, declarando a qualidade do seu estado e a sua naturalidade para que a Mesa o possa admitir ou excluir sendo notoriamente inábil ou publicamente escandaloso pelo seu mau procedimento (ANDRADE, 1967, p. 78, vol. 1).

Ainda naquilo que se refere às obrigações de todos os novos irmãos, o artigo 5º do capítulo 2º do referido documento, enfatiza que “nenhum dos nossos irmãos deve ensinar a Profissão a pessoas que não sejam dignas de a exercitar e capazes de entrar na nossa Irmandade, conforme se tem declarado no capítulo 1º deste Compromisso” (ANDRADE, 1967, p. 79-80, vol. 1). Assim, a irmandade além de organizar através de direitos e deveres o trabalho dos músicos no Rio de Janeiro, consolidava-se também como um espaço de troca de saberes, assumindo para si um papel de verdadeira guilda de trabalhadores do campo da música.

Com a congregação de objetivos religiosos e profissionais, a irmandade de Santa Cecília fortalecerá no Rio de Janeiro a defesa de uma classe, zelando pela ética e pela capacidade artística de seus membros músicos (KIEFER, 1997, p. 45). Como veremos no próximo capítulo desta tese, a devoção a Santa Cecília terá espaço também na cidade de Porto Alegre, conduzida através de Joaquim José de Mendanha.¹⁷⁶ Mas de acordo com Ayres de Andrade, Mendanha teria sido também um dos responsáveis pelo estabelecimento da irmandade de Santa Cecília na Vila Real da Praia Grande. Ao se referir a este músico, o autor faz as seguintes colocações:

Veio de Minas Gerais para exercer profissão no Rio de Janeiro em data ignorada, porém anterior a 1821, pois nesse ano está entre os membros dissidentes da Irmandade de Santa Cecília do Rio de Janeiro, que requerem autorização para fundar igual Irmandade na Freguesia de S. João de Icaraí, da Vila Real da Praia Grande (futura Niterói), do que se originou longo e renhido processo judicial entre as duas corporações (ANDRADE, 1967, p. 196, vol. 2).

Segundo Ayres Andrade (1967, p. 98 vol. 1), no ano de 1821, um grupo de músicos, alguns deles dissidentes ou excluídos da Irmandade do Rio de Janeiro, pretendiam fundar na

¹⁷⁶ No capítulo 5 deste trabalho, exploraremos o estabelecimento da Irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre, no ano de 1856, no qual constará o nome de Joaquim José de Mendanha como sendo seu primeiro Provedor.

Freguesia de S. João de Icaraí, na Vila Real da Praia Grande, uma extensão ou filial desta confraria. Porém, a Irmandade do Rio de Janeiro deu início a uma ação de embargo ao ato que havia autorizado a fundação da Irmandade congênere no outro lado da Baía da Guanabara, com a justificativa de que o estabelecimento desta nova confraria seria lesivo aos privilégios que já lhe haviam sido concedidos. Tais benefícios referiam-se ao alvará aprovado por Sua Majestade, em 1820, que impedia qualquer pessoa de exercer o ofício ou a arte da música sem ser irmão desta confraria. Configurava-se aí uma disputa no campo dos trabalhadores especializados da música, formado em grande parte por indivíduos relacionados a grupos sociais intermediários.¹⁷⁷

Em sua defesa, os músicos do Icaraí, redigiram um documento, justificando a iniciativa do grupo dissidente,

nós não pedimos ereção de alguma nova Irmandade de Santa Cecília na cidade do Rio de Janeiro, e então haveria razão para a queixa da falta da unidade, de que se lembram, posto que eles tem sido os primeiros a formar a desunião com a sua ambição.

Nós pretendemos o exercício da Arte da Musica nesta Vila e lugares que ficam, como a dita Vila, d'aquém mar; e por isso obtivemos a ereção da Irmandade de Santa Cecília nesta mesma Vila. Terão os embargantes direito a embarçar-nos, não pedindo nós aquele exercício na cidade do Rio de Janeiro e seu Termo, onde eles tem a sua irmandade?

Porque na capital há esta ou aquela corporação religiosa ou civil, não se segue que em diverso distrito deva deixar de haver outra da mesma natureza e com iguais direitos, cuja possibilidade e existência nos mostrou e a razão natural aprova.

Pretendemos evitar o nosso prejuízo, que até agora os embargantes nos tem causado, tirando-nos a nossa subsistência com seus escandalosos monopólios, deixando passar anos inteiros sem que nos admittissem a uma só função, enquanto eles, embargantes, tinham duas ou três no mesmo dia, não podendo satisfazer a todas, suscitando clamores gerais... e eis ai a causa por que nós procuramos sair para fora daquela irmandade, onde encontrávamos só injustiças em conseguirmos a nossa subsistência; tratamos por isso de formar uma nova irmandade debaixo da mesma invocação e da mesma regra e Compromisso, requerendo distrito diverso para as nossas funções; e assim não prejudicarmos os embargantes (ANDRADE, 1967, p. 99-100).

Segundo Andrade (1967, p. 100, vol. 1), assinaram o documento os seguintes nomes: Gabriel Alves Carneiro, Antonio José de Souza Pinto, Francisco José Martins, Francisco de Paula e Oliveira, Lizardo José Ferreira, Antonio Borges da Costa, padre Joaquim Afonso Pedroso, Teobaldo Teixeira Duarte, padre João José Faria, Bernardino de Sá Ferreira, Manuel Feliz Pereira, **Joaquim José de Mendanha**, Vicente Ferreira Fontes, Felisberto da Costa Lima, Emídio Pereira de Figueiredo.

¹⁷⁷ Estudando as sociedades de socorro mútuo existentes no Rio Grande do Sul entre os anos de 1854 e 1940, o historiador Adhemar Lourenço da Silva Júnior descreveu os músicos como de *status médio*, ao lado de “funcionários públicos sem maiores definições, militares sem definições de patente, guarda-livros, músicos, sacerdotes e aqueles simplesmente designados como ‘empregados’” (SILVA JUNIOR, 2004, p. 198).

O documento dos dissidentes, acima citado, é claro nas demandas daquele grupo de músicos descontentes. A irmandade de Santa Cecília do Rio de Janeiro estava servindo, segundo eles, para que seus principais membros – certamente instalados nos cargos diretivos principais – se locupletassem, monopolizando as principais *funções* (atividades musicais diversas) através de *escandalosos monopólios*. Pela denúncia dos devotos dissidentes, a Irmandade também exerceria o papel de agenciadora de músicos, agendando as *funções* e distribuindo-as pelos associados. Esse caso evidencia como os espaços de devoção não estavam isentos de hierarquias internas e de disputas pelos capitais sociais (na forma principalmente de prestígio social) e mesmo econômicos que engendravam. Como estamos demonstrando, a irmandade de Santa Cecília, conforme a composição de seus quadros e das funções que exercia, configurava-se como uma mescla de um associativismo religioso e classista.

Este impasse terá duração de seis anos, com a vitória por parte da irmandade de Icaraí, conquistando o direito de estabelecer a sua confraria. Porém, de acordo com Andrade, “não vai ser preciso esperar muito tempo para vê-los, os de Icaraí, voltarem contritos e submissos ao seio da corporação que haviam repudiado” (ANDRADE, 1967, p. 103, vol. 1). O nome de Mendanha, constando como um dos músicos que buscaram estabelecer a irmandade de Santa Cecília fora da cidade do Rio de Janeiro, nos evidencia, para além de sua presença nessa região, anterior a 1821, o fato de que essa experiência pode ter impulsionado, de alguma forma, o estabelecimento da irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre, no ano de 1856. Além disso, recém chegado na cidade do Rio de Janeiro, Mendanha investia nessa dissidência provavelmente sentindo-se um *outsider* disputando o mercado musical local com os *estabelecidos* da Corte, fato que nos alerta para os riscos sociais que a migração acarreta, principalmente numa sociedade como a oitocentista, baseada fortemente nas redes de relações e proteção acessadas pelos indivíduos e grupos.¹⁷⁸

Mendanha, ao tomar, juntamente com outros irmãos, a iniciativa de dar continuidade ao trabalho da irmandade do Rio de Janeiro em outra localidade (Icaraí), saberia dos procedimentos necessários para seu funcionamento. Estaria ciente de que esta confraria, para além de um lugar de devoção, era também um importante espaço para a organização do ofício dos músicos, assim como para o fortalecimento de redes de proteção e solidariedade. Assim, ter participado daquilo que pode ser interpretado, por alguns membros da irmandade de Santa

¹⁷⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Cecília do Rio de Janeiro, como um movimento de dissidência, em 1821, colaborou para que Mendanha tivesse a dimensão de como estruturar um novo espaço, mantendo os mesmos preceitos e a mesma devoção, porém sob nova administração.

Esta atitude reforça o argumento que viemos destacando, ao longo desta tese, de que indivíduos como Mendanha tentaram, dentro dos espaços em que transitaram, interferir em algumas situações que para eles poderiam não se apresentar tão benéficas. O desejo de melhores condições para o exercício de sua arte, em um misto de interesses particulares e coletivos, ganhou força, neste período, através de ações como esta, onde podemos evidenciar um Joaquim José de Mendanha, músico mineiro, que, mesmo não se encontrando em sua terra de origem, conseguiria se articular na busca por melhores oportunidades. E o Rio de Janeiro, nessa primeira metade do século XIX, seria um espaço frutífero para isso.

Vale lembrar que, neste contexto, a fundação de instituições como a Imprensa Nacional (1808), a Biblioteca Nacional (1810) e o Museu Nacional (1818), contribuíram para um crescimento cultural do período e também para o fortalecimento de um sentimento de nação, que se tornava indissociável a essas movimentações que marcaram o início do Brasil oitocentista. Mas, ainda que todos esses avanços tenham sido elementos propiciadores para um florescimento de uma maior admiração pelas artes em geral, um dos espaços que precisa ser destacado, e que teve relação direta com a vinda de D. João VI,¹⁷⁹ foi a criação da Capela Real, agregada, em um primeiro momento, à Catedral do Rio de Janeiro, e que se apresentou como uma das iniciativas que mais impactaram o setor musical nesta região.¹⁸⁰

De acordo com Bruno Kiefer (1997, p. 48), ao comentar o funcionamento da Capela, cita que “em ofícios solenes, o número de músicos, entre cantores e instrumentistas, chegava a cerca de 150”, indicando o grande investimento feito por parte de D. João. Como primeiro mestre, o padre José Mauricio Nunes Garcia estaria também à frente da Capela, fato que certamente lhe rendeu grande visibilidade,¹⁸¹ uma vez que “se pensarmos na quantidade

¹⁷⁹ A vinda de D. João VI e da família Real para o Brasil tem como marco o ano de 1808. Neste período, D. João instituiu importantes ministérios, como o da Guerra, da Marinha, da Fazenda e do Interior. É neste contexto que surgem também a Academia Real Militar e a Academia de Belas-Artes.

¹⁸⁰ Consultar: CARDOSO, André. **A música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005.

¹⁸¹ Segundo Bruno Kiefer, em *História da Música Brasileira*, o padre José Maurício ensinou música ao longo de 28 anos, sendo um de seus alunos Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional brasileiro. Ainda de acordo com Kiefer, estilisticamente José Maurício teria sido um reflexo das tendências musicais europeias, “o que há nele de pessoal manifesta-se em termos europeus e não através de uma contribuição que revelasse um modo de ser brasileiro. Globalmente. Uma audição mais refinada, no entanto, poderá descobrir, aqui e acolá, sombras do clima modinheiro, quase um prenúncio da aurora do sentimento nativo na música brasileira erudita” (KIEFER, 1997, p. 58).

enorme de festas religiosas, comemorações familiares e políticas com função religiosa, poderemos ter uma ideia da intensidade da vida musical na Capela Real”.

Entretanto, o acesso de José Maurício Nunes Garcia à Capela Real teria ocorrido com algumas “ressalvas”, já que, como afirma Cleofe Person de Mattos, que se dedicou a escrever uma biografia sobre este padre, o mesmo sofreria com o apontamento daquilo que seriam dois graves defeitos: José Maurício “não era brasileiro e não era branco de pele” (MATTOS, 1996, p. 67). Esse desprezo, que levaria também a uma desvalorização do seu talento por alguns membros da sociedade, é descrito pela autora como algo que foi recorrente em sua trajetória, já que “não era a primeira vez, bem se sabe em sua carreira de músico e sacerdote, que José Maurício se via pressionado pelo problema de cor”.¹⁸² Mattos faz alusão ao episódio em que o padre José Maurício teria enviado uma petição ao bispo no ano de 1791, “defendendo seus direitos – como pardo liberto – de ‘servir a Deus no estado de sacerdote’” (MATTOS, 1996, p. 68).

Porém, segundo a autora, aquilo que ocorrerá nos anos em que José Maurício foi anunciado como mestre da Capela Real traria um peso maior, do que as outras situações pelas quais já havia passado.

Era uma barreira que se opunha aos seus sonhos de músico e à alegria de compor para a Real Capela. Mais fundo ainda porque essa reação não partia de homens iletrados e sim de pessoas que representavam a cúpula de sua igreja e julgavam o problema que o atingia como uma inferioridade humana (MATTOS, 1997, p. 68).

Registrando em seu trabalho que José Maurício saberia e sentiria do descontentamento que havia por parte de alguns membros da Igreja por ele ocupar um cargo tão importante enquanto músico junto à Capela Real, Cleofe Mattos ainda afirma que a convivência do padre com os músicos vindos da Capela Real de Lisboa teria sido muito penosa. Conforme as palavras da autora,

sofrerá deles agressões que lhe causarão muita amargura porque dirigidas à sua pessoa no terreno artístico. Habitados a outro estilo musical, e insatisfeitos por serem dirigidos por um brasileiro, e de raça por eles considerada inferior, não hesitarão em repudiá-lo. Agem como o mais feroz grupo de pressão contra o compositor a quem censuravam por ‘não ter frequentado os conservatórios’ ou por “não ter saído do Brasil” (MATTOS, 1997, p. 73).

¹⁸² Interessante notar como alguns trabalhos que se dedicaram a abordar a trajetória do padre José Maurício Nunes Garcia reforçaram o argumento de que a cor deste personagem, embora não o tenha impedido de ocupar o posto de mestre de banda da Capela Real, trouxe grandes críticas pessoais vindas de outros membros da sociedade Imperial. Como afirma Nestor Oderigo, em *Rostros de Bronze*, “a causa del color de su piel y de las intrigas y envidias de sus colegas y de la corte portuguesa – en la que lo protegía João VI –, la vida de Nunes Garcia se desenvolió en una atmósfera de profunda amargura y aislamiento” (ODERIGO, 1964, p. 18).

Mas José Maurício ainda assim encontrou neste espaço a oportunidade que o fortaleceria enquanto músico, neste período, onde, apesar de todas divergências encontradas, se manteve firme à frente da Capela, e não seria o único *pardo* ou *mulato* a integrá-la. Um exemplo são os escravos da Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro.¹⁸³ Estes, que eram iniciados ainda adolescentes por mestres jesuítas no aprendizado da música sacra, conquistaram fama, no início do século XIX, ficando este espaço reconhecido como o Conservatório de Santa Cruz.

Lilia Moritz Schwarcz, em seu trabalho, *As barbas do Imperador*, ao fazer referência a tal grupo, cita que,

os escravos-músicos dedicavam muito tempo ao estudo teórico e à prática instrumental, sob a orientação de mestres como o músico, compositor e regente José Maurício – padre mulato conhecido como o “Mozart brasileiro” –, que despertou respeito e ciúme no português Marcos Portugal, prestigiado mestre de música de D. João desde os tempos de Lisboa (SCHWARCZ, 1998, p. 225).

Com a chegada de D. João VI, o espaço recebeu novos incentivos, passando a Fazenda de Santa Cruz a ser a residência de verão da Família Real, e com um aumento das festividades promovidas nesta região, a fazenda passou a enviar músicos para “integrar a orquestra, o coral ou a banda do Paço de São Cristóvão e da Capela Imperial (SCHWARCZ, 1998, p. 225).¹⁸⁴

De acordo com Bruno Kiefer,

é conhecida a paixão de D. João pelas missas cantadas, solenes, com numerosos cantores e instrumentistas. Foi este interesse pela música que o levou a proteger José Maurício; a não poupar dinheiro com os músicos da Capela Real; a mandar vir músicos da Europa. O efeito de tudo isto sobre o nosso desenvolvimento musical pode ser avaliado facilmente (KIEFER, 1997, p. 50).

Com o processo de Independência, a Capela, que passaria a ser Imperial, seria influenciada por um contexto de lutas partidárias espalhadas por todo o Brasil, refletindo em uma diminuição dos investimentos financeiros até então recebidos, e numa redução dos

¹⁸³ Consultar: SANTOS, Antonio Carlos do. **Os músicos negros**: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832). São Paulo: Annablume, 2009. A Fazenda Santa Cruz pertenceu à ordem jesuíta, até a sua expulsão em 1759. Ver: ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro dos oitocentos. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁸⁴ Para Renato Almeida, em *História da Música Brasileira*, “a arte de José Maurício (falamos da religiosa, por desconhecermos a profana) é unida de uma emoção profunda e arrebatadora, feita com uma grande frescura e intensa exaltação mística, qualidades que o colocam entre os maiores compositores sacros” (ALMEIDA, 1926, p. 65). Ainda segundo o autor, José Maurício teria sido um filho exilado da música clássica alemã, e sua ascendência encontrar-se-ia em Bach, em Mozart e em Haydn.

vencimentos de seus músicos.¹⁸⁵ Essa conjuntura fez com que alguns integrantes acabassem abandonando-a, e buscando novos espaços de atuação que oferecessem uma melhor forma de subsistência.

Andrade (1967, p. 162, vol. 1) lembra que, para os anos de 1824 e 1825, “o conjunto musical da Capela tinha a seguinte organização: 8 sopranos, 7 contraltos, 11 tenores, 16 baixos, 18 instrumentistas, 3 organistas e 1 organeiro”. Já em 1828, essa configuração passa por mudanças, quando, embora se tenha um aumento de instrumentistas, há uma diminuição no número de cantores.

Dos nomes que ganharam destaque junto a José Maurício, um deles foi o do músico Marcos Portugal. Sua chegada ao Rio de Janeiro e seu envolvimento com a Capela Real aumentaram o comparativo entre os dois músicos ao serem designados mestre de capela. Kiefer, ao referenciar estes personagens, salienta que “José Maurício nunca saiu do Rio de Janeiro; seu renome, em vida, nunca ultrapassou os limites da Capital. Mas nem por isso, e muito menos pelas dificuldades decorrentes da presença de Marcos Portugal e de uma corte hostil, deixou-se desanimar, descumprindo a sua missão de artista criador” (KIEFER, 1997, p. 57).

Marcos Portugal, por ser de origem lusitana e trazer tendências musicais diretamente bebidas na Europa, possuía atributos que o credibilizavam como importante e conceituado músico. Essa diferença entre o padre José Maurício e Marcos Portugal é apresentada por Mattos, ao mencionar que,

na verdade, o confronto decorria sobretudo da posição social que distinguia cada um dos protagonistas: o português, altaneiro, prestigiado pela corte, pelos ministros e pelos músicos vindo da Capela de Lisboa – pessoas movidas por vaidades e preconceitos – e o brasileiro, submisso, imobilizado em suas aspirações por esses mesmos preconceitos e desprestigiado entre os que o cercavam face à modéstia de sua origem (MATTOS, 1997, p. 87-88).

A música, embora unisse essas duas trajetórias, não as colocava em igualdade. Embora o padre José Maurício fosse bastante admirado por alguns, inclusive por D. João, suas origens, quando convinham, eram salientadas por muitos dos membros da sociedade deste período. Assim, por mais que houvesse uma circulação e uma mobilidade de músicos *pardos* ou *mulatos*, já neste início do século XIX, isto não interferia no fato de que a sociedade permanecia limitadora, hierárquica e excludente.

¹⁸⁵ Com a ascensão de D. Pedro I ao trono brasileiro, este espaço passa a ser chamado de Capela Imperial.

Por acaso do destino, os dois músicos teriam o ano de 1830 como o ano de seu falecimento, e assim a Capela Real perderia as suas principais referências musicais. Além disso, somava-se a abdicação de Dom Pedro I, sendo que o impacto político dessa mudança afetaria diretamente a Capela Real, que teria seu efetivo de músicos cortado em mais da metade, fato que interferiu significativamente em “uma fase brilhante desse conjunto de música sacra, até então comparado aos melhores do Antigo Continente” (CARDOSO, 2006, p. 17).¹⁸⁶ E é neste espaço que também localizaremos Joaquim José de Mendanha.

Embora não possamos precisar quando ocorreu seu acesso à Capela Real, e de que forma este indivíduo teria conseguido se inserir neste espaço, Mendanha certamente encontrou junto a este grupo, além de uma fonte de algum rendimento financeiro, também de aprimoramento profissional. Como homem *pardo* que era, ao não chegar a ocupar um posto como o do padre José Maurício, poderia ter tido sua participação bem menos problematizada, já que, por mais que os exemplos europeus entusiasmassem a elite deste período, eram *pardos* e *mulatos* os principais músicos que se encontravam nessa sociedade do Brasil Imperial.

Segundo Andrade (1967, p. 196, vol. 2), em 1837, o nome de Joaquim José de Mendanha consta na folha de pagamento da Capela, porém, em 1838, o inspetor da Capela Real no Rio de Janeiro, o monsenhor Fidalgo, solicitou a suspensão do seu pagamento como cantor. Essa informação é apresentada por Andrade, em seu livro, juntamente com um trecho do referido documento, datado de 26 de fevereiro de 1839, no qual consta a seguinte informação:

O outro (soprano da Capela) é Joaquim José de Mendanha, que, por Aviso da Secretária de Estado dos Negócios da Justiça, datado de 7 de outubro de 1837, foi V. Ex.^a servido ordenar-me o contemplasse na folha da Capela enquanto se achasse no Rio Grande como mestre do 2º Batalhão de Caçadores de 1.^a Linha, que para ali foi; o qual, tendo sido prisioneiro no Rio Pardo e constando-me que ele se havia engajado, e a Música, com os rebeldes de Piratini, me dirigi a V. Ex.^a em meu ofício de 9 de novembro de 1838 pedindo-lhe autorização para mandar suspender o seu pagamento enquanto ele não se justificasse, ao qual V. Ex.^a anuiu benignamente e me ordenou em Aviso de 13 de novembro do mesmo ano, aprovando esta minha deliberação, o que imediatamente fiz participante ao pagador para pôr a competente nota e suspender o pagamento (ANDRADE, 1967, p. 196, v. 2).

O período a que se refere à documentação apresentada por Andrade condiz com a época em que Mendanha teria sido enviado ao Rio Grande do Sul, e feito prisioneiro durante a

¹⁸⁶ Lino Cardoso, ao analisar a conjuntura musical deste período, afirma que “nenhuma dúvida paira quanto ao fato de que essa depressão musical repentina e ao mesmo tempo duradoura dos anos 1831-1843 tenha uma íntima relação com o interregno de 1831-1840 e com a inauguração, no Império do Brasil, após a Abdicação, de uma nova conjuntura, a qual, especialmente no Rio de Janeiro, se manifestou de forma rápida e eficaz, estabelecendo paradigmas políticos, econômicos e sociais bastante singulares em relação aos dos tempos precedentes” (CARDOSO, 2006, p. 17).

Guerra Civil dos Farrapos. Afastado do Rio de Janeiro, é provável que o mesmo tivesse sido cortado da lista de pagamentos dos músicos da Capela Real, por desconfiança de que estava compactuando com os rebeldes sulistas, mas aquilo que torna esta informação intrigante é o seu possível retorno, anos mais tarde, e sua reincorporação a este grupo.

Em informações trazidas por Lino Carvalho a respeito de como estaria constituído o quadro de músicos da Capela, ele lembra que no ano de 1843 contabilizava-se 53 indivíduos, entre os quais o nome de Joaquim José de Mendanha consta integrando o conjunto de músicos.

Assim, o conjunto ficaria, no segundo quartel de 1843 – 1844, com 53 integrantes, no total: Fortunato Mazziotti e Francisco Manuel da Silva (mestres-de-capela); João Jacques e Carlos de Castro Lobo (organistas); João dos Reis Pereira, José Maria Dias, João Mazziotti, Francisco da Luz Pinto, Firmino Reis Silva, José Maria Rodrigues, Lucio Antonio Fluminense, João Rodrigues de Araujo, Alexandre José Leite, Feliciano Joaquim, **Joaquim José de Mendanha**, Bento Fernandes das Mercês, Luis Gabriel Ferreira Lemos, Dionísio Veiga, Gabriel Fernandes da Trindade, Manuel Teixeira da Costa, Francisco Pamplona de Ave e Maria e Archangelo Fiorito (cantores); Alexandre Baret, Francisco da Mota, Lino José Nunes, José Jacinto Fernandes da Trindade, Manuel Joaquim Correia dos Santos, João Antonio da Mata, José Joaquim dos Reis, Heliodoro Norberto Florival, João Vitor Ribas, José Martins Ferreira, José Francisco Martins, Francisco Bosch, Manuel Alves Carneiro, Timóteo Eleutério da Fonseca, Severiano Joaquim de Castro, Bernardo Antonio da Silva, João Bartolomeu Klier, João de Carvalho da Cunha e Silva, Cláudio Antunes Benedito, Luis José da Cunha, Carlos Justo Cavalier, Mariano José Nunes, Antonio Xavier da Cruz Lima, Francisco Duarte Bracarense, Desidério Dorison, Manuel Francisco Tavares, Antonio Diogo Gomes da Silva e Francisco Manuel Chaves (instrumentistas) (CARDOSO, 2006, p. 236-237).

Esse retorno, entretanto, teria sido por um curto prazo de tempo, já que, de acordo com documentação trazida por Andrade, em 14 de dezembro de 1844, é anunciado pelo inspetor da Capela sobre a localização de Mendanha que “*lá se tem conservado este músico e me consta se acha em Porto Alegre sem comparecer nesta Capela Imperial a cumprir com seus deveres*” (ANDRADE, 1967, p. 196). Essa afirmativa se confirmará anos mais tarde, quando Mendanha, como veremos no próximo capítulo, se estabelecerá em definitivo na cidade de Porto Alegre, atuando em diferentes espaços sociais do período.

O porquê de Mendanha ter “abandonado” a Capela Real e a cidade do Rio de Janeiro, se afastando dos principais locais em que havia se mantido por alguns bons anos, podem ter inúmeras e incertas respostas. A Capela Real passaria por momentos de mudanças, com uma realidade bastante distante da encontrada nos anos iniciais do século XIX, período de seu apogeu. Talvez Mendanha se visse, enquanto músico, limitado neste grupo, e não vislumbrasse novas e melhores oportunidades de crescimento, fazendo assim com que sua

busca ultrapasse a hipótese de continuar nesta localidade, procurando em regiões mais longínquas, porém não desconhecidas, condições para se manter socialmente desempenhando o seu ofício.

Além disto, não podemos afirmar como permaneceu sua relação com a Irmandade de Santa Cecília do Rio de Janeiro, uma vez que, apesar de Mendanha, juntamente com outros músicos, ter conquistado o direito de estabelecer a Irmandade em Icaraí, o grupo líder deste movimento teria, anos mais tarde, se reintegrado com os antigos irmãos do Rio de Janeiro. Não sabemos se Mendanha seria um dos indivíduos que voltaram a pertencer à Irmandade de Santa Cecília do Rio de Janeiro, mas, caso isto tenha acontecido, é provável que algum desconforto se fizesse presente, e que suas ações anteriores fossem lembradas por antigos membros.

Somado a essas hipóteses, que têm um caráter mais especulativo, a diminuição dos eventos (*funções*) junto à corte deixavam a atividade musical bastante instável, podendo o Rio Grande do Sul ser visto como um novo espaço a ser explorado por Mendanha. Ou seja, muitos são os questionamentos possíveis de serem feitos e sobre essa relação com a cidade de Porto Alegre e o seu estabelecimento definitivo no Brasil meridional, após a Guerra Civil dos Farrapos, trataremos mais a frente. Por ora, ao investigarmos a trajetória de Mendanha, ainda se faz necessário destacar o papel do Exército e de suas bandas militares.

Para além da Irmandade de Santa Cecília e da Capela Real, o músico mineiro encontraria na carreira militar um dos espaços a serem explorados (primeiro no Rio de Janeiro) e que o levaria não só a ascender enquanto músico, mas também a entrar em contato com diferentes partes do Império. É sobre esse caminho trilhado por Mendanha que nos deteremos nas próximas páginas.

4.2 MESTRE DE BANDA: JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA E O 2º BATALHÃO DE CAÇADORES

Mendanha, ao sair de Minas Gerais, não escolheria o Rio de Janeiro por acaso. Ciente das melhores condições que poderia encontrar na emergente cidade, o então músico buscaria seguir os passos paternos, quando se alistou junto ao Exército. Instituição importante para o período, a carreira militar foi um dos espaços em que indivíduos *pardos* e *mulatos* puderam

fazer parte, conseguindo, em alguns casos, avançar hierarquicamente, através dos cargos conquistados.

De acordo com Fernando Binder, que em seu trabalho de dissertação buscou esclarecer a função das bandas militares no processo de difusão das bandas de música no Brasil no século XIX, Mendanha teria, em fevereiro de 1822, assentado praça por três anos como voluntário, no 2º batalhão de Caçadores de primeira linha¹⁸⁷, declarando ser ourives.¹⁸⁸ Sua baixa teria sido registrada em 1º de maio de 1829, e nela o mesmo indivíduo já ocuparia o posto de mestre de música (BINDER, 2006, p. 65). Ainda segundo Binder, “por volta de 1837 [Mendanha] atuava como cantor falsetista na Capela Imperial e, de novo, aparece como mestre da banda daquele mesmo batalhão, com o qual foi enviado ao Rio Grande do Sul para lutar na Guerra dos Farrapos” (BINDER, 2006, p. 69-70).

É necessário destacar que sua forma de ingresso junto ao exército, enquanto soldado voluntário, certamente interferiu em sua colocação dentro do espaço militar. José Iran Ribeiro, em *Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos*, destaca que o futuro de um indivíduo no Exército seria influenciado pela forma de seu ingresso “e, apesar dos voluntários serem a minoria, percebe-se que eles ascendiam mais rapidamente na hierarquia à condição de praças graduadas que os recrutados” (RIBEIRO, 2009, p. 103).¹⁸⁹ Assim, de acordo com o autor, aqueles que incorporavam voluntariamente recebiam mais promoções, eram promovidos mais cedo e ascendiam mais alto na hierarquia (RIBEIRO, 2009, p. 104). Porém, este fator não se apresentaria como uma regra para possíveis promoções, até mesmo porque outras especificidades individuais poderiam influenciar na mobilidade dentro do Exército. Mas esse argumento nos permite entender que as ações de Mendanha, desde seu primeiro momento junto às forças militares, interferiram no seu futuro dentro desta instituição. A divisão do limitado espólio familiar herdado dos pais influenciou-o a buscar em outros locais e ocupações, garantias de sustento. O clima conflituoso daqueles primeiros anos de consolidação imperial, provavelmente, o estimularam a procurar na carreira de músico-militar (ou de militar-músico) um espaço propício para um indivíduo *pardo*, talentoso e de poucos

¹⁸⁷ A *primeira linha*, também era chamada de tropa de linha, regular ou paga, era profissional e ficava permanentemente em armas (BINDER, 2006, p. 27).

¹⁸⁸ Nos documentos encontrados sobre a família de Mendanha em Minas Gerais, nada encontramos que se reportasse a esta especialização profissional, mas a tradição daquela província na extração de metais preciosos e na transformação dessa matéria-prima em objetos de arte (principalmente sacra) torna tal aprendizado facilmente compreensível.

¹⁸⁹ Ainda segundo Ribeiro (2009), quanto maior o tempo de serviço, maior poderia ser o conhecimento dos procedimentos militares, bem como as oportunidades de estabelecer laços na caserna, que poderiam colaborar em uma eventual promoção.

recursos materiais. Além disto, para os músicos militares, o contexto da chegada da Corte afetou diretamente as bandas de música dos regimentos de linha, que passaram a ser cada vez mais solicitadas, marcando presença nas principais festividades da Família Real.

Bandas militares muitas vezes tomavam parte das festas oficiais da monarquia luso-brasileira, tanto em honra à família real e imperial - aniversários, noivados, casamentos, batizados etc – quanto por razões de Estado - aclamações, vitórias militares e celebrações cívico-políticas em geral. Esta exposição frequente teria favorecido a divulgação deste tipo característico de conjunto instrumental – a banda de música - como um importante elemento simbólico na representação monárquica (BINDER, 2006, p. 10)

Mendanha, ao integrar o 2º Batalhão de Caçadores, participou de diferentes conflitos que se espalharam pelo Brasil, ao longo do século XIX. Se mapearmos sua circulação, veremos que, após Minas Gerais e Rio de Janeiro, Mendanha teria circulado por Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Na documentação que destacamos no capítulo anterior, referente ao inventário do pai de Mendanha, no ano de 1825, o escrivão João Dias de Almeida se desloca a Itabira, localidade onde residia a família Mendanha e encontra os irmãos, mas não o futuro maestro, deixando anotado o relato de que Joaquim José de Mendanha localizava-se em Olinda (Pernambuco), como praça soldado.¹⁹⁰

A presença do músico em Olinda é reflexo da conjuntura política e de consequências que se espalhavam pelos quatro cantos do Império. Pernambuco, assim como outras Províncias, vivenciaria tempos difíceis. A Confederação do Equador ganhou força no ano de 1824, como uma das muitas revoltas que se espalhariam nessa época, fruto de descontentamentos políticos com as medidas adotadas pelo Imperador D. Pedro I.

Com caráter separatista, a Confederação do Equador sofreu forte repressão por parte do Império, desde o seu início. Olinda, assim como Recife, tornaram-se os maiores centros de resistência, e por isso receberam do Império um efetivo militar maior, objetivando a desestruturação do movimento rebelde. Mendanha foi um dos muitos indivíduos que fortaleceram as tropas imperiais, nesta época, fazendo assim com que as batalhas travadas em Pernambuco entrassem para a lista dos combates de que este músico começava a participar. E

¹⁹⁰ Casa do Pilar – Arquivo Histórico/Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Códice 22, auto 235, 2º ofício. Órfãos, Defunto Joaquim de Gouveia Mendanha (sem testamento), inventariante: seu filho Vicente Ferreira Mendanha (Itabira do Campo). 1823. Escrivão Pinheiro.

frisamos o começar, porque em tempos de instabilidade política, devido ao período regencial, outras campanhas se vinculariam à história deste personagem.¹⁹¹

Esta afirmação pode ser constatada através de alguns documentos encontrados junto ao acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde identificamos o nome de Joaquim José de Mendanha junto à relação dos vencimentos do 2º Batalhão de Caçadores – datado de 31 de agosto de 1830, sob o Comando de Guilherme Lisboa. Nesse período, o Batalhão encontrava-se na Bahia, e Mendanha já fazia parte do mesmo, ocupando a posição em que se manteria até a farroupilha: a de mestre de música.¹⁹² Tal fato nos faz pensar que, mesmo tendo tido baixa em 1829, como menciona Fernando Binder, no ano de 1830 Mendanha já teria sido reintegrado ao 2º Batalhão de Caçadores, continuando a participar de conflitos que marcaram o Brasil Imperial.

Assim como em Pernambuco, a realidade encontrada na Bahia era fruto das inconstâncias sociais exteriorizadas através das revoltas. Ao longo da primeira metade do século XIX, a Bahia contou com diversas manifestações escravas, e era recorrente a intervenção do Império nesses conflitos.¹⁹³ Em 1830, João José Reis destaca um dos episódios que teriam ocorrido na capital desta província, onde “os levantados, um pequeno grupo, tentariam em vão arregimentar escravos recém-chegados da África, negros novos, que aguardavam sua venda em armazéns de traficantes” (REIS, 2008, p. 81). Entretanto, a revolta teria sido rapidamente debelada, e o saldo seria um grande massacre dos rebeldes. Por isso, os “olhos” do Império estiveram nesta época atentamente direcionados a essa região, com o envio de tropas que pudessem sufocar qualquer indício de manifestação contrária ao seu governo.

Identificar Mendanha como uma figura que passou por várias localidades, com realidades distintas, não traz um caráter de excepcionalidade para sua trajetória, se levarmos em consideração que muitos outros soldados do seu tempo também foram enviados para servir em conflitos que ocorriam em diferentes partes do Império. Mas em nenhum momento é isto que buscamos, ao acompanharmos os caminhos trilhados por este músico: uma excepcionalidade. O fato de Mendanha ter sido mais um em meio a tantos outros personagens,

¹⁹¹ Ver ainda: GRAHAM, Richard. **Cientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹⁹² ANRJ. Série Guerra: IG8 – 149.

¹⁹³ Das revoltas escravas ocorridas na Bahia, destaque para a que aconteceria no ano de 1835 – a Revolta do Malês, onde negros islâmicos se rebelaram contra a imposição do catolicismo e o regime de escravidão. Sobre este tema, ver: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante do Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

nos possibilita entender características de um período que teria sido vivenciado também por muitos outros agentes.¹⁹⁴

O deslocamento de Mendanha com o 2º Batalhão de Caçadores para o Sul do Brasil, e sua atuação na Batalha de Rio Pardo, em 1838, durante a Farroupilha, seria um dos episódios que marcariam a relação deste músico com o Rio Grande do Sul.¹⁹⁵ Foi a partir deste combate que Mendanha, como vimos ao longo do primeiro capítulo desta tese, ganharia destaque em jornais da primeira metade do XIX, e ficaria vinculado à composição da música que mais tarde daria origem ao Hino Rio-Grandense.

Embora a Guerra dos Farrapos tenha sido uma das revoltas mais emblemáticas do período Imperial, principalmente pela sua longa duração, certamente a atuação de Mendanha nos demais conflitos pelos quais passou possibilitou que o mesmo fortalecesse uma carreira enquanto músico militar dentro do Batalhão, evidenciando, através de sua trajetória, a presença de homens *pardos* também como mestres de banda.

Mas quem eram os outros indivíduos que, junto ao então mestre, se envolveram no conflito de 1838, com as forças farroupilhas?

Com a listagem apenas dos músicos integrantes do 2º Batalhão de Caçadores coletada por Fernando Binder e apresentada no início desta tese, trazemos nesta parte do trabalho o Batalhão completo, para além da banda, fato que nos permite compreender as diferentes graduações existentes, onde se situavam os músicos nesta tropa, e quais outros indivíduos, mesmo que em colocações distintas, poderiam estar próximos a Mendanha nesta época.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Ainda se deve considerar o fato de que Mendanha, ao conhecer todas essas regiões, conseguiria ter, em parte, consciência da realidade social vivenciada por tantos outros *pardos* como ele, e as diferentes possibilidades de atuação para músicos neste espaço, influenciando talvez na sua escolha pelo Rio Grande do Sul, como um lugar a permanecer ao longo da segunda metade do século XIX.

¹⁹⁵ Ver: RIBEIRO, José Iran. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.21, nº 62, p. 251-271, 2011; MUGGE, Miquéias H; COMISSOLI, Adriano. **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011.

¹⁹⁶ Após a Proclamação da Independência, foram criados o 1º, 2º, 3º e 4º Batalhões de Caçadores da Corte, em 13 de outubro de 1822. Ministério da Guerra – Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Quadro 7: 2º Batalhão de Caçadores de 1º Linha - Relação da mostra dos vencimentos e alterações das praças da mesma desde 10 a 30 de novembro de 1837.¹⁹⁷

Graduações	Nomes
Coronel Comandante	Guilherme Jozé de Lisboa
Ajudante	Antonio Barboza de Oliveira
General Mestre	Manoel Cabral
Capitão	Manoel de Souza Mello Falcão
Cirurgião Mor	Jozé Antonio de Andrada
Sargento Ajudante	Agostinho Franco
General Mestre	Francisco Guimaraes Dourado
Mestre de musica	Joaquim José de Mendanha
1º Classe:	João Ferreira Lima
	Domingos José da Costa Pereira
	Felício de Mendanha Ferreira
	Floriano Miguel Lino
2ª classe	Mauricio Pereira Leite
	Lucio José da Gloria
	Manoel Felipe
	João Serafim dos Anjos
	Antonio Frzª Porto
	João Carlos de Andrade
	Antonio Joaquim de Souza
	Alberto Luiz
3ª classe	Candido Jezuino
	M.el Fr. De Santa Anna
	José Antonio dos Santos
Corneta Mor	Joze Ignacio
Capitão	Jozé Pereira Lage
Alferes	Candido Jozé Barreto
2º Sargentos	Jacintho Candido da sª
	Bazilio Antunes da Sª
Furriel	Henrique José Varciro
Cabos	Arcenio Joaquim de Souza
	Joze de Jezuz Chisto e sª
	Theodoro Francisco Muniz
Corneta	Luiz Francisco Pinto
Soldados	Fermiano Joze

¹⁹⁷ANRJ– IG9 – 54. Importante destacar que a listagem apresentada por Fernando Binder e a que coletamos junto ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ambas apresentam Joaquim José de Mendanha como mestre de banda, porém, nota-se uma alteração de alguns nomes dos músicos da 1ª e 2ª classe, fator justificado pelo fluxo de entradas e saídas nos batalhões e também pela mobilidade existente neste espaço.

	Januário Joze Felicio
	Chrespim José Santos
	Antonio Baptista Correa Nunes
	Ricardo Pinto
	Carlos Jozé da Silva
	Leonardo Moreira de Souza
	Jozé Luiz de Oliveira
	Joaquim Nogueira
	Antonio José de Bitencourt
	Manoel Martins
	João de Camargo
	Antonio Ferreira da Silva
	Bazilio Carrilho
	Francisco Jozé
	João da Costa
Cadete	Miguel Augusto de Souza
Soldados	M.el João do Sacramento
	Jozé Lopes
	Antonio do Nascimento
	Antonio Borges
	Antonio Joaquim da S ^a Barcellos
	Raimundo Pedro da Paixão
	Roberto de Araujo
	Joaquim M.el de Menezes
	Luiz Soares
	Joaquim Maria Blanco
	João Antonio
	Braz José de Oliveira
	João da Silva
	Gonçallo dos Santos
	Nicomedes [?] Martins
	Joze Domingues
Cadete	Jozé Guilherme de Almeida
Soldados	Agostinho de Santa Anna
	Jozé Correa de Mello
	Domingos Leite de Souza
	Jozé Antonio de Almeida
	Jozé Maria Perez de Castro
	Domingos Rodrigues
	Antonio Maria Pedro [?]
	Bento Daniel
	João Pereira da Silva

	M.el.[?] da Silva
	Manoel Caetano Pinto
	João Gregorio
	Joze Francisco de Camargo
Ten. Cel. Me.	João Baptista Froes
Cor..Ajudante	M.el [?] Pereira de Moraes
Tenentes	Francisco Augusto da Silva
	Thomaz da Silva
Sargento	Cel M. Potazio Glz Barros
Sold.	Candido Jozé da Rosa

Consta na lista de vencimentos o pagamento a Joaquim José de Mendanha, como mestre de música, da quantia de 34\$720 réis, o valor mais alto pago à banda militar, seguido do vencimento de João Ferreira Lima, que receberia a quantia de 18\$760 réis, como músico de 1ª classe. Dos salários mais inferiores pagos aos membros da banda estaria o de José Antonio dos Santos, músico da 2ª classe, recebendo o valor de 12\$320 réis. Embora não possamos fazer uma estimativa baseada somente nesses valores, que sofreriam variações, de acordo com os combates, eles fornecem indícios de uma hierarquia refletida também através do seu soldo.¹⁹⁸

Com lugares de atuação definidos no início do século XIX, as bandas militares foram elementos presentes nos rituais que envolveram o poder monárquico. A presença da Corte no Rio de Janeiro recorreu frequentemente às bandas que colaboraram ao tornarem as festividades mais pomposas.

O trabalho de Fernando Binder, que é um dos estudos mais recentes a respeito de bandas militares no período oitocentista, aponta que a necessidade de regulamentar o tamanho das bandas estava ligada a três aspectos, que envolveriam o engajamento dos músicos, sua remuneração e o financiamento das bandas. Desta forma, o autor apresenta aquilo que seria a hierarquia do exército neste período (como podemos visualizar no quadro a seguir) e onde se localizariam os músicos dentro deste grupo.

¹⁹⁸ ANRJ- IG9 – 54.

Quadro 8: Hierarquia de oficiais, oficiais inferiores e praças no exército imperial brasileiro

Oficiais	Oficiais Inferiores	Praças de Companhia
marechal-de-exército	sargento ajudante	primeiro-sargento
tenente-general	sargento quartel-mestre	segundo-sargento
marechal-de-campo	tambor-mor	furriel
brigadeiro	corneta-mor	cabo-de-esquadra
coronel	ferrador	anspeçada
tenente-coronel	seleiro	soldado
major	coronheiro ou	
capitão	espingardeiro	
tenente	mestre de música	
alferes	músicos	

Fonte: BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. Vol 1. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006, p. 105.

Binder (2006, p. 105) salienta ainda que, “embora os oficiais inferiores fossem considerados praças, como os soldados, formavam uma camada intermediária, pois ganhavam mais, tinham certo prestígio entre os soldados e certo poder para com os capitães e tenentes, com quem lidavam diariamente”. Além disso, naquilo que se refere à carreira de um músico dentro do espaço militar, o referido autor destaca a presença de três possibilidades de engajamento presentes na legislação do exército, “a primeira era se tornar um músico de contrato, normalmente o caso de músicos profissionais contratados e pagos para tocar na banda durante determinado período de tempo”. As outras duas poderiam ser “como músico de praça ou soldado músico, alguém que se alistava conforme estabelecia a legislação, recebendo graduação de músico, soldo, gratificação, etapa e fardamento” (BINDER, 2006, p. 106) – que seria o caminho trilhado por Mendanha –, ou também ingressar como “soldado de fileira que se tornava aprendiz de música, a quem o mestre lecionava e que ao ser considerado apto entrava para a banda, tornando-se um músico de praça”.¹⁹⁹

No ano de 1825, por decreto de 28 de março, teria sido consolidada a posição dos músicos como oficiais inferiores do pequeno estado maior dos corpos. Segundo Binder (2006,

¹⁹⁹ De acordo com Fernando Binder, “no Brasil, o decreto de 27 de março de 1810 dava aos músicos a graduação de soldado, recebendo soldo, farinha, fardamento de soldado e uma gratificação como músicos. O objetivo de tal decreto era restringir acabar o emprego de músicos de contrato, pagos com contribuições pessoais e pelas licenças de economia, métodos considerados onerosos aos soldados e oficiais e prejudiciais à disciplina das unidades” (BINDER, 2006, p. 106). Para isso, a solução adotada foi a portaria de 16 de março de 1815, criando-se a figura do soldado aprendiz, consolidando o ensino de música aos soldados. Sobre Bandas militares ver ainda: CORREIA, Luiz Miguel Tomé. **Bandas e músicos militares em Portugal**. Do século XIX ao XXI. Dissertação (Mestrado em Artes Musicais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

p. 107), também foi consolidada a hierarquia entre os músicos, através do decreto de 11 de dezembro de 1817, no qual constava: mestre de música, músico de 1ª classe, músico de 2ª classe e músico de 3ª classe. Nesse documento, também pode-se identificar a relação da classe do músico e seu respectivo instrumento:

Quadro 9: Hierarquia entre os músicos segundo instrumentos

Decreto	Hierarquia		
	Músicos	Soldado aprendiz de 1ª classe	Soldado aprendiz de 2ª classe
1817	Músicos	Soldado aprendiz de 1ª classe	Soldado aprendiz de 2ª classe
1825/1851	Músico de 1ª classe	Músico de 2ª classe	Músico de 3ª. Classe
Instrumentos marcados pelo decreto de 11 de dezembro de 1817	1ª requinta	1ª requinta	3º primeiro clarinete
	2º primeiro clarinete	Primeiro clarinete	2º clarinete
	2º segundo clarinete	2º primeiro clarinete	2ª trompa
	1ª e 2ª trompa 1º clarim	1º flautim 1º trompa	1º ou 2º clarim 2º fagote
	1º fagote 1º trombone ou serpente	1º fagote	trombone ou serpente

Fonte: BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. Vol 1. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006, p. 108.

Importante destacar que na composição das bandas era esperado que o mestre fosse clarinetista, mas se o mesmo tocasse outro instrumento deveria haver um clarinetista a mais junto ao grupo e um músico a menos para o instrumento que o mestre tocasse (BINDER, 2006, p. 107).²⁰⁰ Mendanha, como veremos no último capítulo desta tese, quando abordarmos seu inventário, constará na sua lista dos bens avaliados a presença de um clarinete velho, que deveria ter sido seu principal instrumento, e, possivelmente, o acompanhou por muitos anos, reforçando a sua identidade como mestre.

A trajetória enquanto músico militar, construída por Mendanha junto ao 2º Batalhão de Caçadores, lhe renderia diferentes frutos, sendo um deles a condecoração de Cavaleiro da

²⁰⁰ Sobre as leis militares, Fernando Binder esclarece que “existem apenas quatro textos nas coleções de leis que tratam das funções que os músicos tinham nas unidades onde eram empregados, textos que ainda assim são bastante vagos. O primeiro deles é o aviso nº 58, de 07 de março de 1825 (CCLB: 16). O aviso marcava os novos dias de gala, os dias de festa nacional, e indicava as solenidades que ocorriam na corte e que deveriam ser convenientemente nas províncias. Esta foi a única notícia em toda a primeira metade do século XIX registrada pela legislação administrativa que menciona as ocasiões nas quais as bandas do exército deveriam tomar parte” (BINDER, 2006, p. 109).

Ordem de Cristo. Em documentação da Biblioteca Nacional, localizamos um requerimento solicitando a mercê de uma ordem nos anos de 1844 e 1845:

Senhor.

Diz Joaquim Jozé de Mendanha, músico cantor da Capela Imperial e mestre da banda de música do 2º Batalhão de Caçadores, que tendo voluntariamente assentado praça no antigo Batalhão do mesmo número em o ano de 1822, e com ele feito a Campanha de Pernambuco em 1824, e a desta Província desde 1827, até 1829, tempo em que concluída a guerra, obteve escusa do serviço, tornou a engajar-se como Mestre da Música do mesmo Batalhão, nesta qualidade marchando para a Bahia ali persistiu até 1831, e em seu regresso a Corte, dissolvido o Corpo em consequência dos movimentos políticos, não podendo empregar-se na sua profissão como Militar, seguiu para Pernambuco.

Ali como as tropas tinham igualmente sido dissolvidas, engajou-se no Corpo de Permanentes e com ele marchou para Panelas de Miranda, aonde esteve dois anos e assistiu aos combates [trecho rasgado], Brejo Velho, Cafundó e Altinho, lugar em que foi ferido, combatendo em defesa do Quartel do sr. Coronel Carapeba Comandante das Forças, que havia sido atacado por 300 rebeldes.

Regressando finalmente a Corte [tendo] a honra de ser admitido no número dos Músicos da Capela de Nossa Majestade Imperial; não obstante o que obtida a [...] permissão, marchou com o 2º Batalhão em 1837, para esta Província, e no infeliz combate do Rio-Pardo, em 30 de Abril do ano subsequente, no qual o Suplicante no conflito, abandonando os instrumentos de sua profissão, guiou os seus Companheiros e com eles bateu-se corajosamente até que caiu prisioneiro, tendo sofrido constantes riscos de vida, privações inauditas, e os maiores vilipêndios, até novembro de 1839, foi felizmente libertado por uma pequena força da briosa guarnição da Praça de Porto Alegre, que ousou ir aquela Vila; o Suplicante, apenas salvo, longe de subtrair-se aos rudes trabalhos da guerra, apresentou-se ao reorganizado 2º Batalhão de Caçadores, e com ele marchou para a Campanha, donde nomeado pelo Exmo. Barão de Caxias, Comandante em Chefe do Exército, Inspetor das Bandas de Música, Clarins e Cornetas do mesmo Exército, tem a despeito das marchas constantes e dos trabalhos [inerentes] a vida militar, desempenhado estas [...] com o maior zelo que pôde desenvolver.

Mas Senhor, não tendo direito o Suplicante aspirar acesso algum em vista de sua profissão, intimamente convencido de que a série de serviços prestados por ele, merecerão uma recompensa em remuneração, e além disto certo da Generosa Magnanimidade de Vossa Majestade Imperial.

Pede a V. Majestade Imperial se digne conceder-lhe a Graça de ser condecorado com uma insígnia de qualquer das Ordens, do que espera

[assinatura] Joaquim José de Mendanha²⁰¹

Essa solicitação ganhará um apoio importante quando Caxias pronuncia-se a respeito do requerimento, demonstrando a boa relação estabelecida com o mestre de banda Joaquim José de Mendanha. A intervenção por parte do então Barão, e a estima conquistada junto ao seu comandante, é registrada na própria margem do requerimento assinado por Mendanha, aprovando e apoiando o pedido e tornando-se parte mesmo do documento em questão:

²⁰¹ BN – Seção de Manuscritos – C-0755,049 – nº. 001 - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê de uma ordem.

Eu julgo que a nenhuma praça do Exército do meu Comando, recairá melhor qualquer condecoração que Sua Majestade o Imperador queira conferir, que ao Suplicante, e por isso espero que sua súplica seja atendida. Quartel General da Presidência e do Comando em Chefe do Exército na Vila de Caçapava, 15 de Setembro de 1844 [assinado] Barão de Caxias.²⁰²

A ordem de Cristo, que inicialmente era destinada a serviços de natureza militar,²⁰³ foi utilizada no Brasil Imperial como um elemento influenciador para o fortalecimento de elites e como um instrumento de apoio a forma de governo monárquico. Segundo Camila Borges Silva, em pesquisa que buscou analisar as comendas honoríficas e a sua relação com a construção do Estado Imperial, ela define que

sua lógica atendia não somente à promoção da imagem real como benevolente, mas também aos desejos de distinção de todos, pois significava um “presente” real e uma demonstração de “estima” por parte do monarca, de maneira que o regime se sustentava no imaginário social que concebia a sociedade como uma pirâmide (SILVA, 2011, p. 4).

Mendanha será condecorado Cavaleiro da Ordem de Cristo, por decreto de 24 de janeiro de 1845, registrado a folhas 2 do livro 17º, como consta no documento que reproduzimos a seguir:²⁰⁴

[Anexos - 3]

A Joaquim Jozé de Mendanha, Mestre de Música do primeiro Batalhão de Caçadores, e Inspetor Geral das Bandas de Música dos Corpos do Exército em operações na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, se há de expedir Carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo, de que houve mercê por Decreto de 24 de Janeiro do corrente ano, em atenção aos serviços por ele prestados no ataque do Rio Pardo, que teve lugar no dia 30 de Abril de 1837, combatendo denodadamente em favor da Legalidade contra os rebeldes da dita Província. E para que possa pagar no Tesouro Público a competente joia se passou o presente. Secretaria d' Estado dos Negócios do Império 31 de Março de 1845.

[assinado] Antônio José de Paiva Guedes de Andrade

[anotado na margem inferior] Réis 20\$000.²⁰⁵

²⁰² BN – C-0755,049 – nº. 002.

²⁰³ De acordo com Camila Borges Silva, “no Brasil colonial, poucas pessoas tinham acesso às comendas. Eram, sobretudo, as guerras que abriam caminho para a nobilitação. Até a primeira metade do século XVIII, eram os pernambucanos, baianos e maranhenses os que mais recebiam essas mercês. Após a segunda metade daquele século, os paulistas adentraram nas listas, por conta da descoberta de ouro. Foi na segunda metade do século XVIII que o Brasil superou a Índia em hábitos da Ordem de Cristo, lançados no Império Ultramarino português. Entretanto, os números não ultrapassavam os 15% do total de hábitos lançados. Durante a regência de D João, mesmo em Portugal, o número de agraciados já estava em ascensão, mas foi apenas após a transferência da Corte portuguesa, em 1808, que o número de contemplados residentes no Brasil aumentou muito” (SILVA, 2011, p. 3).

²⁰⁴ A ordem militar de Cristo remete a sua origem ao século XII e está associada às cruzadas e a Reconquista cristã da Península Ibérica. Criada em Portugal, através da bula *ad ea ex quibus*, de 14 de março de 1319, a Ordem de Cristo também teve importante uso no Brasil ao ser a mais concedida entre as ordens militares no Primeiro Reinado e também a mais prestigiada. No período em que Mendanha é contemplado com esta ordem, podemos ter um parâmetro em números de quantos mais indivíduos teriam sido agraciados. Segundo Camila Borges Silva, “D. Pedro II, por sua vez, condecorou com a Ordem de Cristo, entre 1840 e 1889, 5.497 cavaleiros, 1.201 comendadores e 51 grão-cruzes” (SILVA, 2014, p. 219-220).

²⁰⁵ BN – C-0755,049 – nº. 003.

Esta será uma das condecorações recebidas por Mendanha, que no final de sua vida também seria agraciado com o título de Comendador da Ordem da Rosa pelos seus serviços prestados a religião.²⁰⁶ Esta última condecoração, criada no ano de 1829 por D. Pedro I em comemoração ao seu casamento com a princesa D. Amélia de Leuchtenberg, contava, segundo Silva, com seis graus hierárquicos: “grão-cruz, grande dignitário, dignatário, comendador, oficial e cavaleiro” (SILVA, 2014, p. 67).

Em retrato de Mendanha apresentado na primeira parte da presente tese, ele está ostentando sua medalha. “As cores da ordem eram rosa e branco e as medalhas possuíam todas um círculo de rosas ao redor de uma estrela branca, cujo centro possuía um círculo azul no qual se poderia ler os dizeres “amor e fidelidade” (SILVA, 2014, p. 67). Além disso,

a ordem da Rosa também implicava em um direito de tratamento que proporcionava ao agraciado a respeitabilidade estamental endossada pelo uso das insígnias da ordem. Assim, atribuía-se o tratamento de excelência aos grão-cruzes, que já deveriam possuí-lo para serem admitidos neles grau, e aos grandes dignatários. Os dignatários já deveriam ter o título de senhoria para ocuparem este posto, e o mesmo título era dado aos comendadores. Os cavaleiros e oficiais, por sua vez, ficariam apenas com as honras e continências devidas aos capitães e coronéis, respectivamente (SILVA, 2014, p. 68).

Assim, Camila Borges Silva traz interessantes considerações, ao apontar que as medalhas, ao trazerem prestígio e maior respaldo social, eram um estímulo ao “bom serviço”, e à “fidelidade” mantida pelos agentes condecorados. Deste modo, é interessante analisar como o espaço militar, em um primeiro momento, e depois o religioso, como veremos mais à frente, foram explorados por diferentes agentes como instrumentos capazes de proporcionar alianças, distinções e alguns níveis de mobilidade.

E assim como Mendanha, outros agentes encontraram no Exército, mesmo que de formas diferentes, um meio de estabelecimento social para o século XIX. Dos casos que podem ser destacados, torna-se oportuno lembrar a trajetória do corneteiro Valeriano Joaquim de Almeida junto ao Exército Imperial. Objeto de estudo de José Iran Ribeiro, o referido autor traz interessantes reflexões que colaboram para o entendimento do espaço militar nesta época. Lembrando a dificuldade existente em reunir dados suficientes para qualquer personagem histórico, principalmente quando estes não alcançaram maior notoriedade, Ribeiro, ao acompanhar alguns momentos da história de Valeriano, que era natural do Rio de Janeiro, indica que a função por este desempenhada – “função especializada, que requer o domínio de

²⁰⁶ Hemeroteca digital da BN. *Jornal A Federação*, 27 de agosto de 1884.

um instrumento de sopro, o clarim, e anos de exercícios contínuos aprendendo como executar os toques e os seus respectivos significados – colocava-o numa condição singular em relação aos seus companheiros combatentes” (RIBEIRO, 2012, p. 166).

Este personagem, que, assim como Mendanha, participou de diversas campanhas do Exército Imperial brasileiro, esteve no Rio Grande do Sul, integrando, no ano de 1836, uma unidade vinculada a Corte para combater os republicanos rio-grandenses. Ali permaneceria até o ano de 1845, quando teria sido dispensado, devido a ferimentos recebidos no olho e no braço (RIBEIRO, 2012, p. 171), porém seria reincorporado como veterano, em 1850, indo para o Uruguai um ano depois.

Para Ribeiro:

Do ponto de vista do indivíduo, pode-se explicar a permanência deste homem nas fileiras do Exército Imperial em função da familiaridade que tinha com a vida na caserna, afinal desde seus primeiros anos esteve entre militares; também se pode inferir que a habilidade profissional de Valeriano não era um ofício que lhe permitisse muitas outras possibilidades de ocupação remunerada. Também havia o fato de que ser corneteiro significava permanecer na maior parte do tempo na companhia dos comandantes da unidade, portanto, não tão exposto a luta como os soldados combatentes. Além disso, a cada novo alistamento, Valeriano acumulava o tempo que havia servido anteriormente, o que significava melhores proventos que seus camaradas mais jovens. Portanto, além de não conhecer outro modo de vida, o experiente corneteiro possuía algumas vantagens em permanecer no Exército Imperial e isto o diferenciava da imensa maioria dos soldados que ansiava em deixar a dureza da vida militar (RIBEIRO, 2012, p. 176).

O autor ainda salienta que “o pesquisador deve considerar o lugar social de onde uns e outros partiram, mas diferenciá-los não tanto pelo final das carreiras e sim pelas facilidades ou dificuldades para a obtenção de cada posto” (RIBEIRO, 2012, p. 175). Assim, com caminhos diferentes, Valeriano e Mendanha, embora se assemelhem por terem circulado em determinados momentos pelos mesmos espaços sociais, certamente as oportunidades encontradas por cada um variaram de acordo com os recursos sociais que lhes eram inerentes. Buscar compreender os espaços militares através de trajetórias nos fornece indícios não apenas das capacidades de enfrentamento de determinados agentes, como da conjuntura social vigente, que se mostrava, por vezes, extremamente rígida, para alguns, e um tanto flexível, para outros.

Se nos determos nesta questão do exército, nos deparamos com um espaço que, historicamente, foi formado por distintos grupos sociais, que puderam, em alguns casos,

encontrar pequenos espaços de mobilidade.²⁰⁷ Segundo Fabio Mendes (2004, p. 117), em seu trabalho intitulado *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*, “a guerra da independência traria mudanças substanciais na composição racial das tropas, ao incorporar negros libertos e mesmo escravos” nos batalhões. Porém, ser soldado no Brasil Imperial “significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte” (MENDES, 2010, p. 44).

A organização militar do Império pode ser vista como uma continuação do período colonial. Adriana Barreto de Souza, em texto sobre a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro, afirma que

o Exército brasileiro da primeira metade do século XIX ainda era uma força de Antigo Regime, um bem da Coroa. É certo que alguns elementos favoreciam a ascensão na carreira. O prestígio da família, o título de cadete, o diploma de um curso matemático sempre ajudavam. Mas nada disso era decisivo. Até porque cada súdito devia reafirmar o “merecimento” e a “honra” da família através de novas demonstrações de fidelidade, prestando novos serviços. Isso exigia uma constante circulação regional, a articulação de novas alianças e a atualização de sua herança familiar (SOUZA, 2004, p. 175).

A autora ainda enfatiza que os combates que se estabeleceram no sul do Brasil, no período imperial, proporcionaram, para oficiais nascidos no Brasil, a oportunidade de demonstrarem sua fidelidade à Coroa.²⁰⁸ A carreira militar, sendo assim, foi um espaço explorado não só por Mendanha, mas também por seu pai, que foi sargento, e também por outros homens *pardos* ou *mulatos*, no século XIX.²⁰⁹ Um exemplo é a trajetória de José Marianno de Mattos, contemporâneo a Mendanha, que, mesmo não sendo oriundo da

²⁰⁷ Importante enfatizarmos que essa prática de conseguir melhores espaços através de instituições militares, ultrapassam as fronteiras brasileiras, encontrando eco também nos países vizinhos. Alejandro Rabinovich, em *Ser soldado en las Guerras de Independencia – La experiencia cotidiana de la tropa en el Río de la Plata, 1810-1824*, ao buscar em seu trabalho analisar o exército argentino e o modo de vida dos soldados, afirma que “en una sociedad donde la movilidad ascendente estaba limitada a ciertos espacios, el ejército revolucionario ofrecía inéditas oportunidades de avance, ya que un recluta motivado y constante podía subir en el escalafón y acceder a mayores grados de respetabilidad social” (RABINOVICH, 2013, p. 30).

²⁰⁸ De acordo com Adriana Barreto de Souza, “essa tradição militar portuguesa só começa a ser alterada no ano de 1850, quando o ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo regulamentou a promoção de carreira. O critério definido pelo decreto datado de 6 de setembro era baseado na antiguidade e no mérito. A ideia era impedir que oficiais muito jovens atingissem altos postos de comando e incentivar a formação acadêmica” (SOUZA, 2004, p. 176).

²⁰⁹ Ver ainda: KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogo*, DHI/ UEM, vol. 3, n. 3, 1999, p. 113-151; KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*. nº 17, 1996.

Província de Rio Grande de São Pedro, permaneceu nela por algum tempo, em virtude da Guerra Civil dos Farrapos.

Mattos, como já foi mencionado no início deste trabalho, era *mulato*, natural do Rio de Janeiro, e foi um dos indivíduos que conseguiu alcançar dentro do Exército prestígio e melhores oportunidades. Ingressando, assim como Mendanha, na condição de soldado voluntário, Mattos ganhou espaço em pesquisa realizada anteriormente a presente tese, originando a dissertação intitulada *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Ocupando cargos importantes junto aos farrapos, este personagem foi Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em algumas ocasiões em substituição a Bento Gonçalves. Com o findar da guerra, Mattos se reincorporará às forças imperiais, e ocupará o cargo de Ministro da Guerra, em 1864.

Uma das questões problematizadas no trabalho de dissertação foram os silenciamentos sobre as origens desse personagem e a omissão por parte da historiografia, que, por muitas vezes, não referenciou que Mattos não era *branco*, mas sim *mulato*. A desracialização que sofreram alguns personagens ao longo da história nos fizeram e nos fazem ainda questionar quem seriam esses homens que tiveram sua cor “esquecida” por alguns pesquisadores, e que ocuparam diferentes cargos/postos durante a Farroupilha e em outras circunstâncias do Brasil Imperial.

O fato de personagens como Mendanha e Mattos terem conseguido encontrar margens de mobilidade social na sociedade oitocentista através do exército, não significa que todos os *homens de cor* que buscaram seguir carreira nesta instituição depararam-se com um acesso facilitado. Pelo contrário, mesmo que a carreira militar pudesse ser usada por alguns agentes que vislumbravam um tipo de ascensão, esta continuava sendo uma instituição bastante rígida, reflexo da sociedade que se consolidava, ao longo do século XIX. Mas ainda assim ela era permeável. Por isso, a necessidade de acompanhar histórias como as de Joaquim, de José e de tantos outros indivíduos, que ainda não foram estudados, mas que podem indicar, através de suas trajetórias, um pouco mais do funcionamento e dos caminhos possíveis dentro do Exército.²¹⁰

²¹⁰ Outro exemplo, que já mencionamos no início desta tese, é o trazido por Roberto Guedes, ao trabalhar a trajetória do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves e a mobilidade social deste personagem e de seus descendentes. Destacando que a ascensão social poderia levar a uma mudança de cor, Guedes apresenta Neves como um indivíduo que teria nascido escravo, iniciando sua carreira como soldado miliciano e passando posteriormente a ser reconhecido como alferes. Ver: GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de.

José Marianno de Mattos, com o findar da Guerra dos Farrapos, retorna a sua terra natal, Rio de Janeiro, e lá, através dos laços estruturados enquanto militar, consegue se estabelecer em uma condição melhor do que a encontrada no Rio Grande do Sul por muitos outros antigos companheiros do movimento farroupilha. Este personagem vai, até os anos finais de sua vida, apostando na instituição militar, como um local de crescimento e de alguma estabilidade, chegando, assim, em 1864, ao Ministério da Guerra, e trilhando um caminho interessante de ascensão social.

Mendanha, entretanto, agiria diferente. Com o passar da Farroupilha, não escolhe voltar para Minas Gerais, nem tem o Rio de Janeiro como um dos seus objetivos principais. Desvinculando-se do Exército, seguiria apenas com os ensinamentos adquiridos nesta instituição e com um determinado prestígio de quem teria sido Mestre de música do 2º Batalhão de Caçadores. Neste novo contexto, será a cidade de Porto Alegre que passará a receber em definitivo Mendanha, que se fixa nesta localidade acompanhado de alguns planos, anseios e a perspectiva de encontrar no Sul do Brasil, recém saído de uma devastadora guerra, a oportunidade de ver e por que não, participar, do desenvolvimento de seu cenário musical.

5 A CONSOLIDAÇÃO DE UM MAESTRO – ASPECTOS DE UMA PORTO ALEGRE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O vento era apenas o suficiente para movimentar os fios verdes dos pastos. Ele sentia todos os aromas do entardecer. Quanto mais olhava para o Sul, mais perdido se achava. Aqui sim, era o mais distante de tudo, o lugar que ele desejou para si (Brasil, 2006, p. 165).

A Guerra Civil dos Farrapos encerrava-se no ano de 1845. Os combates entre imperiais e republicanos teriam fim através da assinatura de um acordo de paz firmado pelo Tratado de Ponche Verde (1845), e o Sul que se encontrava bastante devastado pelo impacto causado ao longo de dez anos de conflitos, aos poucos, buscava a adaptação aos novos tempos.²¹¹ Porto Alegre passava a ser um lugar um tanto “familiar” para muitos dos indivíduos que durante a Farroupilha estiveram por esta região, seja pela permanência forçada através das batalhas e dos recrutamentos ou pelos laços afetivos que, inevitavelmente, eram estabelecidos nessa permanência, mesmo que compulsória.²¹² Com uma carência econômica provocada em espaços de grandes confrontos e a falta de investimentos em diferentes setores, Porto Alegre, ainda assim, foi a cidade eleita por Joaquim José de Mendanha para viver o restante de sua vida, e o Sul o lugar que escolheu para também chamar de seu.

Desta forma, o presente capítulo se propõe a destacar a atuação deste maestro na segunda metade do século XIX, e como se deu sua inserção social nesta região. Passando a ser conhecido para além da composição da música do Hino dos Farrapos (hoje, chamado de Hino Rio-Grandense), buscaremos analisar a relação de Joaquim José de Mendanha não apenas nos espaços militares e de conflitos, mas nos círculos sociais, laborais e devocionais.

Consolidando-se como uma importante referência musical para esta localidade, Mendanha esteve presente com sua arte desde os primeiros espetáculos realizados no Theatro

²¹¹ A Guerra dos Farrapos trouxe grandes danos para a economia do Rio Grande do Sul, além de um número elevado de mortes. Sobre o Pós-Farroupilha e a situação político-econômica no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, ver ainda: SILVA, Juremir Machado da. **História Regional da Infância**. Porto Alegre: L&PM, 2010; VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

²¹² Porto Alegre passa a ser considerada cidade no ano de 1822. No período da Farroupilha, muitos foram os indivíduos de diferentes províncias que circularam nesta região, causando aumento populacional. Ver: RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a Honra Nacional”**: Estado e Nação nas trajetórias de militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

São Pedro²¹³, que se apresentava como um importante palco cultural para o Rio Grande do Sul, nessa segunda metade do século XIX, como em eventos e saraus organizados pelo Partenon Literário, instituição política e cultural surgida em 1868, na capital da província. Através dos Livros de Atas pertencentes ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, conseguimos rastrear o seu envolvimento não apenas como músico contratado, mas também como sendo um dos membros da referida agremiação.²¹⁴

Outro ponto a que daremos destaque neste capítulo será a atuação de Mendanha junto às principais irmandades de Porto Alegre. Através de jornais do período e de documentação eclesiástica, podemos evidenciar que o maestro foi um nome bastante presente nas Irmandades da Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Madre de Deus (Catedral). Deste modo, tentaremos verificar de que forma estas associações puderam se apresentar não só como um ambiente exclusivamente religioso, oportuno para o emprego de músicos, mas como um espaço de identidade, sociabilidade e proteção, permitindo compreender algumas das relações estabelecidas por Mendanha, e como estas puderam influenciar na construção de suas redes, e na sua colocação social. Como já salientamos em outros momentos, o nome de Mendanha era sempre acompanhado da expressão *maestro*, que significava uma designação ou um distintivo de prestígio, gerados e mantidos pelo reconhecimento comunitário de seu talento, mas também de seu positivo investimento em relações de interdependência verticais e horizontais.²¹⁵

Principal fundador em Porto Alegre da Irmandade de Santa Cecília (a santa padroeira dos músicos), destacaremos ainda como Mendanha se tornou um importante agente cultural nessa sociedade, organizando a formação de um núcleo musical, na segunda metade do século XIX. Apresentando uma listagem nominal inédita desses membros, em sua maioria músicos,

²¹³ O Theatro São Pedro foi criado em 1858, em Porto Alegre, e seu imponente prédio, que perdura até hoje, tornou-se um referencial para os artistas locais, além de permitir o trânsito de cantores, atores e músicos nacionais e estrangeiros. Ver: FERREIRA, Athos Damasceno. **Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX**. Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1956 (Coleção Província, volume 11); COSTA FRANCO, Sérgio da. **Porto Alegre**. Guia Histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988; SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Nacional, 1977, 2ª edição.

²¹⁴ O Partenon Literário foi fundado em 18 de junho de 1868, em um período em que, no Rio Grande do Sul, eram poucos os veículos de difusão da literatura, como as revistas literárias. “O grupo era bastante heterogêneo. Entre os seus componentes, encontramos professores, funcionários públicos, caixeiros, negros e mulheres. Costumavam frequentar bailes junto às elites porto-alegrenses e promoviam saraus para os quais eram convidadas as mais distintas famílias da cidade” (SILVEIRA, 2008, p. 16).

²¹⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

buscaremos, neste capítulo, apontar alguns desses sujeitos, que, assim como Mendanha, exerceram sua arte e seu ofício em terras sulinas.

5.1 DE COMBATENTE A PROFESSOR: MENDANHA E OS ANOS INICIAIS DO PÓS-FARROUPILHA

Vamos agora a outro assunto: No dia 4 do corrente vos escrevi da caza do meu afillhado Vicente, remetendo-vos um exemplar do Noticiador de 2 do vigente, em que já vem transcrito o primeiro documento do tempo da República e com ele o programa do Ilustre Redactor sobre a publicação dos mais todos, que foram aparecendo. Eis pois abertas as calúnias de um jornal, para a publicação de importantes esclarecimentos, que devem ser transmitidos a nossa posterioridade, sem que possa a intriga, ou o capricho de um escritor desfigurá-los. Já remeti dez documentos mais ao ilustre Redactor e conto que vós o munireis de todos aqueles que existem em vosso poder, para com eles tornar-se mais completa a exposição dos mesmos factos, visto que o Instituto iludio-nos com a publicação da história a mais de doze annos, e até hoje não deu glórias de si!!!²¹⁶

Já haviam se passado praticamente doze anos da Guerra civil Farroupilha, e Manoel Lucas de Oliveira, militar e Ministro da Guerra na época da República Rio-Grandense, ao escrever para Bernardo Pires, antigo major do exército farroupilha, expõe uma das questões que passaram a se fazer presente em alguns dos jornais que circularam no Sul do Brasil, durante a segunda metade do século XIX: o desejo por parte de alguns líderes do movimento em preservar a memória da Guerra Civil dos Farrapos. Assim como Lucas e Pires, Domingos José de Almeida também demonstrou esta preocupação, que, conforme nos indicam as fontes deste período, se sobressaiu a ponto de o mesmo iniciar uma incansável busca por documentos que pudessem relatar a história desta Guerra.²¹⁷

²¹⁶ IHGRGS. Fundo Bernardo Pires, nº. 118. Passo Geral de Candiota, 19 de junho de 1858.

²¹⁷ Durante muitos anos, houve uma grande preocupação em organizar documentos e publicar trabalhos que pudessem valorizar aquilo que foi considerado o grande marco da História do Rio Grande do Sul. Destaque para as publicações do IHGRS, e a preocupação que tiveram através de suas revistas em produzir uma memória desta Guerra. Ver: MARTINS, Jeferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Especificamente sobre os documentos reunidos por Domingos José de Almeida, e hoje custodiados pelo AHRS, ver: SILVA, Camila. Arquivo, história e memória: a constituição e patrimonialização de um acervo privado (Coleção Varela/AHRS, 1850/1930). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2015, p. 1-12; SILVA, Camila. Arquivo, história e memória: reflexões teóricas sobre os processos de constituição de acervos. In: **I Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – UNISINOS**. São Leopoldo. Anais do I Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – UNISINOS. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015, p. 465-470. Sobre a *historiografia* que se gestava no momento: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **Entre tinteiros e bagadus**: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Em correspondência do ano de 1859, Almeida afirma ao seu interlocutor²¹⁸ que, “com todos os papéis que me forneço e com os que me tem vindo de diversas partes, já me julgo habilitado para principiar o histórico da [...] revolução em que tomamos parte tão activa”.²¹⁹ Mal saberia Almeida que esse processo se apresentaria mais lento que ele imaginava, fato que o impediu de escrever esta história, mas que, anos mais tarde, se mostraria, em parte, eficaz, visto que um dos principais acervos que hoje possibilitam a pesquisa sobre a Guerra dos Farrapos, a Coleção Varela, custodiada junto ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tem sua origem na documentação coletada por este antigo Ministro Farroupilha.²²⁰

Mas, enquanto esta busca por episódios, que para alguns poderiam ser considerados memoráveis e deveriam ser patrimonializados, ocorreria, outros tantos indivíduos contemporâneos a este período queriam, se não esquecer esses conflitos, que privilegiaram uma minoria, pelo menos traçar novos horizontes para além dos marcados pelos campos de luta. A esse grupo, somavam-se nomes como o de Joaquim José de Mendanha.

A Farroupilha, para além de ser uma lembrança amarga para indivíduos que viram “as propostas abolicionistas” antes “defendidas” por alguns membros do movimento serem abandonadas, quando firmado o Tratado de 1845, sem nenhuma contraproposta para aqueles que foram um dos pilares de sustentação desta Guerra: os *negros*, ela também pouco beneficiou a população pobre e livre cada vez mais crescente neste período.²²¹ Para homens como Mendanha, que não eram charqueadores ou grandes estancieiros que conseguiram

²¹⁸ Embora na correspondência não conste a quem a carta é destinada, acreditamos ser Bernardo Pires seu interlocutor, visto que, para além do fato desta correspondência integrar o seu acervo, foi Bernardo Pires um dos maiores fornecedores de documentos a Domingos José de Almeida. Sobre este tema ver: ARCE, Ana Ines. **“Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”**: Uma história arquivística da Coleção Varela. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

²¹⁹ IHGRGS, Fundo Bernardo Pires, nº 124. Pelotas, 19 de agosto de 1859.

²²⁰ Conforme Ana Ines Arce, Domingos José de Almeida não conseguiria cumprir seu objetivo de escrever a história da Revolução Farroupilha do ponto de vista dos Farrapos. Segundo a autora: “com a sua morte, anos mais tarde, por caminhos ainda não totalmente elucidados, essa documentação e tarefa foram legadas a um historiador, Alfredo Varela, que escreveu uma história farroupilha, com a documentação herdada de Almeida” (ARCE, 2011, p. 13).

²²¹ Margaret Marchori Bakos, em *Escravidão negra e os Farroupilhas*, questiona o caráter abolicionista deste movimento, ao lembrar que “os farroupilhas aceitaram e exploraram a escravidão negra, oferecendo liberdade apenas para determinados indivíduos escravizados” (BAKOS, 1985, p. 93), sendo assim, para a autora, “os farroupilhas não buscavam modificar a ordem social imperante. Eles tinham interesse em manter as relações sociais nos contornos estabelecidos pela estratificação social escravocrata, pois, como proprietários de peões negros, podiam admitir a extinção do tráfico negreiro, porém não a abolição da escravatura” (BAKOS, 1985, p. 97). Sobre este tema, ver ainda: OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. O lanceiro Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Orgs.). **RS Negros**. Cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2009.

encontrar riqueza, quando uma grande maioria viria seus pequenos patrimônios dissolvidos ao longo de cada combate, a Farroupilha poderia e deveria ser um capítulo a ser ultrapassado.

Evidentemente, este “atenuamento” ou essa amnésia social a respeito da guerra civil não ocorria efetivamente. Era impossível esquecer as tropelias ocorridas, e os desafetos daquele período perduraram por décadas. O naturalista norte-americano Herberth Smith, que circulou pela província meridional na década de 1880, deixou registrado esta manutenção de memórias conflitivas a respeito daquele período bélico:

Piratinim é um povoado de bom tamanho, bellamente situado n’uma pequena chapada, abrigada por coxilhas mais altas ao Sul e a Oéste. Vistas á distancia, as casas brancas de telhas vermelhas são admiravelmente pittorescas. Costêa-as uma linha de eucalyptos, que algumas pessoas emprehendedoras introduziram, e no meio do povoado vêm-se as torres meio arruinadas da igreja antiga. Esta igreja e outros edifícios do lugar são de grande interesse histórico, pois Piratinim durante muitos annos foi a capital dos revolucionários rio-grandenses, a séde de sua legislatura republicana, e nominalmente pelo menos, de seu presidente. *Histórica e politicamente a revolução está morta, mas vive ainda na memória do povo. É curioso notar o tom de orgulho e desafio com que alguns velhos fallam de cousas que succederam “no tempo da Republica” ou “na independência”. A revolução pôde ter sido insensata; mas o simples nome da liberdade exerce attracção admirável sobre esta gente, e as sorpresas e retiradas rápidas, as longas cavalgatas pelas coxilhas, e as escaramuças ruidosas satisfaziam, mais do que tudo, o seu amor selvatico de aventuras. Em toda a zona da serra, nunca encontrei uma pessoa que não se orgulhasse da republica rio-grandense, morta como está. [...].*

Visitei a secretaria da camara municipal, mas não creio que se encontrem ali muitos papeis de interesse histórico; muitos foram destruídos depois da rebellião, e outros têm sido tirados. Sem duvida, muitos factos importantes relativos á republica poderiam ser respigados de papeis particulares e das lembranças dos velhos. Infelizmente, os historiadores brasileiros julgam que o interesse real da historia se concentra no domínio dos documentos, que apenas chronicam os acontecimentos do modo mais secco, e esquecem que a verdadeira vida do povo só com o povo pôde aprender.²²²

Depois de sua passagem pela Guerra Civil e do seu desligamento das forças Imperiais, Mendanha optou em recomeçar sua vida na cidade de Porto Alegre, lugar em que conheceu, não exatamente por ato voluntário, mas em razão de ter sido destinado com seu batalhão a servir nesta região, e que após este período, escolheu permanecer, talvez por ver neste local a possibilidade de novas e melhores oportunidades para desempenhar seu ofício como músico e homem *pardo*.

²²² Ver: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, P. R. S. (Orgs.). **Herberth Smith**: um naturalista em viagem pela América Meridional. São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2013 (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos, do PPGH-Unisinos, volume 8), p. 39-40. Também podemos ver os ecos da guerra civil no assassinato do Comendador Antonio Vicente da Fontoura, na Igreja Matriz de Cachoeira, durante as eleições de 1860 RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique; MOREIRA, Paulo. **A morte do comendador**: eleições, crimes políticos e honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2016, v. 1. p. 365.

Mas qual era o contexto cultural dessa Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, em que Mendanha passaria a enfrentar, não mais como uma realidade temporária, como a vivenciada por ele nos anos de guerra, mas agora como músico e novo morador desta localidade?²²³

Athos Damasceno Ferreira, em *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*, ao buscar relatar o cenário cultural dessa região, enfatiza que, apesar das limitações e das comoções da guerra civil, “a população porto-alegrense não só dispensava o mais franco acolhimento a artistas e amadores dramáticos que lhe proporcionavam os sãos divertimentos do teatro, como se entregava de corpo inteiro a toda sorte de diversão, entretenimento ou passatempo que se lhe oferecesse” (FERREIRA, 1956, p. 23). Assim, aos poucos, Porto Alegre, ao iniciar uma movimentação em direção ao campo dos espetáculos públicos, começava também, de acordo com Ferreira, a promover seu próprio corpo de atores e concertistas (1956, p. 24).

Fazendo referências a Mendanha, Ferreira o apresenta como sendo um dos professores locais mais conhecidos em Porto Alegre. Para o autor, o “elevado conceito de que gozava no seio da nossa elite juntava enorme popularidade por ser autor do Hino Rio grandense” (1956, p. 33), fato que pode ter sido um elemento facilitador para que o mesmo tivesse contato com várias pessoas de prestígio de seu tempo. Juntamente com Domingos José da Costa Pereira, Antonio Fernandes Porto, Lino de Carvalho da Cunha e Silva, Lourenço Antonio da Soledade, Candido Evaristo Pinto de Miranda, Feliciano Antonio Vieira, Pedro Castro dos Santos, entre outros, o maestro Mendanha fazia parte de um pequeno grupo que se propunha a investir social e culturalmente nessa localidade,²²⁴ tornando-se um dos fundadores da Sociedade Musical Portoalegrense, primeira instituição desse gênero na Província.²²⁵ Com audição inaugural datada de 7 de janeiro de 1856, Ferreira destaca que esta sociedade se apresentou como uma importante referência cultural, colaborando para o desenvolvimento

²²³ Sobre a cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, recomenda-se: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem** – Experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.

²²⁴ Muitos desses indivíduos, como veremos ainda neste capítulo, farão parte, no ano de 1856, da Irmandade de Santa Cecília.

²²⁵ Sobre as origens da sociedade musical, existem algumas dúvidas ainda presentes na historiografia. Athos Damasceno (1956) atribui sua fundação ao maestro Joaquim José de Mendanha, no ano de 1855, mas pouco se sabe sobre a documentação desta sociedade para o século XIX. Sobre esse tema, ver ainda: SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil**: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933). Dissertação (Mestrado em História) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

artístico local, através da realização de concertos mensais, participando de espetáculos, festas e solenidades (cívicas e religiosas) da Capital (FERREIRA, 1956, p. 33-34).

A opção de Mendanha em permanecer na região sul pode estar relacionada, em parte, a algumas suposições, como o fato de Porto Alegre não ter uma tradição musical tão forte quanto à encontrada na sua terra natal, Minas Gerais, fato que talvez tenha sido considerado por este personagem como um espaço a ser explorado e desenvolvido por ele. Somado a isto, Mendanha, como já mencionamos, passaria a ser uma figura um tanto popular, nesta região, após a composição da música do hino dos farrapos, situação que o fez transitar por diferentes espaços e ser (re)conhecido pelo seu ofício.

Uma das hipóteses que devem ser consideradas também é o fato de Mendanha ter deixado Minas Gerais, sua terra natal, e ter se dedicado por um bom tempo à carreira militar, realidade que pode ter prejudicado a manutenção das suas redes naquela região, fazendo com que o mesmo não encontrasse com a facilidade desejada os espaços e o acionamento de contatos como gostaria. Embora alguns familiares de Mendanha ainda estivessem em Itabira do Campo, Mendanha não estava mais lá, e seus planos, como veremos ao longo deste capítulo, não permaneciam de certa forma mais vinculados a este lugar.

Passar pelas hipóteses e pensar nos diferentes fatores que poderiam ter influenciado ou não na decisão deste personagem, nos aproximam das possíveis respostas, que certamente não são únicas, resultado da grande teia que envolve o estudo de trajetórias e da subjetividade que lhes é peculiar.²²⁶ Assim, aquilo que conseguimos afirmar através das fontes é que a escolha feita por Mendanha se fortaleceu ao longo dos anos, pelas diferentes tentativas de inserção social feitas, fazendo com que o mesmo permanecesse em Porto Alegre até o ano de sua morte, em 1885. Neste período, de combatente das forças Imperiais, a um solicitado professor de música, o antigo mestre de banda passaria a ser referenciado como o *maestro* Mendanha, regente de uma orquestra que, aos poucos, começava a deixar sua marca no desenvolvimento cultural desta cidade.

Embora toda a trajetória possua sua especificidade, e, por consequência, uma complexidade que lhe é peculiar, no caso de Joaquim José de Mendanha, para além das questões que já abordamos ao longo desta tese, sua história torna-se ainda mais instigante ao buscarmos entender aquilo que poderíamos chamar de estratégias ou saídas individuais usadas

²²⁶ Sabina Loriga enfatiza, em seu trabalho *O pequeno x: da biografia a história*, a complexidade que envolve estudar biografias e trajetórias: “uma biografia é vista como completa quando dá conta simplesmente de cinco ou seis eus, quando um ser humano poder ter milhares deles” (LORIGA, 2011, p. 31).

por este músico para conseguir adaptar-se, de forma constante, e colocar-se em face das novas conjunturas que se apresentavam, ao longo de sua vida.²²⁷

Tendo a música como elo principal, o maestro conseguiu com que sua arte abrisse novas portas e trouxesse a ele certa estabilidade econômica e social. Aquilo que autores como Walter Spalding (1939), em sua obra *A Revolução Farroupilha*, descreveram como sendo um homem simples e aparentemente sem grandes ambições, pode ter sido o maior, se não o melhor, subterfúgio usado pelo então maestro, mesmo que, inconscientemente, para conseguir mover-se em um jogo de hierarquias bastante demarcadas. Foi mantendo os laços que estabeleceu ao longo dos anos, e esforçando-se sempre que possível para a formação de novos, que Mendanha trilhou sua história. Estes que, como veremos no próximo capítulo, poucas vezes foram referenciados pela historiografia, juntamente com sua trajetória, mas que se tornaram elementos fundamentais para as conquistas feitas ao longo de sua vida.

Um exemplo foi a relação de Mendanha com a carreira militar, iniciada no período que antecedeu a Farroupilha. Com sua formação musical construída em grande parte junto ao Exército, os laços estabelecidos neste espaço sempre permaneceram, de certa forma, presentes, permitindo que o mesmo voltasse a se aproximar desta instituição, na segunda metade do século XIX. No Relatório dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, encontramos o nome de Joaquim José de Mendanha no quadro de empregados do arsenal de guerra da referida província, como sendo nomeado professor de música, em 19 de fevereiro de 1863 (ver figura 5):

²²⁷ Cada personagem traz junto a si informações que nos permitem conectar com suas realidades, seus contextos e a forma como interferiram e sofreram interferência dos mesmos. Quando mencionamos estratégias ou saídas individuais, torna-se importante enfatizar que nem sempre é possível calcular as ações praticadas. Sendo assim, embora em alguns casos existissem estratégias, em outros apenas podemos encontrar personagens que buscavam aquilo que chamamos de saídas, nem sempre programadas, mas acionadas de acordo com as suas necessidades (GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas – A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 235).

Figura 5: Demonstração dos empregados do arsenal da guerra da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (1867)

N. 1. ---- Demonstração dos empregados do arsenal de guerra da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

EMPREGOS.	NOMES.	DATAS EM QUE FORÃO NOMEADOS.	OBSERVAÇÕES.
Almoxarife	Vasco Fernandes Lima	12 de Setembro de 1859.	Acha-se suspenso desde 2 de Janeiro do corrente anno, em virtude do aviso do ministerio da guerra de 10 de Dezembro de 1866.
Escrivão	Joaquim Lopes Duro	Amanuense 1.º de Dezembro de 1836, escriptuario 22 de Abril de 1840 e escrivão 28 de Setembro de 1866.	
Escripturario	Pedro Cesario de Abreu	Amanuense 16 de Março de 1859 e escriptuario 3 de Junho de 1867.	
Amanuense Fiel do almoxarife	Miguel de Castro de Werna e Bilstein Antonio Alvaro de Araujo	5 de Julho de 1867. 26 de Setembro de 1836.	Desde 2 de Janeiro do corrente anno está exercendo as funções do almoxarifado, por se achar este suspenso.
Escrivão das officinas	Antonio Caetano de Oliveira Souto	11 de Abril de 1861.	
Apontador	Francisco Pinheiro Guimarães Dourado	10 de Dezembro de 1866.	
Agente de compras	Wenceslau Rodrigues da Costa	12 de Outubro de 1865.	
Porteiro	Fabiano Pinto do Nascimento	13 de Março de 1866.	Acha-se em comissão no exercito brasileiro contra o Paraguay. Está exercendo interinamente o lugar de porteiro.
Ajudante do dito	Tristão Lopes Duro	18 de Fevereiro de 1855.	
Ajudante do dito interino	Francisco José da Silva Cruz	de Janeiro de 1867.	
Guarda do almoxarifado	Manoel Corrêa da Silva	31 de Janeiro de 1848.	
Idem	Manoel da Costa Silveira	4 de Agosto de 1862.	
Idem	Manoel Corrêa d'Oliveira Figueiredo	5 de Dezembro de 1863.	
Idem	Leonel José da Costa Galral	18 de Novembro de 1857.	
Idem	Vasco Joaquim Corrêa Vasques	1 de Setembro de 1863.	
Idem	Militão Maria Tourelles	Ajudante do porteiro a 11 de Janeiro de 1848 e guarda a 8 de Janeiro de 1853.	
Idem	Antonio José Guerra	16 de Dezembro de 1859.	
Idem	Joaquim Rodrigo Lopes Duro	5 de Dezembro de 1863.	
Idem	Carlos Coelho de Sousa	9 de Novembro de 1867.	
Idem	Manoel Marcelino Fries	9 de Junho de 1866.	
Pedagogo	João Antonio Dias de Andrade	Guarda a 19 de Junho de 1866 e ajudante do pedagogo a 14 de Julho de 1866.	
Guarda	Antonio Vaz Ferreira de Azambuja	14 de Agosto de 1866.	
Professor de dezenho	João Propicio Rodrigues da Silva	19 de Fevereiro de 1863.	
Dito de muzica	Joaquim José de Mendanha	19 de Fevereiro de 1863.	
Dito de 1.ª letras	Antonio Lopes Duro Sobrinho.	19 de Outubro de 1861.	

Arsenal de guerra em Porto Alegre 31 de Dezembro de 1867.

O escriptuario,
Pedro Cesario de Abreu.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Relatório Presidentes da Província, Edição 1, 1867.

O emprego como professor nesta instituição corrobora o argumento, antes levantado neste trabalho, de que Mendanha soube articular diferentes espaços, jamais isolando-se em determinado grupo, mas buscando um trânsito entre eles. Embora não atuando mais como militar, o vínculo de Mendanha com o arsenal da guerra, na condição de professor de música, é reflexo não apenas do reconhecimento da sua capacidade para instruir novos alunos, como das relações sociais que o tornavam um nome a ser lembrado para ocupar este emprego.²²⁸ Colocando-se profissionalmente e socialmente no Sul do Brasil, Mendanha acionaria o campo de possibilidades que se apresentava, e, através de sua música, objetivou conquistar para além de uma inserção em determinados grupos de Porto Alegre, o reconhecimento pela execução da sua arte, moeda tão cara a todo artista.

Vale lembrar que o maestro se mostrava ciente, pelo menos em parte, da dinâmica social que o rodeava, um fator que ajudou para que o mesmo conseguisse adentrar a novos grupos. Mas Joaquim José de Mendanha não era uma raridade ou um ser atípico do seu

²²⁸ De acordo com Felipe Bohrer: “pode-se especular que muitos dos discípulos negros do maestro Mendanha, além das Irmandades Religiosas (principalmente a do Rosário), conforme demonstrou-se anteriormente, possam ter estabelecido contato com esse maestro através do próprio Arsenal da Guerra. Afinal, esta instituição militar era composta no século XIX basicamente por segmentos pobres da sociedade e sabe-se que nas primeiras décadas do século XX esta instituição e seu regente estabeleciam relações de proximidade com associações civis da comunidade afrodescendente” (BOHRER, 2014, p. 202).

tempo. Outros tantos Mendanhas também estavam conscientes da sociedade que lhes impunha rótulos, e, por consequência, os limitava. Muitos dos homens e das mulheres tidos como *negros, pardos ou mulatos* no período tinham compreensão do jogo hierárquico existente, tentavam resistir a ela, e sobreviver dentro daquilo que lhes era permitido, porém, nem todos conseguiam.

Com o fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, o número crescente de *homens de cor* livres, evidenciando uma sociedade cada vez mais plural, passa a se tornar uma característica marcante, ao longo do século XIX. A busca por novos e melhores lugares sociais por parte desses indivíduos era cada vez mais presente, fato que configurava uma luta cotidiana contra os entraves à ascensão e manutenção social sentidos pelos *homens de cor*.²²⁹ Mesmo com este novo panorama, agentes como Mendanha ainda se viam atrelados a um contexto em que aquilo que poderia ser atribuído como sua “cor”, era um limitador social. Mesmo quando esta era silenciada por uma maioria, e não explicitada no discurso, passava a se tornar “visível” de outras infinitas, ínfimas e persistentes formas.

Na documentação coletada para a segunda metade do século XIX, encontramos poucas fontes que registrassem a ancestralidade “parda” do maestro.²³⁰ Tal fator pode ser justificado, de acordo com Hebe Mattos, por um “desaparecimento da cor branca como critério de diferenciação social” (MATTOS, 1998, p. 96). Para a autora, em seu livro *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*:

O crescente processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, à perda da cor de ambos. Não se trata necessariamente de branqueamento. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue sinônimo de escravo, mas também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava (MATTOS, 1998, p. 99).

Embora silenciada, a questão racial se fazia presente naqueles espaços aos quais o acesso a *homens de cor* era dificultado, e, conseqüentemente, na constante necessidade de indivíduos tidos como *negros, mulatos ou pardos* de se afirmar perante essa sociedade,

²²⁹ Sobre o crescido e pouco pesquisado contingente de homens negros livres, no oitocentos, e a persistência da escravidão, ver: CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²³⁰ A referência àquilo que é atribuído como sua *cor*, consta em seu registro de óbito, em 3-9-1885: Joaquim José de Mendanha, Brasileiro, de Minas Gerais, cor Parda, viúvo, 89 anos, de Paralisia bronquica, folha 16 – Sepultado no Cemitério da Santa Casa. Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus – Sacramentos da penitência e extrema unção padre Agnelo Gomes de Souza, Livro de óbitos de livres das Dores nº 6 – Livre. Profissão músico. Morava no 3º distrito. Faleceu em seu domicílio.

através de outros atributos ou recursos sociais. Mendanha, por exemplo, conseguiria, no período pós-Farroupilha, um lugar confortável em comparação a outros tantos indivíduos que, como ele, poderiam ser vistos como *pardos* para esse período, o que não diminuía em quase nada seus esforços sociais, pelo contrário. Mais do que conquistar, a manutenção da posição social exigiria frequentes ações, e Mendanha, de alguma forma, saberia disto.

O conceito de manutenção social que trazemos nesta tese, ainda que se faça presente durante toda a trajetória deste personagem, é, ao longo da segunda metade do XIX, que ele se torna mais operacional. Mendanha estava ciente das novas articulações que precisaria fazer para continuar (e porque não, aumentar) o prestígio até então adquirido, e ele o fez de forma bastante eficiente. Não esqueçamos que ele já trazia de berço, de suas raízes familiares, uma experiência social de *não-branco*, advindo de uma província (a mineira) que, como vimos, convivia como uma história *negra*, *mulata* e *parda*. Assim, para além das atividades desempenhadas como professor de música, o referido maestro encontrou nas novas movimentações culturais que ocorreriam em Porto Alegre ambientes de reafirmação da sua posição.

Manter-se socialmente era tão desafiador quanto ascender, e é muito provável que a maioria dos indivíduos e das famílias *negras* se equilibraram com muitos sacrifícios nestas experiências plurais, ligadas à manutenção material e afetiva. Não estamos negando a ascensão social de *negros*, mesmo naquela sociedade altamente racializada, mas, sim, destacando a excepcionalidade da *normalidade* do esforço daquelas comunidades *negras* em resistirem aos “obstáculos” sociais vigentes. Assim, para além dos lugares conquistados por Mendanha, enfocamos paralelamente os lugares mantidos por ele, que são os grandes indicadores da força social do maestro, nessa sociedade do século XIX, e que nos ajuda a compreender as experiências de seus contemporâneos *pardos*, *mulatos* e *negros*.

Desta forma, um dos elementos que tornam essa trajetória ainda mais interessante é analisar como esse personagem conduziu as suas atuações, não se isolando em determinados espaços, mas buscando sempre, na medida do possível, novas articulações. Em contato com diferentes públicos, o professor de música conseguiria agregar um número maior de laços que poderia acionar, eventualmente, em prol de seus interesses. Embora, certamente, algumas de suas atitudes tenham sido previamente pensadas, muitas outras ações sociais apenas aconteceram sem grandes planejamentos que as antecedessem. O indivíduo por mais consciência que tenha do seu contexto e das regras que o envolvem, é também fruto do seu tempo e dos trânsitos nele possíveis. Mendanha não destoaria disso, e traria, assim como

outros personagens, através de sua história, um pouco da compreensão dos caminhos e dos artifícios usados por músicos e por homens *de cor* para uma melhor colocação social.

O padre José Maurício Nunes Garcia, como já foi mencionado neste trabalho, foi um desses indivíduos, e um dos nomes mais conhecidos no campo musical, pela historiografia que trabalhou com o século XVIII e início do XIX. Referência enquanto músico e homem *mulato*, este padre encontrou na música uma posição reconhecida, inclusive pela nobreza, ao longo do período colonial. De acordo com o Visconde de Taunay, que buscou traçar uma biografia deste personagem,

quando a família real de Bragança aportou em começos do ano de 1808 à capital da grande colônia portuguesa tinha o compositor brasileiro padre José Maurício Nunes Garcia de idade 41 anos e muito embora paupérrimo e em extremo modesto, além homem de cor, gozava já no Rio de Janeiro de extensa e lisonjeira nomeada como músico de larga esfera e exímio improvisador no órgão, piano, cravo e viola de cordas metálicas (TAUNAY, 1930, p. 15).

Segundo Cleofe Person de Mattos, outra pesquisadora que se dedicou a investigar a história do padre José Maurício Nunes Garcia, ao descrever alguns episódios da chegada da família Real, faz algumas considerações importantes, apontando que

ao completar um mês do desembarque no Rio de Janeiro, D. João mandou realizar outra “festa de ação de graças pela sua feliz chegada”, na capela do convento do Carmo. Ofereciam-se ao príncipe regente, desse modo, diversificadas oportunidades de avaliar a qualificação musical do conjunto da Sé e o nível de criação específica, no gênero, de seu mestre-de-capela, o padre José Maurício (MATTOS, 1996, p. 65).

Interessante enfatizar que para além de ser visto como um dos destacados compositores de seu período, o padre José Maurício teve sua formação com um homem tido como *pardo*: Salvador José de Almeida de Faria.²³¹ Segundo descreve Mattos,

seria bem criança quando começou a estudar música, “ouvindo lições” de Salvador José, “o pardo”. O nome do professor é o do músico mineiro Salvador José de Almeida e Faria [...]. Desconhecida embora a sua formação musical e não confirmado fosse compositor ele próprio, não se pode deixar de levar em conta o ser natural de cidade vizinha de Velha Rica, a velha capital da província onde a criação musical alcançara nível bastante alto (MATTOS, 1996, p. 31).

Reiterando aquilo que abordamos sobre a relação entre músicos no período colonial e a participação de homens classificados como *pardos* ou *mulatos*, José Maurício Nunes Garcia

²³¹ Destaque ainda para: FAGERLANDE, Marcelo. **O método de Piano-forte do padre José Maurício Nunes Garcia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; GAMA, Mauro. **José Maurício, o padre compositor**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983; MATTOS, Cleofe Person de. **Catálogo temático das obras do padre José Maurício Nunes Garcia**. Brasília: MEC, 1970.

congregava na sua formação, e tinha como seu principal referencial, um músico mineiro *pardo*. Além disso, Salvador José de Almeida Faria, juntamente com o padre José Maurício, fundaram a Irmandade de Santa Cecília no Rio de Janeiro, principal referencial para os músicos do seu período, e que foi implementada também na cidade de Porto Alegre, como mostraremos mais adiante, neste capítulo.

Aquilo que é necessário, frisarmos, é que mesmo sendo poucos, havia exemplos de indivíduos *pardos*, *mulatos* ou *negros* que se colocaram em postos variados nas sociedades do século XVIII e XIX, onde a música se apresentou como um importante meio de circulação entre os diferentes grupos sociais da época. Podendo ser considerada por alguns, e até mesmo por parte da historiografia, como uma atividade inicialmente descartada por homens e mulheres *brancos*, foi usando desses espaços que os músicos, a maioria “*homens de cor*” do período, transformaram aquilo que era então visto como uma função pouco ilustre em oportunidades de crescimento, de aprimoramento e de erudição.²³²

O professor Mendanha, desta forma, tornou-se, em parte, fruto daquilo que a música lhe possibilitou. Mendanha, assim como outros músicos, passaria também a circular por espaços tidos como distintos. Uma prova disto é sua atuação junto ao Theatro São Pedro, onde participou ainda na sua inauguração. Em publicação coletada junto ao jornal *Actualidade*, Mendanha aparece com sua orquestra nas crônicas teatrais da época.

Chronica theatral.

Com o drama – O supplicio de uma mulher – e a comedia – os desejos de minha mulher – estreou domingo passado a Companhia Dramatica Rio-Grandense.

O Theatro S. Pedro, como a virgem engolfada no sonho feliz de um primeiro amor, acordou-se as vibrações mágicas da frauta de Reichert. Essas notas divinas que encantarão por alguns momentos seu recinto, tinham já espirado os últimos ecos e a estúpida medorra se apoderava d’elle, quando alguns artistas, jovens, inteligentes e esperançosos acordarão-no outra vez, e foi ainda a orchestra do maestro Mendanha quem rompeu primeiro o silencio.²³³

²³² De acordo com Maria Elizabeth Lucas, em *Classe dominante e cultural musical no RS: do amadorismo à profissionalização*, “na rígida sociedade escravocrata, o fato de escravos e descendentes destes se dedicarem ao ofício de músico era suficiente para trazer o desprestígio social a profissão. Com efeito, o branco luso-brasileiro que porventura fosse músico profissional era oriundo das camadas sociais inferiores dos centros urbanos (militares subalternos, artesãos, burocracia dos escalões inferiores, empregados do comércio) e, por certo, preferia tocar ao lado de um mestiço a ter que se ocupar com alguma forma de trabalho braçal (que era próprio do homem escravo), pois como músico havia a possibilidade de lhe ser conferido algum reconhecimento social conforme a habilidade que demonstrasse em tocar o seu instrumento. Ressalta-se bem o fato de que a profissão era desprestigiada, a música em si não o era, o que explica haver certas chances de ascensão social para um profissional tido como musicalmente bem dotado” (LUCAS, 1980, p. 155).

²³³ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Actualidade*, Porto Alegre, 18 de agosto de 1867.

Considerados projetos de modernidade e civilização, os teatros, ao longo do século XIX, estavam vinculados a um objetivo civilizatório do Império. O próprio espaço físico do teatro reproduzia uma hierarquia entre os diferentes lugares ocupados, “afinal, ser visto no teatro era tão importante como assistir o que estava em cena” (AUGUSTO, 2014, p. 29). Desta forma, de acordo com Antonio J. Augusto,

ao mesmo tempo em que vivenciava seus ideais de civilidade, a sociedade que frequentava o teatro ritualizava as desigualdades, ocupando este espaço de forma a tornar evidentes as diferenças, bem ao costume de uma sociedade senhorial escravista que procurava se esconder sob as capas frívolas das normas sociais (AUGUSTO, 2014, p. 31).

Com o Theatro São Pedro não havia porque ser diferente. Inaugurado festivamente em 27 de junho de 1858, este foi um dos principais espaços de articulações sociais, bem como um dos locais (assim como a Igreja) de atuação dos músicos deste período.²³⁴ Para Athos Ferreira,

o edifício – o mais esplêndido de Porto Alegre e sem dúvida vistoso demais para a Capital de uma simples Província, como pouco depois diria dele Roberto Avè-Lallemant – constituir-se-ia, correspondendo, aliás, ao que todos queriam, em legítimo galardão para a cidade, salientando-se no complexo urbano da época, não só por seu porte como pelo luxo e bom gosto de sua decoração interna, confiada à competência do conceituado mestre Bernardo Grasseli, autor também de seu bem trabalhado pano de boca e de seus primeiros cenários (FERREIRA, 1975, p. 24).

Desta forma, o Theatro São Pedro marcaria o crescente desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, com um novo cenário para diversões, bem como mais um local de oportunidades para artistas do período, que buscavam expor sua arte. Porto Alegre, assim, veria, na segunda metade do século XIX, um despertar cultural, em parte, antes freado pela Guerra de 35, mas que, com o passar dos anos e a articulação de diferentes agentes, proporcionaria um crescimento nesse setor, que passaria a ser cada vez mais visível e notado, também para além de suas fronteiras.

Outro espaço que ganhou notoriedade neste período, no qual Mendanha também esteve presente, foi o Partenon Literário, principal associação cultural (literária) do Rio

²³⁴ Segundo Maria Elizabeth Lucas, os músicos passaram a ter alguns espaços definidos de atuação na sociedade, “saindo do âmbito da igreja e do teatro – os polos principais em termos de mercado de trabalho para os que se dedicavam à música profissionalmente – havia ainda os saraus realizados por sociedades literárias particulares da capital e interior, integrados por petas, médicos, jornalistas, educadores e políticos, que, em suas reuniões, abriam espaços para uma parte musical a cargo de musicistas amadores e, em menor número, de profissionais” (LUCAS, 1980, p. 153).

Grande do Sul, fundada em 1868, e que contou com a participação de diferentes nomes importantes da sociedade do período.²³⁵ Conforme consta na publicação do seu livro de atas,

a 18 de junho de 1868, no edifício do antigo teatro a rua de Bragança, onde até poucos annos existia a capella São José, com as suas janellas e portas ogivae, de estylo gothico, fundava-se nesta capital uma associação de intellectuaes, que se dominou Parthenon Litterario, evocando o sanctuario de Pallas, dominando Athenas do alto da Acropole, synthese radiante da suprema perfeição da arte grega na realização da eterna belleza. Era o Parthenon Litterario o centro de reunião de uma plêiade brilhante de letrados da época.²³⁶

Cássia Silveira em um dos mais recentes trabalhos relacionados a esta associação, demonstra como este foi um espaço não só de produção literária, mas de composição de redes de relações. Defendendo ideais como “o republicanismo, o abolicionismo e a emancipação feminina, além da construção de uma literatura nacional/local” (SILVEIRA, 2008, p. 17), o Partenon promovia uma constante sociabilidade entre letrados porto-alegrenses.

Como aponta Silveira, nem todos os fundadores do Partenon nasceram em berço de ouro. Um exemplo é Aurélio Viríssimo de Bittencourt, que “nascera no ano de 1849, na cidade de Jaguarão, filho bastardo do Capitão de Fragatas Hipólito Simas de Bittencourt com Maria Júlia da Silva (provavelmente uma escrava ou liberta, já que Aurélio era negro)” (SILVEIRA, 2008, p. 37).²³⁷

Entretanto, embora a cultura erudita cimentasse as relações entre eles e também aquelas estabelecidas com membros das elites econômicas e políticas rio-grandenses, ela não conformava grupos homogêneos. Apesar da relativa proximidade entre pessoas tão diferentes por ela proporcionada, a posição social ocupada por cada um, quer mais marcada pela dependência ou pela autonomia, bem como a qualidade dos vínculos mantidos com as elites, definia as hierarquias internas ao grupo (SILVEIRA, 2008, p. 52).

O Partenon envolvia diferentes agentes dessa sociedade do XIX, dentre eles, o grupo em que podemos localizar Mendanha, que não ocupava o topo do sistema, mas que se distanciava dos indivíduos que integravam as classes inferiores. Para Cássia Silveira, essa formação do Partenon, poderia ser explicada da seguinte forma:

²³⁵ Ver também: HESSEL, F. Lothar e outros. **Partenon Literário e sua obra**. Porto Alegre: Flama/Instituto Estadual do Livro, 1976.

²³⁶ Atas da Sociedade Partenon Literario (1872). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924, p. 197.

²³⁷ Segundo Paulo Roberto Staudt Moreira, em *O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano*, Aurélio teria participado desde a fundação do Partenon. De acordo com o autor, “em 18 de junho de 1868, num dia frio do inverno porto alegre, cerca de 20 pessoas, entre elas Aurélio Viríssimo de Bittencourt, dirigiram-se à Rua Nova (atual Andrade Neves), para a sessão de instalação da Sociedade Parthenon Literário” (MOREIRA, 2014, p. 119).

Tratava-se sim de indivíduos posicionados nalgum lugar intermediário entre as mais ricas e poderosas elites políticas econômicas e os mais pobres homens livres, que podiam entrever os voos mais altos e também os mais baixos, mas que nem sempre podiam realizá-los. Nesse lugar intermediário cabiam desde os negros, filho bastardo do capitão de fragatas, Aurélio de Bittencourt, até o quase bacharel, filho de um ex-deputado provincial, Appolinario Porto Alegre. Alguns preocupados em subir, outros preocupados em não descer, todos entreviam na literatura uma saída “elegante” para as encruzilhadas da vida. Todos se equilibravam, naquela fileira misteriosa e desconhecida genericamente chamada de camadas médias (SILVEIRA, 2008, p. 76-77).

O ingresso do maestro nesta associação pode ser localizado através do livro de atas do Partenon. Tendo o seu nome proposto pelo Sr. Totta, em sessão do dia 28 de outubro de 1872, Mendanha passaria a ser um dos indivíduos cogitados para ocuparem um lugar nesta agremiação.

Numero trinta e sete. – Acta da sessão ordinária, que teve lugar em vinte e oito de outubro de mil oitocentos setenta e dois.

Presidencia do Snr. Luiz Kraemer. [...].

Aos vinte e oito dias do mez de outubro do anno de mil oitocentos setenta e dois, achando-se reunidos na sala das sessões do Parthenon Litterario, os snrs. Luiz Kraemer, Totta, Flores, Vasco de Azevedo, Guedes Filho, Damasceno Vieira, Ricardo Heinzelmann, Pedro Ferreira, José de Sá Britto, Crescentino, Theodoro de Miranda, Horta, Bandeira Filho, Servulo, Estolano, Gustavo Filho, Horta Filho, Hilario, Zeferino, Christiano, Achylles, Appolinario Teixeira, Appolinario Porto Alegre, Santos Ferreira, Norberto, Gaspar Guimarães, F. de Sá Britto, Lavra Pinto, Carvalho, Soeiro e Barreto, o Snr. Presidente abriu a sessão as oito horas da noite. Foi lida e aprovada a acta da ultima sessão ordinária. Falarão sobre a sessão do conselho econômico ultimo, os Snrs. Totta, Achylles e Lucio. Forão considerados sócios effectivos os Snrs. Joaquim Felizardo, João Leiendecker, Agostinho Moreira da Silva Filho e Antonio Gomes Marques, e cocio correspondente o Snr. Jezuíno Felix de Mattos, residente no Rio de Janeiro, tendo se procedido por meio do escrutínio secreto.

Apresentarão-se as seguintes propostas para sócios effectivos: os snrs. Horacio Maisonette, e Eduardo de Magalhães pelo Snr. Achylles Porto Alegre, o Snr. Joaquim José de Mendanha e Lino José Ricardo, pelo Snr. Totta; o Snr. Juliano dos Santos Lobato pelo Snr. Zeferino, o Snr. Antonio Pinto Gomes pelo Snr. Crescentino de Carvalho. Passando-se a primeira parte da ordem do dia os Snrs. Soeiro e Mucio recitarão poesias de sua composição. O Snr. Jorge Raineri cumprimenta ao novo associado Snr. Ricardo Heinzelmann. Segunda parte da ordem do dia. Continuou em segunda discussão a these “A alma é immortal?” Orarão a favor da these os Snrs. Vasco de Araujo, J. de Sá Brito, Achylles e Hilário, e em sentido opposto os Snrs. Flores e Appolinario Porto Alegre. E como a hora estivesse adeantada o Snr Presidente adiou a discussão para a primeira sessão ordinária, ficando com a palavra os Snrs. F. de Sá Brito e Vasco de Araujo e sendo levantada a sessão as onze horas. E para constar lavrei a presente acta. (Assignado) João da Cunha Lobo Barreto Filho. Está rubricada pelo Snr. Presidente e é registrada neste livro por mim segundo secretario em dezoito de janeiro de mil oitocentos e trez. Christiano Kraemer.²³⁸

²³⁸ Atas da Sociedade Partenon Literario (1872). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924, p. 242-243.

Essa proposta, como consta abaixo, foi apreciada e aprovada na sessão de 4 de novembro de 1872, oficializando assim Mendanha como mais um dos membros do Partenon.

Numero trinta e oito – Acta da sessão ordinária que teve lugar em quatro de novembro de mil oitocentos setenta e dois.

Presidencia do Snr. Luiz Kraemer.

Aos quatro dias do mez de novembro do anno de mil oitocentos e setenta e dois, presentes na sala das sessões do Parthenon Litterario os Snrs. Luiz Kraemer, Totta, José de Sá Brito, Mucio, Lucio, Carvalho, Christiano, Flores, Zeferino Vasques, Appollinario Porto Alegre, Crescentino, Hilario, Damasceno, Carlos Lobo, Appollinario Teixeira, Enéas, Servulo, F. de Sá Brito, Vasco de Azevedo, Estulano, Pereira da Costa, Horta Filho, Duarte, Gustavo, Menezes, Raineri e Barreto, o Snr. Presidente abriu a sessão as oito horas da noite. Depois de lida foi approvada a acta da ultima sessão ordinária. Os Snrs Alexandre Bernardino de Moura, e Prócoro A. de Abreu, participarão officialmente terem acceitado o lugar os Snrs. Ignacio Teixeira de Paiva, Freire de Andrade, pelo Snr Mucio Teixeira; Francisco da Silva pelo Snr. Appollinario Teixeira. Indo se proceder à votação por meio de escrutínio secreto, os Snrs. Horario Maisonette, Eduardo Magalhães, Joaquim José de Mendanha, Lino José Ricardo, Juliano dos Santos Lobato, Antonio Pinto Gomes e Sebastião Nunes Pintos, o Snr. Appollinario pediu para que se fizesse englobadamente, oppondo-se a isso o Snr Christiano Kraemer, mas a casa decidiu em favor do primeiro, e forão todos approvados. Em seguida o Snr. Carlos Lavra cumprimenta os novos associados Snrs. Carlos Lobo, pereira da Costa e Menezes. Na primeira parte da ordem do dia o Snr. Mucio recitou uma sua poesia, passando-se a segunda parte. Continuou em segunda discussão a these: “A alma immortal?” oração contra os Snrs. F. de Sá Brito e Appollinario Porto Alegre e pró o Snr. Acylles. E estando a hora adeantada o Snr. Presidente levantou a sessão as dez e meia horas, ficando adiada a discussão da mesma these, com a palavra o Snr Flores. E para constar lavrei a presente acta (assignado) João da Cunha Lobo Barreto Filho. Está rubricada pelo Snr. Presidente e é registrada neste livro por mim, segundo secretario, em dezoito de janeiro de mil oitocentos setenta e trez. Chistiano Kraemer.²³⁹

O livro de atas do Partenon, dessa forma, possibilita localizar algumas discussões ocorridas no interior desta associação, bem como diferentes resoluções que eram votadas pelos seus membros, mostrando como esse espaço não estava imune às clivagens políticas e sócio-raciais do período. Embora tenhamos conseguido localizar apenas as atas dos anos de 1872 a 1874, elas nos trazem alguns indícios sobre o funcionamento do Partenon e sobre a relação deste com o maestro Mendanha.

Atuando nas principais festividades dessa associação, Mendanha começou a conquistar o apreço de alguns dos seus membros. Conforme consta em publicação, Mendanha tinha a gratidão pública, por parte do Partenon.

Começaremos fallando de uma festa nossa, do concerto musical, que realizou-se na noite de 23 d’este mez, em beneficio da bibliotheca do Parthenon. Animada e esplêndida festa foi essa; o salão da Soirée Porto Alegrense regorgitava de senhoras e cavalheiros distinctos que, comprehendendo o pensamento do Parthenon, o

²³⁹ Atas da Sociedade Partenon Literario (1872). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924, p. 244.

auxiliarão espontânea e nobremente. [...]. Há ainda alguém a quem o Parthenon deve sinceras sympathias pela espontaneidade e cavalheirismo com que obsequiou-o: fallamos do nosso consocio o venerado maestro Mendanha.²⁴⁰

Para alguns dos indivíduos que pertenciam à agremiação, essa gratidão deveria ser externada de forma mais consistente. Consta no livro de atas uma proposta feita por Sá Britto para que Mendanha, assim como outros indivíduos ligados à música e que atuavam em eventos organizados pelo Parthenon, recebessem o título de sócio-benemérito. De acordo com aquilo que foi registrado na 6ª sessão ordinária do ano social de 1873 a 1874:

O Snr. José de Sá e Brito apresenta a seguinte proposta “Proponho que se conceda os diplomas de sócios e sócias beneméritos ao Exm. Sras. Emilia Ribeiro Totta, D. Maria Luiza de Gomes, D. Emilia Dreher e aos Snrs. Jorge Pfeifer, Joaquim José de Mendanha, H. Talkmam, José Gertum, José Abott, que tão generosamente se prestarão a dar execução ao concerto em beneficio da Bibliotheca desta sociedade”. Pede a palavra o Snr. Achylles e entrando em considerações sobre a referida proposta entende que estas nomeações vão fazer aglomeração de sócios beneméritos, e que se deve por outro meio demonstrar a gratidão, de que se acha possuída a sociedade, para com essas pessoas. Pede a palavra o Snr. Sá Brito, e procura demonstrar que os diplomas de sócios beneméritos, são os únicos títulos de que pode lançar mão a sociedade tanto na forma do regulamento, como também por ser a expressão que melhor exprime o sentimento da gratidão, e por essa razão refuta as expressões de protector e bemfeitor apresentadas pelo Snr. Achylles, dizendo que essas expressões não significam o beneficio de momento, e sim a protecção estacionária ou demorada. Pede a palavra o Snr. Apollinario, e sendo da opinião do Snr. Achylles, apresenta o seguinte substitutivo...Proponho que se crie uma nova cathegoria de sócios, para galardear serviço de ordem dos que foram prestados no concerto, o qual sendo posto a votos, foi approvedo pela maioria, ficando nulla a proposta do Snr. Sá Britto.²⁴¹

Como indica a referida ata, a proposta acabou não sendo aceita. Ainda que os demais membros reconhecessem a importância de Mendanha e sua contribuição para os eventos do Parthenon, o ser considerado um sócio-benemérito era exclusividade de um pequeno grupo, do qual Mendanha não faria parte. As tentativas de considerá-lo como um “protetor” ou “benfeitor” demonstram que não havia uma indiferença total a este indivíduo, mas que também não existia uma aceitação unânime sobre uma possível ascensão dentro desta associação. Tal impasse passaria a ser resolvido, como consta no documento, através da criação de uma nova categoria de sócio, proposta por Apolinário Porto Alegre, e aceita pelos demais membros da sessão. Desta forma, Mendanha deixaria de ser mais que um sócio comum, mas ainda não integraria o grupo dos seletos intitulados sócios beneméritos.

²⁴⁰ **Revista mensal da sociedade Parthenon Litterario**, 2º anno – abril de 1873 – nº 1.

²⁴¹ Atas da Sociedade Parthenon Literário (1873). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924 (24 de março de 1873).

Para além desta classificação (revestida em diferentes nomenclaturas) e das hierarquias presentes dentro do Partenon, podemos evidenciar o peso que a música tinha nesta associação, porque foi através dela e dos serviços prestados em um concerto que Mendanha, assim como outros indivíduos, foram cogitados, por Sá Brito, de serem merecedores de uma recompensa maior, que expressasse o real sentimento de gratidão por parte desta agremiação. Era a música, mais uma vez, dando destaque ao maestro.

Mas, entre as aulas como professor de música, as participações no Theatro, os saraus do Partenon, foram as Irmandades que colocaram Mendanha em mais páginas de jornais, na segunda metade do século XIX, e o mantiveram presente também no século XX.²⁴² Através das festividades e cerimônias religiosas, alguns músicos do período conseguiram encontrar o seu sustento, e indivíduos como Mendanha articularam redes e estreitaram laços que permitiram um maior reconhecimento para a época.

Sobre essas irmandades, seus espaços e suas características, oferecemos as reflexões seguintes.

5.2 IRMANDADES COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E PROTEÇÃO

Mendanha tinha como principal habilidade a música. Foi ela que o acompanhou nos mais diferentes lugares do Brasil pelos quais passou e era a ela a quem poderia recorrer para ajudá-lo a se estabelecer naquela que seria a sua nova cidade: Porto Alegre.²⁴³ Seu ofício, como já mencionamos, tornar-se-ia ensinamento para outros tantos indivíduos que almejavam aprender sobre sua arte, mas as aulas que o maestro Mendanha viria a ministrar não lhe renderiam tanto dinheiro²⁴⁴, uma vez que o título de professor, embora fosse visto com bons olhos por esta sociedade, não dava o retorno financeiro e social desejado. Foi a sua atuação

²⁴² Como veremos nesta tese, Mendanha passa a ter seu nome, juntamente com a sua orquestra, citado diversas vezes por jornais do período. Destaque para os periódicos porto-alegrenses: *A Estrela do Sul*, periódico eclesiástico publicado entre 1862 e 1869, e *A Federação*, periódico do partido republicano, com circulação diária de 1884 a 1937, tendo como alguns dos seus editores Julio de Castilhos e Assis Brasil. Ver: SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

²⁴³ Uma obra interessante para se pensar a questão relacional entre *talento* e regras de comportamento, e como habilidades sociais são exigidas, principalmente em sociedades cujas hierarquias sociais são permeadas pela dependência e o clientelismo, é o trabalho deixado inacabado pelo sociólogo Norbert Elias sobre o *maestro* Mozart: ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

²⁴⁴ De acordo com um ofício para a diretoria geral da fazenda da província, publicado no jornal *O Constitucional*, de 1873, podemos ter alguns indícios a respeito dos pagamentos realizados a Mendanha neste emprego, onde consta que “a mesma, para pagar a Joaquim José de Mendanha, mestre da musica dos educandos menores da classe provincial do arsenal da guerra, a gratificação annual de 400\$00, que lhe foi concedida pelo SSº art. 2º da lei n. 807, de 30 de outubro ultimo”. *O Constitucional*, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1873.

junto às irmandades que se apresentaram como a maior fonte de subsistência e um dos espaços em que Mendanha mais construiu laços, colocando-o em contato com diferentes grupos sociais da época.

Florescendo na Europa ocidental, entre os séculos XII e XIII, representando, de acordo com Russel Wood, “o nascimento de uma consciência social na Europa” (RUSSEL WOOD, 2005, p. 191), essas associações religiosas ganharam força também do outro lado do Atlântico. Em Porto Alegre, elas se destacaram paralelamente a um processo de urbanização, que ocorreu na segunda metade do século XIX.²⁴⁵ Segundo o pesquisador Mauro Dillmann Tavares, em seu *trabalho Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil*,

organizadas para associar, as irmandades floresceram em Porto Alegre juntamente com o crescimento da cidade. No século XIX, Porto Alegre teve um crescimento vertiginoso; se em 1808 a população somava pouco mais de 6 mil, em 1872, o censo apontou 44 mil pessoas, dentre os quais, muitos escravos. A urbanização expressou-se na construção de ruas, praças, calçamentos, prédios, chafarizes; na fundação de jornais, escolas, meios eficientes de iluminação pública, transporte coletivo e fornecimento de água tratada. É neste contexto que proliferaram as irmandades religiosas; tardiamente, se comparadas a outras regiões brasileiras, como o sudeste e o nordeste, que há mais tempo dispunham de um ambiente urbano propício ao agrupamento em confrarias (TAVARES, 2008, p. 122).

Em um contexto em que a igreja se esforçava para ampliar sua atuação e angariar mais fiéis, as irmandades se estabeleceram, congregando homens, mulheres e crianças de diferentes estratos sociais. “Eram integradas por pessoas comuns, simples leigos, interessados em cultuar santos, viver a religião católica, buscar proteção diante das adversidades da vida – ou da morte –, encontrar pessoas, estabelecer relações, praticar a caridade e o auxílio mútuo” (TAVARES, 2008, p. 25).

Em Porto Alegre, Mendanha participaria das principais irmandades dessa cidade, como músico e também como irmão. Importante lembrar que era comum neste período o trânsito de indivíduos nesses espaços, integrando mais de uma irmandade. Para Tavares,

a proximidade geográfica entre as irmandades de Porto Alegre proporcionava uma interação constante, cotidiana. Frequentemente eram as idas dos irmãos às reuniões de mesa, às missas, aos funerais, às procissões solenes de outras irmandades. Como existiam quatro igrejas próximas entre si (Madre de Deus, Dolores, Rosário e Conceição) com suas respectivas irmandades – e cada uma congregava outras confrarias ou devoções em altares laterais –, os encontros, as trocas e as concorrências aconteciam com frequência (TAVARES, 2008, p. 165).

²⁴⁵ Ver: NASCIMENTO, Mara. **Irmandades leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**. 2ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.

Além disso, Mendanha começaria a ganhar determinada fama nesses locais, com as suas belas execuções em missas e festividades religiosas. Tal fato pode ser constatado através dos Livros de Receitas e Despesas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, e Nossa Senhora Madre de Deus, e também em alguns periódicos da época.²⁴⁶

Em anúncios do jornal *A Estrella do Sul*, encontramos diversas referências a esses eventos, nos quais o nome de Joaquim José de Mendanha se faz presente.²⁴⁷ Em publicação de 9 de outubro de 1864, o jornal traz em suas páginas a notícia da festividade de Nossa Senhora do Rosário, cuja música, como podemos evidenciar, teria sido de responsabilidade do maestro:

Noticiário

Festividade – No dia 2 de outubro corrente a Matriz de N. Senhora do Rosario desta capital solemnizou a sua Padroeira com missa cantada pelo Revd. Vigario da mesma, e sermão ao Evangelho pelo Revd. Conego Chantre. O recinto do Templo apresentava-se digno da majestade e grandeza do Ente Supremo: a decoração dos altares, a sua profusão de luzes de mãos dadas com a bela musica executada pelo Maestro Mendanha, faziam a alma do verdadeiro fiel remontar-se até Deos.²⁴⁸

A irmandade do Rosário foi de grande relevância na cidade de Porto Alegre, influenciando no processo de organização dos indivíduos considerados *negros* nesta sociedade.²⁴⁹ De acordo com Liane Muller, em *As contas do meu rosário são balas de artilharia*, esta irmandade, foi ereta em 20 de setembro de 1786, sendo sua Igreja inaugurada apenas em 1828. Estabelecendo-se como mais um espaço importante não só de fé, mas de sociabilidade, pertencer ao Rosário fazia com que os indivíduos tidos como negros para o período passassem a ter outra condição social, reflexo do prestígio oriundo dessa irmandade. Assim, como afirma Muller, “nem todos tiveram condições, ou interesse de tornarem-se Irmãos do Rosário, mas os que o fizeram, nesse momento, destacaram-se dos demais” (MULLER, 2013, p. 31).

Na documentação dessa Irmandade, encontramos, para além dos pagamentos feitos ao maestro pela música nas festas da Nossa Senhora, registros também da presença de um

²⁴⁶ Embora existisse uma circulação entre irmandades, algumas delas eram demarcadas pela sua composição étnico-racial, como a irmandade da Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição. De acordo com Mauro Dillmann Tavares, “tanto em nível individual, como coletivo, a devoção esteve presente na vida dos homens do século XIX, e a existência das irmandades constitui elemento de prova” (TAVARES, 2008, p. 52).

²⁴⁷ *A Estrella do Sul* foi um periódico semanal publicado entre 1862 e 1869, em Porto Alegre.

²⁴⁸ AHCMPA. *A Estrella do Sul*. Domingo 9 de outubro de 1864.

²⁴⁹ Ver: GRIGIO, Enio. **No Alvorço da Festa, não havia Corrente de Ferro que os Prendesse, nem Chibata que Intimidasse: A Comunidade Negra e Sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)**. Tese (Doutorado em História) –Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

escravo dele participando desta confraria como irmão, como o próprio Mendanha.²⁵⁰ No livro de receitas e despesas, consta que, em 19 de outubro de 1873, foi “recebido do Irmão Edmundo, escravo de Joaquim José de Mendanha, annuaes de 1868 a 1873”.²⁵¹ Convém destacar o fato de Mendanha possuir indivíduos escravizados, se lembrarmos de trabalhos que já buscaram enfatizar essa relação de homens que poderiam ser considerados *negros*, *pardos* ou *mulatos*, livres ou libertos reproduzindo o sistema que integravam.²⁵² Embora, como veremos no próximo capítulo, Mendanha não tenha acumulado grandes riquezas materiais, ele se colocou naquilo que podemos denominar de um estrato médio, que ganhava cada vez mais espaço nesse processo de urbanização, que passava a imperar. Como vimos no capítulo 3 desta tese, a família de Mendanha já constituía um certo patrimônio, desde o início do século XIX, do qual a presença de indivíduos escravizados fazia parte. Mendanha, assim, continuava a manter as referências sociais que tinha para uma possível acumulação de riquezas e reconhecimento perante a sociedade.

Outra irmandade em que o maestro também atuou foi a da Nossa Senhora da Conceição, dedicada, tradicionalmente, aos *pardos*, e que foi, segundo Tavares (2008), uma das primeiras irmandades de Porto Alegre (sua origem remonta a 1790), tendo sua Igreja construída no século XIX, com o apoio dos fiéis. Nesta irmandade, conseguimos identificar a participação de Mendanha como músico, irmão e membro da mesa administrativa, por alguns anos.

Conforme consta no livro de eleições, Mendanha aparece desempenhando a função de mesário, nos anos de 1853 a 1856. Já em 1861 e 1862, assume o cargo de juiz, e em 1867 a 1875 passa a ser Juiz por devoção.²⁵³ Nos anos de 1877 e 1878, volta a ser mesário, juntamente com Aurélio Viríssimo Bittencourt, com quem já compartilhara espaços, como no

²⁵⁰ De acordo com Russel Wood, “as irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos” (RUSSEL WOOD, 2005, p. 193). Ainda sobre a questão da documentação dessas associações, o referido autor lembra que “A escassez de informações sobre a posição social dos negros e do mulato na América portuguesa aumenta o valor dos arquivos particulares de suas irmandades como fontes indispensáveis não só para avaliação das tensões presentes na sociedade multirracial das cidades do Brasil colonial como também para qualquer entendimento do ethos negro e mulato deste período” (RUSSEL WOOD, 2005, p. 198).

²⁵¹ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. AHCMPA. Receitas e Despesas da Irmandade do Rosário. II-2. 1.8. 1/3.

²⁵² Um exemplo é a história do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves. Ver mais em: GUEDES, Roberto. De escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁵³ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. Irmandade da Nossa Senhora da Conceição. II-2. 1 A. 4/1 – Eleições (1845 a 1918).

Partenon.²⁵⁴ Interessante destacar é que, com o passar dos anos, Mendanha é referenciado de forma distinta, sendo no ano de 1878 registrado como o Comendador Mendanha, fazendo alusão ao título que recebera.²⁵⁵

Na Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus (Catedral), as participações do maestro Mendanha também foram frequentes. Junto com sua orquestra, ele foi responsável, como aparece no fragmento abaixo, mais de uma vez, por entoar a música em algumas de suas festividades.²⁵⁶

Te-Deum.

– O Illm. e Revm. Corpo Capitular e o Revd. Clero da Capital, acompanhando os Porto-Alegrenses nos justos motivos de alegria pela feliz notícia da tomada de Montevideo, celebraram um solemne Te-Deum na Cathedral as 5 horas da tarde do dia 21 em ação de graças pela prosperidade do Imperio de Sancta Cruz. A concurrencia foi imensa e brilhante; grande numero de Senhoras assistiram aquelle actos de religião. Uma guarda de honra postada a porta da Igreja fazia as continências do estylo. Mais de uma vez o Maestro Mendanha se prestou com sua orchestra, cuja melodia transportava os corações de todos os fiéis.²⁵⁷

Podemos dizer que a música e a devoção operacionalizam emoções e reforçam vínculos entre as pessoas. Normalmente, as manifestações devocionais estão associadas a determinadas musicalidades e determinados ritmos, seja nas orações (individuais e coletivas), nos hinos e corais. Orar coletivamente auxilia no compartilhamento de noções do sagrado, e a música serve, substancialmente, a cenografia religiosa, marcando os pontos nodais do ritual devocional. A música sacra, assim, *irmana* os sentimentos religiosos (mesmo que absorvidos individualmente), e reforça o aspecto inerente de espetacularização do cenário devocional do oitocentos. Desde o início de suas festividades, a música sempre foi uma peça fundamental, capaz, como anuncia o jornal *A Estrella do Sul*, de “sensibilizar os corações de todos os fiéis”. Mendanha, de certa forma, ao executar bem o seu ofício e tornar-se uma pessoa reconhecida

²⁵⁴ Sobre as participações nas mesas diretoras, Russel Wood esclarece que “as qualificações básicas para alguém ocupar cargo na diretoria variavam entre as irmandades. A alfabetização não era um requisito, exceto para os cargos de escrivão e tesoureiro. Mesmo aqui a capacidade de assinar o próprio nome era aceita como prova de alfabetização. Os estatutos das irmandades de negros e mulatos, com exceção daquelas de escravos, também determinavam que todos os membros da mesa fossem libertos. Não só acreditava que, como tais, seriam mais capazes de exercer autoridade sobre os colegas como também que estariam em melhor posição para atender as responsabilidades financeiras de servir ao público” (RUSSEL WOOD, 2005, p. 206).

²⁵⁵ A comenda recebida por Joaquim José de Mendanha, citada no capítulo anterior, como podemos notar, passa a ser usada como referência a este personagem, atribuindo-lhe prestígio e status social.

²⁵⁶ No Abecedário da Irmandade Nossa Senhora Madre de Deus, consta o nome de Joaquim José de Mendanha como sendo irmão desta confraria.

²⁵⁷ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. *A Estrella do Sul*. Domingo. 26 de fevereiro de 1865.

por ele, conseguiria ocupar estes espaços, que, posteriormente, deixaria como legado para a sua orquestra.²⁵⁸

Mas nem todas as atividades realizadas pelo maestro seriam remuneradas. As atuações nas festas de Nossa Senhora do Rosário, seriam pagas, e Mendanha recebia em torno de 160\$000 réis.²⁵⁹ Esse valor poderia variar, conforme o evento e a Irmandade. No livro de receitas e despesas da Nossa Senhora Madre de Deus, consta o pagamento em 7 de maio de 1859 de 700\$000 a Mendanha pela música da semana santa, e 170\$000 pela música da festa da Padroeira.²⁶⁰ Difícil fazer muitas considerações sobre o quanto significam essas quantias, em termos de auxílio à sobrevivência do maestro e de sua família, e de acumulação patrimonial. Não sabemos com quantas pessoas (os outros músicos) ele tinha de dividir essas quantias, e a porcentagem que lhe cabia, como o *artista-mor* do grupo. Podemos, entretanto, fazer algumas especulações. Segundo anúncios de jornais do período, alugava-se uma escrava para o serviço doméstico, naquele ano de 1859, por 24/25 mil réis mensais.²⁶¹ Já um escravizado adulto poderia ser obtido (segundo os inventários post-mortem do período) por pouco mais ou menos 1 conto de réis. Por volta deste período, um mestre pedreiro ocupado em obras na Assembleia Provincial, em Porto Alegre, recebia 3\$500 réis diários.²⁶² Assim, parece que os recursos angariados pelo maestro Mendanha de suas atividades musicais lhe permitiam uma vida aos moldes dos demais estratos sociais intermediários, não lhe estando impossibilitada a posse de escravizados, mesmo que fosse necessária uma acumulação mais demorada para esse objetivo.

Mas, em algumas situações, o maestro oferecia seus serviços gratuitamente. Os anúncios de Suffragios²⁶³ evidenciam isso:

Suffragios

Hontem 11 do corrente, trigésimo dia do falecimento do Sr. Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá e Capellão-Mór de sua Magestade o Imperador, a convite de

²⁵⁸ Parece também fundamental não esquecer o aspecto lúdico das manifestações musicais sacras, que tocam os sentimentos e conciliam devoção e prazer.

²⁵⁹ De acordo com o livro de receitas e despesas da Irmandade do Rosário, este teria sido o valor pago a Joaquim José de Mendanha em outubro de 1855, pela música das festas de N. Sra e São Benedito.

²⁶⁰ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. Receitas e Despesas Nossa Senhora Madre de Deus. II-2.1.A.8.1/4.

²⁶¹ Ver: anúncios do jornal *Correio do Sul*, de Porto Alegre, de 05/11/1859 e 15.12.1859 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

²⁶² Retiramos esses dados sobre o aluguel de criadas e jornais de determinadas categorias profissionais de: MOREIRA, P. R. S. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

²⁶³ O sufrágio era “toda a obra pia por alma dos defuntos”. SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813), p. 736.

S. Esc. Revm. o Sr. Bispo Diocesano os Sacerdotes desta Capital celebram na Cathedral Missas pelo seo eterno repouso, e ás 10 horas e meia, presente todo o Clero e os alumnos do Seminario, teve logar uma Missa solemne em pontifical com grande orchestra, gratuita e generosamente offerecida pelo insigne Professor o Sr. Mendanha, em memória e suffragio daquelle illustrado e virtuoso Prelado, que Deus chamou ao seo seio, e onde foi receber o premio do seo zelo e fadigas apostólicas. Outrora Diocesano desta Província, era justo que o Clero Rio-Grandense reunido agora ao seo actual Prelado também derigisse ao throno de Deos uma supplica pelo eterno descanso daquelle sob cujo báculo pastoral em outro tempo trabalhou nesta parte da herança do Pai de famílias.

O Deos das misericórdias, que jamais deixa sem galardão os que fielmente os servem digne-se receber entre os resplendores da luz perpetua o seo fiel Servo e Pontífice que tão zeloso sempre foi de sua gloria durante a sua vida neste mundo e exercício do sancto ministério pastoral.²⁶⁴

A morte, tanto ou mais como a vida, sempre foi um momento de muito respeito por esta sociedade. Mendanha, ao oferecer sua orchestra gratuitamente, para além de apresentar sua solidariedade ao Bispo do Rio de Janeiro, reafirmava laços sociais importantes pra esse período. Como aconteceria na época da Farroupilha, com as demonstrações feitas ao seu Comandante Guilherme José de Lisboa, Mendanha seguiria, agora através de sua música, expressando aquilo que passaria a ser visto como um ato de “generosidade”. A generosidade e o desprendimento manifestados pelo maestro Mendanha, nesses momentos, criavam laços e dívidas simbólicas, numa cadeia de reciprocidades, na qual o músico agenciava aquilo que lhe era possível.

As irmandades foram, certamente, o espaço em que Joaquim José Mendanha mais se consolidou como músico, fortalecendo um prestígio que ajudaria na manutenção social, ao longo de sua vida. Esses espaços não foram simplesmente apresentados a Mendanha, mas manejados e ampliados pelo mesmo. A partir deles, o referido músico passou a ser solicitado para diferentes eventos, e, de fato, reconhecido como um maestro, inclusive para além das páginas dos jornais locais, como indica este fragmento do jornal *A Reforma*, no qual era anunciado nas festas em celebração aos representantes da Província:

Ovações – Com este titulo transcreve a Reforma da corte da Reforma de Porto Alegre, a notícia das festas celebradas pela população rio-grandense, em homenagem aos ilustres representantes da província. Passeatas, músicas foguetes, as luzes multicores dos pharoes a harmonisarem com o brilho de uma linda noute de luar, abundantíssima e variada mesa de fiambres e doces, serviço de copa não menos abundante a variado, quadro feito às pressas em que os vultos dos Srs. Silveira Martins e Florencio de Abreu se destacavam no fundo entre allegorias de fama, da eloquência, das artes e do comercio, hymno expressamente composto para a festa,

²⁶⁴ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. *A Estrella do Sul*, Porto Alegre, 12 de julho de 1865.

por um estimável maestro chamado Mendanha, hurrahs, brindes e dança, nada faltou para dar a festa o esplendor que convém as demonstrações de tal natureza.²⁶⁵

O “estimável maestro” citado no jornal *A Reforma*, como podemos evidenciar, encontraria nas irmandades muitos dos elementos que buscava e necessitava para se manter por tanto tempo, em um local que não era o seu de origem. Dentre eles, destacamos: a *fé*, o *trabalho*, a *identidade* e a *proteção*. E por que mencionamos isso?

A *fé*, por ter sido diariamente reforçada nas diferentes devoções das quais participou, alimentada nas missas e demais cerimônias, nos locais que passou a frequentar de forma tão presente a ponto de suas histórias estarem indissociadas deste personagem. Seguramente, os pesquisadores que se dedicaram, ou vierem a se dedicar a estudar as irmandades de Porto Alegre, terão em Joaquim José de Mendanha uma interessante fonte a explorar.

O *trabalho*, por serem as irmandades, juntamente com a carreira militar, um dos principais espaços de atuação para músicos, no século XIX. Eram as irmandades que absorviam grande parte dessa mão de obra, e que a valorizavam a cada evento de que participavam. A música se apresentava como uma espécie de ponte de acesso entre a religião e a sociedade, era ela que agregava, e que tinha a tarefa de sensibilizar o maior número de fiéis.

Para além desses elementos já elencados, a questão da *identidade*, de lugares de pertencimento, como os encontrados nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário e da Nossa Senhora da Conceição, amparavam Mendanha, e muitos outros homens considerados de *cor*, por ser um local também de encontro e de integração. Era a oportunidade, para muitos indivíduos, de uma socialização até então não encontrada ou permitida em outras esferas.

E, por fim, mas não menos importante, um lugar de *proteção*, não só divina como já mencionamos, mas também terrestre, de ajuda mútua para com os demais irmãos, e, assim, de fortalecimento de redes, tão necessárias para uma ascensão e manutenção social, em tempos de sociedades fortemente hierárquicas, como as encontradas no Brasil Oitocentista. Além disso, conforme já aventamos, a música associada à devoção deu ao maestro Mendanha uma boa moeda para trocas sociais diversas.

Apenas para ilustrar a sólida posição social deste indivíduo representante dos estratos médios da sociedade oitocentista, citemos que ele aparece qualificado como eleitor, vinculado ao Partido Conservador, em 1876. Segundo o jornal liberal *A Reforma*, a qualificação eleitoral da Freguesia das Dores, na capital da província, evidenciou a vitória *luzia* sobre os

²⁶⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Nação*, sexta-feira – 9 de maio de 1873.

saquaremas. Os liberais obtiveram 8 eleitores e os conservadores apenas 3, assim distribuídos:

Quadro 10: Eleitores qualificados da Freguesia das Dores, Porto Alegre (1859)

Eleitores gerais, liberais		Votos
1	José Martins Lima	171
2	Antonio Francisco Velho	169
3	João de Castro Canto e Mello	167
4	João Baptista de Oliveira Valle	167
5	José de Lima Lopes	166
6	José Luiz Ribeiro	165
7	Manoel Marques Santos Torres	160
8	Veador Werna	160
Conservadores		Votos
9	Domingos dos Santos	159
10	Barão de S. Borja	158
11	Joaquim José de Mendanha	155

Fonte: *A Reforma*, Rio de Janeiro – Domingo 15 de outubro de 1876.²⁶⁶

Entretanto, outra instituição que ainda deve ser destacada, e que passaremos a analisar agora, será a Irmandade da Virgem e Mártir Santa Cecília, a santa dos músicos, orago de devoção do maestro Mendanha. Unindo-se aos espaços religiosos de Porto Alegre, esta Irmandade irá despontar, na segunda metade do século XIX, reunindo, como passaremos a ver, diversos nomes desta sociedade, que buscaram não só se fortalecer, como fortalecer sua arte.

5.3 “OS QUE SE DEDICAM A ARTE MUSICAL CELEBRAM HOJE A FESTA DE SUA PADROEIRA”: A IRMANDADE DA VIRGEM E MÁRTIR DE SANTA CECÍLIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

²⁶⁶ Em 1850, o *artista* Joaquim José de Mendanha, então com 50 anos e solteiro, aparece qualificado como votante, mas na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, onde morava no 10º quarteirão do 1º distrito (AHRS – Fundo Eleições, Lista Geral dos Cidadãos qualificados votantes na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 2º Distrito desta Cidade de Porto Alegre. 24.01.1850).

O indivíduo como agente, capaz não só de sofrer influências do seu contexto, mas também de influenciá-lo. Mendanha conhecia essa premissa, e saberia que, para além de se envolver em espaços pré-estabelecidos, poderia muito bem ser um articulador do grupo que desejaria ter e pertencer. As vivências que acumulara ao longo de sua trajetória, os diferentes lugares pelos quais circulou e os diversos aprendizados que obteve, o acompanharam em toda sua caminhada, sendo visivelmente colocado em prática na sua incursão pelo Sul do Brasil.

Mendanha, enquanto natural de Minas Gerais, discípulo do padre José Maurício Nunes Garcia, músico de carreira militar, e um grande conhecedor da arte que praticava, constatou, em Porto Alegre, a necessidade do estabelecimento de mais uma irmandade. Tal propósito não interferiria na sua relação com as associações das quais já fazia parte, visto que, através da documentação, não constatamos que tivesse ocorrido alguma divergência ou algum descontentamento entre Mendanha e os demais irmãos que ocupavam este espaço. Pelo contrário, Mendanha era uma figura bastante admirada, que se mostrava solícita aos chamados das irmandades, e, assim, reunia em seu entorno um número considerável de afetos.

Mas Mendanha, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, teve contato com a Irmandade de Santa Cecília, da qual o padre José Maurício Nunes Garcia foi um dos fundadores.²⁶⁷ E saberia também que esta confraria, para além da devoção a Santa principal dos músicos, Santa Cecília, tinha como um dos seus objetivos reunir músicos e praticantes deste mesmo ofício, sendo uma forma de socialização e proteção para homens e mulheres que fariam parte desta associação.

A Irmandade de Santa Cecília se fez presente em diferentes lugares, sendo o Rio de Janeiro apenas um deles. Em Portugal, ao nos depararmos com o Novo compromisso de Santa Cecília Erecta na Parochial Igreja de Santa Maria dos Martyres em Lisboa²⁶⁸, de 1843, evidenciamos como as irmandades que foram sendo estabelecidas por músicos tinham praticamente os mesmos fundamentos. No compromisso da Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, coletada no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, já podemos constatar, em seus capítulos, elementos que encontraríamos também na Irmandade de Santa Cecília, que seria,

²⁶⁷ A criação da Irmandade de Santa Cecília teria se apresentado como um fator enriquecedor para a vida cultural do Rio de Janeiro, conferindo categoria à numerosa classe musical. A fundação desta confraria dos professores de música tem como um dos seus principais nomes, o do padre José Maurício, que segundo Cleofe Person de Mattos tinha 17 anos na época da instalação da Irmandade. (MATTOS, 1996, p. 34)

²⁶⁸ De acordo com Francisco Balsa, em *Da Irmandade de Santa Cecília ao Sindicato dos Músicos*: “Supõe-se que a Irmandade de Santa Cecília tenha sido fundada, em Lisboa, em cerca de 1603, ou talvez um pouco antes, sendo esse o ano de seu primeiro compromisso. Entre as suas principais funções contam-se a de incentivar o culto devido a sua padroeira, a de defender os músicos enquanto grupo sócio profissional, assim como, promover e dignificar a música” (BALSA, 1999, p. 9).

anos mais tarde, criada em Porto Alegre, e que teria como seu principal fundador o maestro Joaquim José de Mendanha.²⁶⁹

Consta no Artigo 1º do Compromisso da Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, a respeito da admissão de irmãos, que “todo o Professor de música, uma vez que reúna as qualidades exigidas, pôde ser admittido na Irmandade”. Buscando reunir músicos desta sociedade, a referida confraria, embora tenha sido em grande parte integrada pelos praticantes desta arte, não era exclusiva deles. Esta informação está presente no Art. 6º, do compromisso, onde está registrado que:

Podem ser admittidos a Irmãos honorários as pessoas nobres de um e outro sexo, assim como os Letrados, Tabeliães, Médicos, Cirurgiões, e Pharmaceuticos: - -o mesmo se praticará com todos os amadores de musica de um e outro sexo que cantem ou toquem qualquer instrumento: - para serem admittidos a Irmãs e Irmãos honorários, reunir-se-há a Mesa, e a única formalidade praticada com esta classe, será uma votação por meio de espheras – o numero destes irmãos não excederá a 120 de ambos os sexos.²⁷⁰

Tendo como elo principal a devoção a Santa Cecília, para além da fé que os reunia, a questão de uma proteção social para com os seus membros é outra característica desta irmandade, sendo registradas ao longo do compromisso:

Capitulo 4º (p. 8)

Diversas disposições

Art. 19º Os irmãos honorários que cahirem em probreza, provando-a por Certidão do Parocho da respectiva Freguezia, lhe será conferida uma pensão de duzentos réis diários em quanto não melhorarem de fortuna, uma vez que tenham contribuído até a data da Petição com as quotas respectivas sem interrupção, por espaço de quatro annos, na fóрма do Compromisso – uma disposição regulamentar providenciará a maneira do pagamento.

Havia um grande interesse em manter este grupo unido, e de fortalecer os seus membros, que faria com que a irmandade passasse para além de ser um espaço religioso, fosse também um lugar de ajuda mútua, na qual seus membros, ao adentrarem, estariam cientes das responsabilidades que teriam para consigo e para com o outro. E essa relação não estaria

²⁶⁹ Segundo Mauro Dillmann Tavares, “os objetivos dessas associações estiveram baseados e regulamentados por um documento redigido pelos irmãos, conhecido como Compromisso. Toda organização interna estava contida neste estatuto, que, aprovado pela Igreja e pelo Estado, previa normas e preceitos de existência. Cada novo sócio recebia uma cópia do compromisso de sua respectiva irmandade. O compromisso era composto por uma série de artigos, e servia para guiar as irmandades nas suas decisões administrativas. Quando se instituía uma irmandade, os fundadores eram obrigados a estabelecer, reunidos, os parâmetros de funcionamento, que os acompanhavam, servindo, por isso, como instrumento fundamental para as decisões mais polemicas nas reuniões das mesas administrativas” (TAVARES, 2008, p. 119-120).

²⁷⁰ Novo compromisso da real irmandade de Santa Cecília Erecta na Parochial Igreja de Santa Maria dos Martyres em Lisboa/ Lisboa. Na Typografia de João José da Motta. Praça de D. Pedro – n. 78, 1840. Reformado aos 27 de janeiro de 1843. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1843. Ministério do Reino. 3ª repartição. Livro 6ª – 147. Biblioteca Nacional de Lisboa – Referência B.N.L 11351 SC.

relacionada apenas com alguma ajuda financeira, conforme consta no artigo 19º do capítulo 4º, mas também para questões que envolvessem a justiça, como é descrito no artigo 21º:

Art. 21º Acontecendo ser preso algum nosso irmão (não sendo por delicto que irroque infâmia) logo que o Secretario o souber, convocará a Mesa, a fim desta socorrer de prompto aquelle irmão, conforme os fundos do Cofre – uma medida regulamentar, que possa abranger o maior número de casos, desenvolverá esta matéria.²⁷¹

Os irmãos de Santa Cecília, assim como ocorreria também em outras irmandades, buscavam um espaço social, neste caso como músicos, naquilo que, podemos nos atrever a dizer, era um dos primeiros passos para a profissionalização deste grupo, que aconteceria apenas anos mais tarde, no Brasil.²⁷²

Embora tenhamos usado como exemplo a Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, podemos constatar a mesma preocupação com o ofício de músico em documentação relacionada à Irmandade de Santa Cecília de Minas Gerais. Em correspondência encontrada no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, localizamos um pedido feito por essa irmandade, solicitando a instauração de um alvará, para que na Capitania de Minas Gerais só possa exercer a arte da música quem for professor e Irmão de Santa Cecília, conforme pode-se verificar na correspondência abaixo:

Senhor

Dizem os mesários e mais Irmaos da Confraria de Sancta Cecilia Erecta na Igreja Matriz do Ouro Preto de Villa Rica na Capitania de Minas Gerais, que elles alcançarão de V. Mag. Pela V. real Mesa da Consciencia e Ordens confirmação do Compromisso, que de commum accordo fizerão e em observância dos Capítulos delle tem continuado a sua devoção, comparecendo nas Funsoens Publicas com Cruz alçada e com todo o acesso e igualmente tem soccorrido aos seus Irmaons indigentes, molestos e carserados com todo o processo para manutenção da vida e saúde delles e se prestao ultimamente para o Culto Divino, e para a congratulação que os Senadores solennizão em acção de graças, pelas que este Reino tem recebido da Beneficencia de V. Magestade como tudo da manifesta prova a justificação inclusa.

Maj. V. real Senhor acha-se aquelle Paiz decadente e por consequente a confraria supplicante e muito mais decadente ficará por haver nelle alguma pessoas que se intrometem a exercitar nas Festas a Arte da Musica sem serem Professores nem della saberem cousa alguma, rezultando deste abuzo a diminuição dos reditos da mesma Confraria, com os quais se socorrem, socorrem a aquelles miseráveis

²⁷¹ Biblioteca Nacional de Lisboa. Novo compromisso da real irmandade de Santa Cecília Erecta na Parochial Igreja de Santa Maria dos Martyres em Lisboa/Lisboa. Na Typografia de João José da Motta. Praça de D. Pedro – n. 78, 1840. Reformado aos 27 de janeiro de 1843. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1843. Ministério do Reino. 3ª repartição. Livro 6ª – 147. Referência B.N.L 11351 SC.

²⁷² Ver: SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Irmaons pobres, enfermos e carserados, além das despesas necessárias para o culto da sua gloriosa protectora.

Com estes motivos o faz justos, vem os Supplicants observar a V. Mag. Seu Augusto Protector para que digne obviar tais inconvenientes, havendo por bem instaurar, em beneficio da Confraria Supplicants, e da sua Louvável Devoção o Alvará de 15 de novembro de 1760 concedido em iguais circunstancias dos Professores da cidade de Lisboa, para que em toda a Capitania de Minas Gerais onde os Supplicants tem suas presidias, não possa pessoa alguma de qualquer Estado e condição que seja exercitar a mesma Arte da musica sem que seja professor della e Irmão da referida Confraria Supplicate sob as penas impostas no mesmo alvará, sendo a condennação aplicada, a metade para o V. Real Hospital dos Lasaros desta Corte e a outra metade para as despesas da Mesma Confraria Supplicate. Portanto P. a V. Magestade que pela Sua Alta Grandesa se digne tomar aos Supplicants debaixo de Sua Real Proteção mandando lhes passar Alvará de instauração na conformidade do de 15 de novembro de 1760 roborando em beneficio dos mesmos. Supplicants e dos miseráveis a quem soccorem a mesma graça concedida dos Professores da Cidade de Lisboa, em attenção a obra que exercitão.

O Pro cor

Lourenço Gonçalves das Costas.²⁷³

Este pedido feito pela Irmandade de Santa Cecília, existente junto à Igreja Matriz de Ouro Preto de Villa Rica, permite reforçar o argumento, que já levantamos no decorrer desta tese, das conexões históricas existentes, que ultrapassam qualquer demarcação territorial pré-definida. O pedido feito pelos Irmãos de Santa Cecília da Capitania de Minas Gerais era baseado em um alvará de 1760 concedido aos professores de música de Lisboa, e eles solicitavam que houvesse aqui o mesmo tratamento. Com isso, evidenciamos que, embora erguidas em locais diferentes, as irmandades tinham umas às outras como referência, fazendo com que um oceano não fosse empecilho para uma proximidade ideológica. No documento acima, percebemos a irmandade servindo como uma espécie de corporação de ofício.

Em Lisboa, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e também em Porto Alegre, os músicos objetivavam articular-se através de sua padroeira, formando um grupo unido, buscando proteger sua arte, através da consolidação deste ofício e de sua prática.

Na cidade de Porto Alegre, constatamos a instauração da Irmandade de Santa Cecília, no ano de 1856, quando aparece como Provedor Joaquim José de Mendanha. Em documentação que integra o acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, conseguimos coletar informações até então não apontadas pela historiografia a respeito desta instituição. Embora alguns estudos tenham mencionado sua existência, pouco se falou sobre seu funcionamento, apenas que ela esteve presente em Porto Alegre, e que sua fundação, provavelmente, remeteria ao ano de 1856.

²⁷³ BN - seção manuscritos - II 36, 05, 059.

Nesta pesquisa, localizamos os Livros de Matrícula e Ingressos de Irmãos da Irmandade de Santa Cecília, o Livro de Atas (1856-1858), os Livros de Eleições e também dois Termos de Compromisso (um de 1858 e outro do ano de 1901), indicando que esta Irmandade adentrou o século XX em atividade. É através desta documentação que conseguimos localizar a ata da sessão de instalação da confraria, na qual se pode identificar os nomes dos irmãos instaladores e a data deste acontecimento: 11 de fevereiro de 1856:

Sessão de instalação da Irmandade de Santa Cecília no Consistório da Igreja Nossa Senhora das Dores como abaixo se declara: Aos onze dias do mês de Fevereiro de Mil oitocentos e cinquenta e seis, n'esta Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, no Consistório da Igreja da Nossa Senhora das Dores, onde comparecerão os Snres. Padre Vicente Zeferino Dias Lopes, e Amaro da Silva Velho, Bento José de Faria, Rafael Lino da Silva, Lourenço Antonio da Soledade, Ezequiel de Campos Porto, João Alves de Almeida Porto, Manoel José Antonio Hermogenio, João Candido de Figueiredo, Jose Urbano Gonçalves, Antonio Luiz, Manoel Fernandes de Santa Anna, Antonio José Alves Braga, Leonardo Antonio, Jeronimo Rodrigues Missel J., Augusto Cesar de Assis, Antonio Luiz Pereira de Oliveira, Antonio Joaquim de Souza, Duarte Marques de Sampaio, Domingos José da Costa Pereira, Antonio Fernandes Porto, Jacinto Francisco dos Santos e Joaquim José de Mendanha, foi por este ultimo declarado, que havia convocado a presente reunião para instalar a Irmandade da Virgem Martir Santa Cecília, conforme a cada um dos Snres. Acima designados havia declarado, quando os convidou para este acto, e assim prevenidos e dispostos, forão todos de sua livre e espontânea vontade inscrevendo-se no Livro 1º de actas, com cujas assignaturas se comprometterão a bem servir esta Irmandade, e a cumprir todos os fins de sua Santa Instituição e para ratificação d'aquella assignatura, tornarão a assignar o presente Termo, e em seguida assignarão os Snres. Que não compareceram a presente reunião, mas que aderirão ao Compromisso da Irmandade, e por isso são considerados Irmãos installadores, como aquellos que se acharão presentes n'esta reunião e para constar lavrei o presente Termo, em que todos assignarão, e eu Amaro da Silva Velho, escrivão da Irmandade, o escrevi: Feliciano Bispo do Rio Grande do Sul : O Vigario José Ignacio de Carvalho Freitas= O Padre Francisco das Chagas Martins D'Avila e Souza= Padre Vicente Zeferino Dias Lopes= Duarte Marques de Sampaio = João Batta Blingini = Domingos José da Costa Pereira= João Ferreira de Lima= Antonio Augusto Guimarães = Manoel Joaquim Tostes J. = Joaquim José Gonçalves Benjamim = Joaquim Procopio de Oliveira Nunes= João Nepomuceno das Chagas = Eloy José Fernandes Lima = Thomas Medina de Oliveira = Antonio José Alves Braga= João Alves de Almeida Porto= Leonardo Antonio Verão = José Urbano Gonçalves = Ezequiel de Campos Porto = Candido Rodrigues das Chagas = Augusto Cesar de Assis = Antonio Joaquim de Souza = Antonio Luiz = Antonio Fernandes Porto = Rafael Lino da Silva Lourenço Antonio da Soledade = Amaro da Silva Velho = José Eugenio de Freitas Guimarães = Lino Carvalho da Cunha e Silva = Joaquim Gomes dos Santos Aldere = Paulino Calazans = Joaquim Augusto Cesar de Assis = Jeronimo Candido de Figueiredo = Manoel José Antonio Hermogenio = Jacintho Francisco dos Santos = Manoel Fernandes de Santa Anna = João Gomes da Silva Porto = João Capistrano de Miranda e Castro = João de Castro do Canto e Mello = Manoel de Castro do canto e Mello (faleceu em 24 de novembro de 1856) Bento José de Faria = Eduardo José de Oliveira = Rafael de Borja = Manoel Vicente de Mello = Joaquim José de Mendanha = E para constar lavrei este encerramento de termo e assignaturas dos Irmãos instaladores da Irmandade. Consistório da Irmandade de Santa Cecília aos

dezesseis de Fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e seis e eu Amaro da Silva Velho, Secretario da Irmandade o escrevi e assignei.²⁷⁴

Joaquim José de Mendanha reunira um grupo considerável de indivíduos que foram ao encontro de suas ideias e passaram a integrar a Irmandade de Santa Cecília, dividindo, assim, o título de Irmãos fundadores. Conforme listagem que traremos (ver apêndice), podemos constatar que no ano de 1856 o número de irmãos que passariam a fazer parte desta instituição ultrapassava mais de cem pessoas.

Em um dos livros da Irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre, justifica-se a existência de dois livros que conteriam informações a respeito dessas participações. Tal fato é narrado em sessão de 24 de outubro de 1858, com o seguinte argumento:

assentou-se por unanimidade de votos que fosse transcripto n'este Livro de Entrada dos Irmãos tudo quanto se havia escripturado no que serviu na fundação d'esta Irmandade, a fim de ficar perpetuado por este modo e que então se havia feito, e também por que não estava aquele revestido das devidas formalidade de sello, abertura, numeração e encerramento, formalidade esta muito necessária pela Authority competente e para constar lavrei o presente Termo, que todos assignarão e eu Francisco Antonio Vieira, Secretario interino o escrevi.

Permitindo identificar o ingresso de irmãos e as circunstâncias em que esta entrada ocorreu, os referidos documentos se tornam uma importante fonte para mapear o funcionamento da Irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre, desde os seus anos iniciais. Na listagem que transcrevemos para este trabalho, seguimos o livro de matrícula de irmãos, por este elencar, para além dos nomes, os anos de participação e se determinado agente fez parte da mesa administrativa ou não.

Como poderemos verificar, Joaquim José de Mendanha aparece no topo da lista, fazendo-se presente nesta irmandade até os anos finais de sua vida. Paralelamente a sua participação, outros tantos nomes surgem neste documento, onde podemos constatar o período de atuação desses irmãos, se eles em algum momento fizeram parte da mesa administrativa, e o registro do ano de falecimento de determinados membros. Provavelmente, cada um desses nomes que integram a Irmandade de Santa Cecília teve alguma relação com a música, ou a desempenhou como ofício na Porto Alegre da segunda metade do século XIX. Embora não tenha sido o objetivo inicial deste trabalho rastrear a história de cada um desses personagens, mas sim apresentá-los, identificando outros personagens, que, assim como Mendanha, tiveram a música como importante referência, apontamos a necessidade de novos

²⁷⁴ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. Ingresso de irmãos (1858 a 1881) - Irmandade de Santa Cecília. II-2. 1B.6.1/2.

estudos que se interessem pela história da música no Rio Grande do Sul no século XIX. O desafio de acompanhar esses indivíduos que estavam diretamente ligados ao cenário cultural desta sociedade, permite, através de suas histórias, recompor páginas importantes e necessárias de serem investigadas para esse período.

Como mencionamos antes, optamos por apresentar a listagem de nomes dos irmãos de Santa Cecília, tendo como critério os membros que integraram este espaço no ano de 1856, por considerar que esses indivíduos certamente compartilharam experiências e fizeram parte, de alguma forma, da rede de contato do maestro Mendanha. Poder apontar esses personagens e localizar Mendanha nessa sociedade porto-alegrense para além dos espaços em que foi aceito, mas também aqueles que ele mesmo buscou formar e consolidar, evidenciam um indivíduo dinâmico, atuante e capaz de interferir, assim como tantos outros, na realidade que se formava para esta época.

Para além das listagens, outros dados relevantes da Irmandade de Santa Cecília de Porto Alegre podem ser coletados junto aos termos de compromisso. No primeiro, datado de 1858, conseguimos não só compreender o funcionamento desta instituição, mas também identificar os primeiros administradores dela. De acordo com o termo de aprovação que consta no final deste documento, temos o maestro Joaquim José de Mendanha como sendo o primeiro Provedor desta Irmandade:

Auto de aprovação

Aos onze dias do mez de fevereiro do anno do Nascimento de N.S. J. C. de mil oitocentos e cincoenta e seis, no Consistório da Igreja de N. S. das Dores de Porto Alegre, estando ali presentes o Provedor Joaquim José de Mendanha, officiaes e Deffinidores abaixo assignados, depois de discutido e bem ponderado artigo por artigo, o projecto de um Compromisso para regime da Irmandade da Virgem Martir S. Cecilia, se resolveu que fosse approvedo o sobredito projecto e com effeito se approvou plena e unanimemente nos trinta e nove artigos distribuídos em doze capítulos. Outro sim se resolveu a uma voz, que, pedindo se as autoridades competentes a necessária aprovação e confirmação, o outhorgado esta desde logo ficasse o refferido projecto servindo de Compromisso, para como Lei, Regra e Norma se observar, cumprir e guardar fielmente, assim e da forma que n'elle se determina e estatui, tanto pela Mesa actual, como pelas que se lhe seguirem, e por toda a Corporação. E de como assim o accordarão e solverão, eu Amaro da Silva Velho, Secretario actual fiz escrever este auto solemne, que subscrevi e também assignei com o Provedor, officiaes e definidores.

Joaquim José de Mendanha **Provedor**

Amaro da Silva Velho **Secretario**

Lourenço Antonio da Soledade **Thezoureiro**

Bento Jozé de Faria **Procurador**

Raphael Lino da Silva **Mordomo da Capella**

P. Vicente Zeferino Dias Lopes **Deffinidor**

Duarte Marques de Samp. **Idem**

João Baptista Blinguy

Domingos José da Costa Pereira

João Ferreira de Lima

Augusto Cesar de Assis

Antonio Joaquim de Souza
 Antonio Luiz
 Antonio Fernandes Porto
 Lino Carvalho da Cunha e Silva
 João Alves de Almeida Porto
 Ezequiel de Campos Porto
 Antonio José Alves Braga.²⁷⁵

A importância de Joaquim José de Mendanha para este espaço continuará sendo reafirmada anos mais tarde, quando foi redigido um novo termo de Compromisso, no qual, em seu 1º Capítulo, é anunciado seu nome como um dos fundadores, fato que podemos constatar no fragmento abaixo:

Capítulo 1º

Natureza, sede e fins da Irmandade.

Artº 1º - a Episcopal Irmandade da Virgem e Martyr Santa Cecília, fundada em 11 de fevereiro pelo maestro Joaquim José de Mendanha com os membros da Sociedade de Musica de Porto Alegre e outros cavalheiros nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, nos Estados Unidos do Brasil, onde continua a ter sua sede social e foro, é uma corporação religiosa, formada de catholicos de ambos os sexos.

Seus fins principaes são:

1º Promover do melhor modo possível e na forma deste Compromisso a devoção e culto da Gloriosa Virgem e Martyr Sª Cecília, a quem tornam por sua padroeira.

2º - socorrer corporal e espiritualmente, em quanto em si estiver, os seus irmãos.

3º - Proporcionar aos irmãos, fallecidos christamente, os suffragios de que trata o presente Compromisso.

Mendanha, como primeiro Provedor desta Irmandade, se tornou uma figura de referência para todos os irmãos de Santa Cecília de Porto Alegre. Ser irmão fundador e, depois, provedor dessa irmandade mostra sua boa colocação naquele espaço católico, posição, aliás, que se reforçava com esse seu protagonismo de criador de agremiações devocionais. Esse cargo desempenhado por ele tinha atribuições que foram definidas pontualmente no Compromisso desta instituição. Consta no Capítulo 6º, referente ao Provedor e Juíza, que:

Art.º 23º - O Provedor é o primeiro funcionário da Irmandade e tem a precedência em todos os seus actos. Compete-lhe:

SS 1º - Promover o engrandecimento da Irmandade.

Ss2º - Observar e fazer observar o Compormisso e deliberações das Mezas, fiscalizando por si próprio tudo quanto importar para o bom andamento dos negócios da Irmandade.

SS 3º - Convocar as mezas administrativa e conjuncta, presidi-las, mantendo a ordem a suspender as sessões, se preciso.

SS 4º - Rubricar os livros da Irmandade.

SS 5º - Decidir os negócios que competem a Meza quando urgentes, sujeitando-lhe seus actos na primeira reunião.

²⁷⁵ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS. Compromisso (1858) - Irmandade de Santa Cecília – II-2. 1B.1/1.

SS 6º - Organizar em tempo o relatório que trata o artigo 22.²⁷⁶

Além das atribuições aos irmãos e a parte administrativa desta irmandade, também são destacados, ao longo do Compromisso, alguns dos elementos que regem este espaço, como a festa de Santa Cecília, que deveria acontecer anualmente, celebrada no domingo após o dia 22 de novembro, sendo que este evento deveria ocorrer em um domingo anterior, quando a data em que se celebrasse o dia da Santa ocorresse em dia útil. Essa festividade se perpetuou ao longo dos anos, como podemos encontrar em recortes de jornais que integram o acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, os convites dessa irmandade, divulgando as solenidades em honra a Santa Cecília:

Irmandade de Santa Cecília

Cathedral Metropolitana

Convidamos a todas as pessoas que fazem parte desta Irmandade e aos devotos da gloriosa Padroeira da Musica, para assistirem as solemnidades, que, em sua honra, serão celebradas nesta igreja Cathedral.

Constarão ellas dum Triduo preparatório as 18 horas doas dias 19, 20 e 21, do corrente mez, e de missa solemne a 22, ás 9 horas, com sermão ao Evangelho.

O coro será occupado por distinctas senhoras e senhoritas, com acompanhamento de orchestra.

Visto a Irmandade não dispor de recursos, pedimos aos devotos da gloriosa Padroeira, um auxilio para as festas. Porto Alegre, aos 18 de novembro de 1921.

Conego Nicolau Marx

Isolina Guterres, Juiza

Alberto Volkmer.²⁷⁷

A orquestra de que Mendanha tornou-se regente, e que faria participações em diferentes eventos de Porto Alegre, ganhou tamanha força que até mesmo após a sua morte ela continuou atuando e se fazendo presente em publicações de jornais como *A Federação*, ao longo século XX. Mas antes de nos determos em alguns dos legados deste maestro, ainda se torna oportuno frisar que conseguimos localizar, durante a pesquisa, aquilo que se perpetuou de anotações desta instituição junto ao acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. No termo de compromisso de Santa Cecília, podemos vislumbrar quais seriam os principais registros deixados por esta instituição. De acordo com o Capítulo 12º, a documentação desta irmandade estaria distribuída com os seguintes livros: 1º de matricula de irmãos, 2º de actas, 3º das deliberações, 4º de receita e despeza, 5º de registro, 6º de inventario, 7º das certidões das missas e os mais que forem julgados necessários. Além disso, de acordo com o Art. 40º,

²⁷⁶ AHCMPA. Compromisso (1901) – Irmandade de Santa Cecília II-2.1B.1/2.

²⁷⁷ AHCMPA. Avulsos - II-2.1B 10.

“a Irmandade, como distintivo seu, usará de opa azul com murça e borla encarnada tendo uma harpa bordada no peito esquerdo”.²⁷⁸

A irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre manteria suas atividades ao longo do século XIX, porém encontramos 2 lacunas de tempo, uma entre 1889 a 1895 e outra entre 1895 a 1899, na qual não podemos analisar quais foram as matrículas de irmãos. A partir de 1899, uma nova listagem é feita, na qual aparecem como participantes dessa associação nomes como o de Aurélio Viríssimo Bitencourt e o músico Murilo Furtado.²⁷⁹

Em alguns jornais, também permaneceu a referência às festividades desta instituição. Em recorte de jornal do acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, encontramos um chamado às festividades de Santa Cecília, bem como uma pequena retrospectiva dos seus anos de atuação.

Santa Cecília

Os que se dedicam a arte musical celebram hoje a festa de sua padroeira, Santa Cecília.

Não é de hontem que data entre nós o culto tributado a esta Santa.

Já decennios atraz, uma corporação, que reunia em seu selo cultores dedicados da arte de Euterpe, e principalmente da musica religiosa, promoviam-lhe festas brilhantes e concorridas. Esta corporação foi a Episcopal Irmandade de Santa Cecília, Virgem e Martyr, cujo fim era o culto da Santa padroeira, e composta por professores de musica pertencente a Sociedade Musical, como se lê no início do seu Compromisso ou estatuto básico.

[...] A importância da Irmandade se infere da aprovação episcopal que teve por provisão de Dr. Feliciano Rodrigues Prates, poucos mezes depois e da confirmação Imperial concedida em decreto de 6 de fevereiro de 1858, assignado por D. Pedro II e referendado por Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. O principal fundador e a alma da Irmandade de Santa Cecília foi Joaquim José de Mendanha, maestro da capella da Sé. Sob a sua direcção o côro da Irmandade dava brilho não só as festas da padroeira, mas também a outras solemnidades religiosas como os officios da semana santa e festas do Divino e da Madre de Deus. Executava muitas vezes musicas de sua lavra, das quaes não poucas deverá existir por ahi espalhadas e esquecidas; seria obra de merecimento colleccionar e conservar estes trabalhos do compositor patricio. Não haveria por ahi também alguém que, tendo-o conhecido de perto, pudesse e quizesse traçar-lhe os dados biographicos e característicos?...

Com o desaparecimento do maestro Mendanha, fallecido há mais de 30 annos, a Irmandade foi declinando do seu antiguo esplendor. Entretanto hoje, que a religião tomou tão grande incremento em nosso meio e tantas festas religiosas se celebram, nos templos da capital, achamos que Ella pode e deve reviver, congregando todos os que se dedicam a música religiosa, constituindo um centro de cultura artística para elevar a parte musical das festas de igreja á altura que ellas merecem e nem sempre têm.

A festa que hoje se realiza na cathedral representa uma tentativa, um esforço, no sentido de fazer reviver e dar novo impulso a Irmandade de Santa Cecília. É de se esperar que este esforço tenha franco successo e que a nova directoria da corporação, em cuja constituição entram elementos de valor, desempenhe com dedicação e entusiasmo a sua incumbência, com o apoio decidido de quanto se dedicam a arte musical. Assim, não só virá a dar, futuramente, novo brilho as festas de sua

²⁷⁸ AHCMPA. Compromisso (1901) – Irmandade de Santa Cecília II-2.1B.1/2.

²⁷⁹ AHCMPA. Matricula de Irmãos (1856-1895) Santa Cecília II-2.1B. 6. 1/1.

padroeira, mas tornar-se-á também um centro de cultura de arte religiosa no nosso meio social. C.N.M.²⁸⁰

Em tom de clamor à sociedade, este recorte, que acreditamos ser da primeira metade do século XX, relembra a importância da Irmandade de Santa Cecília como referência para os músicos e para o setor cultural da época. Segundo indica essa publicação, a morte do maestro Mendanha teria sido um marco dentro desta confraria, fazendo com que a irmandade, aos poucos, fosse perdendo seu “esplendor”. Mesmo conhecido e sendo uma figura de respeito nesta sociedade, informações do maestro eram esparsas ainda nesse período, reforçando assim o desejo de que alguém “quizesse traçar-lhe os dados biographicos e característicos”.

Mendanha, que estava em cada publicação sobre a Irmandade de Santa Cecília, em cada som entoado pela sua orquestra, em cada lembrança dos espetáculos do Theatro São Pedro ou dos eventos realizados pelo Partenon Literário, conseguiu aquilo que muitos músicos, de certa forma, almejavam: que a música fosse sua principal marca. Foi ela que fez com que Mendanha permanecesse em diferentes espaços, independente de sua presença física e que seu nome estivesse sempre de alguma forma atrelado a essa Porto Alegre, que, mesmo não sendo sua de origem, foi o lugar onde consolidou-se como maestro, músico, *homem de cor* e um grande admirador das artes.

Mas o que a historiografia que se construiu ao longo do século XX lembrou deste personagem? O que foi mencionado sobre esse indivíduo, que traz consigo capítulos importantes da sociedade porto-alegrense e do seu desenvolvimento cultural?

²⁸⁰ AHCMPA – Avulsos - II-2.1B 10.

6 UM MAESTRO, UM HINO, UMA HERANÇA IMATERIAL

Os olhares dos músicos dirigem-se ao pé da última folha. Encontram uma pequena anotação e vêem que está repetida em todas as partituras, copiada pela mão de Pilar.

Lêem em silêncio:

Se um hino foi minha vazia glória deste mundo, hoje meus ouvidos mortos escutaram o que sempre lhes esteve reservado. Com esta música me apresento perante Deus. Ele perdoará minha soberba. Ele sabe que agora sou, e para sempre, um artista.

Olham-se. Abraçam-se. Sabem que acaba de acontecer algo inesquecível (BRASIL, 2006, p. 219-220).

Poderia imaginar aquele homem *pardo*, que se deslocou entre diferentes extremos do Brasil e que tinha como principal ofício a música, que sua terra natal, Minas Gerais, não seria o lugar que o veria amadurecer enquanto homem e músico e nem o acolheria em seus últimos dias? Saberá ele em algum momento que lutaria em diferentes batalhas, seria feito prisioneiro, e mesmo assim sobreviveria em um período em que muitos não saíram com vida dos campos de conflito? Vislumbraria esse indivíduo que de músico militar passaria a mestre de banda, professor de música e maestro que tocava em eventos que o colocariam em contato com os mais diversos grupos sociais, até mesmo com os que ocuparam cargos de alto escalão do período?

Em uma época como a do Brasil Oitocentista, Joaquim José de Mendanha embora tenha tido suas ambições, vivia em uma sociedade extremamente hierarquizada, e ele sabia, a sua maneira, o que isso significava. Mas, embora limitados e instáveis, estavam presentes os espaços de mobilidade, que, quando puderam ser explorados por personagens como ele, possibilitaram a ascensão a lugares muitas vezes não acessíveis em um primeiro momento a homens tidos como *de cor*.

Assim, neste último capítulo, buscaremos refletir para além das questões levantadas anteriormente, principalmente se a historiografia que vem se dedicando a escrever sobre a história do Rio Grande do Sul e do Brasil no período do século XIX também saberia de todos esses acontecimentos, dos indivíduos escravizados que foram de sua posse, dos legados desse músico, da orquestra que foi por ele dirigida, ao longo de muitos anos, e que deixou discípulos, que perpetuaram os seus ensinamentos século XX a dentro.

Qual foi a memória histórica construída em torno deste personagem, de sua atuação e daquilo que pode ser atribuído como sua *cor*? Considerando que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1996, p. 476),

apontaremos, aqui, alguns dos registros historiográficos feitos sobre Mendanha, e que colaboraram para a construção de uma imagem que permanece sendo reproduzida nos dias atuais.²⁸¹ Ao selecionar trabalhos que trazem, em seus textos, algumas informações a respeito deste indivíduo, buscaremos refletir sobre as representações (des)racializadas que foram feitas do maestro, assim como a patrimonialização de seu legado, analisando como as influências de Mendanha, do seu prestígio social, e dos espaços por ele conquistados se estabeleceram como uma *herança imaterial* para a sociedade, ao longo dos anos.

6.1 O MAESTRO MENDANHA E AS COMUNIDADES NEGRAS LOCAIS

Joaquim José de Mendanha ao estabelecer-se em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, criou diferentes laços sociais que, colaboraram para o seu estabelecimento junto à sociedade Porto-Alegrense. Tendo seu ofício um peso preponderante na sua história, encontramos poucos indícios de como Mendanha conduziu sua vida pessoal. De acordo com os dados que integram seu testamento e inventário, localizados no Arquivo Público de Porto Alegre, consta que o mesmo era viúvo, e não possuía filhos.²⁸² Casado com Ana Joaquina da Conceição, que viria a falecer em torno de 1852²⁸³, Mendanha não teria, assim, ampliado sua família, ao menos oficialmente.²⁸⁴

²⁸¹ HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

²⁸² O fato de Mendanha deixar registrado, em seu testamento, que era viúvo e que não tinha filhos, não exclui a possibilidade do mesmo ter tido algum filho ilegítimo, fruto de uma relação consensual temporária. Porém, se isto ocorreu, nem em sua última ação ele buscou beneficiá-lo.

²⁸³ Consta, em processo judicial de prestação de conta de Joaquim José de Mendanha (1854), que sua esposa, Ana Joaquina da Conceição, seria testamenteira de Francisco Jacques Nicós (falecido em 1848). Mendanha, em ofício datado de 03/09/1852, anexado a este processo, comunica o falecimento de sua mulher, e assume a incumbência que a ela era destinada de fazer a entrega de 50\$ para a Santa Casa. APERS – Provedoria dos resíduos, POA, auto 2768, maço 78, 1854. Autor: Coletor dos Resíduos. Réu: Joaquim José de Mendanha, testamenteiro de sua mulher Dona Ana Joaquina da Conceição, e esta do também finado Francisco Jacques Nicós.

²⁸⁴ Encontramos junto a APERS, uma petição para casamento da órfã Maria Zeferina de Azevedo em que Joaquim José de Mendanha é o suplicante, datada de 15 de setembro de 1870. Nela, Mendanha diz que tem a órfã em sua companhia, e desejando ele casá-la, solicita ao Sr. Juiz de Órfãos da Comarca de Porto Alegre permissão para isso. Como a mesma não tinha tutor, foi designado João Prado Jaques, que, ao responder pela órfã, se opõe que sua tutelada tome estado nupcial. Com a negativa desta petição, não se sabem maiores informações sobre Maria Zeferina, se a mesma se manteve junto a Mendanha, ou qual teria sido o seu destino, após esta resolução. Mas esta documentação é mais um indicativo de que o maestro, embora viúvo e sem filhos, teria estabelecido outros laços, e não viveria sozinho ao longo do tempo que permaneceu em Porto Alegre. Fonte: APERS. Processo Judicial/Alvará nº 3792. Comarca de Porto Alegre.

Porém, se analisarmos os laços estabelecidos através dos escravos do maestro, evidenciamos que o sobrenome Mendanha tem sequência em Porto Alegre através de famílias negras com as quais ele não possuía relação consanguínea, mas afetiva.²⁸⁵

O *pardo* Joaquim José de Mendanha, em suas estratégias de manutenção social, investiu na posse de escravizados, um item de prestígio social que o inseria positivamente no mundo dos livres. Vários documentos atestam o seu caráter de senhor de escravos e também nos dão pistas das relações que entreteve com estes agentes, com os quais manteve várias formas de interação social, indo desde a efetiva propriedade ao estabelecimento de laços mais próximos.

Suspeitamos que a primeira *propriedade humana* do maestro Mendanha foi a crioula Felicidade, de cujo ventre se originou boa parte de sua escravaria e com a qual compartilhou décadas de vida comum. Abaixo listamos os batismos encontrados dos rebentos de Felicidade, todos eles registrados como seus *filhos naturais*:

- ❖ **Clemente**: batizado em 15/02/1857, nascido em 30/01/1857, padrinhos: Antônio Fernandes Porto, padre Thomé Luiz de Souza;
- ❖ **Laura**: batizada em 25/01/1860, nascida em 17/02/1860, padrinhos: Antônio Fernandes Porto e Carolina Joaquina da Conceição, padre José Soares do Patrocínio Mendonça;
- ❖ **Camilo**: batizado em 09/09/1863, nascido em 09/09/1863, padrinhos: Cândido Evaristo Pinto de Miranda e Estela Felicidade de Mendanha, padre José Soares do Patrocínio Mendonça;
- ❖ **Valeriano**: batizado em 26/11/1867, nascido em 07.10.1867, padrinhos: Feliciano Antônio Vieira (Solteiro) e Maria Zeferina Inácia de Azevedo (solteira), ambos libertos, padre José Soares do Patrocínio Mendonça (no ato do batismo o senhor declarou que libertava o inocente);²⁸⁶

Além dos 4 inocentes acima batizados, todos escravizados do maestro Mendanha, existe mais um registro de uma filha natural da crioula Felicidade. Trata-se de uma carta de alforria *concedida* por Joaquim José de Mendanha e redigida por seu próprio punho em 06 de julho de 1854, para Estela, *mulata* de 5 anos de idade, filha de Felicidade. O documento de

²⁸⁵ Tanto no testamento quanto no inventário de Mendanha, não constam referências aos escravos que o maestro teve, durante o período em que viveu em Porto Alegre. Este fato indica que o mesmo teria diminuído seu patrimônio nos últimos anos de vida.

²⁸⁶ Fontes: AHCMPA - Livro de Batismos da Madre de Deus de Porto Alegre nº 7, folha 79; Livro de Batismos de Escravos da Igreja das Dores nº 1, folha; Livro de Batismos de Escravos da Igreja das Dores nº 2, folhas 6, 121.

liberdade foi registrado em cartório apenas em 22 de janeiro de 1873,²⁸⁷ sendo que tal postergação se justifica pela cláusula condicional daquela alforria que determinava que Estela servisse até a morte de seu senhor, “atendendo a ter nascido em minha casa e ser a primeira cria”.

Assim, localizamos 5 rebentos saídos do ventre cativo da crioula Felicidade, que se configuraram em um núcleo familiar que viveu e conviveu em extrema proximidade com o seu senhor. O fato de o maestro ter *premiado* a primeira cria de sua escravizada, Felicidade, com uma alforria condicional, mostra como ele pensava entreter relações com essa família. No registro de 1873 da alforria passada para Estela em 1854, o senhor anotou que a liberdade “começa a ter lugar desde já”, antecipando aquela alforria condicional e transformando-a em imediata.

Se observarmos a lista de batizados acima, entretanto, veremos que Estela amadrinhou seu irmão Camilo, em 09 de setembro de 1863. Naquela ocasião, já portava nome e sobrenome e não foi feita nenhuma menção pela autoridade eclesiástica ou pelo senhor a respeito de sua condição de escravizada, libertanda ou liberta. Comunitariamente, e com respaldo dos sentimentos senhoriais, ela já era vista como uma *negra* forra ou livre. O nome ostentado por aquela madrinha e registrado em um documento de validade e domínio público homenageava a linha materna e assumia o sobrenome senhorial – Estela Felicidade de Mendanha.

Tal padrão de construção da nomenclatura genealógica pode ser percebido em outros exemplos deste núcleo familiar *negro*. A crioula Laura, nascida e batizada em 1860, foi alforriada um ano depois de sua irmã Estela. Em 01 de setembro de 1874 o maestro Mendanha passou documento de liberdade para sua escravizada Laura, gratuitamente, sem qualquer condição ou ônus, “atendendo ao ter nascido em minha casa e ser filha de minha escrava Felicidade”. A carta foi registrada em cartório apenas três anos depois, em 15 de maio de 1877.²⁸⁸ Em 4 de janeiro de 1885 faleceu de tubérculos pulmonares Laura Fernandes de Santana, de cor *preta*, nascida nesta província, do serviço doméstico, com 24 anos de idade. Laura, filha de Felicidade, foi enterrada no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre abençoada pelo padre coadjutor Agnelo Gomes de Souza. Laura era casada com José Caetano da Rosa mas, seu segundo nome homenageava o seu padrinho de batismo, o

²⁸⁷ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Transmissões e Notas nº 21, folha 225v.

²⁸⁸ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas nº 24, folha 16.

amigo íntimo do maestro Mendanha, Antônio Fernandes Porto, e o sobrenome referia-se a sua devoção católica.²⁸⁹

Já Camilo, afilhado de sua irmã Estela Felicidade de Mendanha, nascido e batizado em 1863, aparece tocando ou ajudando o maestro Luiz Roberti em um concerto vocal e instrumental em benefício da dívida interna dos Estados Unidos do Brasil com o nome de Camilo Mendanha. Já em alguns alistamentos eleitorais, no período republicano, ele consta como Camilo José de Mendanha, quem sabe uma homenagem ao padre que o batizou e também a vários de seus irmãos, José Soares do Patrocínio Mendonça.²⁹⁰

A matriarca desta linhagem *negra* faleceu de hidropisia em 11 de janeiro de 1887, com 60 anos de idade. Não encontramos a sua carta de alforria, mas ela não consta como escravizada, sendo descrita como *preta*, natural desta província e solteira. Foi encomendada pelo Reverendo Cônego José Joaquim da Purificação Teixeira e citada pelo nome de Felicidade Catarina de Mendanha. Seguindo o padrão nominal de suas filhas, ela deve ter incorporado como segundo nome o de sua mãe e como sobrenome o do ex-senhor, tomando para si parte do prestígio social que o mesmo angariou e para o qual o seu trabalho e crias que lhe forneceu muito ajudaram. Ela assumiu para si e transmitiu aos seus filhos um patrimônio imaterial que ela muito merecia.²⁹¹

Como já apontamos acima, todos os filhos de Felicidade foram adjetivados de *naturais* em seus registros de batismo. Os filhos naturais eram frutos de relações ilegítimas, diferenciando-se dos espúrios por aparentemente não haver impedimento ao matrimônio dos cônjuges.²⁹² A regularidade do nascimento dos filhos de Felicidade denota que ela tinha uma relação consensual – de amasiamento – estável e duradoura. Não nos escapa que poderia haver uma relação afetiva e sexual entre Felicidade e o maestro, mas nenhuma pista nos indica isso e acreditamos que ele em seu inventário e testamento apontaria algum indício desta relação, que teria durado décadas.

Por outro lado, não parece que devamos sempre atribuir o protagonismo das relações de mestiçagem aos homens (sejam *brancos* ou *pardos*), pensando que as mulheres *negras*

²⁸⁹ AHCMPA - Livro 5 de Óbitos de Livres da Igreja das Dores. Faleceu em sua residência, no 3º distrito.

²⁹⁰ Hemeroteca digital da BN - Jornal *A Federação*, sábado, 28 de dezembro de 1889, nº 298; *A Federação*, 16 de junho de 1900.

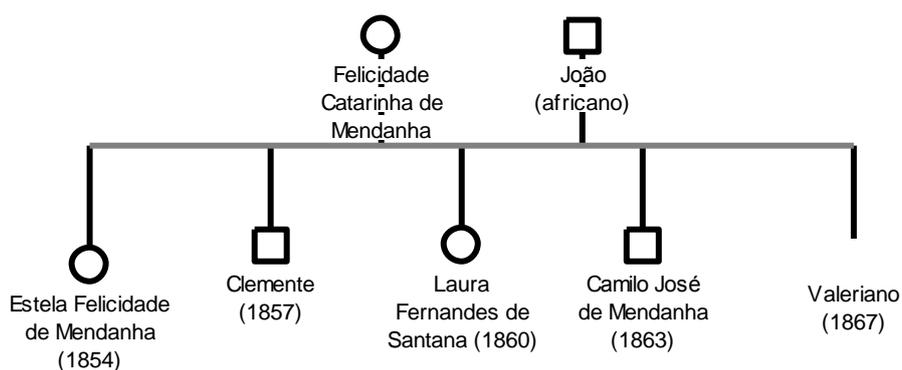
²⁹¹ AHCMPA – Livro 12 de Óbitos da Igreja do Rosário, folha 34. Hemeroteca da BNRJ. Jornal *A Federação* publicou o seu obituário e em 1891 sua sepultura corria o risco de ser aberta e seus ossos exumados, se algum parente não se prontificasse a pagar as dívidas com a sua manutenção (Hemeroteca digital da BN - Jornal *A Federação*, Ano IV, Porto Alegre, sexta-feira, 28 de janeiro de 1887, nº 23; Jornal *A Federação*, Ano VIII, Porto Alegre, segunda-feira, 16 de fevereiro de 1891, nº 39).

²⁹² BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

estavam, em suas relações sexuais e afetivas, dependentes das ações destes potenciais parceiros. Além do que, não nos parece que estejamos contemplando uma mera relação sexual fortuita ou o fruto de décadas de promiscuidade feminina, mas a constituição e emergência de um núcleo familiar negro. Assim, vejamos outras alternativas.

Considerando os cinco filhos do ventre escravizado de Felicidade, percebemos que o seu período de constituição de maternidade vai de 1854 até 1867. Quando ela faleceu, em 1887, a idade atribuída foi de 60 anos, remetendo a data do nascimento a 1827. Sendo *crioula* – nascida, portanto, no Brasil-, é mais provável que esta idade seja a correta e não uma referência a sua *aparente* faixa etária, como consta nos registros de indivíduos africanos. Depois do nascimento de Valeriano, em 1867, nenhum outro rebento do fruto de Felicidade foi, por nós, encontrado. Ela tinha, então, 40 anos. Essa idade seria a única motivação para a cessação de sua maternidade? Pode ser que sim, mas neste mesmo ano faleceu outro escravizado do maestro Mendanha. Em 6 de março de 1867 é encomendado pelo padre José Soares do Patrocínio Mendonça, o africano João, com 48 anos de idade, com gastro-enterocolite, pertencente ao senhor Joaquim José de Mendanha. Teriam a crioula Felicidade e o africano João constituído este núcleo familiar *negro* consensual? Se sim, essa, possivelmente, seria a sua árvore genealógica:

Figura 6: Núcleo familiar de Felicidade e João



Mas os frutos do casal Felicidade e João – se é que constituíam um casal -, não foram os únicos escravizados do maestro Mendanha, como podemos ver nos registros abaixo:

- ❖ **Antonio:** faleceu em 27/5/1864, com 30 anos, escravo de Joaquim José de Mendanha, de Tísica pulmonar;

- ❖ **Maria:** faleceu em 27/08/1868, crioula (Bahia), 60 anos, senhor: Joaquim José Mendanha, de gastro-hepatite;
- ❖ **Pedro:** faleceu em 10/07/1853, com 9 anos, filho natural de Francisca, senhor: Joaquim José de Mendanha, de Moléstia interna;
- ❖ **João:** faleceu em 21/11/1853, africano (Congo), 50 anos, senhor: Joaquim José de Mendanha, de Gastro-enterite;²⁹³

Além dos registros óbitos que listamos acima, temos ainda vários frutos do ventre de outra crioula pertencente a escravaria do Maestro Mendanha, a crioula Leopoldina. Foram registrados como filhos naturais de Leopoldina, cativa pertencente ao maestro Joaquim José de Mendanha:

- ❖ **Eufrásia:** batizada em 26.03.1870, nascida em 26.02.1870, padrinhos: Isidoro Francisco Xavier e Maria Rita Alves, ambos libertos, padre José Soares do Patrocínio Mendonça (no ato do batismo o senhor declarou que libertava o inocente);
- ❖ **Felipe:** ingênuo, batizado em 15/07/1872, nascido em 26/05/1872, padrinhos: Nicolau Tolentino da Soledade e Rosalina Ferreira da Soledade, padre José Soares do Patrocínio Mendonça;
- ❖ **Malaquias:** ingênuo, batizado em 11/11/1875, nascido em 02/11/1875, padrinhos: Adão José Salvador e Laura Fernandes de Santana, padre José Soares do Patrocínio Mendonça;²⁹⁴
- ❖ **Edmundo:** batizado em 10/08/1879, nascido em 31.07.1879, padrinhos: Agostinho Ferreira dos Santos e Estela Luiza de Mendonça Xavier, padre Serafim Gonçalves Passos Miranda;²⁹⁵

Como podemos constatar acima, os dois núcleos familiares compostos de escravizados pertencentes ao maestro *pardo*, se conectaram em parentescos simbólicos. Malaquias foi amadrinhado por Laura Fernandes de Santana e Edmundo por Estela Luiza de Mendonça Xavier, ambas filhas da *crioula* Felicidade.

Como sabemos, as práticas de nomeação seguem regras diversas, com vários setores sociais e raciais manejando mais de uma denominação, dependendo da interação social que

²⁹³ AHCMPA - Livro 2 de Óbitos de Escravos da Igreja das Dores, folhas 4, 13v; Livro de Óbitos de Escravos da Madre de Deus nº 5, folhas 263v e 269.

²⁹⁴ O filho do ventre livre Malaquias sobreviveu apenas 2 anos, falecendo em 07/11/1877, de gastroenterite (AHCMPA – Livro de Óbitos de Livres da Igreja das Dores nº 4, folha 2.

²⁹⁵ Fontes: AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da Igreja das Fores nº 3, folhas 27 e 82; Livro de Batismos de Escravos da Igreja das Dores nº 4, folha 11v; Livro de Batismos de Escravos da Igreja das Dores nº 5, folha 22v.

estava em jogo.²⁹⁶ Às 9:15 da manhã do dia 4 de julho de 1884, casaram-se na Igreja das Dores de Porto Alegre o africano liberto e quitandeiro Adolfo Ventura Pinto e a *crioula* do serviço doméstico Estela Luiza Xavier. Ela tinha 34 anos e já era viúva de Isidoro Francisco Xavier da Silva, e filha natural de Felicidade Catarina de Mendanha. Foram padrinhos Lino Carvalho da Cunha e Silva e João Bernardo da Silva.²⁹⁷

Mas o papel de senhor de escravizados assumido pelo maestro Mendanha não foi a única interação social dele com a comunidade cativa local, com a qual, aparentemente, tinha consistentes relações. Encontramos esse indivíduo *pardo* participando ativamente de alguns processos de obtenção de alforria e também assumindo parentescos simbólicos com famílias *negras* cativas e libertas. Vejamos primeiramente a sua ação na emancipação de cativos:

Em 1º de outubro de 1853, a senhora Úrsula Clara de Lima, redigiu a carta de alforria beneficiando Adão, filho da crioula Clotilde, nascida nesta província, com 10 anos de idade. A carta foi concedida mediante o pagamento de 400 mil réis, quantia certamente acumulada pelo pecúlio daquela família cativa. O registro do documento de liberdade foi realizado apenas em 08/10/1855, pois o acordo feito foi composto de um pagamento à vista de 100 mil réis e o restante ao longo de 20 meses, sendo que as prestações não poderiam ser inferiores a 50 mil réis. Registrados em cartório, junto com a carta de alforria, estão os recibos comprovando os sucessivos desembolsos: 160\$ em 20/10/53, 100\$ em 02/05/54, 50\$ em 29/04/55 e 100\$ em 04/06/55. A soma chega a 510 mil réis, valor superior ao estipulado no acordo com a senhora, mas talvez a negociação tenha incorporado juros mensais. O maestro Mendanha aparece no documento como o fiador da quantia que foi parcelada.²⁹⁸

No ano de 1861 foi alforriado o *pardo* Franklin, que tinha apenas 1 ano e 5 meses de idade. Ele era filho da *crioula* Ricarda, ambos escravos de Cândida Maria da Conceição. Segundo o texto da carta, a liberdade foi obtida mediante o pagamento de 250 mil réis, sendo a quantia paga por Joaquim José de Mendanha. A carta de alforria expedida por Cândida, em 27 de agosto de 1861, foi registrada no cartório de Porto Alegre apenas em 21/08/1866. Este espaço de tempo, talvez, tenha ocorrido pela demora na concretização do pagamento, que pode ter sido também realizado em prestações como a alforria anterior (apesar de não constar

²⁹⁶Ver: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: Consciência, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013; e CAMILO, Nathan. **“É Preferível bom Nome a Muitas Riquezas”**: Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

²⁹⁷AHCMPA – Livro de Casamentos da Igreja das Dores livro nº 3, folha 20.

²⁹⁸APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas nº 15, folha 32v.

tal detalhe no documento) ou quem sabe o maestro Mendanha tenha adiantado os recursos para àquela família *negra*, a qual levou esses anos todos para ressarcir-lo, seja pecuniariamente ou em serviços prestados.²⁹⁹

No ano seguinte, em 1862, foi a vez do *pardo* Lourenço, de 6 anos de idade, filho de Domitildes, obter a sua liberdade. A carta foi expedida pela senhora Abrelina Setembrina da Cunha e Souza em 07/09/1862 e registrada em cartório apenas seis dias após. Novamente encontramos o nome do maestro Mendanha citado como o fornecedor da quantia paga na autocompra, de 650 mil réis.³⁰⁰

Nos três documentos acima, Mendanha aparece fornecendo os recursos para as alforrias de três crianças escravizadas. O fato do nome dele constar nestes papéis manuscritos, redigidos no oitocentos, nos permitem pensá-lo como um agente ativo naquela economia da liberdade, seja fornecendo ou adiantando os recursos necessários por aquelas famílias *negras*, seja mesmo atuando como depositário dos pecúlios acumulados. Mesmo que essas atuações de Mendanha não estivessem isentas de certa obtenção de lucro, percebemos um padrão em sua militância emancipacionista, com o empenho na alforria de crianças cativas, o que será também defendido por outras associações do período, incluindo o Partenon Literário.

O investimento do maestro Mendanha na área de devoção e também a sua interação com a comunidade cativa local (conforme demonstrado pelas cartas de alforria acima), nos permitem compreender os documentos em que ele aparece enredando-se em parentescos simbólicos com indivíduos e famílias *negras*, nas igrejas da capital da província.

Quando do batismo de Idalina, em 25 de agosto de 1859, nascida em 1º de outubro de 1858, filha natural da escrava Eva, ambas pertencentes a Cândida Joaquina Fernandes, foram padrinhos Joaquim José de Mendanha e Nossa Senhora.³⁰¹

Também na Igreja do Rosário casaram, em 28 de dezembro de 1866, os africanos Joaquim Antônio dos Santos e Rosa Firmina. Apadrinharam aquela relação, tornando-se compadres dos noivos, Joaquim José de Mendanha e o sapateiro Lourenço Antonio da Soledade. Aproveitando as bênçãos recebidas pelo matrimônio, os noivos reconheceram como legítima uma filha já tida *em pecado*, chamada Elisa. Em 1906 o jornal *A Federação* anunciou a morte de Elisa Paulino de Mendanha, nascida neste estado, de cor *mixta*, com 45 anos,

²⁹⁹ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos, folha 18.

³⁰⁰ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas Livro 17, folha 101v.

³⁰¹ AHCOMPA - Livro de Batismos de Escravos da Igreja do Rosário nº 2, folha 10v.

provavelmente, outra mulher *negra* a ostentar o sobrenome do maestro, que como veremos, mesmo após sua morte, continuou legando prestígio e simpatia comunitária.³⁰²

Importante destacar que, este Lourenço Antônio da Soledade será o mesmo que veremos mais adiante neste capítulo, participando junto à orquestra de Mendanha e sendo um dos principais discípulos do maestro, o que nos evidencia uma relação fortalecida ao longo dos anos.

Às 17 horas do dia 26 de fevereiro de 1881, desta vez na Igreja das Dores, também em Porto Alegre, receberam-se em matrimônio o escravo Horácio (nascido nesta província, filho natural de Deolinda, ambos cativos do Major João de Castro do Canto e Melo) e a *negra* livre Paulina Plicata da Silva (nascida também nesta província, filha legítima de Manoel da Silva e Adriana da Silva. Foram padrinhos, Joaquim José de Mendanha e Felisberto Damasceno.³⁰³

Finalmente, no mesmo ano de sua morte, o maestro Mendanha ainda apadrinhou, junto com Manoel Francisco de Castro, Erciria, filha natural de Isabel Maria da Conceição. O batismo ocorreu na Igreja Matriz da Madre de Deus no dia 11 de outubro de 1885, tendo a batizanda nascida em 17/07/1882. Erciria era *parda*, neta materna de Margarida Maria da Conceição.³⁰⁴

Com a morte de alguns escravos e as alforrias concedidas a outros, Mendanha permanecerá durante a segunda metade do século XIX, com os laços afetivos construídos junto às famílias constituídas em seu cativeiro e também cercado por uma rede fomentada por questões devocionais e profissionais.

6.2 A ORQUESTRA MENDANHA

Joaquim José de Mendanha teria se estabelecido em Porto Alegre sozinho, mas não foi assim que permaneceu ao longo dos anos. Conforme indica a documentação consultada para esta tese, junto dele, muitos discípulos, que passaram a tê-lo como referência, deram corpo àquilo que ficaria conhecido como a orquestra Mendanha, e foi a ela que este personagem se dedicou, até os últimos momentos de sua vida.

A música, como viemos salientando ao longo deste trabalho, foi o grande patrimônio de Mendanha, e sua dedicação a esta arte ficaria marcada ao longo dos anos, através de outros

³⁰² AHRS – Fundo Eleições nº 1; AHCMPA - Livro de Casamentos da Igreja do Rosário nº 3, folha 66; Hemeroteca digital da BN - A Federação, 01.08.1906).

³⁰³ AHCMPA – Livro de Casamentos da Igreja das Dores nº2, folha 58.

³⁰⁴ AHCMPA - Livro de Batismos da Madre de Deus nº 23, folha 13.

músicos, que perpetuariam os ensinamentos adquiridos. Essa relação do maestro e seus discípulos fica em parte explícita, se acompanharmos alguns anos de publicações do jornal *A Federação*, de Porto Alegre, que, recorrentemente, fazia referências às festividades em que a orquestra Mendanha participava.

Os principais lugares de atuação deste grupo eram, como já anunciamos no capítulo anterior, os locais de culto, as igrejas, com as suas festividades religiosas. Mendanha havia conquistado este espaço, e, aos poucos, ali inseriu também os músicos próximos a ele. No ano de 1872, *A Federação*, ao anunciar a festa da padroeira do Império, Nossa Senhora Imaculada Conceição, destaca que “o respeitável e honrado mestre de capella Sr. Joaquim José de Mendanha, com sua magistral orchestra, occupara o coro”³⁰⁵ dessa festividade. Essas participações, em alguns momentos, se estenderam também a outros espaços, como indica o fragmento abaixo:

Concerto – Realiza-se hoje, as 8 horas da noite, o concerto e baile, cujo produto deve reverter em auxilio da fundação de um collegio destinado a educação das orphas filhas de militares.

Tomão parte no concerto, tornando-o extremamente delectável e variado, as mais distinctas e insignes amadoras da musica e do canto, da sociedade porto alegreense. A orchestra é dirigida pelo maestro Mendanha, e composta de artistas de reputação firmada. O fim a que se destina o producto do concerto é altamente humanitário e patriótico. Extraordinária deve ser a concurrencia.³⁰⁶

Mendanha conseguiria, assim, para além de sua inserção, incentivar e promover a colocação de outros músicos do período, permitindo que os mesmos também atuassem em saraus e concertos, como os promovidos pelo Partenon Literário. Em fevereiro de 1873, foi feito o anúncio de um desses saraus:

Segundo as communicacões que recebi hontem, devemos na noite de 15 de março próximo ter nos salões da Soirée Porto Alegreense um esplendido e interessante sarau, promovido pela Sociedade Parthenon Litterario, em beneficio de sua bibliotheca. [...].

A cantoria, a recitação, a música, a dança e a ornamentação das salas fará o enlevo daqueles que assistirem ao certame, será enriquecido com as argentinas vozes de algumas professoras e amadoras porto alegreenses, e com o auxílio do venerando maestro Mendanha, cuja orchestra prepara-se para nessa noite exhibir-se em toda sua força.³⁰⁷

A referência feita a Mendanha passava a ser um fator de credibilidade, e mencionar sua participação era uma forma também de atrair um maior público, visto que o maestro se

³⁰⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O Constitucional*. Porto Alegre. 18 de dezembro de 1872.

³⁰⁶ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O Constitucional*, Porto Alegre, 26 de abril de 1873.

³⁰⁷ Hemeroteca digital da BN. Jornal *O Constitucional*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1873.

tornara uma figura bastante popular. Após os espetáculos, as matérias publicadas nos jornais reforçavam esta imagem, alimentada através dos diversos elogios a ele destinados, conforme pode ser evidenciado em um trecho sobre um concerto realizado no ano de 1878:

O concerto do sympathico Mingote realizou-se sábado , 27 do passado. Estava cheio a mais não caber o salão do soirée [...] As 8 horas da noute teve princípio o concerto com a ouvertura – Semiramis -, para grande orchestra, tocada pela do distincto maestro Commendador Mendanha. Escusado é dizer que essa ouvertura foi brilhantemente executada; pois para esse convencimento bastava saber-se que no meio d’aquella porção de músicos alvejava a cabeça d’aquelle homem, que quanto mais lhe pesão os annos, quanto mais se adianta no caminho da existência, mais lucido e brilhante se torna aquelle craneo, enriquecido pelo talento e pela inspiração. Mendanha estava regendo...³⁰⁸

Deve-se destacar que o local em que o maestro Mendanha viveu e desenvolveu suas aptidões artísticas – a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul – atravessava algumas mudanças consistentes. Em meados do Oitocentos, o aparelhamento urbano de Porto Alegre sofisticou-se, mostrando como a estrutura social local se complexificava, com a emergência de setores médios urbanos, compostos de não poucos indivíduos e famílias *mestiças* (ou *pardas*). Em 1857, foi criada uma associação comercial, e no ano seguinte foi criado o Bando da Província, além de inaugurado o portentoso Teatro São Pedro, onde as elites e os grupos sociais intermediários locais poderiam “interagir de modo prazeroso entre si, mas simultaneamente oportunizava o estreitamento de seus laços sociais” (COMISSOLI, 2011, p. 255).³⁰⁹ Tal crescimento foi provocado, entre outros fatores, pelo fato da Capital da província ter se tornado o local principal por onde escoava (e também era consumida) a produção da próspera colônia *alemã* de São Leopoldo, criada pelo governo imperial, em 1824. Segundo Paul Singer:

É a partir da década de 60 [...] que a colonização alemã começa a mostrar a sua pujança comercial, e isso totalmente a favor de Porto Alegre, escoadouro natural de seus produtos. A taxa geométrica de crescimento demográfico de Porto Alegre, entre 1858 e 1872 é mais de 5 vezes a do período de 1820/48. Melhoramentos urbanos começam a ser introduzidos na cidade por esta época: 1872 - instalação definitiva de água; 1864 - primeira linha de bondes; 1869 -

³⁰⁸ Hemeroteca digital da BN. *Album de Domingo*. Porto Alegre, 26 de maio de 1878.

³⁰⁹ COMISSOLI, Adriano **A serviço de Sua Majestade**: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Ver: SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998; SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1977; MOREIRA, P. R. S. **Entre o deboche e a rapina**: Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. Em 1872, foi criada a primeira associação negra do Rio Grande do Sul, a Floresta Aurora. NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Tudo começou em uma madrugada**. Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015). Porto Alegre: Medianiz, 2015; MOREIRA, P. R. S. Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade: o associativismo abolicionista negro (Porto Alegre, 1883/1885) In: **Instituições e práticas de controle social**: perspectivas de pesquisa. 1ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2016, v. 1, p. 89-113.

grande mercado público; 1872 - instalação definitiva do serviço de bondes; 1874 - iluminação a gás (1974, p. 162).

As notícias jornalísticas que divulgavam e comentavam os momentos de conagração lúdico e devocional, que contavam com a presença do maestro Mendanha e de seus discípulos, exteriorizam o prestígio social acumulado por ele ao longo de sua trajetória. Esse reconhecimento público foi aquilo que mais ele conseguiu capitalizar, nos seus muitos anos de vida, e se materializou pela geral consideração do seu *talento* musical.³¹⁰ A fruição da música erudito-religiosa deve ter contado como um elemento constituidor daquele *ethos* urbano em gestação.

Foi assim que Mendanha viveu os anos finais do século XIX, dedicando-se à sua arte, e reforçando a popularidade do seu nome. Mas a partir da década de 80 do referido século, algumas mudanças já poderiam ser notadas no cenário musical Porto-Alegrense, como a diminuição do número de apresentações em que o maestro se fazia presente. Tal fato era consequência dos problemas de saúde que o atingiam, que o foram afastando gradativamente dos lugares que ocupara e diminuindo sua exposição pública.

Conforme consta em registro do jornal *A Federação* de 1884, “para mestre de música da companhia de aprendizes artífices do arsenal de guerra foi interinamente nomeado Lourenço Francisco da Cunha, visto não poder exercer aquelle cargo, em razão de seu estado de saúde, o velho professor Joaquim José de Mendanha”.³¹¹ Tendo o seu lugar ocupado por um dos seus discípulos e afilhados, essa situação se agravaria ainda mais em 1885, ano no qual o maestro viria a óbito, retirando-o definitivamente dos palcos dessa cidade.

Quando ainda vivo e ciente das suas condições, Mendanha, ao fazer seu testamento e deixar registrado quais seriam as suas últimas vontades, nos fornece alguns indícios de como se encontraria financeiramente, no final de século XIX. Neste documento, Mendanha expressa-se da seguinte forma:

Eu Joaquim José de Mendanha, estando doente e de cama, mas em meu perfeito juízo e claro entendimento, resolvi fazer o presente testamento e disposições de última vontade, que pesso a justiça deste Império lhe dê inteiro vigor, ainda mesmo lhe faltando alguma clausula ou cláusulas em direito necessárias por havel-as aqui por supridas, como se de cada uma fizesse especial menção. Declaro que sou Cathólico Romano, em cuja fé vivo e pretendo morrer e salvar a minha alma pelos

³¹⁰ Sobre a questão do talento e do seu (des)prestígio dependendo do contexto em que emerge, ver: ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

³¹¹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 28 de julho de 1884. Ainda sobre este período, “consta á Reforma que foi aposentado no lugar de professor da banda de música do arsenal de guerra o comendador Joaquim José de Mendanha, e que pelo governo foi agraciado com o habito de Rosa. Para o referido cargo está nomeado o professor Lourenço Francisco da Cunha” (jornal *A Federação*, Porto Alegre, 14 de agosto de 1884).

merecimentos da Sagrada Paixão de Jesus Christo. Que sou viúvo, que não tenho filhos, e assim como que os meus ascendentes são falecidos, e não tendo também descendentes que os meus bens possam herdar, portanto, deles passo a dispor como é de minha vontade. Declaro que sou natural de Itabira do Campo, município de Ouro Preto, Província de Minas Gerais, deste Império, filho legítimo de Joaquim Gouvea Mendanha e de Eufrásia Maria de Jesus, já falecidos. Declaro que o meu enterro se faça sem pompa, a deliberação dos meus testamenteiros e companheiros e que se digam por minha alma cinco missas rezadas em memória das cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo. Declaro que possuo nesta cidade duas meias águas, citas a Rua Dona Izabel, antiga da Varzinha, sob número sessenta e quatro e sessenta e seis; o meu archivo musical com todos os seus pertences e todos os móveis que existem na casa que actualmente resido.³¹²

Consta ainda em seu testamento que o seu principal beneficiário viria a ser a Sociedade de Música de Porto Alegre, que receberia, além da “meia água número 66”, todo o seu acervo musical, com a única condição de que fosse mantida todos os anos, enquanto esta sociedade existisse, a festa de Santa Cecília, a santa padroeira dos músicos, e protetora de sua irmandade. Este seu desejo aparece no fragmento abaixo retirado de seu testamento:

Declaro que deixo o meu archivo de música, com todos os seus pertences, à Sociedade de Música, com a condição de fazerem a festa de Santa Cecília, todos os annos, enquanto a mesma sociedade existir. Deixo a meia água número 66, já mencionada, para a mesma Sociedade de Música de Porto Alegre, a mesma a quem fica o archivo, com a condição de ser zelada e reparada pelo sócio actual Praxedes Antonio da Silva. Declaro que deixo a outra meia água, também já mencionada, aos meus afilhados e discípulos Lourenço Francisco da Cunha e Praxedes Antonio da Silva. Declaro que deixo todos os móveis actualmente existentes na casa em que resido à referida Sociedade de Música, com a condição de fazer o meu funeral. Nomeio para meus testamenteiros, os Senhores, em primeiro lugar, Praxedes Antonio da Silva, em segundo, Lourenço Francisco da Cunha, em terceiro, Lino Carvalho da Cunha e Silva, aos quais peço queiram acceitar este meu encargo, recebendo a vintena da Lei e para a prestação de contas marco o prazo de um anno. E por esta forma tenho feito e concluído este meu testamento, por não poder escrever é escripto a meu rogo pelo escrivão de Paz deste districto Belmiro Vicente de Araújo Campos, pela forma que lhe ditei, o qual sendo-me lido e o achando em tudo conforme o assinei nesta Cidade de Porto Alegre aos 21 dias de Agosto de 1885. – Joaquim José de Mendanha – Como testemunha que este escrevi a rogo do testador Belmiro Vicente de Araújo Campos.³¹³

Os nomes referenciados por Mendanha: Lourenço Francisco da Cunha e Praxedes Antônio da Silva são os de seus discípulos e afilhados, que, somados com o de Lino Carvalho da Cunha e Silva, veremos em anúncios do século XX participando como músicos em festividades do período, além de serem alguns dos laços estabelecidos por Mendanha nesta região. Praxedes que teria assumido a incumbência de ser o testamenteiro do maestro, também teria seus laços fortalecidos com o mesmo quando, ao contrair matrimônio, no ano de 1877,

³¹² APERS – Cartório da Provedoria, maço 71, auto 2175, Testamento, 1885, Testador: Joaquim José de Mendanha, Testamenteiro: Praxedes Antônio da Silva.

³¹³ APERS – Cartório da Provedoria, maço 71, auto 2175, Testamento, 1885, Testador: Joaquim José de Mendanha, Testamenteiro: Praxedes Antônio da Silva.

com Guilhermina Cândida da Conceição, teria tido Mendanha como uma de suas testemunhas.³¹⁴

Os poucos bens mencionados no inventário de Mendanha sugerem que o mesmo não era detentor de um significativo patrimônio material, pelo contrário, ao que tudo indica, o maestro teria mantido o suficiente para o seu sustento, durante os anos finais de sua vida.³¹⁵ Ao ter seu patrimônio avaliado pelos peritos João Severiano Pessoa de Andrade e Carlos Bernardino de Barros, em 8 de outubro de 1885, foi registrada a seguinte relação de bens e seus respectivos valores:

Quadro 11: Avaliação dos bens de Joaquim José de Mendanha:

1 sofá por	6\$000
2 consolos com tampa de madeira a 3\$	6\$000
1 mesa redonda idem	6\$000
2 mesas de pinho grandes a 8\$	16\$000
1 cama de casal	10\$000
1 relógio sem redoma	10\$000
1 clarinete estragado	2\$000
1 contrabaixo velho	20\$000
2 armários de pinho a 5\$	10\$000
Todas as músicas concernentes ao arquivo, das quais muitas estragadas	100\$000
	194\$000

Fonte: APERS. Inventário 320. Inventariado: Joaquim José de Mendanha. Inventariante: Praxedes Antonio da Silva. Porto Alegre, 1916.

³¹⁴ AHCMPA – cx 291 – 1877/169. Importante frisar a representatividade envolvida junto à escolha da testemunha em um matrimônio, que, segundo José Mateo (2001, p. 55), “deve ser explicada não só em função do ritual, mas também das relações sociais que estas geram”. Ver: MATEO, José. Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

³¹⁵ Obviamente, sabemos que o inventário post-mortem é o retrato de um determinado momento do acúmulo patrimonial de um indivíduo e de sua família, carecendo de dinamismo em termos dos processos de acumulação e das fases mais ou menos prósperas pelo qual passaram. Ver: FRAGOSO, João. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. In: **História quantitativa e serial no Brasil: um balanço**. Goiânia: ANPUH-MG. 2001; FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, vol. 15, n. 28, jul. 2008, p. 57-72; SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

Ainda integrando o patrimônio de Mendanha, as “meias-águas” citadas anteriormente eram aquilo que se poderia atribuir como das casas mais simples do espaço urbano, compostas de uma divisão básica de um quarto, sendo sua denominação fruto do seu telhado, *com apenas uma água, um só plano inclinado*.³¹⁶ No ano do testamento do Mendanha, em 1885, a rua da Varzinha foi rebatizada de *Dona Isabel*, em função da visita da Princesa Imperial à Capital da província. Essa denominação durou poucos anos, pois logo depois da proclamação da República, em 11.12.1889, a homenagem passou ao jovem republicano Demétrio Ribeiro.³¹⁷ A rua localizava-se no centro de Porto Alegre, não estando totalmente calçada nos anos finais do XIX. Essas casas não aparecem na lista final dos bens avaliados, porque, segundo consta em documento anexado ao inventário, elas não pertenceriam mais a Mendanha, que teria se desfeito delas, ainda em vida. Esta informação é descrita da seguinte forma:

Diz Praxedes Antonio da Silva, que Joaquim José de Mendanha, faleceu n'esta cidade com o incluso testamento instituindo o suplicante seu 1º testamenteiro, de que prestou juramento.

O Suplicante muito deseja cumprir e respeitar as ultimas vontades de seo mestre, mas encontra-se em dificuldades de o fazer pois que o testador, naturalmente devido ao abatimento de seo espírito, fez disposições sobre bens que já não lhe pertencião, como sejao as casas da rua de Varsinha, que havia vendido anteriormente a Lourenço Francisco da Cunha, doc. junto, limitando-se postamente as heranças do testador nos bens abaixo assolados, que em rigor poderão valer 200\$00, legados a sociedade de musica que era dirigida pelo finado.³¹⁸

Dos demais bens que aparecem elencados nesta lista, as músicas, das quais muitas já se encontravam em “más condições”, são dos elementos citados aqueles que poderiam, de alguma forma, permanecer até os tempos atuais, mas acredita-se que tenham sido espalhadas entre os seus discípulos, e talvez por isso não tenham ganhado o reconhecimento, como ocorreu com a composição feita para os farrapos.³¹⁹

Em uma pequena retrospectiva trazida no jornal *A Federação*, periódico em que Mendanha por muitas vezes teve seu nome vinculado a convites de eventos e saraus, no ano de 1885, encontramos uma referência àquele maestro. Em algumas linhas dedicadas a ele,

³¹⁶ Fonte: <http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-meia-agua.html> - acessado em 30.01.2017.

³¹⁷ COSTA FRANCO, Sérgio da. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

³¹⁸ APERS. Inventário 320. Inventariado: Joaquim José de Mendanha. Inventariante: Praxedes Antonio da Silva. Porto Alegre, 1916.

³¹⁹ Sobre as partituras de Mendanha, acredita-se que estas se espalharam entre os seus discípulos. No acervo de Cleofe Person de Mattos, uma das maiores estudiosas sobre a música no Brasil, podem se encontrar alguns rascunhos de partituras que, segunda ela, integrariam o acervo Mendanha. Esta documentação teria sido colhida junto ao Doutor Olyntho de Oliveira, médico porto-alegrense, que por sua vez teria conseguido essas partituras através de discípulos do maestro. O material de Person está digitalizado e disponível em: <http://www.acpm.com.br/> Ver ainda: MATTOS, Cleofe Person de. **José Maurício Nunes Garcia – Biografia**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

conseguimos identificar quais aspectos de sua trajetória foram ressaltadas no periódico, e de que forma se buscou apresentar, aos leitores do jornal, o papel deste músico, e sua contribuição para com a sociedade:

O maestro Mendanha

Deixou hontem de existir o velho Joaquim José de Mendanha, que há longos annos residia entre nós.

Quase 90 annos contava o venerado cidadão, que aqui viveu rodeado das considerações que a sociedade tributa aos que a nobilitam pela virtude e pela intelligencia.

Natural da provincia de Minas Geraes o honrado cidadão para aqui veio como professor de uma banda militar.

À música consagrava elle toda a sua alma de artista.

Durante largo período manifestou o seu amor pela música, regendo bandas marciaes e orchestras.

Nas festas religiosas, porém, é que mais se destacou a sua proficiência de professor e compositor.

Como militar, tomou parte no glorioso decennio de 35, alistado nas fileiras legalistas.

A sociedade porto-alegrense sentio profundamente a morte do velho mineiro, e nas demonstrações ltuosas das ceremonias do enterramento fez-se representar por crescido número de pessoas de todas as classes.³²⁰

Interessante analisar que dos pontos destacados nesta publicação, a lembrança de que Mendanha teria participado da Farroupilha, defendendo as forças legalistas, não diminuía, aparentemente, o reconhecimento por todas as outras contribuições sociais deste personagem. Isto se torna também explícito quando se afirma que o referido personagem reunia “pessoas de todas as classes”. Esta colocação é mais um indicativo da popularidade alcançada pelo maestro, resultado das relações estabelecidas nos espaços pelos quais este indivíduo circulou, sendo alguns deles já enfatizados nesta tese, e das “considerações que a sociedade tributava aos que nobilitam pela virtude e pela intelligencia”. Mas embora Mendanha deixasse de participar das festividades dessa cidade, no ano de 1885, seu nome ainda continuaria sendo lembrado através da sua orquestra, que se manteve em atividade até o início do século XX, como indicam os convites para as festividades religiosas:

as 11 horas do dia seguir-se-há a missa solemne na cathedral, com assistência de s.ex.revms. o Sr. Bispo diocesano, se o seu estado de saúde o permitir, e de SS.exs. o Sr. Conselheiro presidente da provincia, o commandante de armas e dr. Chefe de polícia, occupando o coro a excellente orchestra do Sr. Commendador Mendanha.³²¹

³²⁰ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 3 de setembro de 1885.

³²¹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 29 de maio de 1885.

Presentes nas mesmas cerimônias em que estariam figuras ilustres dessa sociedade, como o Bispo, Presidente de Província e o Chefe de Polícia, a orquestra de Mendanha, mais uma vez, reforçava o prestígio adquirido neste período, ao ser chamada para participar de festividades como esta.

Com a morte de seu maestro, a orquestra passaria a ser regida por Lino Carvalho da Cunha e Silva, músico experiente, e um dos instaladores da irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre. Lino assumiria o encargo de manter o trabalho de Mendanha, fazendo com que o grupo de músicos continuasse se apresentando em eventos da cidade, como consta no programa da Festa do Divino Espírito Santo, divulgado no jornal *A Federação*, do ano de 1892:

Programma da festa do Divino Espírito Santo.
Durante as novenas, festa e Te-Deum far-se-á ouvir a orchestra Mendanha, dirigida pelo maestro cidadão tenente Lino Carvalho da Cunha e Silva, cantando solos algumas sras., que gentilmente se apresentam.³²²

Lino Carvalho permanecerá por alguns anos à frente da coordenação desta orquestra, colaborando para que o mesmo também ganhasse certa popularidade, sendo em 1895, ano do seu falecimento, lembrado por *A Federação*, como “um dos melhores discípulos do finado maestro Mendanha”:

Registro mortuário
Deu-se hoje, n'esta capital, o passamento do estimado e inteligente professor de música Lino Carvalho da Cunha e Silva, tenente da guarda nacional.
Foi um dos melhores discípulos do finado maestro Mendanha.
E soube honrar-lhe a memória, dirigindo sempre com a maior proficiência a orchestra Mendanha, a cargo da qual fica sempre a execução da música das nossas solemnidades religiosas.
Era professor de canto e música da Escola Normal.
Victimou-o uma lesão cardíaca.
À sua desolada família apresentamos os nossos pezames.
-as ceremonias do enterramento effectuam-se amanhã.³²³

Eram tempos difíceis para a orquestra. Mendanha, e depois Lino Carvalho, foram perdas significativas para o cenário musical do período, mas, ainda assim, o grupo se manteria unido. Sob nova direção de Lourenço Cunha,³²⁴ que conforme indica o testamento de Mendanha, seria um dos seus afilhados e discípulos, as participações musicais foram mantidas, assim como a referência ao principal mestre. Um exemplo são as missas celebradas

³²² Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 24 de maio de 1892.

³²³ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 7 de dezembro de 1895.

³²⁴ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 27 de dezembro de 1895.

em sua homenagem, anos após sua morte: “Ante-hontem, 14º aniversário do passamento do velho maestro Joaquim José de Mendanha, o seu discípulo Sr. Lourenço Cunha mandou rezar missa na igreja de N. S. das Dores, em suffragio d’alma d’aquelle finado”.³²⁵ Além desse ato, Lourenço não esqueceria o último pedido de seu padrinho, de perpetuar a tradição em relação à missa de Santa Cecília, o qual teria sido grande devoto juntamente com a sua irmandade. E assim, o fez:

Annuncios

Devoção de N. S. dos Navegantes

De ordem do emérito juiz desta devoção illm. Sr. José Francisco da Costa Junior, faço publico que a festividade do presente anno será feita com toda asolemnidade e pompa observando o seguinte programa [...] As 11 horas será celebrada missa solemne com sermão ao Evangelho pelo distincto orador sacro revd. Padre Costabile Hypolito, fazendo-se ouvir o coro Mendanha, dirigido pelo maestro Lourenço Cunha, [...] nessa ocasião se executará a solemne missa Santa Cecília, do sempre saudoso maestro commendador Mendanha.³²⁶

Importante fato a ser destacado é que os discípulos de Mendanha tentaram, à medida que lhes era possível, manterem-se unidos e fortalecidos enquanto grupo, sendo a ajuda mútua um dos princípios que os norteavam. Desde a instauração da Irmandade de Santa Cecília e do seu termo de compromisso, esse seria um dos deveres dos músicos, enquanto integrantes desta confraria. Considerando que muitos dos indivíduos que fizeram parte desta irmandade atuaram na orquestra, eles tinham esses princípios fortalecidos, já há alguns anos. O espetáculo organizado em benefício do *velho músico* Luiz Pereira pode ser um indicativo desta relação:

Theatros e diversões

Benefício

No dia 3 de março deve effectuar-se no S. Pedro um espetáculo dramático, em beneficio do velho músico Luiz Pereira, discípulo do saudoso maestro Mendanha. Promove essa festa de caridade um grupo de amigos, com o auxílio do clube recreativo e instructivo 7 de setembro.³²⁷

De acordo com Felipe Bohrer, que, em seu trabalho de dissertação intitulado *A música na cadência da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no pós-Abolição*, também destacou Luís Pereira como um dos discípulos de Mendanha, o autor lembra que este foi um

³²⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 2 de setembro de 1899.

³²⁶ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 30 de janeiro de 1904.

³²⁷ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 5 de fevereiro de 1907.

dos integrantes da banda de música da Floresta Aurora³²⁸, e que, para além da música, desempenhava a atividade da carpintaria, “o que pode sugerir uma dificuldade de estabilização com o exercício profissional da música” (BOHRER, 2014, p. 154).

Nem todos os músicos do período conseguiram encontrar na sua arte o seu principal sustento. No caso de nomes como o de Mendanha, embora tendo alcançado algum prestígio, este não estaria necessariamente relacionado a algum acúmulo de riqueza, mas ao apreço pela sua arte e pelo respaldo que seu nome passava a ter. Assim, aquilo que objetivamos salientar neste capítulo é que uma das principais heranças deixadas por este maestro estava relacionada ao campo do *imaterial*. Tanto que, mesmo passando-se os anos, pode-se notar que um dos principais qualificadores para seus discípulos era lembrar sua relação com o Mendanha. Esse teria sido um dos grandes legados do maestro, que, para além de conquistar um espaço para si em vida, conseguiu ajudar a estabelecer outros tantos músicos que a ele foram ligados.³²⁹ Dessa forma, a palavra *maestro* indicava um distintivo de prestígio social.³³⁰

Os membros da sua orquestra, por sua vez, esforçavam-se em demonstrar o não rompimento deste laço, que se manteria presente após sua morte, e que se estenderia não só a Mendanha, mas a pessoas queridas por ele. No enterro de Honorio Fernandes de Almeida Porto, outro discípulo e afilhado do maestro Mendanha, antigos músicos da orquestra compareceram para as últimas homenagens, como anunciou o jornal *A Federação* de 1918:

Enterro

Realizaram-se ante-hontem, a tarde, as cerimônias da encomendação e sepultamento do Sr. Honorio Fernandes de Almeida Porto, carteiro aposentado da Administração dos Correios.

A encomendação foi realizada na igreja de N. S. do Rosario, officiando o cônego Dr. Roberto Landelli de Moura.

Occupou o coro a orquestra do Maestro Rocha, coadjuvada por antigos músicos do finado maestro Mendanha, de quem o finado foi discípulo e afilhado.

A archiconfraria de N. S. Rosario, de cuja mesa administrativa o extincto fazia parte, incorporada e de cruz alçada, recebeu o corpo no adro da igreja.

³²⁸ A Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, uma das associações negras mais antigas de Porto Alegre, foi fundada em dezembro de 1872. De acordo com Nara Regina Dubois de Jesus, em *Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS; a análise do processo de recrutamento para direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*, desde a sua fundação, a Sociedade Floresta Aurora é considerada um dos pontos de referência “social e cultural” da população negra da capital gaúcha. A Sociedade Floresta Aurora teria surgido com caráter beneficente, para auxiliar famílias negras em caso de óbito, custeando o funeral e prestando assistência a essas famílias” (JESUS, 2005, p. 52). Ver também: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

³²⁹ Importante registrar que embora Mendanha tenha possibilitado através de sua trajetória, uma maior abertura social a novos músicos, estes espaços, para serem mantidos, exigiriam de seus discípulos o conhecimento dos artifícios de uma manutenção social, tão definidora para garantir uma sobrevivência a este grupo.

³³⁰ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

Fizeram-se representar a devoção de N. S. da Conceição, redacção do O Exemplo, Beneficencia Porto Alegrense, empregados dos correios e avultado número de assistentes bem como o antigo conselho da sociedade Floresta Aurora.³³¹

Honório de Almeida Porto era irmão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, desde 1858. Sua matrícula foi feita ao mesmo tempo em que a de seu irmão, Conrado Álvaro de Almeida Porto. Eram filhos de Antônio Fernandes Porto, que matriculou-os na irmandade de sua devoção ainda crianças, Conrado com 4 e Honório com 10 anos de idade.³³² Honório, de qualquer forma, assumiu esta faceta da devoção paterna, e continuou militando, devocionalmente, ao lado da Imaculada Conceição, onde o encontramos na sessão de 24 de setembro de 1878, ao lado de Aurélio Viríssimo de Bitencourt e Joaquim José de Mendanha. A Irmandade da Conceição, onde esses indivíduos *negros* rezavam e se sociabilizavam, reunia os devotos *pardos* de Porto Alegre.³³³ Identificar a *cor* desses sujeitos por vezes é complicado, já que um dos *benefícios* de seus lugares nas hierarquias sociais e raciais do período era a invisibilidade de seu pertencimento racial, nos registros públicos. Em outros casos, entretanto, já foi verificado que o momento do óbito era revelador destas conformações de mestiçagem, como se pode constar abaixo:

Aos treze do mez de Agosto de mil novecentos e dezoito, nesta cidade de Porto Alegre e cartório de Registro Civil de nascimentos e obitos, compareceu João Corrêa, e exhibindo atestado do doutor Paula Esteves, declarou que hontem, ás desenove horas e 15, á rua vinte e oito de Setembro, 39, do quinto districto municipal, faleceu sem declaração de moléstia, Honorio Fernandes de Almeida Porto, filho de (segue-se espaço em branco) *côr mixta*, natural d’este Estado, profissão (segue-se espaço em branco) estado casado com dona Maria da Gloria de Almeida Porto.³³⁴

Nos convites para as missas de falecimento de Aurélio Viríssimo Bittencourt e José Maria Fernandes, no ano de 1919, podemos verificar, para além da influência do padre José Maurício Nunes Garcia neste ritual, a presença de alguns dos nomes dos músicos da antiga orquestra Mendanha:

³³¹ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 15 de agosto de 1918. Importante enfatizar que, assim como outros discípulos, Honório também teria mais de um ofício, o de carteiro. A relação com a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que era uma irmandade de homens *negros*, bem como com a da Nossa Senhora da Conceição, a redacção do jornal *Exemplo* (jornal conhecido no seu período pela militância negra exercida), além do antigo conselho da sociedade Floresta Aurora, evidenciam-se alguns dos vínculos cultivados por este personagem. Assim como Mendanha, Honório Porto teria aprendido a importância de manter laços e de se associar a determinados grupos como uma forma de “proteção”.

³³² AHCMPA – Livro de Matrícula da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, folha 246. Em 1879 o mesmo livro registra o falecimento de Conrado.

³³³ TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades, Igreja, devoção no sul do império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008; ALMEIDA, Vinicius Furquim; MOREIRA, Paulo. **Os pardos da Imaculada: Trajetórias e agências negras na irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX)**. No prelo.

³³⁴ APERS. Processo Judicial/Inventário. Comarca de Porto Alegre. Processo nº 3605, fl.6, grifos meus.

Amanhã, as 8 horas, serão rezadas na Matriz de N. S. das Dores missas por alma do coronel Aurélio Viríssimo Bittencourt e do Sr. José Maria Fernandes Granja, prior e vice-prior da Venerável Ordem Terceira, e falecidos, respectivamente, a 20 e a 23 de agosto findo. [...] Occuparao o coro executando o “Requiem” do Padre Mauricio, os sobreviventes da antiga orchestra do velho finado Maestro Mendanha e que são os srs. Joaquim J. da Rocha, Luiz Joaquim Pereira, Antonio Arnaldo, Belmiro Antonio da Siilva, Praxedes da Silva, Modesto dos Santos, José Lopes de Sá, Feliciano Antonio Vieira e Francisco Augusto Guimarães.³³⁵

Dessa geração que compartilhou de importantes espaços e aprendizados com o maestro, o nome de Praxedes Antonio da Silva ganhou certo destaque. Foi a ele que Mendanha incumbiu as principais tarefas registradas em seu testamento, e foi ele um dos últimos remanescentes desse grupo de músicos. O jornal *Exemplo* de 1919, ao registrar seu falecimento, de alguma forma também sinaliza, depois de muitos anos atuando junto à sociedade porto-alegrense, o provável desaparecimento da orchestra Mendanha³³⁶:

Registro lutuoso

Praxedes Antonio da Silva

Temos a noticiar hoje, o trespasse ocorrido a 15, nesta capital, do conhecido e bemquisto cidadão Praxedes Antonio da Silva.

Era um dos poucos remanescentes da antiga orchestra da fundação e regência do saudoso professor Mendanha.

Em sua mocidade era o Praxedes figura obrigada nas festas familiares, pois era um encanto ouvil-o em suas apreciadas canções.

Outr’ora foi estabelecido com colchoaria a rua dos Andradas, tendo estado por longo tempo no Rio de Janeiro, ausente de sua terra natal, devido aos acirrados ódios políticos que infelizmente sobreviveram durante o agitado período revolucionário de 1893.

Mas tarde, esquecidas aquelas tenebrosas luctas, Praxedes regressou ao seu lar, cheio de saudades e parecia rejuvenescido quando recordava-se do seu passado de tolgasão no bom convívio dos amigos.

Causou por isso, grande pesar a sua morte na roda de seus amigos, que em grande número affluiram as cerimonias fúnebres, realizadas na manhã de 16.

Paz a sua alma.³³⁷

Ainda que seja um trabalho a ser recomendado, nesta tese não nos propomos a rastrear os discípulos deste maestro e suas trajetórias, ao longo do cenário musical do século XX, pelo fato de que avançaríamos demais no recorte temporal proposto neste trabalho. Aquilo que

³³⁵ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 22 de setembro de 1919.

³³⁶ *Exemplo*, periódico fundado em Porto Alegre no ano de 1892, dirigido a *elite negra* do período, foi fundado para “posicionar-se contra o preconceito racial vigente na sociedade gaúcha e para pugnar pela ‘instrução’” (SANTOS, 2011, p. 106). Desta forma, este jornal, ao fazer menção a um dos discípulos do maestro, sendo que a maioria dos indivíduos que integravam este grupo eram “homens de cor”, indica uma relação entre esses agentes e uma valorização pelo seu trabalho junto à sociedade deste período. Consultar: SANTOS, José Antonio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

³³⁷ Jornal *O Exemplo*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1919.

buscamos é apontar a presença de sua orquestra, mantendo os espaços sociais conquistados por Mendanha, e levando seu nome para além do período Imperial. A permanência deste grupo – em boa parte composta de indivíduos *negros* ou *pardos* – pode ser considerada uma das heranças do maestro, e uma das importantes contribuições deixadas para a sociedade Porto-Alegrense.

O sul do Brasil, desde meados do século XIX, encontrava-se em fase de crescimento cultural, e Mendanha, como mais um agente social, conseguiu realizar dentro daquilo que lhe era possível, pequenas interferências. Viver da música foi e continuaria sendo algo bastante desafiador, nem todos os outros músicos que vieram depois de Mendanha teriam esta mesma oportunidade. Por isso, constatamos a frequente necessidade de utilizar-se, dentro do possível, das mesmas redes, e tentar permanecer em alguns dos espaços por ele antes ocupado. Seus discípulos souberam e reconheceram a importância dos acessos conquistados pelo maestro, e o quanto eles deveriam ser preservados, nesse sentido Mendanha foi um *legado*, um *patrimônio imaterial* daquele grupo de músicos *não-brancos*.

Desta forma, mostrar a presença deste grupo organizado por Mendanha, cujos integrantes tiveram, como ele, a música como seu grande referencial, evidencia que, dentro dos limites encontrados por um homem *pardo* na sociedade do século XIX, suas ações, e os frutos oriundos dela, foram tão consistentes ao ponto de ultrapassarem seu próprio tempo.

A música foi a porta de entrada para muitos personagens que, como Mendanha, tiveram os espaços restringidos por uma hierarquia social e racial que se consolidava cada vez mais excludente. Arelado a este ofício, um conjunto de relações e atributos sociais se fizeram necessários. Eram estes elementos que, reunidos pelo maestro, possibilitaram uma determinada ascensão social, e garantiram sua manutenção ao longo dos anos. Favorecido também pelo contexto musical da época, Mendanha conseguiria, mesmo com a presença de outros importantes músicos, ter seu talento admirado por um público cada vez maior. Deste modo, sua trajetória é reflexo de um conjunto de fatores que, quando somados, permitiram a construção e o reconhecimento de seu nome. Essa seria, talvez, sua principal herança, que não foi medida em pecúlio, mas que poderia ser compartilhada, infinitamente, através de cada pessoa que comungasse dos seus ensinamentos.

Outro legado vinculado ao maestro ainda é entoado nos dias atuais através da execução do Hino Rio-Grandense. Apesar de todas as contribuições deixadas por Mendanha, foi a sua composição, ainda quando militar, para os farroupilhas que ganhou maior destaque por parte da historiografia. Não sabemos se foi o hino de fato a produção que mais o orgulhou, visto que, quando musicado, encontrava-se prisioneiro de guerra, como já

anunciado no início desta tese, de quem o encomendou: os farrapos. Mas, seguramente, foi esse trabalho que manteve seu nome presente em diversos eventos, com o passar dos séculos, ao ser sua música adotada como um dos símbolos oficiais do estado do Rio Grande do Sul.

Entre este processo de composição e a consolidação deste Hino, houve algumas controvérsias por parte da historiografia, e ainda existem alguns questionamentos, nos quais passaremos a nos deter agora.

6.3 A OFICIALIZAÇÃO DO HINO RIO-GRANDENSE

Em uma historiografia que por muito tempo buscou silenciar a participação de indivíduos que a seu ver não se enquadravam no padrão “homem – *branco* – protagonista”, perdeu-se ao longo dessas narrativas páginas importantes da história do Rio Grande do Sul e do Brasil no período Imperial. Ao esquecer determinados agentes, ignorou-se o fato de que a história foi feita por homens e mulheres, que poderiam ser *brancos, negros, pardos, mulatos* ou pertencentes a alguns dos muitos léxicos construídos para identificar a grande diversidade social existente neste país. Cometeu-se o grande equívoco de não lembrar que a palavra protagonista se enriquece ainda mais quando usada no plural, porque, até mesmo quando o enfoque passa a ser uma trajetória, sabe-se que ela é apenas um fio condutor, uma das partes integrantes que nos ajudam a pensar um contexto maior.³³⁸

E entre essa seletividade de informações, por muito tempo não foi mencionado que os responsáveis pelos considerados principais símbolos do estado do Rio Grande do Sul (sua bandeira e seu hino) tinham a assinatura daqueles que então eram vistos como *homens de cor*.³³⁹ Joaquim José de Mendanha ainda aparece superficialmente em publicações sobre a cidade de Porto Alegre, ou quando é feita alguma referência a autoria do hino do estado, fato que não acontece muitas vezes com sua *cor*. Esta, em pouquíssimos casos, foi sugerida, colaborando desta maneira para que uma história engessada, limitadora e tendenciosa ganhasse cada vez mais espaço.

³³⁸ Para Sabina Loriga, “em outros termos, o que está em jogo para o historiador não reside nem no geral nem no particular, mas em sua conexão” (LORIGA, 2011, p. 226).

³³⁹ De acordo com a Lei Nº 5.213, de 5 de janeiro de 1966. “Capítulo 1. Artº 1º - São símbolos do Estado do Rio Grande do Sul: a) a Bandeira b) o Hino e c) as Armas descritos e caracterizados nesta Lei”. Como já frisamos neste trabalho, a autoria da bandeira Rio-Grandense foi atribuída, segundo alguns autores, a Bernardo Pires e José Marianno de Mattos, sendo este último, um *mulato*. Ver: MARQUES, Letícia Rosa. **José Marianno de Mattos**: Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Sendo assim, começaremos falando sobre o Hino Rio-Grandense, enfatizando que o indivíduo a quem se atribuiu a responsabilidade pela composição da sua música era um maestro, mineiro e *PARDO*. Dito isso, lembramos também que existiram algumas controvérsias durante o processo de oficialização desse que foi, inicialmente, o Hino dos Farrapos.

Mesmo que ao longo deste trabalho tenhamos defendido que não podemos reduzir Mendanha apenas a esta composição, torna-se inevitável referir-se a ela, por ser a produção musical mais conhecida deste personagem. Buscando não cair na armadilha que a historiografia já armou, de limitar a atuação deste maestro, abordaremos esse processo de instauração do Hino Rio-Grandense como sendo mais um dos legados deixados por Mendanha.

O início dessa história pode ser acompanhado ainda no início desta tese, com a batalha de Rio Pardo e a atuação de Mendanha na guerra civil Farroupilha. Mas entre a composição da música para os farrapos e a adoção dela enquanto hino oficial do estado, quase um século se passou. Antonio Corte Real, em sua obra *Em torno da música do Hino Rio-Grandense*, que recebeu o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para a publicação de sua monografia, ainda é um dos principais trabalhos que se dedicaram a abordar a História do Hino Rio-Grandense. De acordo com este autor, o processo de adoção deste hino teria se iniciado em fins do século XIX:

Proclamada a 15 de novembro de 1889 a República Brasileira, o aludido hino, por simbolizar, sua música e sua letra, o idealismo da epopéia farroupilha, passou a ser o hino do Estado do Rio Grande do Sul, denominando-se então Hino Rio-grandense, por anuência popular. Deve-se a primeira letra do supracitado hino a Serafim Joaquim de Alencastre. Ulteriormente, Francisco Pinto da Fontoura escreveu uma segunda letra, que gozou de uma maior popularidade do que a primeira (CORTE REAL, 1976, p. 17).

Neste período, houve alguns questionamentos, e surgiram publicações que objetivavam esclarecer a história desta música. Uma das manifestações que ganharam notoriedade foi a do rio-pardense José Gabriel Teixeira, e que teve espaço nas páginas do jornal *A Federação*, em fins do século XIX. Tal fato se dava, segundo Antonio Corte Real, por não existir o original ou alguma cópia do citado hino, fazendo com que Teixeira, que “em seus verdes anos, por várias vezes o ouvira cantar, inclusive por ocasião de sua primeira execução a 6 ou 7 de maio de 1838, grafa-o por reminiscência para canto e piano, em 1887” (CORTE REAL, 1976, p. 17).

Em impresso localizado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, encontramos o texto por ele produzido, e mandado distribuir gratuitamente, no qual se propõe a esclarecer a história deste Hino. Esse material, que também foi enviado para o jornal *A Federação*, trazia ao longo de suas linhas, os seguintes argumentos:

Tendo os jornaes da Capital da província há poucos meses, dado notícia de haver sido impressa e publicada por uma das Revistas musicaes ultimamente alli fundadas a música do hymno republicano Rio-grandense, li com prazer aquella noticia, porque presenciei os factos que concorrerão para ser composto aquele hymno, o qual ouvi tocar e cantar diversas vezes, inclusive a primeira, após sua composição.

Não tendo visto a música daquelle hymno, que fora publicado, ouvi porem, no dia 20 de setembro ultimo, a execução d'ella por uma banda de música marcial, cauzando-me desagradável surpresa, e desprazer, pois que em vez de ouvir tocar o verdadeiro hymno official da ex-republica Rio-grandense, tão meu conhecido em outros tempos, ouvi tocar a popular e corriqueira canção, que nos tempos da revolução de 35, era conhecida pelo denominativo “ Senhor Netto, vá-se embora” e esta mesma alterada em sua original simplicidade, por acréscimo de notas musicaes, introdução e coda, que ella nunca teve em outros tempos.

Essa canção, não é, e nunca foi considerada como hymno republicano ou legal, e nem o podia ser, porque além de ter somente uma parte musical, é de caráter campesino, faltando-lhe todos os requisitos exigidos nas composições dos hymnos marciaes.³⁴⁰

De acordo com José Gabriel Teixeira, a autoria da música por parte de Mendanha seria inquestionável. Ele apresentava como argumento sua presença nos atos em que o hino havia sido entoado, assim como a existência de outras pessoas de sua época espalhadas pela Província, que poderiam atestar suas colocações. Segundo ele:

Esse hymno foi composto por Joaquim José de Mendanha, logo depois do combate de 30 de abril de 1838, em que o exército republicano derrotou o legal, n'esta então Villa de Rio Pardo, pois que Mendanha, com toda a banda de música de que era mestre, ficou prisioneiro. Foi cantado pela primeira vez em um baile oferecido a officialidade republicana, no dia 6 ou 7 de maio daquelle anno.

Passados dias, segui Mendanha, com a banda para Piratiny, capital da República, e ali deu a música do novo hymno que compusera, já então passado para piano e canto, a muitas pessoas, tornando-se dahi em diante muito conhecido, pois que não só era cantado ou tocado nos actos officiaes da republica Rio-grandense.

Ainda existem na capital, como em outros pontos da província, muitas pessoas que ouvirão cantar ou tocar este hymno, como sendo o hymno official da ex-republica Rio-grandense, invoco o testemunho dessas pessoas, para depois de ouvi-l-o dizerem se esta elle ou não igual ao original e sem alteração na melodia desde a introdução.

Além d'esta música só para piano, escrevi outra para piano e canto, com as quadras que para o hymno forao compostas em maio de 1838, dessa música para piano e canto em 19 do mez passado, offereci um exemplar manuscripto a redação da Federação.³⁴¹

³⁴⁰ IHGRGS, Fundo Bernardo Pires, N°458.

³⁴¹ IHGRGS, Fundo Bernardo Pires, N° 458.

Teixeira esforçou-se em divulgar aquilo que para ele seria a verdadeira história do hino. Com uma leitura dos acontecimentos carregada de apreço e boas lembranças da Revolta de 35, finaliza o seu texto, escrito praticamente em tom de manifesto, da seguinte maneira:

Breve farei tocar em público, por uma das bandas de música d'esta cidade, este hymno, para que o já foi elle posto em partitura e, isto porque existindo aqui oito ou dez pessoas que ouvirão o hymno republicano e o conhecem, quero que ouçam este hymno, e dêem opinião a respeito delle, e estou convencido que o reconhecerão como o verdadeiro hymno republicano rio-grandense, e nem o podem desconhecer. O motivo que me levou a escrever este hymno pela reminiscência que d'elle tenho, embora o deixasse de ouvir, há 48 annos, foi desfazer um engano, do qual resulta a geração presente, suppor que os tão decantados republicanos Rio-grandenses de 1835, não primavão em gosto musical, na escolha de seus hymnos guerreiros. Sou admirador dos feitos daquelles antigos republicanos Rio-grandenses, entre os quaes, glorio-me de haver tido irmãos, que affrontarão perigos e perseguições, expondo seus peitos as balas em muitos combates, desde os primeiros movimentos revolucionários de 1835, até o dia 1 de março de 1845, em que foi proclamada a paz entre o Império e o malogrado Estado Republicano Rio-Grandense, em memória, pois, desses meus irmãos, em homenagem aos bravos guerreiros que naquella luta hercúlea, tão alto levarão o nome dos filhos desta heróica província, e sobretudo como um tributo, devido a verdade, é que dei-me ao trabalho de recordar alguns poucos conhecimentos que tive da arte musical, abandonados, há vinte e cinco annos, a música deste hymno que mandei imprimir e será distribuída gratuitamente, concorrendo para que não caia na voragem do esquecimento, ou continue invertido o "Hymno Republicano Rio-Grandense".

Rio Pardo, 12 de novembro de 1887.

José Gabriel Teixeira³⁴²

Mesmo bastante engajado, Teixeira não conseguiria impedir que outras publicações a respeito da autenticidade dessa composição fossem lançadas. Um exemplo é a matéria também divulgada em *A Federação* do ano de 1892, que traz aquilo que poderia ser um dos possíveis esboços de letra que acompanhariam a música de Mendanha:

Hymno

Um amigo do Diario Popular de Pelotas, obsequiou-o com a cópia de um velho manuscrito encontrado entre papeis antigos de sua família. Esta poesia do hymno da Republica de 35 é, segundo parece, diversa da que já tem sido publicada:

Hymno Nacional da República Rio-Grandense, cantado pela primeira vez a 30 de abril de 1839.

-Música do professor Mendanha, que foi prisioneiro no ataque do Rio Pardo.

Poesia de Paulino Fontoura.

Estribilho

A's armas, rio grandense!

Valor e patriotismo!

Faça-os sem piedade

Cruel guerra ao despotismo!

Nobre povo rio-grandense e,

Povo de eroes, povo bravo!

³⁴² IHGRGS, Fundo Bernardo Pires, N° 458.

Conquistaste a independência
Nunca mais serás escravo!

Avante, oh povo brioso!
Nunca mais retrogradar!...
Porque atrás fica o inferno
Que vos há de sepultar!

O majestoso progresso
E' preceito divinal,
Não tem melhor garantia
Nossa ordem social.

O mundo que nos contempla,
Que péza nossas acções,
Bemdirá nossos esforços
Cantará nossos brazões!

Maldito seja dos homens,
Dos viventes desprezado,
O que mostrar nos combates
Coração acobardado!³⁴³

Embora a autoria da letra dessa versão seja atribuída a Paulino Fontoura, a música é referenciada como sendo do maestro Mendanha. Além dessa publicação, outros artigos questionariam a autoria desse hino. Segundo Corte Real, tais atitudes não passariam de “uma fantasia literária”, quando se tentou espalhar que a música composta por Mendanha teria sido plágio de uma valsa vienense de Strauss.³⁴⁴

Corte Real, ao se pronunciar em seu trabalho sobre o assunto, usa como argumento que

a personalidade de Mendanha, já por nós esboçada inicialmente, não se coaduna com o ato que lhe é imputado injustamente, qual seja o de transmutar uma valsa vienense em hino cívico, já que tal procedimento expressaria falta de gratidão pelo trato cavalheiresco que lhe proporcionaram os adversários, desde o primeiro momento de seu aprisionamento, e quebra de ética profissional (CORTE REAL, 1976, p. 21).

Esse cenário de grandes interrogações a respeito do Hino faria com que João Gabriel Teixeira se pronunciasse novamente, em artigo agora publicado pelo *Almanaque Literário e*

³⁴³ Hemeroteca digital da BN. Jornal *A Federação*, 15 de março de 1892.

³⁴⁴ Segundo Corte Real, “como é notório, os Strauss constituem uma família de músicos vienenses da qual dois membros distinguem-se sobremodo, na qualidade de compositores de valsas que conquistaram popularidade mundial e, particularmente, em todo o território sul-rio-grandense. Trata-se de Johann Strauss pai (1804-1849), e Johann Strauss filho (1825-1899), primogênito daquele e o mais eminente membro da família” (1976, p. 21). Corte Real descarta a possibilidade de plágio. Para ele, “a frescura melódica e o ritmo estonteante de suas valsas não podem de forma alguma encontrar sua linha de altitudes na linha melódica do contexto da melodia Hino Republicano Rio-Grandense, por serem elas divergentes” (1976, p. 22).

Estatístico do Rio Grande do Sul.³⁴⁵ Teixeira, em sua defesa, ao descrever seu objetivo quando reproduziu a música através de suas lembranças pessoais, menciona que “não fui levado por outro móvel mais que o desejo de restabelecer a verdade histórica daquela música, que, devido a uma errônea tradição, fora substituída por uma corriqueira canção popular muito em voga nos tempos da Republica Rio-Grandense” (TEIXEIRA, 1911, p. 151-152).³⁴⁶

Foi uma infeliz idea essa que tive de fazer reviver aquelle hymno, arrancando-o do esquecimento em que se achava, e no qual melhor fora ter continuado! Sim: foi uma infeliz idea, repito, e explico porque: No retiro obscuro em que vivo, alquebrado pelos annos, soffrendo de enfermidade dos órgãos visuaes, as mãos tremulas quase impossibilitando me o escrever e sem possuir os necessários conhecimentos para entreter discussões jornalísticas, mesmo assim é esta a terceira vez que sou forçado a vir à imprensa, em defeza da autenticidade e verdade histórica daquelle hymno, que, sem o menor interesse, espontaneamente, arranquei do olvido em que se achava mergulhado (TEIXEIRA, 1911, p. 152).

Teixeira (1911, p. 153) faria referência aos questionamentos levantados sobre o hino, em especial os feitos por Joaquim Francisco Assis Brasil, uma das principais lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense³⁴⁷, que sugeria que a canção intitulada “Senhor Netto”, fosse a origem do Hino dos farrapos, bem como defendia que a música encomendada a Mendanha enquanto prisioneiro de guerra, teria sido esquecida e executada apenas pela banda prisioneira deste maestro. Como argumento, Teixeira registra em seu artigo que o hino republicano rio-grandense composto pelo maestro teria tido um alcance popular no período, e que não seria conhecido pela geração da segunda metade do século XIX, visto que os antigos republicanos rio-grandenses voltaram à comunhão do Império, fazendo com que o mesmo deixasse de ser tocado, mas não esquecido por completo. Segundo Teixeira, “mesmo assim grande é o número de pessoas que ainda o conhecem daquelles tempos, e algumas que o cantaram. Era elle tocado ou cantado por senhoras, ao piano, sendo que nos bailes offerecidos a chefes republicanos, era de estylo ser cantado no começo delles” (TEIXEIRA, 1911, p. 155). Assim, responde para Assis Brasil, lembrando que “realmente, a única banda de música

³⁴⁵ O segundo texto de João Gabriel Teixeira, intitulado “Hymno republicano rio-grandense”, teria sido um artigo que por muitos anos esteve em poder do Dr. Graciano Azambuja e que este, ao deixar a direção do *Anuario do Rio Grande do Sul*, remeteu para ser publicado no *Almanak*.

³⁴⁶ O trabalho realizado por João Gabriel Teixeira foi descrito pelo mesmo, ao mencionar que “o exemplar do hymno somente escripto para piano mandei o imprimir a minha custa e o distribui gratuitamente por todos os clubs republicanos então existentes no Brazil, a toda imprensa da capital e a muitos jornaes de outras localidades, bem como em larga escala a pessoas particulares desta e de outras cidades deste Estado” (TEIXEIRA, 1911, p. 152).

³⁴⁷ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi poeta, historiador, publicista e político. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, teve participação ativa no período da propaganda republicana, sendo uma das principais lideranças do partido Republicano Rio-Grandense. Ver: MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

marcial que tocou aquelle hymno, no tempo da republica rio-grandense, foi a de Mendanha, mas isso pela razão muito simples de ter sido aquella a única banda de música marcial que durante o decennio revolucionário teve a Republica Rio-Grandense” (TEIXEIRA, 1911, p. 156).

Mas Teixeira extrapolaria nos seus argumentos, ao defender tão veementemente aquilo que ele considerava ser a verdadeira história desta composição, quando ao remeter ao episódio da Guerra Civil dos farrapos, em que Mendanha teria sido aprisionado pelos farroupilhas, o descreveu da seguinte forma:

Delfino chamava-se um capitão dos farrapos que o aprisionou, isto é, que o encontrou com toda a banda, no lugar em que se achavam refugiados. Esse capitão, generoso e compassivo, como soem ser os valente, encheu-os de caricias e confortos naquelle amargurado transe. Não eram guerreiro que elle encontrara para aprisional-os, eram cultuadores da bella arte musical que a sorte lhe deparara. Regorgitando de prazer pela bella aquisição que tinha feito, marchou triumphante na frente da banda, ao som de uma linda peça de música, até o ponto onde se achavam os guardas do quartel general (TEIXEIRA, 1911, p. 157).

Com uma escrita carregada de patriotismo, de quem considerava a Farroupilha um episódio a ser lembrado, e até mesmo venerado, Teixeira atribuiu um caráter benevolente à Batalha de Rio Pardo, mesmo quando se tinha registros de que o comandante do batalhão de Mendanha, assim como muitos outros soldados, haviam sido mortos em combate. Certamente, os prisioneiros de guerra não foram recebidos com grandes “carícias e confortos”, assim como, após verem os corpos de seus companheiros espalhados pelos campos de guerra, não teriam marchado até o quartel general entoando uma linda peça de música (ou até poderiam tê-lo feito se o capitão responsável por este traslado não fosse tão “generoso”, como anunciado por Teixeira).

Essa nova preocupação em buscar reafirmar a história do hino rio-grandense ganha força no final do século XIX, juntamente com o processo que antecederia a Proclamação da República no Brasil. Luiz Alberto Grijó, em *A elite do Partido Republicano*, destaca que os ativistas político-partidários rio-grandenses, que defendiam o estabelecimento de uma República no Brasil, “procuraram se apropriar da Revolução Farroupilha a fim de instrumentalizar esta apropriação na luta político-partidária da década de 80 do século XIX” (GRIJÓ, 2010, p. 29-30). E dentro dessa conjuntura, a busca pelo enaltecimento de alguns

personagens, bem como de símbolos que reforçassem esses seus ideais, ganharam cada vez mais espaços nas publicações do jornal *A Federação*.³⁴⁸

Essas controvérsias em relação à autoria do hino adentrariam o século XX, quando, próximo ao centenário da Revolta Farroupilha, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul optou pela adoção da letra de Francisco Pinto da Fontoura, que constituiria mais tarde a letra oficial do Hino Rio-Grandense (Corte Real, 1976, p. 18-10). Porém foram feitas algumas alterações, que, de acordo com Corte Real, teriam sido definidas por uma comissão, da qual fariam parte professores de música de cada escola pública de Porto Alegre, sendo aprovada na Assembleia Geral da Sociedade Rio-Grandense e no Instituto Histórico.³⁴⁹

A 7 de janeiro de 1966 publicou o “Diário Oficial” do Estado do Rio grande do Sul a lei de número 5.213, de 5 do referido mês e ano, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos deste Estado, lei essa que se deve as preliminares de um planejamento consolidado em anteprojeto de autoria de Getúlio Marcantônio. Acerca do hino, diz a aludida lei, em seu artigo sétimo: “O Hino é o que se compõe da música de Joaquim José de Mendanha, com harmonização de Antonio Corte Real e orquestração do mesmo para piano, orquestra e banda (anexo nº2), com versos de Francisco Pinto da Fontoura, estes de forma abreviada consagrada pelo uso popular: a primeira a última estrofe do poema original com o estribilho (Anexo nº 3) (CORTE REAL, 1976, p. 23).

O anexo nº 3 referido por Corte Real, como podemos constatar a seguir, refere-se à letra que seria adotada ainda nos dias atuais:

ANEXO N.º 3 HINO RIO GRANDENSE
Poema de Francisco Pinto da Fontoura

Como a aurora precursora
do farol da divindade,
foi o Vinte de Setembro
o precursor da liberdade.

Estribilho Mostremos valor, constância,
nesta ímpia e injusta guerra,
sirvam nossas façanhas
de modelo a tôda a terra
Mas não basta prá ser livre
ser forte, aguerrido e bravo;
povo que não tem virtude,
acaba por ser escravo.

Estribilho Mostremos valor, constância, etc.³⁵⁰

³⁴⁸ Na edição de n. 274, de 3 de dezembro de 1887, o referido jornal traz em sua primeira página o Hymno Republicano Rio Grandense composto por Joaquim José de Almeida, na versão de João Gabriel Teixeira.

³⁴⁹ De acordo com Corte Real, as alterações se fizeram necessárias para que a música pudesse ser executada também no piano.

³⁵⁰ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Gabinete de Consultoria. Legislativa LEI Nº 5.213, de 5 de janeiro de 1966.

Em 11 de setembro de 1968, ela foi retificada, e, na nova redação, constaria que “o Hino é o que se compõe da revisão da música de Joaquim José de Mendanha, realizada por Antonio Tavares Corte Real, com versos de Francisco Pinto da Fontoura” (CORTE REAL, 1976, p. 24). A partir desta data, passava a ser atrelado, em definitivo, o nome de Mendanha à autoria da composição da música do Hino Rio-Grandense. O antigo maestro seria escutado em lugares por ele jamais imaginados, por um público que, sem o conhecer, passaria a ter como principal referência de sua biografia apenas essa composição.

Não seria esse um dos desejos da maioria dos músicos, consolidar seu nome através de uma produção que ganharia de certa forma um importante respaldo ao longo dos anos? Talvez. Conseguir sobreviver de sua arte em tempos em que esta, mesmo sendo bastante apreciada, na maioria das vezes não traria o retorno financeiro almejado, já poderia ser sinônimo de algum sucesso.

Não se pode comparar interesses nem trajetórias, uma vez que “o sujeito se movimenta de forma diferente, de acordo com as suas relações”, e essas são múltiplas e variáveis. “Provido de um sobrenome, de um nome e de um pouco de história, cada personagem pensa, olha e sente as coisas a seu modo” (LORIGA, 2011, p. 208). Mas é através desta diversidade contida em cada história que se encontram fragmentos necessários para a compreensão de questões maiores e que ajudam a refletir sobre esse Brasil Oitocentista.

Fazer referência à composição do Hino Rio-Grandense no capítulo que inicia este trabalho e explorar um pouco de sua história apenas no final desta tese, após termos perpassado por alguns dos muitos momentos que integram a trajetória de Mendanha, nos faz refletir se dos caminhos pelos quais o maestro passou, os lugares pelos quais atuou, teria sido o hino a sua grande marca? Até mesmo porque não só as suas ações podem ser o principal referencial de um personagem. Como argumenta Loriga, os medos e as angústias de um indivíduo dizem tanto ou mais sobre uma trajetória, onde “o que não fez é talvez tão importante quanto aquilo que fez” (LORIGA, 2011, p. 33).

Não encontramos referências em jornais após a Farroupilha à relação de Mendanha com a sua composição. Ao que tudo indica, ela teria sido um elemento que proporcionou certo reconhecimento e circulação a um “forasteiro” em terras sulinas, mas que não foi seu alicerce principal, já que este personagem buscou consolidar seu nome também através de outros envolvimento culturais e associativos.

Leopoldo Freitas, natural de Porto Alegre, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo³⁵¹, ao destacar algumas das lembranças que teria deste maestro, escreve que “algumas vezes, ouvimos o velho maestro Mendanha conversar com o nosso querido tio e educador conselheiro Leopoldino de Freitas acerca dos episódios daquela revolução, e numa dellas declarou que a instrumentação da música para o hymno custara-lhe muito trabalho” (FREITAS, 1911, p. 149). Ainda de acordo com Freitas,

no decorrer de 1883 a 1885, quando a propaganda republicana, orientada na imprensa pela Federação, começou a desenvolver-se, o maestro Mendanha, nas ocasiões em que ouvia o hymno da Republica, dizia: “Ora, estão a fazer-me lembranças dos tempos de moço e de tanto perigo” (FREITAS, 1911, p. 149).

Tal colocação, embora frágil, baseada apenas em relatos e em memórias, poderia ter alguma coerência se tivesse realmente sido proferida pelo maestro. Se, por um lado, participar da Guerra dos Farrapos, e de tempos de “tanto perigo”, pudesse de alguma forma valorizar essa parte de sua trajetória, passada em um período de intenso belicismo, a composição do Hino, por sua vez, por ter sido feita sob as forças “inimigas”, talvez não trouxesse as melhores lembranças para este indivíduo, e por isso não fosse à obra pelo qual gostaria de ser lembrado. Mas independente do ponto de vista deste personagem, a vinculação do Hino com sua vida não era mais apenas uma escolha particular, já que a sua produção, assim como todas as suas ações e os elementos que compõem a sua trajetória, tornar-se-iam reféns de uma história que, como passaremos a ver, é seletiva, inconstante e mutável.

6.4 O (RE)LEMBRAR DA HISTORIOGRAFIA: MENDANHA E AS PÁGINAS QUE (NÃO) FORAM ESCRITAS

“O finado maestro commendador Joaquim José de Mendanha era merecedor de uma biographia, elle bem serviu sua arte durante uma longa existência honrada e laboriosa” (FREITAS, 1911, p. 150). É com essas palavras que Leopoldo Freitas encerra seu texto sobre o Hino Rio-Grandense, publicado no *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, do ano de 1911. O autor, a quem a historiografia recorrerá anos mais tarde por ter sido um

³⁵¹ Historiador, jurista, biógrafo e conferencista, Leopoldo Cruz de Freitas, indivíduo *negro*, nasceu em Porto Alegre, em 27 de setembro de 1865, sendo filho de Manoel Pinto de Lacerda e Adelaide Leopoldina Cruz de Freitas, e irmão do Alcides Cruz. Construindo grande parte de sua carreira em São Paulo, obteve destaque na imprensa e em outras instituições culturais, ao ser funcionário da Biblioteca do Arquivo Público, professor do Instituto e Letras e membro do IHGSP, no Rio Grande do Sul atuou como juiz distrital em Pelotas. Ver: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978, p. 232-233.

dos indivíduos que na época teve contato com o maestro, deixou registrado elementos dessa relação, ao afirmar que o músico “era um typo de ancião bastante sympathico e muitas vezes vimol-o de visita em nossa casa” (1911, p. 149). Ainda sobre suas impressões, lembra que

quando o conhecemos já era bastante idoso; desempenhava as funções de mestre de capella na Cathedral de Porto Alegre, dirigindo a orchestra e os coros nas solemnidades, como também era o organizador de uma banda de música de rapazes de sua particular estima. Usava a barba escanhoada e vestia de preto, raramente trazia cartola, pois preferia um chapéu de feltro com abas largas; o olhar era vivo e benevolente (FREITAS, 1911, p. 149).

Construindo uma imagem de Mendanha que seria posteriormente incorporada por autores como Antonio Corte Real e Antenor Monteiro, Leopoldo Freitas descreve Mendanha como “coração bem formado, alma de artista inspirado e cavalheiro nas suas relações”. Com um grande número de amizades na sociedade porto-alegrense, o comendador Mendanha teria grande consideração pelo seu tio e protetor conselheiro Leopoldino de Freitas: “elle dedicava muito apreço, pois com elle, então official as ordens do general Xavier da Cunha, tomara parte no alludido combate de Rio Pardo e ambos soffreram os padecimentos da derrota”.³⁵² Embora com contribuições interessantes, a leitura de Freitas, assim como todas as outras que viriam a ser feitas, são muito particulares e reféns de uma memória que é extremamente influenciável, motivo pelo qual alguns fatos são “lembrados”, enquanto tantos outros permanecem “esquecidos”. Sabina Loriga busca refletir sobre isso, ao afirmar que

além das amnésias, a memória é infiel, ela modifica incessantemente a hierarquia dos fatos: pode mesmo amanhã descobrir o alcance daquilo que é hoje escrito em minúsculas e apagar o que está escrito em caixa alta. Sabe igualmente que o trabalho de manipulação não concerne unicamente à memória, mas provém também de nossa maneira de olhar: a percepção que cada um de nós tem dos acontecimentos não é em nada comparável à dos outros (LORIGA, 2011, p. 69).

E é esta percepção que é tão peculiar, mas ao mesmo tempo tão presente na historiografia, influenciando diretamente naquilo que se tem produzido sobre a história da música, dos *homens de cor*, do Brasil do século XIX e de Joaquim José de Mendanha, que buscaremos apontar através de alguns trabalhos, destacando aquilo que de fato foi (re)lembrado da trajetória deste maestro, e aquilo que acabou sendo perdido ao longo do caminho.

Iniciando esta reflexão por um dos textos publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, no ano de 1935, época do centenário da Guerra

³⁵² *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul*, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues, 1911. p. 149-150.

Civil dos Farrapos e período em que se reforçou a busca pela preservação da memória deste conflito, Antenor O. de Monteiro assina o artigo intitulado *Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35*.³⁵³ O referido autor, ao buscar fazer uma breve síntese da história do hino rio-grandense, cita que Mendanha “como compositor deixou música de vários gêneros, além do hino de 35 que lhe deu notoriedade” (MONTEIRO, 1935, p. 311). Este texto, que foi escrito em grande parte baseando nos argumentos tanto de Pacheco quanto de José Gabriel (apresentados no início deste capítulo), relembra aspectos antes já abordados, com pouquíssimos avanços, em comparação aos trabalhos anteriores. Assim a historiografia foi se alimentando, muitas vezes, dos mesmos discursos e reafirmando os mesmos episódios.

Dante de Laytano em *História da República Rio-Grandense*, no ano de 1936, aponta que o fato de Mendanha ter sobrevivido à Guerra Civil dos Farrapos e ter sido o autor do Hino republicano teriam sido, talvez, os dois fatores para o não esquecimento do seu nome (1983, p. 360). Para Laytano, Mendanha foi o grande representante musical dos farrapos. Este pensamento é justificado por ele, ao argumentar que

as artes no período da Revolução foram de expressão fraca, qualquer outro comentário seria infundado. Nomes de pequena grandeza que nada criaram de original e nada influíram nos setores da estética. A modéstia e a simplicidade dos homens de 35 estavam em conflito com o requinte interior e com a força do espírito criador. Era para eles, farrapos, ainda a maior de todas as artes, a arte da guerra (LAYTANO, 1983, p. 361).

Laytano, que foi professor, jornalista, escritor e historiador, se destacou por ser um dos autores da primeira metade do século XX que abordou a influência da cultura negra na história do Rio Grande do Sul, entretanto ao citar Mendanha não referenciou em seus trabalhos o fato dele não ser *branco*, nem questionou quais seriam as possíveis origens do maestro.³⁵⁴ Esse silenciamento se manteria também em outras publicações, como as de Achylles Porto Alegre e Athos Damasceno Ferreira.

Achylles Porto Alegre, um dos fundadores do Partenon Literario, ao escrever *História popular de Porto Alegre*, em 1940, refere-se à Mendanha como um dos responsáveis pela

³⁵³ Jefferson Teles Martins, em sua tese sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lembra que a produção sobre a memória da Revolução Farroupilha foi tida como uma das tarefas mais importantes a ser realizada pelo IHGRGS. Segundo o autor, “foi o assunto mais tratado na sua revista, enquanto essa publicação teve sua atividade ininterrupta, de 1921 a 1950. Foram 38 autores publicados, que versaram sobre o tema em um total de 64 textos (75% deles publicados entre 1930 e 1945). Nesse processo de disciplinarização da memória, objetivava-se, em linhas gerais: negar o caráter seccionista da revolução, afirmar a ideologia federalista dos farrapos, reabilitar figuras históricas de relevo na revolução” (MARTINS, 2015, p. 107).

³⁵⁴ Ver: LAYTANO, Dante de. O negro no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 119-160, 1995.

fundação da Sociedade Musical nesta cidade, em 2 de dezembro de 1855. Segundo o autor, “monarquista dos quatro costados, o velho comendador Mendanha, quis, mesmo de longe, dar uma prova de sua admiração pelo rei, escolhendo a data do seu aniversário natalício para inaugurar a sociedade dos músicos, que o obedeciam cegamente” (PORTO ALEGRE, 1940, p. 203). Ainda em seu texto, apresenta o maestro, afirmando que “diante dos seus músicos, com a sua casaca bem talhada, gravata branca e a comenda da Rosa ao peito, riscando no ar o compasso musical, com a sua batuta, o velho maestro nada mais ambicionava na vida” (PORTO ALEGRE, 1940, p. 204).

Nos últimos anos de sua existência, o velho Mendanha subia a escada do coro agarrado ao braço de um dos seus discípulos do peito. Quase sempre era Lino quem se incumbia de levar as alturas, com a paciência e o carinho de um bom amigo. E quando o maestro chegava ao coro, criava alma nova: parecia que havia remoçado alguns anos. Era uma outra criatura (PORTO ALEGRE, 1940, p. 204)

O músico mencionado pelo autor é Lino Carvalho, que citamos anteriormente nesta tese como um dos regentes da orquestra, após a morte do maestro, e que, assim como os demais integrantes deste grupo, fizeram parte do cenário musical de Porto Alegre.

A partir de *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre do século XIX*, de 1956, outra obra bastante conhecida e citada por quem se interessa sobre o desenvolvimento cultural da sociedade porto-alegrense, Athos Damasceno Ferreira também é um nome a ser enfatizado. Esse autor traz algumas informações até então não abordadas sobre Mendanha, mas também não faz referência direta à *cor* do maestro. Seu trabalho, no entanto, tem como diferencial, uma das publicações que deram maior destaque, mesmo de forma ainda que restrita, à participação de Mendanha na Porto Alegre da segunda metade do século XIX. Trazendo algumas informações do Theatro São Pedro desde o seu processo de fundação, com referências aos principais espetáculos que lá se realizavam, Ferreira apontou a atuação de Mendanha, que teria sido figura presente nestes eventos juntamente com a sua orquestra:

Um grupo de amadores em disponibilidade oferece no Teatro S. Pedro um espetáculo em seu benefício, levando a cena o drama A Justiça, de C. Castelo Branco, e duas comédias – Depois do Baile e Devoto de Baco – além da música nos intervalos pela orquestra do maestro Mendanha e um duo de flauta e piano por Matinho e Salomé, extraído da ópera Átila (FERREIRA, 1956, p. 104).

Consciente das poucas informações existentes em relação a este personagem, Ferreira, como “contribuição para um estudo mais amplo, que aliás, já deveria ter sido feito, sobre a vida e a obra do maestro Joaquim José de Mendanha” (1956, p. 355), traz em seu

texto uma notícia de jornal que poderia colaborar para que seus leitores tivessem uma ideia do “espírito de solidariedade e da delicadeza” dos sentimentos deste maestro. Neste fragmento de texto por ele citado, consta que

nosso mestre Mendanha passou domingo por mais um desgosto. Um dos seus discípulos presados sucumbiu no dia 3 a uma enfermidade horrorosa e o velho mestre foi nesse dia dal-o a sepultura. Para Mendanha cada um desses discípulos é um filho: - ama-os e ajuda-os como taes. A seu exemplo elles vivem também como se fossem de uma só família. E partilham de suas alegrias e desgostos como se fossem irmãos. Antonio Luiz, o misero rapaz que ahi se finara, foi uma valente prova disso. Natural do Rio de Janeiro, filho de paes humildes mas honrados, tinha o mester de coronheiro e veio em 1848 engajado como tal para o Arsenal de Guerra. Com boas disposições para as Bellas Artes, procurou o Sr. Mendanha para se dedicar a musica. E o sr. Mendanha cultivou com amor as propensões do seu discípulo, exercitando-lhe uma bonita voz que possuía. Honesto, morigerado e excelente companheiro, era membro da diretoria da Sociedade de Musica e membro da Beneficencia Porto Alegrense, gosando muita estima de seus camaradas. Doente do peito fazia anos e desanimado de que a sciencia pudesse dominar os estragos de uma phisica que o devorava, enlouqueceu em julho de repente, e foi preciso recolherem-no à Santa Casa. Porem, quem não sabe o que são as habitações dos loucos na Misericordia?...Quem não viu ainda aqueles cárceres medonhos, mais próprios para matar de desespero do que para aliviar os desgraçados enfermos?...O bom velho Mendanha não pode resolver-se a deixar ali o seu discípulo. Trouxe-o para a sua casa; mandou preparar um quarto convenientemente, e ele e alguns companheiros do misero alienado, iam piedosamente dia por dia, noite a noite, desempenhar-lhe os serviços menos limpos, darem-lhe os cuidados mais penosos e curarem dele louco e desamparado, como uma família amante teria feito. No dia 3 cessou alfim o martyrio de um e o tormento de outros; e o pobre velho chorava dando ao tumulo o cadáver do discípulo e preenchendo até o fim ele e seus companheiros todos os deveres, todos os cuidados que a mais cordial e desinteressada amizade lhes havia imposto. CORREIO DO SUL – 7 de novembro de 1860 (FERREIRA, 1956, p. 355-356).³⁵⁵

Ferreira, ao trazer esta publicação do *Correio do Sul* de 1860 em seu texto, apresenta, para além daquilo que ele acreditaria ser uma imagem que devesse ser repassada de Mendanha, informações da relação do mesmo com seus discípulos, e a força desses laços, fato que reforça o argumento já apresentado antes nesta tese a respeito da presença de uma rede de solidariedade e proteção entre esses músicos.

Outra publicação a ser mencionada é a de Enio Freitas de Castro. Na *Enciclopédia Rio-Grandense*, de 1968, este autor, importante referência para pesquisadores que se dedicaram a estudar a música no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, ao escrever sobre Mendanha, indica que, para além da Irmandade de Santa Cecília, o referido maestro seria

³⁵⁵ A informação do falecimento de Antonio Luiz consta junto ao livro de óbito da Igreja Nossa Senhora das Dores. O discípulo de Mendanha teria falecido em 3 de novembro de 1860, na Paróquia Nossa Senhora das Dores, e no seguinte dia teria sido encomendado na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Madre de Deus na forma do Ritual Romano e dado a sepultura o cadáver de Antonio Luiz. Idade vinte e oito anos, natural do Rio de Janeiro, solteiro, causa da morte: moléstia encefálica. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - Livro 1º de óbitos das Dores - 10v.

responsável também pelas fundações da “Sociedade Musical Porto-Alegrense (em 1855), a União Musical Brasileira, a Musical Rio-Grandense e a Musical 7 de Setembro” (CASTRO, 1968, p. 173, vol. 2). Não trazendo maiores elementos que embasassem essas suas afirmações, Freitas e Castro é categórico ao escrever que “Mendanha, de qualquer forma, é certo, teve larga atuação entre nós. Foi um maestro faz-tudo: professor, compositor, diretor de banda, diretor de orquestra, mestre de música religiosa, é um músico que se impõe a nossa admiração” (CASTRO, 1968, p. 173, vol. 2).

Sem mencionar as origens deste personagem, ou seu passado antes da Farroupilha, Castro pelo menos não ignora aquilo que ele consideraria ser uma grande circulação social vivida por este músico, mesmo sem de fato explorá-la. O autor sugere que dentre os laços mantidos por Mendanha, um deles seria com Caxias. De acordo com Castro,

chegando a Porto Alegre (conta o artigo do Independente), depois de ter tomado parte na revolução e pacificado o Rio Grande, sempre amigo inseparável de Caixas, que era então o governador da província do Rio Grande do Sul, aqui ao envez, do que se notaria agora, em que tudo chegou ao nível mais baixo de aviltamento e curvatura, não foi pedir ao seu camarada a protecção, ao contrário recusou-se a aceitá-la formando um grupo de discípulos e organizando uma orchestra e uma banda musical (CASTRO, 1968, p. 172).

Com pequenas explicações a respeito dessa proximidade, o autor continua sua narrativa mencionando que, com o final da Guerra Civil dos Farrapos, Mendanha insere-se na sociedade porto-alegrense, afirmando que “onde era necessário fazer música aparecia o maestro mineiro. E só seu nome era citado, sinal de que só ele se impunha, só o nome dele era recomendação” (CASTRO, 1968, p. 174).³⁵⁶

Com o olhar focado para o cenário cultural no Rio Grande do Sul do século XIX, Maria Elizabeth Lucas, em *Classe dominante e cultural musical no RS: do amadorismo à profissionalização* (1980), é uma das primeiras autoras a trazer referências sobre as origens do maestro, ao buscar explorar um pouco mais essa relação da música como uma arte desenvolvida no século XIX por pessoas *negras*.

Conforme Lucas,

³⁵⁶ O jornal *A Federação* de 29 de abril de 1918 anunciou que: “estão expostos na vitrine Calegari, a rua dos Andradas, dois excellentes retratos de vultos históricos desta capital, o popular maestro Mendanha e o educador litterato Apollinario Porto Alegre cujo nome foi, recentemente, dado pelo nosso illustre amigo dr. José Montaury, a uma das escolas de ensino público gratuito, mantidas pelo município”. Mendanha, assim, era colocado no seletor grupo “dos cultos históricos desta capital”. Hemeroteca digital da BN.

ex-escravos e mestiços livres continuavam a predominar como profissionais de música em diversas regiões do país, e o Rio Grande do Sul não fugiu a esse esquema.

Alguns exemplos neste sentido podem ajudar a compreender o significado do que se está querendo mostrar. Em princípios do século XIX, o mestre de capela de Porto Alegre (a quem cabia dirigir a parte musical em solenidades religiosas encomendadas tanto pela Igreja como pelo Estado) era um ex-escravo de Rafael Pinto bandeira. Outro músico o mestiço Joaquim José de Mendanha, foi mestre de capela da catedral de Porto Alegre (1850-1885) e, até perto de morrer, exerceu as funções de regente na maioria das festas religiosas, espetáculos teatrais, saraus e festivais beneficentes que se realizavam na capital. Os conjuntos instrumentais e vocais com que se apresentava nestas ocasiões eram organizados com pessoas de poucos recursos que abrigava em sua casa, ensinando-lhes canto e instrumentos. Logo que estivessem aptos, passavam a trabalhar sob as ordens do mestre-empresário (LUCAS, 1980, p. 154).

Embora não indicando suas fontes a respeito da afirmação de Mendanha ser mestiço, Lucas se apresenta como um grande avanço neste sentido para a historiografia do seu período, ao não silenciar o fato de Mendanha ser um homem *pardo*.

Para além desta autora, outra produção a ser salientada é a de Walter Spalding. Em *Revolução Farroupilha*, do ano de 1987, Spalding, ao se propor a descrever pequenas biografias de figuras “marcantes” do movimento, contemplou em sua obra nomes como o de Garibaldi, Duque de Caxias e também de Joaquim José de Mendanha. Com algumas referências às origens desse maestro, aponta que este “parece que, filho de escravos, nasceu liberto, em Diamantina, no ano de 1800” (1987, p. 144). Descrevendo-o como “modesto, muito simples, espírito profundamente liberal embora imperialista” (SPALDING, 1987, p. 145), o autor afirma que a vida de Mendanha se resumiria à sua atividade musical. Não o considerando um grande músico, afirma que o maestro “ficou naquele meio termo entre um grande compositor e um compositor medíocre” (1987, p. 145). Tal argumento é usado por Spalding, em virtude de um desconhecimento em relação a outras produções musicais de Mendanha. Segundo ele,

quem sabe, entretanto, se Mendanha seria algo mais do que o modesto e pequeno músico se conhecessem outras obras de sua autoria, principalmente essas músicas religiosas tocadas na Matriz de Caçapava, as que teria tocado em Bagé e São Gabriel e as que tocara, antes da revolução, quando mestre de capela. Mas...onde estão? (SPALDING, 1987, p. 147).

Diferente de João Gabriel Teixeira, que viu como uma espécie de “compaixão farroupilha” o episódio do combate de Rio Pardo, em que Mendanha teria sido feito prisioneiro, Spalding, a respeito deste evento, destaca alguns dos seus resultados, ao lembrar que “ao final do combate, ficaram em campo 370 mortos, a maioria imperiais, muitos feridos

e grande número de prisioneiros”. Entre estes, estava “o pardo Joaquim José de Mendanha, chefe de banda de música dos imperialistas que, tendo conseguido fugir, foi preso pelo Capitão Prudêncio” (SPALDING, 1987, p. 147).³⁵⁷

O episódio da Batalha de Rio Pardo seria, dentre os fatos lembrados, aquele que ganhou maior evidência por parte dos autores, quando os mesmos buscaram relatar a história de Mendanha. Suas origens eram expressas em algumas poucas linhas, e não havia muito interesse sobre esse passado. Era como se o maestro tivesse iniciado sua trajetória no contexto do combate de 1838, e aquilo que antecederia este conflito não precisaria ser investigado. Reforçando sempre um “caráter modesto” desse personagem, Spalding credita o registro de Mendanha na história e o certo fortalecimento do seu nome, apenas à composição do hino. Para ele,

Essa vida agitada e um tanto aventureira do modesto maestro autor do Hino da República Rio-Grandense, é, certamente, a culpada de quase nada mais se conhecer da sua vida e de sua obra. Basta, porém, o hino hoje oficializado como símbolo musical do Rio Grande do Sul, para que fique perpetuado nas páginas eternas de nossa grande História (SPALDING, 1987, p. 149).

Mas será que bastaria a oficialização dessa música para que o referido maestro ficasse “perpetuado nas páginas eternas de nossa grande história”?

Claudio Moreira Bento, em *O negro e seus descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*, ao destacar a atuação destes indivíduos na Farroupilha, cita Mendanha, mas suas referências se restringiram a reproduzir aquilo que antes já havia sido apontado por Spalding, não explorando outros aspectos da trajetória deste personagem. Entretanto, no mesmo ano da publicação deste livro, 1976, Bento lançara outra obra intitulada: *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul (1635 a 1870)*, na qual Mendanha ganhará mais alguns parágrafos no texto. Neste trabalho, Bento, ao apresentar o maestro, afirma que “era um homem digno e sério, protetor dos pobres. Ensinou música gratuitamente a muitos arrimes” (BENTO, 1976, p. 289), concluindo que, “após a Revolução, Mendanha radicou-se em Porto Alegre e tornou-se uma das mais distintas, prestantes e gratas personalidades daquela comunidade” (BENTO, 1976, p. 289).

Dos nomes que integram as pesquisas mais recentes, salientamos Felipe Bohrer, que, em sua dissertação de mestrado, ao contemplar a questão da música no pós-abolição em Porto

³⁵⁷ Reforçando a linha dos mitos aos heróis farroupilhas, Spalding afirma que “logo depois do combate foi a banda de Mendanha incorporada, ainda que contra a vontade dele, ao Exército Republicano. E foi por gratidão ao ato de Neto, permitindo-lhe enterrar o chefe Coronel Lisboa, que Mendanha escreveu o Hino Republicano Rio-Grandense” (SPALDING, 1987, p. 149).

Alegre, faz referência a Mendanha e, assim como Lucas, não omite o questionamento relacionado ao que poderia ser atribuída como a *cor* deste maestro. Para Bohrer,

Se o maestro Mendanha era afrodescendente ou não é difícil de afirmar, visto o grande silenciamento sobre sua cor na bibliografia local, quebrado apenas por Maria Elizabeth Lucas. O máximo que se pode dizer, neste trabalho, é aproximar-se das relações que este maestro estabeleceu com músicos negros e, conseqüentemente, com a comunidade afrodescendente (BOHRER, 2014, p. 201).

Indicando o fato de Mendanha ter criado uma forte rede de músicos, que dominariam o cenário musical nesta virada do século XX, Bohrer sugere que “são inúmeras as relações diretas e indiretas entre o Maestro Mendanha, seus discípulos e instituições de ensino e trabalho com a música, relacionadas com a comunidade afrodescendente. Muitos músicos negros entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX eram da ‘linhagem’ do maestro Mendanha” (BOHRER, 2014, p. 204).

Desta forma, alguns foram os autores que buscaram trazer, em suas obras, um pouco da história desse maestro e daquilo que consideraram serem suas contribuições culturais. Com discursos na maioria das vezes similares, tentaram registrar a atuação de Mendanha, mas em certos casos pecaram, quando o limitaram a apenas algumas de suas ações, silenciando tantos outros aspectos que integram sua trajetória. Colaborando para o fortalecimento da construção de uma memória em relação a este personagem, é preciso levar em conta considerações como as trazidas por Le Goff (1996, p. 477), quando o mesmo afirma que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Por isso, a necessidade de estudos que explorem a diversidade de possibilidades presentes em uma trajetória, e que não a limitem a determinados fatos e episódios. Ao reiterarmos sempre os mesmos discursos e as mesmas análises, acabamos por aprisionar personagens e distorcer capítulos importantes da nossa história.

Refletindo sobre os caminhos trilhados por Joaquim José de Mendanha, e retomando alguns dos questionamentos levantados no início deste capítulo, seria uma ilusão acreditar que um personagem teria planos totalmente calculados, ambições previamente definidas, e assim traçaria sua história como o roteiro de um filme já escrito, no qual não sofreria com as ações imprevisíveis de outros personagens, ou seria imune à interferência de qualquer contexto, cabendo apenas a ele ser seu único diretor.

Não. Mendanha não saberia de todos os desdobramentos que sua história viria a ter, mas, mesmo assim, foi um agente que interferiu na medida do possível, nas condições que a

ele eram apresentadas. Tentar lidar paralelamente com a racionalidade e com uma determinada “inconsciência” que permearam e permeiam as mais diferentes sociedades, se apresenta com uma linha bastante tênue a ser atravessada ao longo da pesquisa. Não se pode diminuir o potencial de um personagem de tentar encontrar saídas individuais para situações que lhe eram impostas, assim como não se pode cobrar avanços e estratégias surreais a indivíduos que antes de qualquer coisa, eram frutos do seu tempo. E é nesta constante dialética, assim como neste constante pensar, problematizar, sugerir, que os estudos de trajetórias se tornam um interessante elemento de conexão com a sociedade oitocentista.

É muito difícil precisar ao certo quando e quais foram os momentos em que Mendanha ponderou as ações que deveria realizar e os possíveis resultados que poderia colher. As metas que traçou, as que realizou, e as que ficaram apenas guardadas para ele (talvez as mais importantes), fogem muitas vezes à pesquisa e ao papel do historiador. Este último, por mais que investigue, pense e tente transpor os séculos, carregado de uma imparcialidade que no fundo é inexistente, se propõe a opinar, sugerir, questionar determinados fatos, onde, ao se deparar com várias “peças” soltas que envolvem uma história, busca relacioná-las, tendo a convicção de que é impossível remontar algo com extrema coerência, já que está, na maioria das vezes, não se fez presente.³⁵⁸ Mas ainda assim devemos investigá-las, para que possamos entender que os personagens que integraram o Brasil Oitocentista encontraram formas diferentes de se articular e de tentar interferir em uma realidade social que a eles era apresentada. O ser considerado *negro*, *pardo* ou *mulato* dificultou em muito o acesso a melhores condições sociais, mas certos agentes, em alguns momentos, puderam contornar estes obstáculos, ao conseguirem adentrar e circular por determinados espaços.

Ao destacarmos ao longo deste capítulo aquilo que consideramos ser um tipo de *herança imaterial* deixada pelo maestro, lembramos, assim como o fez Giovanni Levi em sua obra, que, apesar das incertezas que conduzem o trabalho de trajetórias, “a herança imaterial é, portanto, uma tentativa de decifrar a repartição local de uma história que pensávamos conhecer e que não deve ser lida apenas de cima para baixo; um esforço para colocar alguma ordem na desordem aparentemente não essencial do cotidiano” (REVEL, 2000, p. 26).

Levi, ao trazer a carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII, o padre Giovan Battista Chiesa, evidencia como o poder espiritual do exorcista está relacionado com uma *herança imaterial* recebida de seu pai, Giulio Cesare. Uma *herança* vinculada a uma prática

³⁵⁸ Segundo Justo Serna e Anacleto Pons, em *O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história?*, “enfrentando fontes heterogêneas contendo informações sobre casos extraordinários, e em que o que predomina é a incerteza, o paradigma indiciário não pode ser se não intuitivo e elástico” (SERNA; PONS, 2012, p. 51).

social que lhe emprestaria corpo e eficácia, uma vez que “seu capital é constituído por uma espécie de crédito generalizado sobre a comunidade, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência. É, ao pé da letra, imaterial” (REVEL, 2000, p. 32-33). Dessa forma, nos apropriamos de Levi (2000, p. 218), quando o mesmo enfatiza que, embora determinados elementos sejam importantes legados, tais como as redes de relações e o prestígio social, estes não podem ser monetarizados, nem mensurados. Dessa forma, a trajetória de Mendanha e o seu patrimônio ultrapassam as páginas deste trabalho, e não só pelo fato do maestro ter se tornado uma figura pública ao longo do século XIX, mas por ter sido um indivíduo atuante em diferentes grupos sociais, assim como tantos outros personagens, que ainda permanecem sem serem estudados pela historiografia.

A escolha por encerrar este trabalho destacando aquilo que foi lembrado da história de Mendanha, após termos passado, ao longo desta tese, por alguns dos lugares onde o mesmo atuou, foi com o intuito de mostrar que aquilo que ficou registrado nas linhas da historiografia e colaborou para a construção de uma memória histórica deste maestro, nem sempre contemplou a diversidade desta trajetória e os caminhos por ela trilhados. Ainda que Mendanha tenha sido um personagem com alguma proeminência, muito se perdeu durante as narrativas, não só das características que lhe foram peculiares, mas também daquelas que ajudam a pensar aspectos de uma sociedade rio-grandense e de um Brasil ainda em construção. E esses elementos, como buscamos constatar nesta tese, podem ser encontrados na sua *cor*, que, na maioria dos momentos, foi ignorada, nas suas origens até então pouco conhecidas, nos diferentes lugares transitados e nas infinitas perguntas que a ele e a tantos outros indivíduos muitas vezes não foram formuladas.

7 CONCLUSÃO

“Ele foi músico toda a vida. Foi mestre de banda militar e compositor sacro e profano. Por seu magistério passaram todos os tocadores de rabeça, violão, órgão, bandolim, violoncelo e percussão da Província” (BRASIL, 2006, p. 9). É assim que Luiz Antonio de Assis Brasil apresenta Joaquim José de Mendanha, na primeira página do seu romance intitulado *Música perdida*.³⁵⁹ Personagem principal de sua obra, este músico ganhou as páginas da literatura e também desta tese, quando, de formas distintas, se compreendeu a potencialidade de caminhos e reflexões envoltos em um mesmo indivíduo.

O texto de Assis Brasil abre cada um dos capítulos que integram este trabalho. Seu livro, uma mistura de ficção e realidade, foi escolhido porque de alguma forma também registrou em suas linhas a trajetória daquele que se tornou o nosso principal *objeto* de pesquisa. Sem a intenção de usarmos essa publicação como fonte histórica, embora pudéssemos, lembramos que a literatura, assim como a história, possuem “caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas que atuam como métodos e fins diferentes” (PESAVENTO, 1995, p. 116).³⁶⁰

Pensando na construção social daquilo que influenciou o período Oitocentista, e propondo, ao longo desta tese, abordar algumas das características que ajudaram a defini-lo, o presente estudo, desde seu início, teve como objetivo apontar alguns dos limites e das possibilidades de manutenção e ascensão social para os considerados *homens de cor*, no Brasil do século XIX. Tendo como eixo principal a trajetória do músico, *pardo*, Joaquim José de Mendanha, buscamos, no decorrer dos capítulos, uma incursão por caminhos como o da música, da carreira militar e do associativismo religioso, analisando de que forma estes espaços foram usados por alguns indivíduos como mecanismos de mobilidade e circulação social.

³⁵⁹ A obra de Assis Brasil foi agraciada com o primeiro prêmio CBL de melhor romance brasileiro lançado em 2006. Nesta obra, Assis Brasil, de forma leve e despretensiosa, busca acompanhar a trajetória do jovem Quincazé, até tornar-se o maestro Mendanha.

³⁶⁰ Sobre essa relação entre história e literatura, Sandra Pesavento argumenta que “o historiador continua tendo compromisso com as evidências na sua tarefa de reconstruir o real, e seu trabalho sofre o crivo da testagem e da comprovação, mas a leitura que realiza de uma época é um olhar entre os possíveis de serem realizados. [...] Decorre daí que o critério de verdade poderia ser substituído, na história, pelo de verossimilhança, pois sua tarefa será construir uma representação plausível daquilo que teria ocorrido um dia. Por outro lado, pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta, também, a preocupação da verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites de criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador” (PESAVENTO, 2000, p. 10).

Encontrando na micro-história o suporte necessário para a condução deste trabalho, a trajetória de Joaquim José de Mendanha nos permitiu uma análise mais profunda de como homens *não brancos* conseguiram ascender e manter-se nessa posição, na sociedade do século XIX, ampliando a formação daquilo que passou a ser visto como um estrato médio social para a época. Ciente de que “a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p. 438), a redução de escala foi utilizada, ao longo desta pesquisa, para um melhor entendimento da referida sociedade e dos agentes que dela fizeram parte. Do mesmo modo, nos apropriamos dos avanços alcançados através de uma história conectada que nos ajudou a não ficarmos isolados apenas em uma única realidade, mas ampliarmos nossas leituras para as influências vindas para além do Atlântico.

Dentre os personagens que poderíamos ter investigado, a preferência pela figura do Mendanha esteve atrelada à necessidade defendida por esta pesquisa de novos estudos que contemplassem a participação de *pardos* e *mulatos* em espaços sociais até então pouco evidenciados pela historiografia que pesquisou o século XIX. Não sendo até o presente, tema de nenhum trabalho mais específico, buscamos acompanhar a história deste maestro e seu deslocamento espacial ao longo do período Imperial, frisando, nesta tese, que uma trajetória não se limita a determinados momentos ou cargos ocupados, mas a um conjunto de ações e não ações, que, quando problematizados, a partir de algumas variáveis, fornecem indicativos importantes da sociedade em questão.

Na estruturação dos capítulos, escolhemos como episódio inicial a Guerra dos Farrapos, mais especificamente a Batalha de Rio Pardo, por ser este evento uma forte referência naquilo que tange à participação de Joaquim José de Mendanha junto à Farroupilha. Explorando a atuação desse indivíduo enquanto combatente, e apresentando outros personagens que compartilharam desse mesmo espaço, trouxemos elementos que nos possibilitaram contextualizar o período em que Mendanha compôs o hino republicano, que mais tarde seria oficializado como Hino Rio-Grandense. Com a principal meta de não limitar essa trajetória a uma composição ou à participação em um único evento, encontramos, nas origens deste personagem, até então não investigadas em outros trabalhos, aspectos que nos permitiram acompanhar a transição de uma sociedade do século XVIII para o XIX, a transformação de um Brasil que se tornava fortemente vinculado a uma mestiçagem e o aumento dos tidos como *homens de cor* em uma sociedade cada vez mais desigual e hierarquizada.

Identificando membros da família deste maestro e destacando alguns dos elementos de uma sociedade mineira em formação, apontamos como a música se apresentou na história de Mendanha e de tantos outros homens, como um dos possíveis meios de atuação para indivíduos que como eles carregavam na sua *cor*, referências de uma sociedade escravista.

A música, que durante o período colonial foi uma arte com forte influência e protagonismo daqueles tidos como *não brancos*, já que era uma atividade reservada para extratos médios que demonstravam especial aptidão e talento e que não conferia grande prestígio, foi usada por agentes como Mendanha como uma forma de circulação social, e como uma ferramenta que possibilitou conquistar admiradores, amigos e aliados, através de sua música, sedimentando o estabelecimento de laços sociais. Sendo aprimorada em lugares como o Exército, a relação de Mendanha com o Rio de Janeiro, e junto ao 2º Batalhão de Caçadores, influenciaram decisivamente sua formação enquanto músico, e se mostram, neste trabalho, como mais um dos espaços possíveis de mobilidade para *pardos* e *mulatos*, no período Imperial.

O argumento de que a música foi um importante mecanismo de ascensão e manutenção social se solidifica, quando acompanhamos a trajetória deste personagem na sociedade porto-alegrense, na segunda metade do século XIX. Foi através do seu ofício que Mendanha conseguiu se estabelecer em definitivo no sul do Brasil, na cidade de Porto Alegre, atuando junto às irmandades religiosas e a centros culturais. Compreendendo o funcionamento destes locais, e o papel desempenhado pela música nos mesmos, Mendanha se tornou uma porta de entrada para entender alguns dos elementos que compõem o cenário artístico deste período, e como essas devoções e associações religiosas se consolidaram, não só como lugares em que músicos puderam desempenhar suas atividades, mas também como espaços de proteção, identidade e solidariedade.

Conseguir localizar os registros da Irmandade de Santa Cecília, bem como apontar os nomes daqueles que fizeram parte desta confraria, possibilitou trazer uma documentação inédita, que poderá servir também para outros trabalhos que se dediquem a estudar as primeiras formas de organização dos músicos nesta sociedade, enquanto praticantes e admiradores desta arte. O nome de Mendanha como sendo o primeiro provedor e um dos irmãos fundadores dessa confraria constitui uma evidência que trazemos de que este personagem não apenas foi favorecido por grupos já formados, como também criou sua “própria” Irmandade, que se manteve em atividade por muitos anos, mesmo após sua morte, na cidade de Porto Alegre.

Com destaque para uma historiografia que buscou estudar o século XIX, optamos por trazer, ao final deste trabalho, aquilo que foi lembrado da trajetória de Mendanha, e das (poucas) linhas que este ganhou em publicações, ao longo do século XX. Depois de ter vasculhado diferentes espaços pelos quais este personagem esteve vinculado, de refletir sobre aquilo que foi produzido, e os questionamentos que até então não haviam sido feitos, nos faz concluir pela importância de termos aprofundado aspectos da história deste maestro, de termos buscado suas origens enquanto homem *pardo*, seu crescimento como músico, e seus diversos locais de atuação no Brasil Imperial.

Esta pesquisa, ao enfatizar, desde o seu primeiro capítulo, a necessidade de se investigar trajetórias de indivíduos que, como Mendanha, poderiam ser portadores daquilo que lhes era atribuído como sua *cor*, um impedimento social, permitiu a análise de algumas das estratégias utilizadas por esses agentes na busca de uma melhor colocação na sociedade. Para além de trabalharmos o conceito de ascensão social, bastante significativo quando se trata de um indivíduo *pardo* no século XIX, nesta tese também destacamos a noção de manutenção social, por entendermos que a trajetória positiva desse maestro *pardo* garantiu-lhe prestígio e reconhecimento comunitário, mais do que o acúmulo de bens materiais. O respeito comunitário que ele angariou pode ser parcialmente verificado na sua projeção póstuma, sendo seu nome um verdadeiro patrimônio imaterial usufruído e mantido por seus discípulos.

Desta forma, este trabalho se empenhou em acompanhar a trajetória de um músico, que, por muito tempo, teve sua identidade desracializada, lembrado apenas pelo seu envolvimento com a Farroupilha e/ou pela composição do Hino Rio-Grandense, mas que, ao longo desta tese, ganhou espaço como um maestro *pardo*, que esteve diretamente vinculado com uma tradição musical estabelecida na cidade de Porto Alegre, tornando-se peça fundamental para compreender a constituição do cenário cultural dessa região no período oitocentista.

E como Joaquim José de Mendanha, tantos outros personagens no Brasil e fora dele continuam à espera de novos trabalhos que permitam a elaboração de questionamentos ainda não feitos, que busquem investigar uma sociedade que foi composta por diferentes agentes, com a consciência de que tendo alguma proeminência social, ou mesmo sua ausência total, estes indivíduos trazem junto com suas histórias, com os vínculos sociais por eles estabelecidos e com os grupos aos quais se tornaram integrantes, indícios muitas vezes ainda não apresentados dessas sociedades em construção. Assim, finalizamos este trabalho lembrando que “no hay en la historia otra fuerza motriz que la del hombre, no solo en su

existencia individual, sino en su interacción social. El hombre es fundamentalmente experiência vivida. Cada elemento particular de su existencia adquiere significación por su conexión con la realidad” (REGUERA, 2012, p. 92). E foi buscando em pequenos fragmentos, nos mais variados conjuntos documentais e nas diferentes formas de registros deixadas por um personagem, que construímos esta tese, acreditando nas possibilidades de estudos através de uma trajetória, nas construções sociais colhidas através do aprofundamento da história de *homens de cor*, no século XIX, na força da música como um espaço de sociabilidade, quando explorada e apresentada por um certo músico *pardo*, o maestro Mendanha.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. Pretos e pardos no sul da América Portuguesa: categorias de cor e hierarquias sociais no Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do período colonial. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (Org.). **Hierarquias, raça e mobilidade social**: Portugal, Brasil e império colonial português (séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010. p. 125-139.

ALMEIDA, Renato. **História da Música Brasileira**. Rio de Janeiro: F. BRIGIET & Comp., 1926.

ALMEIDA, Vinicius Furquim; MOREIRA, Paulo. **Os pardos da Imaculada**: Trajetórias e agências negras na irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). No prelo.

ANDRADE, Ayres de. **Francisco Manuel da Silva e seu tempo**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967. Vol. 1 e Vol. 2

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais, Campanha da Princesa, 1799-1850. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ANDREWS. George Reid. **América Afro-Latina 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ANTUNES. De Paranhos. **História de Rio Pardo**: Subsídios para a História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1933.

ARCE, Ana Ines. **“Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”**: Uma história arquivística da Coleção Varela. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2011.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (Ed). **The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

AUGUSTO, Antonio José. **Henrique Alves de Mesquita**: da peróla mais luminosa à poeira do esquecimento. Rio de Janeiro: Folha seca, 2014.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farrapos. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha**: História e Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 79-97.

BALSA, Francisco. **Da Irmandade de Santa Cecília ao Sindicato dos Músicos**. Edição do Sindicato dos músicos, 1999.

BARBOSA, Carla. **A casa e suas virtudes**: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 – 1845). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale Rio dos Sinos São Leopoldo, São Leopoldo, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BÉHAGUE, Gerard. Música “barrôca” mineira: problemas de fontes e estilística. **Universitas**, Salvador, n.2, p.133-158, jan./abr. 1969.

BERNAND, Carmen. **Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas**. Madrid: Fundacion História Tavera, 2001.

_____. **Un sargento contra un rey “ambos a dos negros”**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2000.

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808-1889. Vol 1. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2006.

BIXIO, Beatriz; NAVARRO, Constanza González (Dir.) **Mestizaje y configuración social**. Córdoba siglos XVI y XVII. Córdoba: Brujas, 2013

BOCCARA, Guillaume (Org.). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas siglos XVI- XX**. IFEA: (Lima – Peru) Ediciones Bya – yala (Quito – Ecuador), 2002.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no pós- Abolição.** 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOTTCHER, Nikolaus; HAUSBERGER, Bernd; TORRES, Max S. Hering. **El peso de la sangre.** Limpios, mestizos y nobles en el mundo hispánico. México: El colégio de México, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moares. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANDÃO, Domingos Sávio Lins; MELO, Raissa Anastácia de Souza. A formação do campo artístico – musical em Minas Barroca. **Revista Modus** – ano V. nº7. Belo Horizonte: novembro de 2010.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. **Música Perdida.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX).** São Paulo: Annablume, 2007.

CAMILO, Nathan. “**É Preferível bom Nome a Muitas Riquezas**”: Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

CARDOSO, André. **A música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005.

CARDOSO, Lino de Almeida. **O som soberano: uma história da depressão musical carioca pós-abdição (1831-1843) e de seus antecedentes.** 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARRION, Raul. **Os Lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos.** 2 ed. Porto Alegre, Gabinete do Vereador Raul Carrion, 2005.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade: “Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850”.** 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Ênio de Freitas e. A música no RGS na primeira metade do século XX. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Vol. 4 (Rio Grande atual). 2º Ed. Canoas: Editora La Salle, 1968.

CASTRO, Ênio de Freitas e. A música no século XIX. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Vol. 2 (Rio Grande antigo). 2º Ed. Canoas: Editora La Salle, 1968.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória**. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. 1756-1911, Coimbra: Minerva, 1999.

CERCEAU NETTO, Rangel. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar. **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COELHO, Eduardo Lara. **Coalhadas e rapaduras**: estratégias de inserção social e sociabilidades de músicos negros – São João del-Rei, século XIX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2011.

COMISSOLI, Adriano **A serviço de Sua Majestade**: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.).2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CORREIA, Luiz Miguel Tomé. **Bandas e músicos militares em Portugal**. Do século XIX ao XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Artes Musicais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

CORTE REAL, Antonio T. **Em torno da música do Hino Rio-Grandense**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1976.

_____. **Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/IEL, 1980.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. **Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”:** A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

DÁVILA, Alexia Ibarra. **Estrategias del Mestizaje.** Quito finales del siglo XVIII. 2002

ELIAS, Norbert. **Mozart:** sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós:** constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro dos oitocentos. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FABREGAT. Esteve C. **El mestizaje en Iberoamérica.** Madrid: Alhambra, 1988.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no Púlpito:** O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, vol. 15, n. 28, jul. 2008, p. 57-72;

FERREIRA, Athos Damasceno. **Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX.** Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1956 (Coleção Província, volume 11).

FIGUEIREDO, Edson. O talento musical: uma investigação em três músicos brasileiros do período colonial. **Anais VI Fórum de pesquisa científica em arte** – Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2008-2009.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha**: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins, 1984.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. In: **História quantitativa e serial no Brasil**: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topói**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 03, n°. 05, p. 41-70, jul.-dez., 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes** – o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **História da historiografia**, n° 2, Março/2009.

_____. Testamentos e inventários: A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 93-118.

GELER, Lea. Afrodescendientes y esfera pública en el Buenos Aires de fines del siglo XIX. In: PINEAU, Marisa (Ed). **La ruta del esclavo en el Río de la Plata**. Aportes para el dialogo intercultural. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Historia Nocturna.** Península, Barcelona. [1991], 2003.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: A título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980).** São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Inez Gomez; LOPEZ, Miguel Luis; MUÑOZ, Guadalupe. **La movilidad social en la Españã del Antiguo Regimen.** Editorial Comares, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX.** RJ: Editora da UFRJ, 1997.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas – A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GRIGIO, Enio. **No Alvorço da Festa, não havia Corrente de Ferro que os Prendesse, nem Chibata que Intimidasse: A Comunidade Negra e Sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942).** Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do partido Republicano se apropria da “Revolução”. **História Unisinos**, vol. 14, n°1, 2010, p. 29-37.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Rio de Janeiro: **Topoi**, março/2001, p. 175-195.

GUAZZELI, César. **O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. **Egressos do cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIDOBONO, Sandra Olivero. “Matrimonio en Indias. Relaciones interétnicas en Buenos Aires (siglo XVIII)” In: BERNAL, Manuela Cristina García Bernal; GUIDOBONO, Sandra Olivero (coords.). **El municipio indiano: relaciones interétnicas, económicas y sociales**. Homenaje a Luis Navarro García. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009, p. 564-579.

GUZMÁN, Florencia. Negros indios y afro mestizos en el Tucumán colonial. Una aproximación a las identidades étnicas y al diálogo intercultural. In: PINEAU, Marisa (ed). **La ruta del esclavo en el Río de la Plata**. Aportes para el diálogo intercultural. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.

_____. Performatividad social de las (sub) categorías coloniales. Mulatos, pardos, mestizos y criollos en tiempos de cambios, guerra y política, en el interior de la Argentina. In: GUZMÁN, Florencia; GELER, Lea (ed). **Cartografías afrolatinoamericanas**. Perspectivas situadas para análisis transfronterizos. Buenos Aires: Biblio, 2013.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. **Lanceiros Negros**. 2. ed. Porto Alegre: Já Editores, 2006.

HEINZ, Flavio M. Introdução. **Por outra história das elites**. Ensaio de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HESSEL, F. Lothar e outros. **Partenon Literário e sua obra**. Porto Alegre: Flama/Instituto Estadual do Livro, 1976.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26º ed. 2008.

IMÍZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonia de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: Imízcoz, José Maria (Org.) **Redes familiares y patronazgo**. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao, Universidad del País Vasco, 2001, p. 225-261.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris, (Org.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, 2v.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS**; a análise do processo de recrutamento para direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KABENGELE, Daniela do Carmo. **A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-27.

KIEFER, Bruno. **História da Música Brasileira**: dos primórdios ao início do século XX. 4ªed. Porto Alegre: Movimento, 1997.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra de Independência na Bahia (1822-1823). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.22, n. 43, 2002. p. 109-126.

_____. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. **Afro-Ásia**. nº 17, 1996.

_____. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. **Diálogo**, DHI/ UEM, vol. 3, n. 3, 1999, p. 113-151.

KUHN, Fábio. **O Projeto Reformador da Diocese do Rio de Janeiro**: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780- 1815). 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LANGE, Francisco Curt. **Archivo de música religiosa de la Capitanía General das Minas Gerais**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1951.

LARA, Silvia. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**: 1835-1845. Porto Alegre: Sulina, 1983.

_____. O negro no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 119-160, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4^o ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José Hildebrando; outros (Org.) **A Revolução Farroupilha**: História & Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 61-78.

_____. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEONI, Aldo Luiz. Historiografia musical e hibridação racial. **Revista Brasileira de Música** – Escola de Música – Universidade Federal do Rio de Janeiro – v. 23/2 – 2010, p. 95 – 119.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-História. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCAS, Maria Elizabeth. Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização. In: GONZAGA, Sergius; DACANAL, José Hildebrando (Orgs.). **Rio Grande do Sul: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MALERBA, Jurandir. **A corte e o exílio** – civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência (1808). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Letícia Rosa. **Entre soldados e ministros: a participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

_____. **José Marianno de Mattos: Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Jeferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Herberth Smith: um naturalista em viagem pela América Meridional**. São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2013 (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos, do PPGH-Unisinos, volume 8).

MATEO, José. **Población, parentesco y red social en la frontera**. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MATTOS, Cleofe Person de. **José Maurício Nunes Garcia**: biografia. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados de liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro**: Administração Pública no Período Colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS / Ministério Público do RS / CORAG, 2000. (Série História Administrativa do RGS).

MOLINERO, Baltasar Fra. **Ser mulato en España y América**. Discursos legales y otros discursos literarios. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2000.

MONSMA, Karl. O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra entre as elites do Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 178-195.

MONTEIRO, Antenor O. de. Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 1935.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. "Ele réu é pobre e negro, mas não se vende por dinheiro": Alforria, trabalho, irmandades e a arte da resistência (Cachoeira, RS, 1813/1860). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

_____. Aurélio Viríssimo de Bittencourt - burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio (Org.). **Experiências da emancipação**: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980) ed. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2010, p. 83-108.

_____. **Entre o deboche e a rapina:** Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos.** v.40, 2014, p.85 – 127.

_____. Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade: o associativismo abolicionista negro (Porto Alegre, 1883/1885). In: **Instituições e práticas de controle social:** perspectivas de pesquisa. 1ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2016, v. 1, p. 89-113.

_____. **Os cativos e os homens de bem** – Experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003.

_____; PENNA, Rejane, CARDOSO, Raul Róis Schefer (org.). **Os Soldados Libertos são os mais valentes:** Documentos sobre a Revolução Farroupilha. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MORENO, Isidoro. **La antigua hermandad de los negros de Sevilla.** Etnicidad, poder y sociedad en 600 años de Historia. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997.

MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. **Homens e Armas:** Recrutamento militar no Brasil – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia.** Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **As Irmandades no Meio Urbano:** práticas funerárias e religiosidade entre os leigos. Porto Alegre (1780-1850). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Negro Político, Político Negro:** a vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, Parlamentar da “República Velha”. São Paulo: Edusp, 1992.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Tudo começou em uma madrugada.** Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015). Porto Alegre: Medianiz, 2015.

ODERIGO, Nestor. **Rostros de Bronze: músicos negros de ayer y de hoy.** Argentina: Compañía General Fabril; Editora S.A.B, 1964.

OLIVEIRA, Carla Mary s. Música e primeiras letras no Recife colonial: Luis Álvares Pinto, mulato, músico e professor régio. **Clio** – Revista de pesquisa histórica, 2011.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. O lanceiro Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha. (Orgs.). **RS Negros**. Cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2009.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). 2012. Tese (Professor Titular História do Brasil) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

_____. Historias comparadas, historias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo Franca; IVO, Isnara Pereira. (orgs.) **Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 13-25.

_____ **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. Por una história comparada de la esclavitud moderna. In: PINEAU, Marisa (Ed.). **La ruta del esclavo en el Río de la Plata**. Aportes para el dialogo intercultural. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José Hildebrando; outros (Orgs.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. Literatura, História e Identidade Nacional. **Revista Vidya**, UNIFRA, Santa Maria. V.33, 2000.

_____. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.

PICCOLO, Helga. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José Hildebrando; outros (Orgs.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICOTTI, C. Dina V. La presencia africana en el Río de la Plata. In: PINEAU, Marisa (ed). **La ruta del esclavo en el Río de la Plata**. Aportes para el diálogo intercultural. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**, 1940.

PRADO JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 21ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RABINOVICH, Alejandro M. **Ser soldado en las Guerras de Independencia**. La experiencia cotidiana de la tropa en el Río de la Plata, 1810-1824. Buenos Aires: Sudamericana, 2013

REIS, João José. **A morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante do Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REGUERA, Andrea. Objetividad y subjetividad – la biografía y su capacidad de explicación histórica. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma História em escalas: A microanálise e a historiografia Latino-America**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de honra: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

REMIÃO, Cláudio Roberto Dornelles. **Música e Brasil – Uma interpretação histórica dos primeiros usos do Barroco**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

REVEL, Jacques. A história do rés-do-chão. (Prefácio). In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Micro-história, marco-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. V. 15, n.45 set./dez. 2010.

RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique; MOREIRA, Paulo. **A morte do comendador**: eleições, crimes políticos e honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2016.

RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a honra nacional”**: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v. 15, n.1, 2009. p. 99-110.

_____. **Quando o serviço os chamava**: Os Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

_____. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 251-271 – 2011.

_____. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma História em escalas**: A microanálise e a historiografia Latino-America. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

ROMANO, Ruggiero. Lección inaugural – Por la historia y por una vuelta a las fuentes. In: TORTOLERO, Alejandro. **Construir la Historia**. Homenaje a Ruggiero Romano. Universidad Autónoma Metropolitana, Universidad Autónoma del Estado de México, Colegio de Mexico, Colégio de Michoacán, Instituto Mora Mérida. México, 2002.

RUFER, Mario. **Histórias negadas**. Esclavidud, violencia y relaciones de poder en Córdoba a finales del siglo XVIII. Ferreyra Editor, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Antonio Carlos do. **Os músicos negros**: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832). São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, José Antonio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de Busca da Liberdade**: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa até Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Biografia como gênero e problema. **História Social**, n. 24, primeiro semestre de 2013.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813).

SILVA, Camila. Arquivo, história e memória: reflexões teóricas sobre os processos de constituição de acervos. In: **I Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – UNISINOS**. São Leopoldo. Anais do I Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – UNISINOS. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015, p. 465-470.

_____. Arquivo, história e memória: a constituição e patrimonialização de um acervo privado (Coleção Varela/AHRS, 1850/1930). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2015, p. 1-12.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

_____. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)**. 2ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá: O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SERNA, Justo; PONS, Analet. O Buraco da Agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma História em escalas: A microanálise e a historiografia Latino-America**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1977.

SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOARES, Luis Carlos. **O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**: A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ed, 1986.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

_____. **Revolução Farroupilha**. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurásia. **Modern Asian Studies**. Special Issue: The Eurasian Context the Early Modern History of Mainland South East Ásia, 1400-1800. Vol. 31, N° 3 (Jul., 1997). USA: Cambridge University Press, 1997, p.735-762.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998

TAUNAY, Visconde de. **Uma grande glória brasileira**: José Mauricio Nunes Garcia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1930.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

TWINAM, Ann. **Vidas públicas, secretos privados**. Genero, honor, sexualidad e ilegitimidad en la hispanoamerica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Graficas da Livraria do Globo, 1933.

VARGAS, Guiomar Dueñas. **Los hijos del pecado**. Ilegitimidad y vida familiar en la Santafé de Bogotá Colonial. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 1997.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

VIANA, Larissa. **O Idioma da mestiçagem**: as irmandades na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade**: Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista. 2002. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: Consciência, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

APÊNDICE A- Lista dos Irmãos da Irmandade de Santa Cecília no ano de 1856³⁶¹

NOME³⁶²	ANO	FALECIMENTO
Joaquim José de Mendanha	1856, 1857 , 1858 a 1860, 1861 a 1867 1868 até 1879	
D. Feliciano José Rodrigues Prates, Bispo Diocesano do Rio Grande	1856, 1857	27 de maio de 1858
Padre Vicente Zeferino Dias Lopes	1856, 1857 , 1858 , 1859 1860	
Amaro da Silva Velho	1856	Outubro de 1868
Bento José de Farias	1856	1888
Rafael Lino da Silva	1856	
Lourenço Antonio da Soledade	1856, 1857 , 1858 , 1859 , (1860 a 1867) 1868 , 1869, 1870	
Esequiel de Campos e Porto	1856, 1857	8 de abril de 1866
Padre José Ignacio de Carvalho Freitas	1856, 1857, 1858 a 1861 (1862 a 1874), 1875 Provedor , 1876, 1877.	1 de julho de 1877
Padre Francisco das Chagas Martins Avila e Souza	1856, 1857, 1858, 1859 , 1870	
João Baptista Blinginy	1856	23 de outubro de 1864
João Francisco Lima	1856, 1857	1877
Antonio Augusto Guimaraens	1856, 1857 , 1858, 1859, 1860	
Padre Manoel Joaquim	1856	
Padre Joaquim Jose Gonçalves Benjamim	1856	
Padre Joaquim Procopio de Oliveira Nunes	1856, 1857, 1858 , 1859, 1860	1 de janeiro de 1874
João Napomuceno das Chagas	1856	
Eloy Joze Fernandes Lima	1856, 1870, 1871, 1872	1877
Thomas Medina de Oliveira	1856	
Candido Rodrigues das Chagas	1856	
Jozé Eugenio de Freitas Guimaraens	1856, 1857 (1858 a 1873)	
Lino Carvalho da Cunha e Silva	1856, 1857 (1858 a 1861), (1862 a 1864) 1865, 1866 , 1877	

³⁶¹ II-2.1.B.6.1/1. Matrícula de Irmãos Santa Cecília – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

³⁶² Em negrito, destacamos os nomes de quem, em algum momento, integrou a mesa diretora da Irmandade de Santa Cecília em Porto Alegre.

Joaquim Gomes dos Santos Aldeia	1856 a 1861	28 de maio de 1870
Paulino Calaxares	1856, 1857, 1858 (1859 a 1876), 1877 , 1878 a 1882, 1883 , 1884 a 1886, 1887 , 1888	
Joaquim Augusto [?]	1856	
João Gomes da Silva Porto	1856	
João Capistrano de Miranda e Castro	1856	novembro de 1882
João de Castro do Canto e Mello	1856 a 1865, 1866 , 1867 a 1881	29 de maio de 1882
Manuel de Castro do Canto e Mello	1856	24 de novembro de 1856
Eduardo Jozé d'Oliveira	1856, 1857, 1858, 1859	
Rafael de Borja	1856, 1857, 1858 , 1882, 1883, 1884, 1886, 1888	
Manuel Vicente de Mello	1856, 1857, 1858	
D, Maria Salomé d'Oliveira Villas Boas	1856, 1857 , 1858 a 1862	10 de outubro de 1870
D. Margarida de Oliveira Farias	1856, 1857	25 de junho de 1864
D. Maria Aldina d'Araujo Ribeiro	1856, 1857 , 1858 a 1869	1 de abril de 1873
D. Delfina Carlota d'Araujo Brusque	1856, 1857	
D. Anna Luiza da Cunha Chagas, mulher de João Napomuceno das Chagas	1856	
Fermiano Antonio d'Araujo	1856 a 1888	
Dionizio José de Carvalho	1856, 1857, 1858	26 de março de 1867
Francisco Xavier Pereira de Brito	1856, 1857, 1858, 1859	
D. Eulalia Emilia Pereira de Brito, mulher de Francisco Xavier Pereira de Brito	1856, 1857 , 1858, 1859	
D. Maria Ignacia da Silveira, mulher de Amaro da Silva Velho	1856, 1857	Outubro de 1868
Marcolino Jozé de Souza	1856	
D. Joanna d'Oliveira Souza, mulher de Marcolino José da Souza	1856	
Francisco Coelho Barreto	1856, 1857, 1858	Março de 1870

D. Marcolina Candida Cidade, Mulher de Francisco Coelho Barreto	1856, 1857 , 1858 a 1868	
Jozé Ricardo Coelho de Abreu	1856	
D. Margarida Candida de Moraes Abreu, mulher de José Ricardo do Coelho de Abreu	1856, 1857 , 1858 a 1880, 1881 , 1882 a 1884.	
D. Maria Carlota de Abreu, filha de Joze Ricardo Abreu	1856 a 1860	12 de julho de 1865
D. Emilia Flora de Castro Luz, mulher do Dr. João Capistrano de Miranda Castro	1856, 1857	Fevereiro de 1870
Sebastião Barreto Pereira Pinto	1856	
Joaquim Dias Leal Junior	1856, 1857, 1858, 1859	
Ignacio Jozé do Nascimento	1856, 1857, 1858	29 de maio de 1868
Francisco Pedro d'Araujo	1856 a 1885	
José Francisco Leal	1856, 1857, 1858, 1859, 1860 , 1861, 1862	
Francisco Ferreira Bastos	1856	
[?] Alferiano Manoel d'Oliveira	1856	
Manoel Gomes Junqueira	1856 a 1869	
Manoel Vaz Ferreira da Silva	1856	
Joaquim Rofino do Rego	1856, 1857, 1858	
Joaquim Lourenço de Souza Lobo	1856, 1857, 1858, 1859	
Francisco Antonio Borges Lima	1856	
Antonio Francisco Velho	1856 a 1868 –1881 a 1888	
Antonio Jozé Mendes Ribeiro	1856 a 1860, 1861 , 1862 a 1865, 1882, 1883	
Padre Thomé Luis de Souza	1856	Dezembro de 1858
Padre Domingos Tanganelli	1856	
Jozé Francisco Galvão	1856 a 1861	
Antonio Pereira Prestes	1856 a 1881	18 de janeiro de 8 81
João Antunes da Cunha Filho	1856	
Jozé Martins de Lima	1856 a 1860, 1861 , 1862 a 1877	1877
Francisco Baptista da Silva Pereira	1856 a 1858, 1859 , 1860 a 1869	
Antonio Marques Leite de	1856	3 de setembro de 1865

Castro		
Manoel Luis Correa	1856	1877
Francisco Polly	1856 a 1860	
Pedro Notasco Pereira da Cunha	1856 a 1883, 1887	
Rafael Mendes de Carvalho	1856	
Jozé Francisco Anastacio da Luz	1856	
Antonio Jozé Pedroso	1856 a 1858, 1859	1860
José Luis da Costa Junior	1856 a 1859, 1860 , 1861 a 1867	1873
Carlos Bernardino de Barros	1856 a 1866, 1882 a 1883, 1887 a 1888	
Laurindo Jozé da Siqueira Coutinho	1856	
Jeronimo Francisco Coelho Fº.	1856	
Candido Januario Passos	1856	
Bernardino Ferreira da Silva	1856, 1857, 1858	1877
Antonio Jozé Pereira Junior	1856 a 1860, 1861 , 1862 a 1875, 1876 , 1877 a 1884, 1885 , 1886 a 1888	
Marcolino Jozé da Silva Gonzaga	1856	
João Diniz Leizand	1856 a 1878, 1882 a 1883, 1888	
João Baptista de Figueiredo	1856	
Manoel Fialho de Vargas Filho	1856 a 1858, 1859 , 1860, 1861	1863
Luiz Manoel d'Azevedo	1856 a 1862, 1882 a 1883	
Candido Jozé Ferreira Alvim Junior	1856, 1857, 1858 , 1859 a 1862.	
João Gomes da Silva	1856	
José Antonio de Morais	1856 a 1858	
Jozé Candido Gomes	1856 a 1859	
D. Francisca Pereira Gomes	1856 a 1860	
Thomas Antonio d'Oliveira	1856	
João Baptista Ferreira d'Azevedo	1856, 1857, 1858 , 1859 a 1880, 1887, 1888	
Jozé Antonio da Silva Netto	1856	
Alexandre Barreto Pereira Pinto	1856, 1861 , 1882, 1883	
Padre Jozé Raimundo de Moura	1856	
Afonço Maurielle Fontoura	1856	

Pedro Antonio de Miranda	1856	
Rafael de Carvalho Prates	1856, 1857, 1858	
Padre Luis Manoel Gonçalves de Brito	1856, 1857, 1858 , 1859, 1860, 1861	30 de abril de 1863
Bibiano Francisco d'Almeida	1856	
D. Florentina Penna dos Santos Carvalho	1856	14 de janeiro de 62
D. Rozina Augusta de Souza	1856	
D. Maria da Gloria e Souza	1856	
João Thiago de Souza	1856	
Joaquim Augusto Ribeiro de Souza	1856	
Joaquim Augusto Ribeiro de Souza Junior	1856	
D. Maria Magdalena Nobre d'Almeida	1856	
Manoel Carlos de Carvalho Monteiro	1856	
D. Rita Emilia Rodrigues Barreto	1856	
D. Mathilde Barreto Pereira	1856, 1857 , 1858 a 1862, 1863 , 1864 a 1882, 1883 , 1887 , 1888	
D. Maria Caetana da Silva Lobo	1856, 1857 , 1858 a 1880, 1881 , 1882 a 1886	
D. Thereza Joaquina d'Azevedo Blingini	1856, 1857 , 1882, 1883	
D. Antonia Ferreira da Silva e Soledade	1856, 1857 , 1858, 1859	3 de junho de 1863
Padre José Soares do Patrocínio Mendonça	1856, 1857, 1858, 1859 , 1860	1882
D. Emilia Clara Souto Maior	1856, 1857 , 1858, 1885	
Sabino de Santa Thereza	1856 a 1862, 1863	24 de maio de 1878
Jozé Francisco Moreira	1856 a 1862, 1863 , 1864 a 1870, 1871 , 1872 a 1877, 1878 , 1879 a 1888	
Bernardino Joaquim de Carvalho	1856	Faleceu no RJ, em agosto de 1859
D. Emilia Clara Souto Maior	1856	
Luis Antonio Marajo	1856	
TOTAL DE MEMBROS: 125		

ANEXO A– Termo de Compromisso da Irmandade da Virgem e Mártir Santa Cecília, na cidade de Porto Alegre

Compromisso da Episcopal Irmandade da Gloriosa Virgem e Martyr Santa Cecília em Porto Alegre³⁶³

Índice Geral dividido em três partes

I parte. Do culto

II parte. Do governo da Irmandade

III parte. Da administração dos bens da Irmandade

I Parte. Do culto.

Capítulo 1º

Natureza, sede e fins da Irmandade.

Artº 1º - a Episcopal Irmandade da Virgem e Martyr Santa Cecília, fundada em 11 de fevereiro de 1856 pelo maestro Joaquim José de Mendanha com os membros da Sociedade de Musica de Porto Alegre e outros cavalheiros nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, nos Estados Unidos do Brasil, onde continua a ter sua sede social e foro, é uma corporação religiosa, formada de catholicos de ambos os sexos.

Seus fins principaes são:

1º Promover do melhor modo possível e na forma deste Compromisso a devoção e culto da Gloriosa Virgem e Martyr S^a Cecilia, a quem tornam por sua padroeira.

2º- socorrer corporal e espiritualmente, em quanto em si estiver, os seus irmãos.

3º - Proporcionar aos irmãos, fallecidos christamente, os suffragios de que trata o presente Compromisso.

Capítulo 2º

Da festa de Santa Cecília.

Artº 2º - Sendo o culto da Gloriosa Santa Cecília o fim principal desta Irmandade, procurará a Mesa Administrativa celebrar a sua festa com toda a pompa possível annualmente. Neste intento não convindo celebrar a festa em dia de semana, será ella feita no domingo depois do

³⁶³ AHCOMPA – II-2 1/B. 1/2.

dia 22 de novembro, ou, se este for de advento, no domingo anterior, toda vez que o dia da Gloriosa Santa ocorrer em dia útil.

Artº 3º - Em qualquer hypothese, no dia 22 de novembro, fará a Irmandade resar uma missa acompanhada a organ, ás 7 ½ horas da manhã, para proporcionar a todos os irmãos e, especialmente as irmãs, a ocasião de prestarem a sua padroeira, no dia próprio, o devido culto, recebendo todos em quanto possível, a Sagrada Comunhão.

Art. 4º - As despesas todas da festa serão por conta do cofre da Irmandade e offertas dos fieis, devendo se precceder a rateio entre os irmãos quando não bastem os recursos da Irmandade.

Capítulo 3º

Dos suffragios pelos irmãos.

Art.º 5º - Na primeira terça-feira de cada mez, mandará a Irmandade rezar uma missa pelos irmãos vivos e defuntos, no altar de sua padroeira e a ella deverão assistir, pelo menos, dois irmãos de opa e tocha.

Art.º 6º - No primeiro dia conveniente depois da festa solemne de sua padroeira, fará a Irmandade celebrar solemnes exequios pelos irmãos fallecidos, convidando a todos os irmãos para assistirem as mesmas. A mesa administrativa deverá assistir revestida de opa e com tochas.

II Parte – Do Governo da Irmandade.

Capítulo 4º

Governo Geral da Irmandade.

Artº 7º- Em juízo ou fora d'elle, em todas as suas relações civis ou religiosas para com seus membros ou estranhos, a Irmandade é representada activa ou passivamente pela sua Meza Administrativa, a quem compete a desposição geral e governo de todos os seus negócios.

Todos os irmãos devem lhe prestar obdiencia na forma das leis civis e ecclesiásticas.

A meza é ordinária ou conjuncta *.

Artº 8º - A meza ordinária ou administrativa, que é a administração da Sociedade, compõe-se dos irmãos que annualmente forem eleitos, de conformidade com o presente compromisso, para os cargos de Provedor, Secretario, Thezoureiro, Procurador, Mordomo de Capella e Deffinidores, que serão em numero de quatro.

Art.º 9º - A meza conjuncta ou geral que é a assembleia geral da Sociedade compõe-se da meza administrativa junta com os irmãos que concorrerem quando convocados para as eleições, ou para tratarem de negócios importantes da Irmandade.

Artº 10º - Fazem parte da meza administrativa, posto que não tenham assento nela, a Juiza, as dias em numero de doze, e as zeladores em igual numero.

Capítulo 5º

Da Meza administrativa e geral, admissão de irmãos, eleições e posse.

Artº 11º - A Meza administrativa, alem da dispozição geral e governo de todos os negócios da Irmandade, como ficara estabelecido no artigo 2º, compete mais especialmente:

I- Aceitar ou respeitar por maioria de votos dos presentes, aquelles que forem propostos para irmãos ou requererem para serem admittidos como taes.

II – Eliminar os irmãos que se negarem formalmente ao pagamento da contribuição annual ou que, por falha graves, se tornarem indignos de continuar a fazer parte da Corporação, depois de fraternalmente admoestrados, ficando ao eliminado o direito de recurso para a Assembleia Geral.

III- Promover e fiscalizar a receita dos bens da Irmandade, deliberando sobre a applicação da receita e despeza.

IV- Chamar a contas os empregados que convir* e quando ella entender.

V – Nomear, marcando ordenando conveniente, um andador para a Irmandade.

VI – Determinar a reunião da Meza conjuncta quando entender.

Artº 12 – A meza administrativa reúne-se a regularmente:

1º - Nos primeiros dias de Setembro para a recepção de novos irmãos e examinar o estado da Irmandade.

2º - Nos primeiros dias de Novembro para tratar da festa e funeral e marcar o dia para e eleição da nova meza.

3º - No principio de Dezembro para tomar contas dos empregados, organizando aquellas para a entrega.

4º - No segundo domingo de Janeiro para dar posse a nova Meza.

Artº 13º- Reunir-se a extraordinariamente a meza administrativa todas as vezes que o Provedor entender dever convocar ou lhe for isso requerido por três irmãos no gozo de seus direitos, declarando estes o motivo que os leva a dar esse passo.

Art.º 14º - Em qualquer das sessões da meza administrativa depois de tratar-se do assumpto próprio da sessão, poderá resolver-se sobre qualquer objecto proposto a sua consideração por qualquer dos sócios ou irmãos.

Art.º 15º - Para a admissão dos novos irmãos pela meza, bastará que, propostos aquelles por qualquer dos irmãos, obtenham a maioria dos votos dos presentes. Aos irmãos que forem admittidos officiará incontinentemente o Secretario participando-lhe o facto.

Art.º 16º - A meza geral ou conjuncta compete:

Ss 1º - Eleger annualmente, por maioria dos votos dos presentes e na forma deste Compromisso, os irmãos para os diversos cargos da Mesa administrativa.

SS 2ª – Decidir todos os negócios da Irmandade que por sua natureza e importância não devam ser resolvidos pela meza administrativa, como sejam: transigir, renunciar direitos, alienar, hypothecar ou empenhar bens da Irmandade, depois de obter, se necessária, a autorização da autoridade ecclesiastica respectiva; resolver despesas avultadas, reformar ou alterar o presente compromisso, e tomar providencias sobre os assumptos que a Meza administrativa entender sujeitar a sua consideração.

Art.º 17º - A meza conjuncta reúne-se a regularmente para as eleições no tempo conveniente, quando precisa para tratar de qualquer assumpto conforme o artigo antecedente, e extraordinariamente quando o Provedor ou a Meza administrativa entender, ou lher fôr isso requerido por doze irmãos no gozo de seus direitos e com motivo declarado.

Art.º 18º - No dia marcado pela meza administrativa para as eleições, reunidos os irmãos que comparecerem, sob a presidência do Provedor e no seu impedimento do Secretario, Thezoureiro, ou Procurador ou Deffinidor mais velho, o Secretario ou quem no seu impedimento for designado pelo presidente suas vezes fizer, lerá a lista completa de todos os irmãos em dia com a Irmandade. Cada um dos irmãos presentes, de por si e com plena liberdade, organizara a lista d'aquelles em quem entender deve votar escrevendo um nome para cada um dos cargos de Provedor, Secretario, Thezoureiro, Procurador, Mordomo de Capella, Juiza, quatro para os de Deffinidores, doze para os de dias e zeladoras.

Apuradas as cédulas que obtiverem mais numero de votos serão os eleitos. No caso de empate, repetir-se á a votação para decidir-se entre os que tiverem obtido igual número de votos.

Art.º 19º - Todos os membros de uma meza a fundar-se poderão ser reeleitos, ficam, porém, vedadas as reeleições em massa de toda a meza por indicação ou aclamação de quem quer que seja, devendo-se sempre observar-se o modo directo da eleição, prescripto no artigo precedente.

Art.º 20º - Fallecendo qualquer dos membros da meza administrativa em qualquer tempo do anno antes de realziada a festa da Padroeira, a própria meza administrativa o substituirá, elegendo quem entender d'entre os irmãos em geral. Se o fallecimento de da depois da festa a

vaga ficará sem ser preenchida e a meza suppera a falta até as novas eleições como melhor entender.

O mesmo se observará quando em qualquer tempo do anno algum funcionário pedir demissão.

Art. ° 21° - Realizada a eleição, que será publicada logo pela imprensa* e lida pelo pregador no dia da festa, depois de assignado pelo Reverendo Parocho da Igreja em que estiver funcionando a Irmandade, o Secretario comunicará por officio a todos os eleitos e cargo para que foi escolhido, sollicitando a declaração de sua aceitação. Se algum recusar, será substituido pela meza administrativa de modo e como no caso de artigo vigésimo.

Art.° 22° - No 2° domingo de Janeiro, feitas previamente pelo Secretario como melhor fôr, as devidas comunicações, reunir-se-ão no lugar convencionado as duas mezas administrativas, a finda e a cujo mandado tem de começar. Aberta a sessão, o Secretario terá, um breve relatório organizado pelo Provedor no qual se tratará succintamente do estado da Irmandade, Receita e Despeza com os devidos termos de aprovação, e depois de dados verbalmente os esclarecimentos que lhe forem exigidos, lavrará a acta, que será assignada por todos os presentes. Tomarão em seguida seus lugares os novos eleitos e a Meza nova se dará por empossada.

Capítulo 6°

Do Provedor e Juiza.

Art.° 23° - O Provedor é o primeiro funcionário da Irmandade e tem a precedência em todos os seus actos. Compete-lhe:

SS 1° - Promover o engrandecimento da Irmandade.

Ss2° - Observar e fazer observar o Compromisso e deliberações das Mezas, fiscalizando por si próprio tudo quanto importar para o bom andamento dos negócios da Irmandade.

SS 3° - Convocar as mezas administrativa e conjuncta, presidi-las, mantendo a ordem a suspender as sessões, se preciso.

SS 4° - Rubricar os livros da Irmandade.

SS 5° - Decidir os negócios que competem a Meza quando urgentes, sujeitando-lhe seus actos na primeira reunião.

SS 6° - Organizar em tempo o relatório que trata o artigo 22.

Art. ° 24° A Juiza compete satisfazer o sermão da festa escolhendo o respectivo pregador.

Capítulo 7°

Do Secretario.

Artº 25 – Ao Secretario compete:

SS 1º - Servir nos impedimentos do Provedor.

SS 2º - Ter debaixo de sua guarda o archivo da Irmandade.

SS 3º - Fazer toda a escripturação da Irmandade, inventariar todos os bens, alfaias e novos bens como passar as certidões requeridas e entreter a correspondência precisa sob as ordens do Provedor.

Ss 4º - Officiar aos irmãos recém admittidos ou eleitos participando-lhes a sua admissão ou eleição e convidando-os a tomarem posse.

SS 5º - Encher mensalmente os recibos da Irmandade antes de entregá-los ao procurador ou thezoureiro.

Capítulo 8º

Do Thezoureiro, Procurador e Deffinidores.

Art. º 26º - Ao Thezoureiro, que é o terceiro funcionário da irmandade compete:

Ss1º - Receber, passando recibo, as construbuições annuaes dos irmãos, alugueis de prédios dos fieis e todos os dinheiros que por qualquer titulo pertençam a Irmandade, depositando as imediatamente no estabelecimento que pela Meza ou Provedor lhe fôr designado.

SS 2º - Retirar do banco, para pagamento de contas, por meio de cheques, assignados pelo Provedor, as quantias precisas.

Ss 3º - Pagar as contas que levarem o “Pague-se” do Provedor.

SS 4º - Apresentar ao Provedor até 1º de Setembro uma conta exacta da receita e despeza, acompanhadas dos necessários documentos bem como prestar em qualquer tempo os esclarecimentos que pela Meza ou Provedor delle forem exigidos.

SS 5º - Apresentar em fins de Dezembro o balanço geral do anno.

Art. º 27 – Recebidas as contas do Thezoureiro, o Provedor permancerá uma comissão de 3 irmãos para sobre ellas dar parecer.

Artº 28 – Ao Procurador compete:

SS 1º - Zelar tudo quanto fôr de interesse da Irmandade.

SS 2º - Procurar e cobrar os alugueis dos prédios, qualquer renda da Irmandade e durante o mez de Setembro, por se intermédio do continuo, os annuaes dos irmãos entregando logo tudo do Thezoureiro, de quem se entender, cobrará recibo.

SS 3º - Ajudar o Provedor e Secretario em tudo quanto fôr preciso para o bom andamento da Irmandade e seus negócios ou obrigações.

SS 4º - Levar a cruz nas procissões.

Artº. 29 – Aos Deffinidores compete assistir as mezas para discutirem e deliberarem sobre o que for preciso, bem como comparecer de opas quando convidados pelo Provedor nos actos religiosos da Irmandade.

Capítulo 9º

Do Mordomo de Capella, Oras, Zeladoras, Irmãos de Capella e Irmãos em geral.

Art.º 30º - Ao Mordomo de Capella compete:

Ss1º Ter a seu cargo e zelar por si e por intermédio de andador todas as alfaias da Irmandade.

SS 2º - Cuidar com o auxilio das aias e zeladoras do altar da Santa.

SS 3º - Tratar com especialidade de tudo quanto diz respeito ao culto, velando sobretudo em que se digam as missas das terça-feiras convidando os irmãos que a ellas devam comparecer de opa.

Artº 31º As aias e zeladoras, repartidas por cada um dos mezes do anno, compete vestir e ornar a Santa, cuidar do asseio, concerto de sua roupa e do seu altar.

Art.º 32º - Serão considerados Irmãos de Capella todos músicos ou cantores que se prestarem gratuitamente a auxiliar as festividades da Padroeira, título este que compete ainda especialmente aos membros existentes até esta data da Sociedade de Musica de Porto Alegre.

Artº 33º - Nenhuma obrigação propriamente tem os irmãos em geral a não ser a de pagarem uma contribuição annual de 5.000 réis e cumprirem com as obrigações dos cargos que acceitarem.

III Parte – Administração dos bens da Irmandade.

Capítulo 10º

Administração Geral e Fiscalização.

Artº 34 - A administração geral e commum dos bens da Irmandade compete, como se depreehende de diversos artigos deste Compromisso, à Meza Administrativa e ao Provedor, e em casos especiaes, á Assembleia Geral cujas decisões ficam sujeitas sempre, entretanto as disposições vigentes do Direito eclesiástico.

Artº 35 – O Provedor será o principal zelador das rendas e fiscal escrupuloso da receita e despeza da Irmandade; e para que todos e qualquer abuso se tome impossível, cuidará em que todos os recibos de arrecadação de rendas sejam enchidos pelo Secretario, assignados pelo thezoureiro e cobrados pelo Procurador, devendo as quantias diversas serem logo depositadas no estabelecimento escolhido para isso.

Art. ° 36 – Poderão a Meza Administrativa e o Provedor contrahir compromisso, mesmo pecuniários em nome da Irmandade, quando a isso especialmente autorizados, em todos os caso a Irmandade não responde senão moralmente pelas obrigações contrahidas expressa ou intencionalmente em seu nome, recahindo toda e qualquer responsabilidade legal sobre os segnatarios de taes compromissos.

Art.° 37 – Todo e qualquer funcionario da Irmandade é moral e criminalmente responsável pelos dinheiros da Irmandade que lhe passem pelas mãos, no caso de abuso, podendo sua responsabilidade em juízo ser promovida pelo Provedor ou qualquer dos irmãos, a espensas da Irmandade.

Capítulo 11°

Prestação de contas.

Art.38 – De accordo com os artigos relativos deste compromisso prestarão contas:

SS 1° - O Procurador ao Thezoureiro, opportunamente, de todos os dinheiros recebidos.

Ss 2° - O Thezoureiro ao Provedor, até o 1° de Setembro de toda a receita e despeza até essa data, SS 4° de Art. 26, e em fins de Dezembro, da receita e despeza geral de anno SS 5° de Art° 26.

SS 3° - O Provedor a Meza em seu relatório no 2° Domingo de Janeiro, Art° 22.

SS 4° - O Provedor a Autoridade Ecclesiastica em fins de Dezembro de cada anno. Esta prestação de contas se fará por meio de officio feito pelo irmão secretario, juntando-se um balancete da receita e despeza com os principais documentos * (ao lado consta: Diga-se: junta-se dos livros de receitas e despezas, um balancete etc.). As despezas deverai todas ser especificadas, ainda mesmo, as mais insignificantes e materiais com os seus próprios nomes. O Provedor assignará o officio sollicitando prompta resposta para que a appuração ecclesiastica possa constar do relatório que terá de apresentar a Meza Administrativa em o 2° domingo de janeiro.

Capítulo 12°

Disposições Geraes.

Art° 39° - Para a boa ordem e clareza de sua administração a Irmandade terá os seguintes livros: 1° de matricula de irmãos, 2° de actas, 3° das deliberações, 4° de receita e despeza, 5° de registro, 6° de inventario, 7° das certidões das missas e os mais que forem julgados necessários.

Art.º 40º - A Irmandade, como distintivo seu, usará de opa azul com murça e borla encarnada tendo uma harpa bordado no peito esquerdo.

Art.º41º - A meza da Irmandade nos negócios mais graves e o Provedor, nos outros casos, resolverão todas as duvidas que se apresentarem, sendo suas resoluções, quando preciso, reunidas no livro das Deliberações, e o presente compromisso escarado em 41 artigos, distribuídos e ordenados em 12 Capítulos, fica sendo depois de civilmente registrado e previamente aprovado pela Autoridade Ecclesiastica a Lei Organica da Irmandade da Virgem e Martyr Santa Cecilia desta Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre.

Auto de aprovação.

Aos vinte e sete de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa e nove, no consistório da Irmandade da Gloriosa Virgem e Martyr Santa Cecilia, estando ahi presentes o Reverendo Provedor Padre Doutor João Pereira da Silva Lima, officiais e deffinidores da Irmandade, como consta da acta a folhas detenta e uma do respectivo livro desta mesma data, foi deffinitivamente aprovado este Novo Compromisso para regimen da Irmandade da Gloriosa Virgem e Martyr Santa Cecília. Resolveu-se, outro sim, que pedindo-se as autoridades competentes a necessária aprovação e confirmação e outorgada esta, desde logo ficasse o referido Compromisso servindo de Lei, regra e norma a observar-se fielmente da forma porque n'elle se determina e estatue, tanto pela actual Meza, como pelas que lhe seguirem e por toda a Corporação. E, de como, assim ficou accordado e resolvido, eu Antonio Luiz Arnaldo da Silva, escrevi este auto que subscrevo e assigno, com o senhor Provedor.

O secretario

(assinatura)

O Provedor

(assinatura)

Approvamos o presente compromisso fazendo o acrescimo no ss4º do cap. 11º seguindo de acta indicada. Porto Alegre, 25 (ou) 26 de junho, Claudio José Bispo do Rio Grande de 1901.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad